

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

JAMES RIOS DE OLIVEIRA SANTOS

**AUTORIA E REPRESENTAÇÃO DE PERSONAGENS NEGRAS EM NARRATIVAS
INFANTOJUVENIS: ACERVOS PNBE 2011 E 2013**

MARINGÁ-PR

2017

JAMES RIOS DE OLIVEIRA SANTOS

**AUTORIA E REPRESENTAÇÃO DE PERSONAGENS NEGRAS EM NARRATIVAS
INFANTOJUVENIS: ACERVOS PNBE 2011 E 2013**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, com requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Letras, área de concentração: Estudos Literários.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mirian Hisae Yegashi Zappone.

MARINGÁ-PR

2017

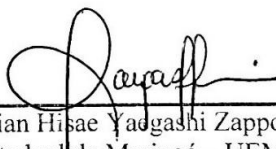
JAMES RIOS DE OLIVEIRA SANTOS

**AUTORIA E REPRESENTAÇÃO DE PERSONAGENS NEGRAS EM
NARRATIVAS INFANTOJUVENIS: ACERVOS PNBE 2011 E 2013.**

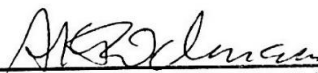
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: **Estudos Literários**.

Aprovado em **15 de setembro de 2017**.

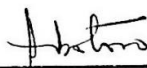
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Mirian Hisae Yagashi Zappone
Universidade Estadual de Maringá – UEM/PLE
- Presidente -



Profª Drª Alba Krishna Topan Feldman
Universidade Estadual de Maringá – UEM/PLE



Prof. Dr. Altamir Botoso
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS/Campo Grande-MS

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

S237a Santos, James Rios de Oliveira
Autoria e representação de personagens negras em narrativas infantojuvenis: acervos PNBE 2011 e 2013 / James Rios de Oliveira Santos. -- Maringá, 2017.
196 f..

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Hisae Yegashi Zappone

Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2017.

1.Literatura infantojuvenil. 2.Representação negra. 3. Racismo - Personagens negras. 4. Literatura infantojuvenil - Representação negra. 5. PNBE. I. Zappone, Mirian Hisae Yegashi, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

028.5 21.ed.

Cicília Conceição de Maria
CRB 9/1066
CC-003926

À minha mãe e rainha Cenira (*in memorian*);
Ao papai Ulisses, razão da minha existência;
 À vovó Leonora (*in memorian*)
 [...] mulher negra, de fibra.

Aos meus ancestrais...

AGRADECIMENTOS

À Deus (Alfa e Ômega) por me permitir alçar voos cada vez maiores;

À minha mãe Cenira (*in memorian*), por ter sido, durante parte desse processo, a maior incentivadora desse sonho;

Ao meu pai Ulisses, por todo o amor, carinho e paciência dedicados a mim no curso desta trajetória;

Aos meus tios Carlos e Rosalina, pela acolhida sempre tão generosa em suas casas;

À minha irmã-prima Milene, pela convivência, pela amizade, pelo carinho...;

À minha orientadora, professora Mirian, por ter me apontado sempre os melhores caminhos nas orientações, nos e-mails compartilhados e nas conversas sempre tão produtivas;

Aos professores da UEM, Alba Krishna Feldman, Luzia Toffalini, Weslei Candido, Milton Hermes Rodrigues e Lúcia Osana Zolin – profissionais que tanto admiro e que tanto contribuíram com a minha formação;

À banca de qualificação, pelas incisivas contribuições para este trabalho;

Ao professor e amigo Altamir Botoso, pelo carinho e pelas inúmeras bibliografias que me indicou e me presenteou;

Aos professores do Colegiado de Letras da UENP, por terem lançado as melhores sementes sobre mim... Espero estar germinando...;

Aos amigos da graduação da UENP, por terem me incentivado a caminhar em direção às Letras, às Literaturas...;

Aos amigos da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UENP (Simone, Alexander, Rui, Lucas, Flávia, Stéfany e Karina), por acreditarem em mim e me apoiarem em todos, todos os momentos da pós-graduação;

Aos Reitores da UENP, Fátima e Fabiano, que me deram todas as condições para que eu pudesse seguir pesquisando;

Aos amigos Tiago Angelo e Tiago Alves, por terem sido luz em minha vida, sobretudo nesta intensa jornada;

Às professoras da UENP, Rosiney Vale, Patrícia Cristina, Sandra Job, Maria da Graça e Adenize Franco, por terem me orientado nos trabalhos acadêmicos e de Iniciação Científica;

Aos amigos Jackson Paganini e Vanessa Borella da Ross, pela amizade e companheirismo durante toda nossa passagem pela pós-graduação;

A todos que se presentes e, de alguma forma, contribuíram com esta pesquisa;

“Queimei meus navios. Deixei tudo. Tudo por essas coisas de Letras”.

Lima Barreto

SANTOS, James Rios de Oliveira. Autoria e representação de personagens negras em narrativas infantojuvenis: acervos PNBE 2011 e 2013. 2017. 195 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2015.

RESUMO

Em conformidade com as considerações críticas do pesquisador holandês, Teun Van Dijk (2012), o racismo é um fenômeno social propagado por meio do discurso. Nessa perspectiva, a literatura, sobretudo a literatura infantojuvenil brasileira, constitui-se como potencial veículo de disseminação do racismo quando, no conteúdo temático das obras, encontram-se representações negativas dos personagens negros – notadamente visíveis por meio de estereótipos e outras construções que tendem a subalternizar as relações sociais dos africanos e afrodescendentes. O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) constitui-se como importante política pública de leitura que visa, dentre outros importantes aspectos, fomentar a distribuição de livros às escolas públicas brasileiras. Considerando este fato, esta pesquisa teve por objetivo compreender de que modo e em que medida as representações dos negros situadas nas obras selecionadas pelo PNBE dos anos de 2011 e 2013 contribuem com a manutenção ou combate ao racismo. Valendo-se de reflexões teóricas sobre raça, racismo, identidade e representação, o presente estudo adotou, num primeiro momento, a metodologia quantitativa, com base em estudos de Dalcastagnè, para orientar os procedimentos de análise com vistas ao levantamento de informações concernentes ao contexto de produção e seleção das obras para, posteriormente, interpretar os dados em consonância com as leituras das 10 narrativas analisadas, que foram realizadas através do método qualitativo. Os resultados desta pesquisa apontam para duas situações: o PNBE apresenta as mesmas lacunas e estruturas encontradas no campo literário brasileiro – esfera discursiva marcada pela ausência de escritores negros, uma vez que a presença de autores negros selecionados é irrisória. Por outra via, entretanto, constatou-se que as representações dos personagens têm avançado significativamente, já que, no recorte analisado, os negros se apresentam como sujeitos de suas próprias histórias, afirmando identidade(s), numa clara alusão de combate ao racismo por meio do discurso literário.

Palavras-chave: Literatura infantojuvenil; Representação negra; PNBE.

SANTOS, James Rios de Oliveira. Authorship and representation of black characters in children's literature: PNBE collections 2011 e 2013. 2017. 191 p. Dissertation (Master's degree in Letters) – State University of Maringá. Maringá, 2015.

ABSTRACT

In accordance with the critical considerations of the Dutch researcher, Teun Van Dijk (2012), racism is a social phenomenon propagated through discourse. In this perspective, literature, especially Brazilian children's literature, constitutes a potential vehicle for the dissemination of racism when, in the thematic content of the works, there are negative representations of black characters - notably visible through stereotypes and other constructions that tend to subalternize the social relations of Africans and Afrodescendants. School Library National Program (PNBE) is an important public reading policy that aims, among other important aspects, to promote the distribution of books to Brazilian public schools. Considering this, this research aimed to understand how and to what extent the representations of blacks peoples located in the works selected by PNBE from the years 2011 and 2013 contribute to either the maintenance or the combat of racism. Drawing on theoretical reflections on race, racism, identity and representation, the present study adopted, in a first moment, the quantitative methodology, based on Dalcastagnè studies, to guide the analysis procedures with a view to gathering information concerning the context of production and selection of works to later interpret the data in line with the readings of the 10 narratives analyzed, which were performed using the qualitative method. The results of this research point to two situations: the PNBE presents the same gaps and structures found in the Brazilian literary field - discursive sphere marked by the absence of black writers, since the presence of selected black authors is minimal. In some other way, however, it was verified that the representations of the characters have advanced significantly, since, in the analyzed material, the blacks present themselves as subjects of their own histories, affirming identity (ies), in a clear specific reference to combating of racism through literary discourse.

Key words: Children's literature. Black representation. PNBE.

LISTA DE SIGLAS

PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
FNB	Frente Negra Brasileira
MEC	Ministério da Educação
FNDE	Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
TEN	Teatro Experimental do Negro
UHC	União dos Homens de Cor
MNU	Movimento Negro Unificado
CCN	Centro de Cultura Negra do Maranhão

LISTA DE TABELAS

Tabela 7 – Principais ocupações das personagens negras.....	67
Tabela 6 – Principais ocupações das personagens brancas	68
Tabela 1 – Sexo dos Autores PNBE 2011	104
Tabela 2 - Sexo dos Autores PNBE 2013	104
Tabela 3 - Cor dos Autores PNBE 2011	105
Tabela 4 - Cor dos Autores PNBE 2013	105
Tabela 5 – Cor e Sexo dos Autores PNBE 2011.....	106
Tabela 6 - Cor e Sexo dos Autores PNBE 2013	106
Tabela 7 – Tema das Narrativas PNBE 2011.....	112
Tabela 8 - Tema das Narrativas PNBE 2013	112
Tabela 9 – Nacionalidade dos Autores PNBE 2011	115
Tabela 10 – Nacionalidade dos Autores PNBE 2013.....	115
Tabela 11 – Cor dos Autores Brasileiros PNBE 2011.....	116
Tabela 12 – Cor dos Autores Brasileiros PNBE 2013	116
Tabela 13 – Sexo dos Escritores Brasileiros PNBE 2011.....	117
Tabela 14 - Sexo dos Escritores Brasileiros PNBE 2013	117
Tabela 15 – Tema das Narrativas dos Escritores Brasileiros PNBE 2011.....	119
Tabela 16 - Tema das Narrativas dos Escritores Brasileiros PNBE 2013	119
Tabela 17 – Narrativas Brasileiras do PNBE 2011, 2013 e PNBE Temático 2013.....	123

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 RAÇA, RACISMO E IDENTIDADE: IMPLICAÇÕES PARA AS REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS	16
2.1 O estado da questão	16
2.2 Raça e Racismo: Noções Conceituais	20
2.3 Racismo: o que é e como se faz no Brasil	27
2.4 Racismo simbólico	34
2.5 Racismo e discurso: implicações para a representação literária.....	38
2.6 Identidade e Literatura (negra).....	40
2.7 Considerações sobre o segundo capítulo.....	46
3 A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA LITERATURA ADULTA E INFANTOJUVENIL: SILÊNCIOS ESTERÉOTIPOS E ASPECTOS IDENTITÁRIOS.....	48
3.1 O negro e a tradição literária brasileira	50
3.2 A literatura brasileira contemporânea em perspectiva: racismo e identidade	60
3.3 Pelos (des)caminhos da literatura infantojuvenil: (a) sub-representação das personagens negras.....	77
3.4 Considerações sobre o terceiro capítulo.....	87
4 O NEGRO E OS ACERVOS DO PNBE: ECOS DO SILÊNCIO.....	91
4.1 As questões étnico-raciais no PNBE 2011, 2013 e PNBE temático	95
4.2 Mapeando as ausências por meio do método quali-quantitativo.....	100
4.3 Por onde anda os negros? Sobre o quê escrevem os brancos?	103
4.4 O PNBE e seus temas: pluralidade de livros, diversidade silenciada.....	111

5 NARRATIVAS DO PNBE 2011, 2013 E PNBE TEMÁTICO 2013: LITERATURA E RESISTÊNCIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE	122
5.1 Carolina e Otávio: dois personagens, um espaço e a literatura como possibilidade	123
5.2 As interseções do espaço da ficção e do espaço da realidade	125
5.3 Representação e racismo em perspectiva: Carolina, Pepeu e Nico	136
5.4 Desconstrução de estereótipos em sortes de Villamor: as representações de Caim de Node, Branca de Villamor e Ismê Catureba	150
5.5 Pelo fio da memória: identidades em trânsito	155
5.6 Um oceano, dois rios e as memórias	162
5.7 Entre contos e recontos: a representação de homens e deus em narrativas sobre a África.....	165
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	186

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu do anseio de melhor compreender o contexto de produção e o modo como as personagens negras estão representadas nos textos infantojuvenis, mais especificamente aqueles que exploram, em seu conteúdo temático, a cultura afro-brasileira e/ou africana. Nesse viés, o questionamento da representatividade de tais personagens perpassa, antes de tudo, pelo contexto de produção das narrativas selecionadas. Mobilizamos, assim, uma pesquisa quali-quantitativa que, além de nos permitir verificar a efetividade do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que se encontra ante a diversidade étnico-racial do país, fornecesse-nos subsídios suficientes para entender, ainda que parcialmente, como essas questões relacionadas às autorias e às representações subjacentes à cultura negra se perfilam no campo da literatura infantojuvenil.

Se estudos desta natureza surgem é porque, além de outros fatores, observa-se, por meio de estudos que investigam o campo literário, que aproximadamente 54% da população (negra e parda) – segundo os dados do IBGE (2015) – não se veem, positivamente, representadas nos mais diversos gêneros da literatura. Este fato pode ser mais bem observado se nos referirmos à produção literária destinada ao público adulto, seja aquela produzida no curso de sua maturação estética, seja esta que se figura em meio às publicações mais recentes, como apontam as pesquisas de Rabassa (1965) e de Dalcastagnè (2009), as quais revisitaremos mais à frente para endossar nossa discussão.

A ausência de representatividade da população negra – que é majoritária no Brasil, diga-se de passagem – pode ser (também) justificada pelo fato de esse país ser constituído por uma “sociedade racista na medida em que a dominação social de brancos sobre negros é sustentada e associada à ideologia da superioridade essencial de brancos” (VAN DIJK, 2012, p.74). Em conformidade com as considerações críticas do linguista holandês Teun van Dijk (2012), são os discursos veiculados pelas diferentes mídias que tendem, em maior ou menor grau, a produzir e a legitimar as hierarquias raciais, principalmente quando elas naturalizam, no ato da representação, a hegemonia branca nos mais diversos tipos de conteúdos. Assim, os jornais, as revistas, os programas televisivos, os artigos científicos, as produções cinematográficas e é claro, a própria literatura, acabam por se constituir como potenciais instrumentos de formação ideológica – meios pelos quais as pessoas aprendem a ser racistas, segundo o autor.

Acatando a proposição de Van Dijk (2012), dois motivos nos levam a considerar que a literatura infantojuvenil também se constitui como um terreno fértil para se problematizar

questões tangenciais a representação das personagens negras. E o primeiro (motivo) está relacionado com o fato de esse campo literário ser um espaço simbólico, em que “diferentes culturas” estão ali representadas (LIMA, 2005, p.101). Desse modo, o questionamento do lugar da cultura negra nessa esfera é de fundamental importância para compreendermos de que modo e em que medida a literatura infantojuvenil, mais especificamente aquelas obras presentes nos acervos do PNBE – destinadas aos alunos do segundo ciclo do ensino fundamental, têm avançado em termos de representação, pois, ainda que nas três últimas décadas algumas pesquisas tenham apontado modificações nos modos de representar os negros nessa modalidade literária, tais mudanças são tênues ao relatarem apenas um “avanço limitado no trato das questões raciais”, já que as personagens negras permaneceram “sempre em patamares inferiores à dos brancos” (SILVA; ROSEMBERG, 2012, p.83).

Se as personagens de descendência africana são, recorrentemente, plasmadas de maneira subalterna nas narrativas infantojuvenis, significa que há, aí, uma correlação muito próxima com a realidade social dos negros no Brasil, visto que, nesse país, onde o sistema escravocrata operou deixando sequelas incommensuráveis, grande parte dos afrodescendentes não teve – e muitos ainda não possuem – acesso aos lugares de fala (DALCASTAGNÈ, 2012) e às oportunidades que lhes garantiriam, certamente, melhores condições sociais.

O problema concernente à representação do negro está, em nossa compreensão, intrinsecamente relacionado com a questão da percepção do mundo negro que os escritores brancos – excetuando-se raríssimas exceções – não possuem. Por isso, é preciso redobrar a atenção e submeter a(s) obra(s) destinada(s) ao público infantojuvenil a uma análise mais criteriosa, principalmente quando se constatar que o(s) sujeito(s) que enuncia(m) não pertence(m) à comunidade negra e se propõe(m) a falar dela, pois, se os afrodescendentes (brasileiros) não tiveram acesso aos lugares de fala, significa que os produtores dos mais diversos estereótipos dessa população foram aqueles sujeitos (brancos) que olharam o negro e a sua vida à distância, da “Casa Grande para a Senzala”, justificando, assim, o exotismo, os traços animalescos e tantas outras formas de representações racistas já apontadas por Rosemberg (1985), em pesquisa que analisou 168 obras infanto-juvenis publicadas entre as décadas de 1955 a 1975.

A discriminação contra grupos não-brancos aparece na literatura infanto-juvenil brasileira constantemente, tanto de forma aberta, quanto latente, sem, porém, que se valorize um discurso declaradamente preconceituoso. Na verdade, o que se observa com maior frequência, é a associação entre um discurso igualitário (por exemplo, o narrador condena o preconceito) e veiculação de discriminações mais ou menos latentes (por exemplo, a cor negra discriminada) (ROSEMBERG, 1985, p.80).

De acordo com o que afirma a pesquisadora, é claro e evidente que o racismo na literatura infantojuvenil nem sempre opera de forma aparente. E é justamente este o segundo motivo que nos levou à produção desta pesquisa, uma vez que os públicos a quem se destina essa modalidade literária estão em pleno estado de formação escolar e, por isso, estão sujeitos a receberem determinados conteúdos racistas – imbuídos de forma natural no fio do discurso literário – sem que possam evidenciá-los, e, tampouco, contestá-los diretamente.

Não estamos subestimando, entretanto, a capacidade crítica desses leitores. O que ocorre é que o preconceito racial, no Brasil, é sistêmico e algumas de suas produções e manifestações são imperceptíveis até mesmos para os sujeitos mais esclarecidos, cuja formação intelectual sobrepuja os mais altos níveis de escolarização, visto que ele (o racismo) “não se reproduz na mídia” – portanto, também na literatura – por meio de “mecanismos explícitos de segregação”, dado ao fato de as *“dinâmicas de exclusão, invisibilização e silenciamento serem complexas, híbridas e sutis, ainda que sejam decididamente racistas* (RAMOS, 2002, p.8-9 *apud* SILVA e ROSEMBERG, 2012, p.82, grifo nosso).

Se os nossos “instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos não oriundos do mundo ocidental” (MUNANGA, 2005, p.15), é pertinente avaliar e questionar quais são os espaços que a cultura negra tem tido na literatura infantojuvenil direcionadas às escolas públicas brasileiras, mais precisamente àquela patrocinada pelo PNBE 2011 e 2013 e PNBE Temático 2013, que possui “um caráter bastante representativo, já que sua seleção é duplamente avalizada: tem a fiança da academia [...] e, ao mesmo tempo, recebe chancela governamental [...]” (ZAPPONE, 2015, p.96).

Como há de se ter percebido, o estudo que propomos nesta dissertação tem o objetivo de focalizar a representação da pessoa negra na literatura infantojuvenil, com a finalidade de responder à seguinte questão: de que modo as personagens negras têm sido representadas nos textos narrativos que compõem os acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), de 2011 2013 e PNBE Temático 2013, destinados aos alunos do segundo ciclo do ensino fundamental, considerando-se o fato de que, além de haver, atualmente, uma conjuntura de discussões acerca de políticas afirmativas em âmbito acadêmico, há duas leis (10.639/2003 e 11.645/2008), as quais prescrevem a valorização do estudo da história e da cultura afro-brasileira no currículo oficial de ensino?

Embora a nossa dissertação pretenda dar enfoque às personagens, salientamos o fato de não pretendermos analisá-las friamente, à luz de uma perspectiva imanentista, visto que é

preciso olhar cuidadosamente para o contexto de produção/seleção das obras, identificando os sujeitos que estão por detrás de sua criação, com intuito de questionar suas posições ideológicas, as quais, certamente, são transpostas ao discurso literário. Nesse mesmo sentido, é pertinente observar a correlação entre as leis citadas acima com a escolha dos títulos de ambos os acervos a serem pesquisados, pois, num país onde há uma legislação assegurando o ensino da cultura afro-brasileira, inclusive na literatura, aventa-se a hipótese de que as políticas de fomento à leitura estejam atuando em consonância com a Constituição Federal.

Pressupomos, portanto, que o PNBE 2011, 2013 e o PNBE Temático 2013, por meio de seus avaliadores – que são professores universitários, supostamente atentos (ou pelo menos deveriam estar) às políticas de ações afirmativas – tenha contemplado uma quantidade expressiva de textos literários, de autores negros ou não, que abordem a cultura negra em seus aspectos mais positivos.

Com intuito de conjugar todos esses aspectos a serem analisados, formulamos algumas perguntas a serem respondidas no curso desta reflexão:

1. Quantos textos narrativos dos acervos do PNBE dedicam-se à temática da cultura afro-brasileira?
2. Quem são os autores dessas narrativas?
3. A qual classe social pertencem as personagens negras?
4. Quais delas ocupam, na fábula, a posição de narrador ou de protagonista?
5. Quais são os espaços sociais que as personagens negras ocupam nas narrativas?
6. As narrativas, de modo geral, promovem o resgate da identidade negra?

As questões acima nos permitem, desde já, delinear os objetivos específicos desta dissertação, sendo eles:

1. Verificar a quantidade de narrativas que se propõem a explorar a cultura afro-brasileira.
2. Verificar a cor e a etnia dos autores, observando suas respectivas posições discursivas.
3. Obter dados sobre a classe social das personagens negras.
4. Investigar as disposições das personagens negras na diegese (narradoras, protagonistas, personagens secundárias etc.).
5. Levantar dados sobre os espaços sociais onde as personagens estão situadas.

6. Observar se as personagens negras assumem sua(s) identidade(s) positivamente.

Antes de adentrarmos, de fato, às especificidades desta pesquisa, é preciso esclarecer que este estudo está muito distante de “resolver sozinho o longo e demorado processo de transformação de nossas estruturas mentais herdadas do mito da democracia racial e, conseqüentemente, dos mecanismos racistas que, sutil, consciente ou inconscientemente, marcaram a nossa própria educação” (MUNANGA, 2005, p.17). Por outra via, entretanto, esta dissertação tem a pretensão de ser um esforço reflexivo, de natureza crítica, cuja finalidade reside na tentativa de contribuir – dentro das limitações que este tipo de comunicação nos impõe – para a construção de um campo de estudos em plena formação.

Tratando, pois, do arranjo estrutural deste trabalho – que está organizado em cinco capítulos – constatará o leitor que a análise qualitativa que segue no último¹ capítulo fundamenta-se em estudos de teóricos e críticos como os de Frantz Fanon (2012), Kabengele Munanga (2005), Carlos Moore (2009), Van Dijk (2012), que se aplicam à leitura de obras como *Quarto de despejo* (2017), *O livreiro do Alemão* (2011), *O Golem do Bom Retiro* (2008), *BR.COM.SACI* (2006), uma vez que estas discutem, ficcionalmente, aspectos da questão racial brasileira. Daí a justificativa para, no segundo capítulo², dedicarmos-nos exclusivamente à revisão e à compreensão de algumas noções conceituais de raça e racismo e, por conseguinte, suas implicações para a representação literária.

De igual modo, outros estudiosos foram mobilizados nesta dissertação para respaldar as discussões que se encontram no âmbito do multiculturalismo, pois, em textos como *Sortes de Villamor* (2013), *O fio d'água no quilombo* (2013), *Omo-Oba* (2009), *A tatuagem* (2012), *Nyangara Chena* (2011) e *Enrilé, o caçador e outros contos africanos* (2009) as questões indentityárias sobressaltam as páginas dos escritores que intentam representar os personagens negros a partir de múltiplas perspectivas. Para conduzir de maneira satisfatória a leitura dessas obras, recorreremos à Stuart Hall (2015), Katry Woodward (2015), Thomaz Bonicci (2011), Tomaz Tadeu da Silva (2015) entre outros pesquisadores que nos apontam os caminhos teóricos e críticos a serem seguidos.

Com intuito de melhor situar o leitor à dimensão do problema desta pesquisa, julgamos pertinente revisar algumas obras da literatura brasileira que trazem à baila do discurso ficcional a figura do negro, quer nas manifestações em prosa destinadas ao público

¹ O quinto e último capítulo desta dissertação recebe o seguinte título: “Narrativas do PNBE 2011, 2013 e PNBE Temático 2013: literatura e resistência, memória e identidade”.

² O segundo capítulo recebe o seguinte título: “Raça, Racismo e Identidade: implicações para as representações literárias”.

adulto, quer nas narrativas voltadas ao público infantojuvenil. A referida revisão, que foi realizada no terceiro capítulo sob o título de “A representação do negro na literatura adulta e infantojuvenil: silêncios, estereótipos e afirmação de identidades”, é acompanhada de leituras de pesquisadores como Gregory Rabassa (1965), Fúlvia Rosemberg (1985), Regina Dalcastagnè (2008), Mírian Zappone (2015), os quais, em seus respectivos estudos, fornecem-nos subsídios (teóricos e críticos) para uma reflexão crítica e apurada das obras eleitas para discussão.

Para sedimentar as reflexões aqui pretendidas, lançamos mão da metodologia quali-quantitativa que foi utilizada, sobretudo, no quarto capítulo, que recebe o título de “O negro e os acervos do PNBE: ecos do silêncio” Neste recorte do trabalho, o leitor terá a possibilidade de observar dados estatísticos referentes a todos os autores selecionados pelo PNBE 2011, 2013. Foram mobilizadas e cruzadas (via *software Sphanix Léxica* 5.0) informações sobre cor, sexo, nacionalidade e temas escolhidos pelos escritores para serem desenvolvidos em suas respectivas tramas. Tais dados, depois de tratados, forneceram-nos números que serviram de ponto de partida para que pudéssemos construir uma reflexão crítica e contundente acerca do Programa Nacional Biblioteca da Escola – principalmente no que concerne às suas formas de seleção das obras e, conseqüentemente, de seus autores.

2. RAÇA, RACISMO, IDENTIDADE: IMPLICAÇÕES PARA REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA

2.1 O estado da questão

Ainda que nestes últimos dez anos fosse possível contabilizar um número crescente e significativo de trabalhos acadêmicos que se debruçaram sobre a questão da negritude nessa vertente da literatura, “esse conjunto de textos não configuram ainda, a nosso ver, um campo de estudos”, quer pela “necessidade de aprofundamento teórico”, quer pela “ausência de diálogo com o campo de estudo sobre as relações raciais” (SILVA; ROSEMBERG, 2012, p.81), visto que tais pesquisas se dispuseram de métodos e enfoques diferentes, como veremos a seguir por meio da pesquisa exploratória realizada a partir dos descritores “literatura infanto-juvenil”, “personagens negras” e “representação”.

A dissertação de mestrado intitulada *Personagens negras na literatura infantil brasileira: da manutenção à desconstrução do estereótipo*, de Luiz Fernando de França (2006), por exemplo, analisa a representação da personagem negra através de diversos gêneros, em diferentes épocas de produção.

O trabalho de Verediane Cintia de Souza de Oliveira, *Educação das relações étnico-raciais e estratégias ideológicas no acervo do PNBE (2008) para educação infantil*, visa elucidar, como prenuncia o título, o modo como as estratégias ideológicas estão contidas tanto no texto verbal, quanto no texto não verbal das obras contempladas pelo programa de leitura no ano de 2008. A autora valeu-se do método da Hermenêutica da Profundidade (HP), sistematizada pelo sociólogo americano John B. Thompson, com intuito de, além de identificar tais mecanismos ideológicos subjacentes aos textos, observar como as relações de poder se constroem no plano discursivo.

Na dissertação de mestrado que recebe o título de *Programa Nacional biblioteca da Escola (PNBE) 2010: personagens como protagonistas e a construção da identidade étnico-racial*, Naiane Lopes Rufino procurou investigar, nos textos destinados ao público infantil, as relações étnico-raciais dentro do contexto escolar. Para tanto, a autora utilizou o método etnográfico para observar a reação e a percepção dos alunos quando estes estiveram em contato com livros que apresentam personagens negras em sua disposição.

Ainda na esteira das pesquisas cujos objetos de análise são os livros infantis, encontra-se a dissertação de mestrado de Poliana Rezende Soares, publicada em 2012 com o seguinte título: *Infância Negra: uma análise da afirmação da identidade étnica a partir dos livros*

infantis. As ilustrações dos textos, mais precisamente aquelas que representam as personagens africanas ou afro-brasileiras, são o ponto nevrálgico da discussão da autora, que intenta observar se tais imagens contribuem para a manutenção da identidade desses sujeitos.

A tese de doutorado de Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher (*O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola*), publicada em 2006, deu enfoque à literatura infantojuvenil, mais precisamente às obras que compõem o PNBE do ano de 1999. Tendo como respaldo os Estudos Culturais e também os teóricos que se debruçam sobre a questão de gênero, a pesquisadora analisou 110 textos procurando delinear estratégias discursivas que, supostamente, tendem a ratificar processos de racialização e generificação nas obras.

Em 2008, a Universidade de Brasília publicou a pesquisa intitulada *A personagem do conto infantojuvenil brasileiro contemporâneo: uma análise a partir das obras do PNBE/2005*, de Leda Cláudia da Silva Ferreira. Nessa dissertação de mestrado, a pesquisadora estudou o perfil dos personagens do conto infantojuvenil brasileiro, mais precisamente aqueles que compõem as narrativas do PNBE de 2005. Dados referentes à cor/raça, perfil socioeconômico, gênero, idade, bem como os aspectos concernentes aos gêneros literários, à temática e dados biográficos do autor/ilustrador foram levantados e discutidos pela autora.

Se Ferreira (2008) investigou as personagens do conto contemporâneo, Paulo Sérgio Pestana dedicou-se a compreender os aspectos identitários de duas personagens protagonistas, de dois romances dedicados ao público infantojuvenil. Sua pesquisa de mestrado, também publicada em 2008, recebeu o título de *Exu literário: presença do afrodescendente nos romances infantojuvenis *Nó na garganta*, de Mirna Pinsky e *A cor da ternura*, de Geni Guimarães*; e lhe permitiu constatar, no curso de sua reflexão analítica, que a identidade das personagens negras é maleável, uma vez que assumem aspectos distintos de acordo com os contextos (sociais) por onde transitam.

Literatura infantojuvenil e diversidade é o título da pesquisa de Ana Carolina Lopes Venâncio, que tratou de analisar 20 obras do acervo do PNBE de 2008, destinado aos alunos do primeiro ciclo do ensino fundamental. O objetivo desse estudo constituiu em analisar, criticamente, os discursos e as imagens veiculadas pelos textos do programa de leitura.

Débora Cristina de Araújo (2010) averiguou em sua dissertação de mestrado, que recebeu o título de *Relações raciais, discurso e literatura infantojuvenil*, se os discursos disseminados pela literatura infantojuvenil e, por consequência, a sua interpretação pelos leitores, são constituídos de estratégias ideológicas que podem, ou não, ratificar a reprodução de hierarquias raciais. A metodologia utilizada pela pesquisadora também foi a Hermenêutica

da Profundidade (HP) e seu *corpus* foram os documentos relativos ao Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

É digna de nota, ainda, a pesquisa de Patrícia Elisabel Bento Tiuman (2011), que intitulou sua dissertação de mestrado de *Produção literária infantil e juvenil de Walcyr Carrasco: uma análise da construção narrativa e da representação de grupos sociais*. Como sugere o título, além de investigar os mecanismos inerentes às estratégias de construção ficcional, a pesquisadora intenta, por meio de uma análise quali-quantitativa, entender como as representações sociais estão dispostas nas narrativas infantis e juvenis do escritor e teledramaturgo Walcyr Carrasco. Vale lembrar que, embora a autora não tenha se detido exclusivamente na análise das personagens negras, devido à abrangência de sua pesquisa, é notória a relevância de suas considerações críticas sobre a representação das mesmas.

Lucilene Costa e Silva, em *Meninas negras na literatura infantojuvenil contam outra história*, analisa as representações sociais das personagens negras, mais especificamente as femininas, procurando evidenciar aspectos positivos da cultura afro-brasileira. Nesse sentido, as discussões de gênero também ganham relevo no trabalho de Silva (2012) e, por isso, a questão da feminilidade é associada a outros aspectos que engendram a identidade negra, como a religião, por exemplo.

No banco de teses da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), são apenas estas pesquisas apresentadas acima que se propuseram, nos últimos dez anos, a investigar, (in)diretamente, a questão étnico-racial na literatura infantojuvenil brasileira. Antes desse período, não foi possível localizar, na plataforma de busca da CAPES, nenhuma outra dissertação de mestrado ou tese de doutorado que se dispusesse a averiguar as representações das personagens negras nos acervos do PNBE 2011, 2013 e PNBE Temático 2013.

No entanto, quando dispusemos do uso de outros mecanismos de buscas na internet, como o Google Acadêmico, por exemplo, deparamo-nos, ainda, com os seguintes pesquisadores, os quais, em suas respectivas dissertações de mestrado/doutorado, não apenas discutiram, mas, sobretudo, constataram a assimétrica relação entre negros e brancos na literatura infantojuvenil, são eles: Piza (1998), Bazilli (1999), Oliveira (2003) e Gouvêa (2004), além do estudo de Rosenberg (1985), já mencionado.

No do curso do levantamento da questão central deste trabalho, deparamo-nos com uma plêiade de artigos que também discute a questão do negro na literatura infantojuvenil. Tais trabalhos, vale lembrar, restringem-se – pelo limite que a estrutura do artigo lhes impõem – a um *corpus* de análise muito reduzido para a construção de uma reflexão mais substancial,

que nos permita compreender, em larga escala, como tais representações estão se perfilando no campo da literatura infantojuvenil.

Apesar disso, não podemos desconsiderar a pesquisa realizada por Mirian Zappone, publicada em 2015 pela *Revista Teias*. O artigo intitulado “Narrativa juvenil brasileira no acervo do PNBE 2013: faces urbanas da representação social” apresenta, por meio da metodologia quali-quantitativa, importantes considerações sobre as personagens negras. Mais do que isso, seu trabalho antecipa alguns dados que pretendemos problematizar com maior profundidade.

Como se pôde observar, as pesquisas de Rosemberg (1985), Tiuman (2011) e Zappone (2015) procuram delinear, cada uma a seu modo e com as suas respectivas finalidades, o perfil das personagens da literatura infantojuvenil, com ênfase na situação socioeconômica, no grau de instrução, na cor, no gênero, na faixa etária, nas relações sociais, e, ainda, nas posições (das personagens) ocupadas nas narrativas. Todos esses aspectos foram analisados à luz da metodologia quali-quantitativa, que proporciona “dados mais rigorosos, evitando o impressionismo que, facilmente contestável por impressionismo em direção contrária, impede que se estabeleçam bases sólidas para discussão” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.154).

Recorrendo à leitura dos estudos mencionados acima, observamos que, embora eles problematizem algumas questões relacionadas à cor das personagens e, por consequência, ao racismo (com muita propriedade, diga-se de passagem), tais discussões dividem a atenção das pesquisadoras com outros assuntos – também de suma relevância – como os que foram apontados no parágrafo anterior.

Conforme se observa, os estudos mencionados focalizam a personagem negra sob múltiplas perspectivas: há teses e dissertações que privilegiam os aspectos estruturais das obras com intuito de observar as relações étnico-raciais entre as personagens e, consequentemente, sua recepção no ambiente escolar; outras, recorrendo à pesquisa de cunho bibliográfica, averigam as estratégias ideológicas contidas nos textos narrativos, poéticos e também em ilustrações. Para cada um dos objetivos desses trabalhos, há um método analítico diferente eleito por seus respectivos autores. Nesse sentido, é importante ressaltar que, para além dessa diversidade de enfoque de pesquisas, muitos estudos se propõem a investigar, junto às questões étnico-raciais, questões de gênero, sociais etc.

É diante do exposto que se justifica a necessidade de empreendermos um estudo que focalize, *especificamente, as personagens negras em sua dimensão social e, sobretudo, identitária*, porque pressupomos que o crítico que enseja propor este tipo de reflexão não pode deixar de observar o modo como a(s) identidade(s) dos sujeitos representados no fio do

discurso ficcional é/são manejada(s), sob pena de ignorar o aspecto mais substancial da cultura negra: sua identidade. Neste estudo, portanto, vincularemos a identidade das personagens às suas condições sociais e materiais, já que, “se um grupo é simbolicamente marcado como o inimigo ou como tabu [como é o caso da comunidade negra no Brasil], isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais” (WOODWARD, 2014, p.14).

2.2 Raça e racismo: noções conceituais

Predominantemente presente nas relações sociais, no dia a dia, termos como raça e racismo requerem alguns parênteses os quais, embora pareçam desnecessários, são de suma relevância, principalmente para este estudo, que pretende averiguar, dentre outros importantes aspectos, a presença de discursos racistas na literatura infantojuvenil em meio às representações das personagens negras. Por isso, partindo dos mais simples dos parênteses, abrimos espaço aqui para dar a concepção do primeiro termo (raça), que, segundo o dicionário *Luft* (2001), denota o “conjunto de indivíduos de caracteres corporais semelhantes e transmitidos hereditariamente/ Conjunto de ascendentes e descendentes de um povo ou família/ Origem/Qualidade; classe” (LUFT, 2001, p.554).

Tal concepção, embora elucide o vocábulo em primeira instância, não traz em si as implicações sociais, políticas e humanas, que são recorrentemente aplicadas aos mais diversos estudos contemporâneos que discutem a questão em âmbito teórico. Para além dessa definição – limitada, diga-se de passagem – é essencial ter em mente que há posições dissonantes no campo das Ciências Sociais quanto ao uso da terminologia “raça”. Silva (2007, p.45), por exemplo, frisa que os estudiosos que se negam a utilizar o termo, fazem-no apoiando-se na assertiva de que, biologicamente, não existem raças na espécie humana. Tais pesquisadores, é preciso lembrar, têm argumentado, ainda, que esta nomenclatura encontra-se carregada de conteúdo ideológico discriminatório (SILVA, 2007, p. 45), o que pode justificar suas reiteradas tentativas de abolição do termo dos dicionários e dos textos de cunho científico (MUNANGA, 2003).

Desse modo, é plausível ou não o emprego desta terminologia? Como matizar o conceito sem ferir a dignidade de um grupo? O terreno por onde transitam as discussões sobre raça, racismo e também etnia, é escorregadio e exige prudência. Por isso, antes de respondermos estas questões, julgamos pertinente a revisão de alguns estudos referenciais sobre o tema discutido.

Começamos pelo artigo “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo e etnia”, publicado em 2003 pelo professor e antropólogo Kebelenge Munanga, da Universidade de São Paulo. Por meio de uma linguagem notoriamente acessível, o autor realiza, de fato, uma abordagem cronológica dos conceitos mencionados anteriormente. Atendo-nos ao conceito de raça – que nos interessa neste primeiro momento – lembra o pesquisador que o termo carrega, em sua origem etimológica, as seguintes concepções: “sorte, categoria e espécie” (MUNANGA, 2003, p.01).

As duas últimas, “categoria” e “espécie”, são duas palavras distintas, é verdade. Mas juntas, em uma disposição sintática (ex: “categorizar espécies”), sugerem-nos um complemento semântico operante no contexto de nossa discussão. A Zoologia e a Botânica foram as primeiras ciências, conforme registra Munanga (2003), a utilizarem o conceito de raça para catalogar espécies de animais e plantas, respectivamente. Ainda para o pesquisador, é entre os séculos XVI e XVII que se observa o deslocamento do termo para “classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças” (MUNANGA, 2003, p.01).

Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois foi utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos, de origem germânica, em oposição com os Gauleses, população local identificada com a Plebe. Não apenas os Francos se consideravam como uma raça distinta dos Gauleses, mais do que isso, eles se consideravam dotados de sangue “puro”, insinuando suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar os Gauleses, que segundo pensavam, podiam até ser escravizados (MUNANGA, 2003, p.01).

Consoante ao postulado do autor, tudo indica que este é um dos momentos em que é possível observar, além da aplicação do termo a uma possível classificação humana, a tentativa de se legitimar uma hierarquia entre as classes sociais, mais especificamente, nesse caso, entre a nobreza e a plebe. No estudo de Munanga (2003), entretanto, não há nenhuma referência de experimentos científicos que pudesse justificar *ipso facto* as relações de dominação e subordinação; aliás, não havia sequer “diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes” (MUNANGA, 2003, p.01), naquele contexto sócio-histórico.

Se a Botânica e a Zoologia, enquanto ciências constituídas, utilizam, via de regra, uma série de estudos e experimentos para atestarem uma determinada classificação, o que vemos no caso exposto acima é senão um conluio, assegurado por vagas suposições, das classes mais abastadas contra as menos favorecidas. Posição esta sustentada até o final do século XVII pela “Teologia e pela Escritura, que tinham o monopólio da razão e da explicação” (MUNANGA,

2003, p.02), não raro calcados na mitologia judaico-cristã, como se observa no excerto abaixo.

Para aceitar a humanidade dos outros, era preciso provar que são também descendentes do Adão, prova parcialmente fornecida pelo Mito dos Reis Magos, cuja origem exhibe personagens representantes das três raças, sendo Baltasar, o mais escuro de todos e representante da raça negra. Mas o índio permanecia ainda incógnito, pois não incluído entre os três personagens representando semitas, brancos e negros, até que teólogos encontram argumentos derivados da própria bíblia para demonstrar que ele também era descendente de Adão (MUNANGA, 2003, p.02).

Os cientistas adeptos à Ilustração, no século XVIII, não corroboraram, obviamente, as explicações e os valores axiológicos cujas custódias pertenciam à alta corte e à Igreja. Caindo por terra os princípios eclesiásticos, emerge nesse contexto uma nova tentativa de se colocar, no cerne das discussões recorrentes à época, a questão da raça, agora sustentada por uma plêiade de estudiosos que esboçava algumas possibilidades de classificação dos seres humanos, baseadas em argumentos também passíveis de indagações, como veremos a seguir.

Conforme acentua Munanga (2003, p.03), foi justamente nesse período que a “cor da pele foi considerada como critério fundamental e divisor de água entre as chamadas raças”. De acordo com o estudioso, este atributo é insuficiente para justificar uma divisão classificatória, devido ao fato de ser um parâmetro estritamente artificial, já que a concentração de melanina, em determinado contexto geográfico, variava em conformidade com as condições climáticas de cada região em que os sujeitos, de diversas regiões do mundo, habitavam. Nas palavras do autor: “uma pele escura concentra mais melanina que uma pele clara, pois protege contra a infiltração dos raios ultravioletas nos países tropicais, uma pele clara é necessária nos países frios, pois auxilia na síntese de vitamina D” (MUNANGA, 2003, p.07).

A cor da pele, é preciso salientar, foi apenas um dos atributos fenotípicos utilizados como pretexto para propor uma ordem hierárquica entre as pessoas, visto que a ela acrescentou-se, no século XIX, a espessura dos lábios, a forma do nariz e do queixo, além do formato do crânio – este último, vale frisar, foi objeto de intenso estudo de cientistas, conforme assinala Munanga (2003). O que interessa observar, diante desse fato, é que *per se* tais aspectos não esclarecem ou tampouco justificam qualquer ato de superioridade e dominação.

Atendo-nos com maior precisão às ponderações de Munanga (2003), é cada vez mais evidente que as constatações dos pesquisadores do século XVIII não passaram de suposições e, por este motivo, em nada diferem das opiniões do povo Franco por exemplo, que insinuava

pertencer a uma raça pura, sem apresentar uma explicação plausível para isto. Suposições, opiniões e insinuações a parte, até mesmo um cientista iniciante compreende que esses substantivos são plenamente incapazes de validar qualquer proposição, que, via de regra, deve estar submetida a uma série de procedimentos metodológicos suficientes para demonstrar evidências concretas ante ao experimento.

Conforme posto anteriormente, os critérios morfológicos passaram a ser o cerne das discussões sobre raça no século XIX, mas agora sob a égide de estudos complexos, de orientações monogenista e poligenista, realizados em diversos laboratórios da Europa e dos Estados Unidos. Mas foi esta visão (poligenista), aliás, defendida e sustentada por teóricos do segundo quartel deste século, que supôs a existência de “vários centros de criação, que corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais” fortalecendo, assim, “uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos, que passaram a ser crescentes e encarados como resultado imediato de leis obrigatórias e naturais” (SCHWARCZ, 2015, p.65).

A frenologia e a antropometria – teorias emergentes nesse contexto – predispuseram-se a analisar o comportamento humano, correlacionando-o com o tamanho do cérebro e, posteriormente, com o do crânio. A este respeito, registra Lilia Schwarcz (2015) que o antropólogo suíço, Andrés Ratzius, foi o precursor dos estudos que averiguaram as dimensões dos crânios, sendo logo seguido por Paul Broca, “famoso anatomista e craniologista, estudioso da biologia humana e defensor das teorias poligenistas” que tentou comprovar, por meio de suas análises, a “inter-relação entre inferioridade física [tamanho do crânio/cérebro] e mental [comportamento]” (SCHWARCZ, 2015, p.67).

O que nos interessa, nesse postulado teórico, é a margem que se abre para fazer emergir, novamente, a ideia de raças puras, logo, superiores àquelas que passaram por um processo de hibridização – denotando a semelhante comparação “entre o exemplo da não fertilidade da mula e uma possível esterilidade do mulato” (SCHWARCZ, 2015, p.67). Ainda para a estudiosa:

Questão fundamental, a mistura de raças na versão poligenista apontava para um fenômeno recente. Os mestiços significavam, segundo essa última interpretação, a diferença fundamental entre as raças e personificavam a ‘degeneração’ que poderia advir do cruzamento de ‘espécies diversas’ (SCHWARCZ, 2015, p.74).

Consoante, ainda, às considerações da pesquisadora ora referenciada, temos que, se os poligenistas fundamentaram sua crença na degeneração da espécie humana quando submetida a cruzamentos inter-raciais; os monogenistas, por sua vez, discutiram a questão (racial) não só baseando-se na ideia de que a humanidade teve sua origem em único centro, mas também na

suposição de hierarquias entre raças, “em função de seus diferentes níveis mentais e morais” (SCHWARCZ, 2015, p.67).

Há, notadamente, uma vasta discussão sobre a percepção monogenista realizada por Lilia Schwarcz na obra *O espetáculo da raça: cientistas, instituições e questão racial no Brasil* (2015), que se encarrega de apresentar, em profundidade, as dissonâncias teóricas entre esta percepção e a visão poligenista. Ativemo-nos com maior interesse a este último ponto de vista, devido ao fato de ele ter respaldado o darwinismo social, que, segundo a autora, encontrou, no Brasil, um terreno fértil para fazer germinar modelos (teóricos) a ponto de popularizar-se entre os estudiosos do período.

Para os cientistas europeus e norte-americanos, os aspectos morfológicos – já citados por nós anteriormente – encaminham o debate sobre “raça” com vistas às questões concernentes à miscigenação. Seguindo orientações poligenistas, esses teóricos advogaram, veementemente, contra todo e qualquer tipo de cruzamento “inter-racial”, uma vez que visaram ratificar e “enaltecer a existência de ‘tipos puros’ – e, portanto, não sujeitos a processos de miscigenação – e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social” (SCHWARCZ, 2015, p.78). Para justificar tais posicionamentos, esses cientistas, registra Schwarcz (2015), partiram de três proposições básicas, ei-las:

A primeira tese afirmava a realidade das raças, estabelecendo que existiriam entre as raças humanas a mesma distância encontrada entre o cavalo e o asno, o que pressupunha também uma condenação ao cruzamento racial. A segunda máxima instituíra uma continuidade entre caracteres físicos e morais, determinando que a visão de mundo entre as raças corresponderia a uma divisão entre as culturas. Um terceiro aspecto desse mesmo pensamento determinista aponta para a preponderância do grupo “racio-cultural” ou étnico no comportamento do sujeito, conformando-se enquanto uma doutrina de psicologia coletiva, hostil à ideia do arbítrio ao indivíduo (SCHWARCZ, 2015, p.78).

É importante ter em mente que todas as proposições acima apresentam, de algum modo, uma escala de valores ora orientados por caracteres biológicos ora por atributos morais e psicológicos, os quais serviram, novamente, para ratificar a proeminência da “raça branca” em relação às demais raças, principalmente à “negra, a mais escura de todas e consequentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto, a mais sujeita a escravidão e a todas as formas de dominação” (MUNANGA, 2003, p.05).

De acordo com o que expusemos até o momento, as discussões sobre raça no século XIX, muito diferente daquelas realizadas em épocas anteriores, contaram, inegavelmente, com pesquisadores que se detiveram na análise de uma multiplicidade de aspectos

morfológicos e psicológicos, agora estudados sob alcunha científica. Mas se não fosse a própria ciência uma esfera marcada por instabilidades teóricas, hoje, no primeiro quartel do século XXI, essa questão seria entendida sem significativas alterações no plano conceitual. O que queremos dizer é que as pesquisas realizadas no século XX foram (entre aspas) “mais determinantes” para uma revisão teórica concernente à ideia de raça, pois, segundo Munanga (2003, p.04), foi devido aos progressos da Genética Humana que muitos estudiosos concluíram que havia, no sangue humano, certos marcadores genéticos, os quais, somados aos demais aspectos morfológicos, apontavam para novas perspectivas:

O cruzamento de todos os critérios possíveis (o critério da cor da pele, os critérios morfológicos e químicos) deu origem a dezenas de raças, sub-raças e sub-sub-raças. As pesquisas comparativas levaram também à conclusão de que os patrimônios genéticos de dois indivíduos pertencentes a uma mesma raça podem ser mais distantes que os pertencentes às raças diferentes; um marcador genético característico de uma raça pode, embora com menos incidência, ser encontrado em outra raça (MUNANGA, 2003, p.04).

A colocação de Munanga (2003) exige um esclarecimento: o autor afirma, em uma passagem de seu texto, que muitos cientistas desse período levantaram a hipótese de que os aspectos químicos – nos referimos aqui aos marcadores genéticos – serviriam para definir, com maior precisão, “a divisão da humanidade em raças estancas” (MUNANGA, 2003, p.04). Hipótese esta que também não se sustenta se levarmos em consideração o excerto acima, visto que tais aspectos (genéticos) não pertencem, necessariamente, a uma raça específica, porque podem ser encontradas em muitas outras, permitindo que um senegalês esteja “mais próximo de um norueguês e mais distante de um congolês” (MUNANGA, 2003, p.04), por exemplo.

Diante desse fato, nota-se que o conceito de raça enquanto instância biológica não existe. Não existe porque, no curso da história científica, nunca foi comprovada, mesmo com as insistentes tentativas da raciologia que, de acordo com Munanga, foi uma pseudo-teoria lançada (no Brasil) que “mais serviu para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial” do que para explicar a “variabilidade humana” (MUNANGA, 2003, p.05). Mas, se biologicamente “raças” não existem, por que, afinal, observa-se, ainda hoje, o emprego do termo em diversos trabalhos científicos que se propõem a discutir as questões concernentes à pessoa negra em diversos campos da ciência?

A pergunta acima exige ao menos um parêntese para justificar satisfatoriamente uma resposta. E este parêntese se refere a um apontamento de Munanga (2003) feito no texto já referenciado, no qual postula que, embora a ciência tenha comprovado a inexistência de raças humanas, essa assertiva é “insuficiente para fazer desaparecer as categorias mentais que as

sustentam” (MUNANGA, 2003, p.09) no imaginário coletivo, que ainda crê na existência de raças fictícias.

É importante justificar essa crença com base no recorte que fizemos das pesquisas de Munanga (2003) e Schwarcz (2015): desde o século XVIII, nota-se um empenho – por parte daqueles cujos poderes estiveram sob suas custódias – em demarcar um distanciamento destes às demais populações/comunidades periféricas, com base na pigmentação da pele. Movimento semelhante ocorre no século XIX, mas, conforme visto anteriormente, agora marcado por pesquisas fundamentadas nas proposições monogenistas e poligenistas, as quais defendiam, cada uma a seu modo, a bandeira do racismo, justificado pela falsa convicção de que os aspectos fenotípicos como a cor da pele, a espessura dos lábios, o formato do nariz – para citarmos apenas alguns – constituem, *per se*, critérios suficientes para fixar hierarquias entre as pessoas.

Diante desse cenário, faz-se necessário endossar que, embora essas pesquisas fossem superadas no campo da ciência, não há evidências de que os discursos propagados por meio desses estudos foram desconstruídos no imaginário popular, principalmente se levarmos em consideração o fato de que, particularmente no Brasil, parte da população só teve acesso efetivo aos meios de escolarização em meados do século XX. Fato este, aliás, a condição *sine qua non* para que adentrássemos o “terceiro milênio carregando o saldo negativo de um racismo elaborado desde o século XVIII” (MUNANGA, 2003, p.11).

Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletiva de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares (MUNANGA, 2003, p.06).

Ora, se no imaginário popular o termo “raça” ganha contornos estritamente biológicos, na esfera acadêmica pesquisadores contemporâneos não mais utilizam o conceito para ratificar uma “realidade” biológica (já desconstruída), mas para explicar o racismo, cujo fundamento se baseia na existência dessas raças fictícias, conforme as considerações de Munanga (2003). Portanto, o emprego do termo raça em diversos trabalhos de cunho científico – inclusive no nosso – possui uma configuração semântica cujo significado reside na compreensão do vocábulo que tem a ver com uma “realidade social e política [...], uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e exclusão” (MUNANGA, 2003, p.07).

O propósito deste tópico consistiu em apresentar, com maior propriedade e melhor entendimento, os processos pelos quais as discussões sobre “raça” perpassaram, bem como a aplicabilidade do conceito, que assumiu, no curso das discussões no campo da biologia e, recentemente, das Ciências Sociais, conotações diferentes, propostas por estudiosos que, decididamente, mantiveram a grafia do termo. Ademais, o entendimento da noção de “raça” enquanto construto fictício, presente no seio do imaginário coletivo, será de fundamental importância para que possamos compreender o “racismo” – termo que também exige maiores problematizações, principalmente por parte do crítico que enseja averiguar a presença (ou não) de discursos racistas na esfera literária, como é o nosso caso.

2.3 Racismo: o que é e como se faz no Brasil

Para Munanga (2003), o conceito de racismo, tal qual o conhecemos hoje, foi criado no início do século XX e teve como fundamento primeiro a noção de raça, pautada nos caracteres físicos, como a cor da pele e os demais aspectos morfológicos. Nesse viés, um fato importante a ser observado é a preservação das categorias mentais que resguardam, na memória coletiva dos sujeitos, a ideia de raças fictícias, sustentadas por uma suposta hierarquização das “espécies humanas”, muito possivelmente herdada dos estudos de Carl Von Linné, cientista sueco que propôs uma relação entre as características físicas com os aspectos morais, psicológicos, culturais de muitos povos. Munanga (2003) nos apresenta, no fragmento abaixo, uma tentativa de classificação da diversidade humana dividida em quatro raças, propostas por Linné em 1735:

- Americano: que o próprio classificador descreve como moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado.
- Asiático: amarelo, melancólico, governado pela opinião e pelos preconceitos, usa roupa largas.
- Africano: negro, flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo), unta seu corpo com gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados.
- Europeu: branco, sanguíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertadas (MUNANGA, 2003, p.09).

“Como Linné conseguiu relacionar a cor da pele com a inteligência, a cultura e as características psicológicas num esquema sem dúvida hierarquizante, construindo uma escala de valores nitidamente tendenciosa?” – questiona Munanga (2003, p.09). Tal questionamento pode ser mais bem respondido se levarmos em consideração o fato de que o cientista sueco –

o mesmo que estabeleceu uma classificação racial das plantas no século XVIII – não teve outra intenção senão aquela de fazer valer sua autoridade científica para corroborar as intenções das elites “imperialistas”, com objetivo de rotular, sem maiores explicações, as nações não-europeias como sendo inferiores para, assim, justificar suas colonizações.

Nesse sentido, é preciso atentar, de modo especial, para a construção imagética dos africanos sob a ótica do dominador, ou seja, daquele que, segundo Bonnici (2011), detém todos os meios e formas de dominação, inclusive o lugar da fala³ - espaço de onde se pode matizar estratégias discursivas para inferiorizar “o pequeno outro”⁴. Temos, no caso de Linné, um cientista europeu, que discursa de um centro propondo diferenças salutares entre populações negras e brancas, pois, em uma observação mais precisa e atenciosa às colocações desse pesquisador, nota-se que o grau de inferioridade do negro quando descrito por adjetivos como “astucioso”, “preguiçoso”, “negligente” tem a pretensão de esgotar toda e qualquer possibilidade de uma valorização, em qualquer aspecto positivo. A pessoa branca, por sua vez, caracterizada pelo cientista como “musculoso”, “inventivo”, “governado pelas leis” torna-se a “norma” em diversos espaços, principalmente em sociedades europeias.

Diante do exposto, torna-se imprescindível ressaltar que essas relações de superioridade e inferioridade ficticiamente estabelecidas entre as pessoas brancas e negras, tem feito com que estas últimas assumissem certos preconceitos contra si mesmas, o que nos permite entender, mais uma vez, que o racismo opera por meio de um sistema altamente complexo, pois tais sujeitos, diante do Outro, tendem a objetificar-se, como relata Fanon (2008, p.106, grifo nosso) ao discutir a questão do negro no século XX: “nessa época, desorientado, incapaz de estar no espaço aberto com o outro, com o branco que impiedosamente me aprisionava, eu me distanciei para longe, para muito longe do meu estar-aqui, *constituindo-me como objeto*”.

Não obtendo, portanto, o reconhecimento do Outro, o negro faz-se reconhecer para si mesmo, ora afirmando sua identidade ora negando-a, objetificando-a. As considerações teóricas de Frantz Fanon (2008, p.106), presentes em *Peles Negras, Máscaras Brancas*, oferecem-nos, ainda, subsídios suficientes para atestar que a objetificação do sujeito constitui um processo de descaracterização de todos os aspectos que aferem dignidade ao ser humano, visto que, ao discutir sobre a “experiência vivida do negro” nessa obra, o referido estudioso –

³ Ver Regina Dalcastagnè – “Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea”. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n° 31. Brasília, janeiro-junho de 2008.

⁴ Segundo Bonnici (2009, p.265), nas teorias que versam sobre o pós-colonialismo, o termo “pequeno outro” é uma referência aos “outros colonizados”, os quais estão “marginalizados pelo discurso imperialista e marcados por sua diferença em relação ao centro”.

discursando como quem assume sua cor e, por conseguinte, sua identidade – não apenas compreende as vias por onde operam os mecanismos de exclusão – isto é, o racismo – como também apresenta, em tom confessional, a experiência de ser negro na sociedade em que vive.

O mundo branco, o único honesto, rejeitava minha participação. De um homem exige-se uma conduta de homem; de mim, uma conduta de homem negro – ou pelo menos uma conduta de preto. Eu acenava para o mundo e o mundo amputava meu entusiasmo. Exigiam que eu me confinasse, que encolhesse (FANON, 2008, p.107).

Intensificando o tom do discurso, prossegue Fanon (2008, p.125): “sentimento de inferioridade? Não, sentimento de inexistência. O pecado é preto como a virtude é branca. Todos esses brancos reunidos, revólver nas mãos, não podem estar errados. Eu sou o culpado. Não sei de quê, mas sinto que sou um miserável”. O relato do teórico nos permite compreender, substancialmente, o que é, de fato, ser negro diante do outro (branco): possuir traços fenotípicos de um africano ou de seus descendentes em uma sociedade ocidental implica na emergência de um sentimento não só de inferioridade, mas, e, sobretudo, de inexistência. Mais do que isso, ao descrever tais sentimentos (de inferioridade e inexistência diante do outro), Fanon desnuda a crueldade a que o racismo submete as pessoas de pigmentação escura e desvela, na mesma esteira, o ódio que sustenta sua perpetuação no imaginário coletivo. Não se trata, aqui, de um sentimento (de ódio) como sendo “uma mera questão de sentimento ou de interação puramente afetiva”, mas de “sistema normativo” que se aplica e se dirige “especificamente contra toda uma parte da Humanidade, identificada a partir de seu fenótipo” (MOORE, 2009, p.282), afetando, principalmente, as funções psicossociais do sujeito, como sugere outro exemplo de Fanon (2008), quando ele propõe uma comparação com um judeu:

Ainda assim o judeu pode ser ignorado na sua judeidade. Ele não está integralmente naquilo que é. As pessoas avaliam, esperam. Em última instância, são os atos e os comportamentos que decidem. É um branco e, sem levar em consideração alguns traços discutíveis, chega a passar despercebido. Ele pertence à raça daqueles que sempre ignoraram a antropofagia. No entanto, que ideia, devorar o próprio pai! Mas tudo está bem feito, só precisamos não ser pretos. Claro, os judeus são maltratados, melhor dizendo, perseguidos, exterminados, metidos no forno, mas essas são apenas pequenas histórias em família. O judeu só não é amado a partir do momento em que não é detectado. *Mas comigo tudo toma um aspecto novo. Nenhuma chance me é oferecida. Sou sobredeterminado pelo exterior. Não sou escravo da “ideia” que os outros fazem de mim, mas da minha aparição* (FANON, 2008, p.108, grifo nosso).

Carlos Moore, importante cientista social e também ativista negro, tem insistido no fato de que, “desde o início, na Antiguidade, o racismo sempre foi uma realidade social e cultural pautada exclusivamente no fenótipo, antes de ser um fenômeno político e econômico”

(MOORE, 2009, p.22). Levando em conta as considerações desse autor e o exemplo instigante e sugestivo de Fanon (2009), podemos afirmar que as atuais manifestações de racismo, no Brasil e no mundo, são a prova de que a cor da pele e os demais traços fenotípicos continuam a ser o ponto de partida – a linha de demarcação entre o “eu” (negro) e o “ele” (branco) (FANON, 2009) – para que o racista estabeleça, por meio de suas incontáveis ações, critérios hierárquicos para justificar a necessidade da interposição de uma distância entre os dois.

Atendo-nos apenas a um dos muitos exemplos que poderíamos citar, lançamos mão de um caso que nos é bastante familiar em se tratando da cultura brasileira e europeia: entendemos que as partidas de futebol, as quais ocorrem nos estádios, constituem os espaços propícios para manifestações racistas, principalmente se levarmos em consideração os ânimos que se acirram entre as torcidas rivais e, principalmente, entre estas e os atletas. A título de ilustração, recorreremos ao caso do jogador Daniel Alves, atleta do clube espanhol Barcelona (Espanha): em uma das edições do clássico contra o Real Madrid, o referido atleta ouviu, nos minutos finais da partida, sons que imitavam macacos. Em outra ocasião, a torcida do Villareal (Espanha) atirou bananas em sua direção.

Descontente com a atitude do jogador que, nas duas ocasiões, ajudou sua equipe a construir a vitória, a torcida rival (denominada branca por ser espanhola/europeia) apelou para o ódio, com intuito de desqualificar o sujeito enquanto pessoa humana, constituída de dignidade. A ação (racista) “justifica-se” pelo seguinte fato: Daniel Alves é brasileiro, baiano, com traços que engendram o fenótipo do negro – atributos suficientes para criar, no imaginário racista, uma relação de superioridade-inferioridade.

Para além desses atributos físicos, salienta Munanga (2003, p.08) que, em outras circunstâncias, o racista pode conceber “a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça em seu imaginário não é exclusivamente um grupo definido por traços físicos. A raça na cabeça dele também pode ser um grupo social com traços culturais, linguísticos e religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores” ao grupo a que pertence.

Convergingo as proposições de Moore (2009) e Munanga (2003), temos que a cor da pele constitui o primeiro atributo a ser observado – detectado, nas palavras de Fanon (2009) – pelo racista para que ele possa emitir juízos de valor a uma determinada pessoa e/ou a um grupo. Mas há outras formas de manifestação do racismo que necessitam ser levadas em consideração, mais especificamente aquelas que atingem, em cheio, as especificidades culturais, linguísticas e religiosas, como propõe Moore (2009). Este último aspecto, aliás, merece nossa devida atenção justamente pelo fato de ser um dos elementos intrínsecos às

comunidades africanas e/ou afro-brasileiras, as quais estão representadas em nosso objeto de análise.

Em nosso entendimento, não há como se compreender a efetiva dinâmica cultural de uma comunidade negra sem a observância da operacionalização, em escala variável, do candomblé, da umbanda, da quimbanda, do batuque e de tantos outros desdobramentos das religiões de matriz africana, principalmente no Brasil. Mas como pensar a manutenção dessas expressões religiosas se os jornais noticiam, com certa frequência, casos de intolerância religiosa para com seus adeptos?

Se, de acordo com Munanga (2003), o conceito de raça é utilizado para explicar o racismo em sua dimensão social, a partir da crença na existência de raças (fictícias) hierarquizadas no imaginário popular, partimos, aqui, da hipótese de que o preconceito para com as religiões afro-brasileiras é, também, fenômeno social do racismo, sustentado por estereótipos e associações negativas construídas historicamente e fixadas no imaginário coletivo. Estereótipos os quais se constroem a partir de expressões como “a/o macumbeira/o”, “a/o bruxa/o”, “a/o feiticeira/o” e são recorrentemente perpetuados no âmbito das relações cotidianas, carregando em si, uma carga semântica negativa, principalmente quando se observa, no tom de quem enuncia, um quê depreciativo, discriminatório, cuja finalidade reside única e exclusivamente em desqualificar a fé alheia e a sua relação com o sagrado.

Quando pontuamos que a intolerância religiosa é “fenômeno social do racismo” queremos afirmar que, há aí, uma ampliação do conceito para abranger outras ações discriminatórias que não se limitam apenas àquelas que se remetem direta ou imediatamente ao preconceito de cor, baseado, especificamente, a partir dos traços fenotípicos de uma pessoa de origem ou descendência africana. Ora, um adepto do candomblé ou da umbanda, que seja, nem sempre é, necessariamente, uma pessoa negra, e, mesmo sendo branco, poderá sofrer preconceito devido à prática de sua religião, cujas raízes estão abrigadas em muitas nações do continente africano. Nas palavras de Moore (2009):

Os preconceitos, medos, [podemos incluir aí, também, a intolerância religiosa], ódios seculares que o racismo gerou ao longo dos tempos se têm enraizado no imaginário coletivo dos diversos povos e sociedades, formando incríveis labirintos de sentimentos inconfessos de repulsa automática contra o segmento de origem africana e de insensibilidade para com seus interesses e anseios (MOORE, 2009, p.289).

Os ataques dirigidos às religiões africanas e/ou afro-brasileiras servem-nos de exemplos pontuais e suficientes para compreendermos que a discriminação racial é um ato mais profundo, substancial, e que, certamente, está muito mais além da agressão física/verbal

dirigida a uma pessoa de pigmentação escura. Todavia, não podemos confundir a abrangência que o termo abarca com sua relativização, que, conseqüentemente, desemboca em sua banalização. Expliquemos.

Antes de qualquer coisa, é preciso ter em mente duas distinções: o racismo e o preconceito não podem, conforme atesta Moore (2009, p.280), ser tratados como sinônimos para explicar situações que, invariavelmente, são diferentes. Para o autor, “os preconceitos não são necessariamente manifestações de racismo”, que, por sua vez, estão intrinsecamente relacionados ao ódio e às configurações fenotípicas de uma grande parcela da Humanidade e de tudo que deriva dela, inclusive suas manifestações culturais, contribuindo, assim com “vários desarranjos sociais extremos, vivenciados em praticamente todos os países do mundo, tornando-o a última fronteira do ódio no planeta” (MOORE, 2009, p.280).

Nesse sentido, podemos afirmar que boa parte dos preconceitos, mais precisamente aqueles que se dirigem contra as mulheres (brancas), os homossexuais, os deficientes físicos, os obesos etc. além de não arraigarem seu fundamento nos aspectos morfológicos do sujeito negro, não possuem nenhuma (cor)relação com a negritude, e, por isso, não devem ser concebidos – pelo menos neste trabalho – como vertentes do racismo, pois “esse uso generalizado do termo pode constituir numa armadilha ideológica, na medida em que pode levar à banalização dos efeitos do racismo, ou seja, a um esvaziamento da importância ou da gravidade dos efeitos nefastos no mundo” (MUNANGA, 2003, p.10), conforme já nos assinalou Moore (2009).

Do igual modo, o conceito de etnia⁵ ou etnicidade tem sido empregado, por alguns pesquisadores, para explicar o fenômeno do racismo, com vistas às questões concernentes à diferença e/ou identidade cultural. O emprego dessa terminologia, salienta Munanga (2003, p.13), não elimina os fatores de dominação e exclusão, que, aliás, permaneceram inatos no bojo do conceito, uma vez que “as vítimas [do racismo] de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje”. Nota-se, portanto, que “essa substituição não muda nada a realidade do racismo, pois não destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes que é um de seus componentes” (MUNANGA, 2003, p.12). Por isso, não nos esquivaremos de utilizar, neste trabalho, os termos “raça” e “racismo” em detrimento do de etnia, ainda que, num primeiro momento, a escolha desse último vocábulo possa soar como uma expressão

⁵O conceito de etnia ou etnicidade, que seja, é empregado, nesta dissertação, na mesma perspectiva em que empregam Kwame Appiah (2010) e Kabengele Munanga (2003), os quais entendem que ela (a etnia) constitui uma comunidade social definida por uma multiplicidade de afinidades linguísticas, religiosas, culturais e que, de algum modo, está inserida geograficamente em um mesmo território. Nesse viés, é preciso ter em mente uma distinção clara entre raça e etnia: aquela está, de algum modo, relacionada aos aspectos morfológicos do sujeito, enquanto esta se refere aos traços culturais de um grupo, que compartilha uma origem/memória comum.

mais cômoda ou, nos dizeres de Munanga (2003, p.12), como uma “fala politicamente correta”.

Portanto, aqui se entende por racismo todos os preconceitos e ações de natureza discriminatória, cujos fundamentos encontram-se alinhavados com a crença da existência de raças, ainda que estas jamais tenham sido atestadas cientificamente no curso da história, como demonstramos no tópico anterior. Desse modo, é de nossa compreensão que essa falsa convicção (da existência de raças) coexiste no imaginário popular e orienta as relações cotidianas de muitos sujeitos, que, consciente ou inconscientemente, assumem comportamentos racistas nem sempre identificáveis de maneira explícita. A este respeito, fazem-se necessárias mais algumas considerações.

Ainda neste tópico, apresentamos um exemplo claro e evidente de um ato racista dirigido contra o jogador de futebol Daniel Alves. Discorremos ainda, brevemente, sobre a intolerância religiosa que, em nossa concepção, é uma vertente do racismo, dado ao fato de as religiões citadas serem de matriz africana, o que nos remete, inextricavelmente, aos traços fenotípicos da maioria dos sujeitos residentes nesse continente. Poderíamos citar, aqui, inúmeros exemplos de manifestações de intolerância às religiões afro-brasileiras, entretanto, um caso nos chamou atenção devido a sua intensidade e, também, por consistir num fato atual, ocorrido em 2015. Trata-se do caso da menina Kayllane de Campos, de 11 anos, nascida e residente no Rio de Janeiro. Após sair de uma cerimônia de candomblé, a garota e seu grupo de adeptos à religião foram agredidos fisicamente por um grupo supostamente de protestantes. A criança, que sofreu um ferimento na cabeça por conta de uma pedrada, externou a um dos veículos de comunicação nacional que achou “que ia morrer. Eu sei que vai ser difícil. Toda vez que fecho o olho eu vejo tudo de novo. Isso vai ser difícil de tirar da memória⁶”.

O conflito que se interpõe diante dessas duas comunidades religiosas (protestante e afro-brasileira) atesta a proposição de Munanga (2009), que compreende o racismo para além da pigmentação da pele, isto é, em uma perspectiva transversal, em que o subjulgamento é proveniente do pertencimento a um grupo social que, diga-se de passagem, é negro. O exemplo nos ilustra, claramente, os males e os traumas que o racismo pode aferir à vida de um adepto às religiões de matriz africana, seja ela qual for (candomblé, umbanda, quimbanda, batuque, cabula etc.). Esse mesmo fato, vale ressaltar, remete-se a um caso explícito de preconceito racial, entretanto, e, conforme posto anteriormente, o racismo nem sempre opera

⁶ Em: < <http://g1.globo.com/pop-arte/blog/yvonne-maggie/post/menina-apedrejada-fanatismo-e-intolerancia-religiosa-no-rio-de-janeiro.html> > Acesso em 4 de julho de 2016.

de maneira evidente no estrato social, visto que ele dispõe de muitas formas complexamente estratégicas de operacionalização, principalmente se pensarmos no caso do Brasil, que sustenta um racismo simbólico.

2.4 Racismo simbólico

Quando afirmamos que o racismo se efetiva através de vias simbólicas, queremos dizer que ele se dá em meio às relações sociais de maneira natural e latente, conforme as considerações teóricas de Pierre Bourdieu – sociólogo francês, dedicado à discussão do feminismo e de outras questões de ordem social, que propôs o conceito de violência simbólica e do qual nos apropriamos para corroborar (junto de outros estudiosos) a noção de “racismo simbólico”, que nos servirá para explicar, por exemplo, a ausência de autores negros na literatura infantojuvenil e, também, as representações estereotipadas de personagens negros.

Com intuito de delinear melhor essa noção conceitual, julgamos pertinente a abertura de mais um parêntese para que possamos dar conta de explicar, ainda que sinteticamente, o deslocamento do termo “violência simbólica” (para “racismo simbólico”) a partir das considerações que o teórico ora referenciado apresenta em sua obra *A Dominação Masculina* (2005).

A Dominação Masculina, uma das obras de maior relevância do autor, nessa perspectiva de estudos, constituiu-se a partir de uma pesquisa de cunho etnográfico, realizada entre as décadas de 1950 e 1960, no interior da sociedade Cabila – região localizada ao norte da Argélia. No contato com essa sociedade, o pesquisador constatou que ela se organiza a partir do princípio androcêntrico, em que as relações sociais entre homens e mulheres se dão de forma assimétrica, com vantagens significativas para as pessoas de sexo masculino, cuja superioridade⁷ se constrói, sobre o feminino, na forma de *habitus*. Este termo – que trataremos de explicá-lo mais adiante – foi cunhado pelo autor para se referir ao modo como as estruturas sociais são incorporadas pelos indivíduos dessa sociedade⁸ a partir de disposições mentais e/ou cognitivas que os orientam em seus modos de sentir, pensar, agir etc.

Na obra em tela, Bourdieu (2005) lança-se à reflexão sobre dois aspectos importantes: 1) a permanência da dominação androcêntrica na contemporaneidade; 2) e o seu processo

⁷ Para Bourdieu (2005, p.18), a “força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”.

⁸ A noção de *habitus*, segundo o autor, também pode ser aplicada em muitas sociedades ocidentais.

histórico de reprodução. A este respeito, é preciso ponderar que o teórico compreende a ordem social das coisas *como um sistema de estruturas permanentes, as quais são perpetuadas tanto de forma subjetiva quando de forma objetiva, por meio de vias simbólicas*— ou “violência simbólica”, para falarmos nos termos do autor – uma vez que estão inscritas nos corpos e nas mentes dos sujeitos, não necessitando, portanto, de uma coerção física ou qualquer tipo de imposição direta sobre estes. Afirma ainda o teórico:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível, a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento (BOURDIEU, 2005, p. 7).

Sendo, portanto, a violência simbólica uma violência “suave”, “insensível”, “invisível”, a qual se coloca na ordem das coisas de maneira natural e que não precisa ser justificada, ela faz das diferenças biológicas entre os homens e as mulheres o seu fundamento natural e evidente. Já nos apropriando do termo de Bourdieu (2005), compreendemos, respaldados no estudo⁹ de Moore (2009), que o racismo possui o seu fundamento primeiro pautado na cor, nos aspectos morfológicos/fenotípicos e todos os outros atributos que, direta ou indiretamente, fazem menção ao grupo.

Nesse sentido, torna-se imprescindível atentar para fato de que, não necessariamente, o preconceito racial é identificado por situações que envolvam embates diretos, agressões, xingamentos, insultos etc., pois se a violência simbólica constitui uma violência imperceptível, podemos afirmar que o racismo também, principalmente se levarmos em conta o bloqueio ao acesso aos bens materiais imposto a essa comunidade – para citarmos um dentre muitos exemplos.

Nas sociedades atuais, os recursos vitais se definem em grande medida em termos de acesso: à educação, aos serviços públicos, aos serviços sociais, ao poder político, ao capital de financiamento, às oportunidades de emprego, às estruturas de lazer, e até o direito de ser tratado equitativamente pelos tribunais de justiça e as forças incumbidas da manutenção da paz. O racismo veda o acesso a tudo isso, limitando para alguns, segundo seu fenótipo, as vantagens, benefícios e liberdades que a sociedade outorga livremente a outros, também em função de seu fenótipo (MOORE, 2009, p.284).

Ora, em se tratando de Brasil, nota-se, muitas vezes até sem muito espanto, que os níveis de desigualdade social entre brancos e negros são muito distantes. E tal distância pode

⁹ Ver MOORE, C. *Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

ser justificada por meio de diversos motivos, dentre eles, um fato que julgamos ser um dos fundamentos desse desnível social: trata-se da ausência de políticas públicas para com a população negra no período pós-abolição, já que, naquele contexto, o negro “se viu responsável por si só e por seus familiares, sem que dispusesse dos meios materiais ou morais para sobreviver numa nascente economia competitiva do tipo capitalista e burguês” (SOUZA, 2012, p.155). A esse respeito, pondera ainda Jessé Souza (2012):

Ao negro, fora do contexto tradicional, restava o deslocamento social na nova ordem. Ele não apresentava os pressupostos sociais e psicossociais que são os motivos últimos do sucesso no meio ambiente concorrencial. Faltava-lhe vontade de se ocupar com funções consideradas degradantes (que lhe lembravam do passado) – pejo que os imigrantes italianos, por exemplo, não tinham –; não eram suficientemente industriais nem poupadores e, acima de tudo, faltava-lhes o aguilhão da ânsia pela riqueza. Neste contexto, acrescentando-se a isto o abandono dos libertos pelos antigos donos e pela sociedade como um todo, estava, de certo modo, prefigurado o destino da marginalidade social e da pobreza econômica (SOUZA, 2012, p. 155).

As considerações de Souza (2012) permitem-nos compreender, ao menos em parte, um dos motivos pelos quais parte significativa da população negra do Brasil se encontra, ainda hoje, situada em determinados espaços de extrema vulnerabilidade social, como as favelas e os bolsões de misérias que se instala(ram) nas regiões mais periféricas de todos os estados brasileiros. Tanto é que o incentivo à imigração europeia e a não construção de políticas para inserção da população negra à sociedade impeliu esta comunidade “para o Nordeste, região que já apresentava decadência econômica” (HASENGALG, 1977 *apud* SILVA; ROSEMBERG, 2012, p.76).

Ainda a esse respeito, são dignos de nota alguns dados concernentes ao Índice de Desenvolvimento Humano. Para Silva e Rosenberg (2012, p.77), o racismo, no Brasil, fica cada vez mais evidente quando se observa que “o índice de brancos equivale a 0,791 (41ª posição) e o de negros 0,671 (108ª posição)”. A tabela a seguir, disposta no trabalho¹⁰ dos autores, ilustra melhor suas proposições:

Tabela 2: Indicadores selecionados de desigualdade racial, para brancos e negros (1995-2001)

Ano	1995	1997	1999	2001
Renda Média (em R\$ de janeiro de 2002)				
Branços	481	494	472	483
Negros	201	205	200	205

¹⁰ Ver VAN DIJK, T, A. *Racismo e Discurso na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

Total	357	365	350	356
Proporção da população residente em domicílio				
Branços	91%	92%	93%	93%
Negros	75%	79%	82%	82%
Total	85%	87%	89%	88%
Anos médios de estudo				
Branços	6,2	6,4	6,6	6,9
Negros	3,9	4,1	4,4	4,7
Total	5,2	5,5	5,7	6,0

(SILVA; ROSEMBERG, 2012, p.78)

Mas afinal, o que esses dados têm a ver com o racismo simbólico? Em contato com o estudo de Pierre Bourdieu, constatamos que, para o sociólogo, a natureza biológica das pessoas, desde o Renascimento, passou a ser encarada como “fundamentos da ordem social”, que determinaram as posições sociais dos sujeitos. Fazendo essa apropriação, sem muitos contorcionismos, podemos afirmar que a cor das pessoas – falamos aqui especificamente do caso do Brasil – determina as posições sociais de negros e brancos, e mais: essa determinação (das posições sociais) é constituída a partir do seu reconhecimento – lembremo-nos do caso de Fanon (2008) – e da sua reprodução pelos próprios indivíduos, pois as estruturas históricas do racismo são também incorporadas na forma de *habitus*¹¹, isto é, a partir de esquemas de percepção e de apreciação os quais orientam os comportamentos e posturas no estrato social.

Em outras palavras, isso quer dizer que o racismo simbólico constitui as relações sociais dentro de alguns padrões de normalidade. Por exemplo: não é estranho, à grande parte da sociedade brasileira, que a renda das pessoas brancas – conforme a tabela de Silva e Rosemberg (2012) – seja sempre superior às das pessoas negras. O mesmo espanto não se observa quando os negros se mantêm sempre em patamar de inferioridade, não possuindo domicílio próprio ou não alcançando maiores níveis de escolarização.

Em suma, o racismo simbólico pode ser observado em diferentes esferas da sociedade brasileira, a partir da constatação – já evidenciada por diversas pesquisas – das assimétricas relações sociais, que tendem, em maior ou menor grau, a naturalizar as desvantagens para a população negra em relação à população branca, cujos indivíduos ocupam, na maioria das

¹¹ Tecendo considerações acerca da noção proposta por Pierre Bourdieu, pontua Jessé Souza que “fruto de dada condição econômica e social, o *habitus* implica a inscrição dessas precondições, especialmente as relativas às experiências infantis, que passam a ser traduzidas no sujeito como um conjunto de estruturas perspectivas e avaliativas servindo como uma espécie de filtro para todas as experiências ulteriores. O *habitus* seria, portanto, um esquema de conduta e comportamento que passa a gerar práticas individuais e coletivas” (SOUZA, 2012, p.46).

vezes, as altas patentes, os mais altos cargos e dominam os principais meios discursivos, inclusive o campo literário – assunto que trataremos neste momento.

2.5 Racismo e discurso: implicações para a representação literária

O linguista holandês, Teun A. Van Dijk, em seu estudo intitulado “Discurso y racismo”, postula que o discurso – entendido em seu trabalho como evento comunicativo que envolve a forma escrita e a forma oral – exerce um papel fundamental para propagação do racismo na contemporaneidade. Nesse viés, salienta o estudioso que são as elites quem controlam a vida das minorias por meio do próprio discurso, seja falando, seja escrevendo, por exemplo, “en las reuniones de gabinete y las discusiones parlamentarias, en entrevistas de trabajo, en los noticiários, anuncios” (VAN DIJK, 2001, p.191) etc.

Considerando, pois, o fato de que a população negra no Brasil teve seu acesso aos bens simbólicos cerceados desde sempre, inclusive no período pós-abolição, obviamente que essa comunidade não possui, hoje, o domínio dos veículos discursivos, ficando estes apenas em posse daqueles a quem Van Dijk (2001) chama de elites simbólicas. Os sujeitos pertencentes a essas elites simbólicas são, na compreensão do autor, os grupos que, na sociedade, dizem ter “mais que dizer” devido ao fato de monopolizarem parte dos bens materiais, o que os levam a possuírem, também, o acesso “preferencial a las mentes del público general” (VAN DIJK, 2001, p.195).

No tópico anterior, afirmamos que o racismo também é um ato simbólico, o qual se efetiva por meio da exclusão das pessoas negras de vários espaços sociais e discursivos, e se “justifica” com base na crença da existência de uma raça não branca – sendo esta uma “raça” inferior, sem condições ou predisposições para manejar os discursos ou desenvolver qualquer atividade de cunho intelectual. Com base, portanto, nessa justificativa, - que, diga-se de passagem, é injustificável por já estar superada pela ciência no curso da História – as pessoas negras estão à parte dos grupos dominantes, logo, não “determinam a direção ideológica na política”, não “estabelecem linha editorial da mídia”, não “desenvolvem o currículo dos livros didáticos e da educação”, tampouco “formulam as prioridades da pesquisa acadêmica ou investigação judicial” (VAN DIJK, 2012, p.16).

Se não bastasse a exclusão da população negra desse espaço discursivo, as elites simbólicas, compostas por jornalistas, professores, juristas, escritores etc., possui “pouco interesse em questões étnicas [raciais]”, (VAN DIJK, 2012, p.16), e, para atender as demandas e os interesses do próprio grupo, trata de estabelecer estratégias discursivas para

ênfatisar os aspectos negativos das minorias étnicas, com intuito de assegurar o monopólio da comunicação. Nas palavras do autor:

Portanto, no nível dos *significados globais* ou *tópicos*, percebemos que a conversa e textos racistas tipicamente favorecem os pontos negativos sobre os Outros, tais como os problemas de imigração e integração, crime e violência, preguiça ou atraso, contrastados com os pontos positivos sobre o Nós, isto é, somos modernos, avançados, democráticos, tolerantes, hospitaleiros, úteis etc. Por outro lado, os pontos negativos sobre o Nós e, especialmente sobre o “nosso” racismo, discriminação e preconceito, bem como os pontos positivos sobre Eles, tendem a ser ignorados, não levados em conta ou mitigados, sobretudo, pelas elites: como eles contribuem para a economia ou para a diversidade cultural, o fato de eles trabalharem arduamente, entre outros aspectos (VAN DIJK, 2012, p.18, grifos do autor).

As considerações de Teun Van Dijk, no excerto acima, referem-se, como se pode notar, aos textos jornalísticos, mais especificamente àqueles veiculados pela imprensa europeia, situada em uma região geográfica visada por imigrantes de vários países do mundo, principalmente por aqueles que vivenciam estados de guerra. Contudo, podemos ajustar as proposições do autor – sem muitos prejuízos – para compreender as ausências e também as estratégias discursivas que, na maioria das vezes, tendem a subalternizar o negro no campo literário brasileiro.

A professora Regina Dalcastagnè, professora da Universidade de Brasília, publicou, em 2008, um artigo que apresenta um estudo das questões raciais na literatura brasileira contemporânea. Após analisar 258 romances “que correspondem à totalidade das primeiras edições de romances de autores brasileiros publicadas pelas três editoras mais prestigiosas do país” (DALCASTAGNÈ, 2008, p.89), a referida pesquisadora traçou um perfil dos romancistas brasileiros: foram identificados 165 escritores diferentes; destes, 72,7% são homens. Segundo a autora, “a homogeneidade racial é mais ainda gritante: são brancos 93,9% dos autores e autoras estudados (3,6% não tiveram a cor identificada e os ‘não brancos’, como categoria coletiva, ficaram em meros (2,4%))” (DALCASTAGNÈ, 2008, p.89).

Nota-se, portanto, a ausência de escritores negros no campo da literatura brasileira. E dessa ausência, constata-se o racismo simbólico, velado, naturalizado na forma do *habitus* – como se fosse normal/comum lidar com a inexistência de representantes dessa população, que não se vê representada (coerentemente, positivamente) pelas elites simbólicas, conforme nos aponta a pesquisa de Dalcastaganè (2008). Este fato implica diretamente na representação literária, uma vez que o mapa de ausências não se coaduna a “uma pluralidade de perspectivas sociais” que constitui o Estado brasileiro.

Desse modo, a forma manifesta do racismo simbólico, na literatura, está relacionada às questões de representação das personagens negras, geralmente construídas a partir de construções ficcionais que tendem a desvalorizar a comunidade afro-brasileira e, conseqüentemente, sua cultura. Retomando as considerações de Van Dijk (2012, p.18), temos que as elites simbólicas possuem algumas estratégias discursivas que “contribuem para a reprodução dos preconceitos étnicos-raciais, ideologias racistas e discriminação dos Outros”. Eis algumas delas:

- A repetição de pontos negativos nas histórias cotidianas;
- A expressão de estereótipos na descrição dos membros do grupo étnico;
- A seleção de palavras (nosso povo é sempre “lutador da liberdade” ao passo que os deles são “terroristas traiçoeiros”);
- A escolha de pronomes demonstrativos distanciadores (“aquelas pessoas”);
- Metáforas negativas (“invasão” por “ondas” de imigrantes);
- Ênfase hiperbólicas nas propriedades negativas deles: ladrões etc.;
- Eufemismos para o nosso racismo: “descontentamento popular”;
- Falácias argumentativas na demonstração das propriedades ruins deles (VAN DIJK, 2012, p.19).

Van Dijk (2001) afirma que as manifestações discursivas possuem diferentes estruturas, as quais podem ser analisadas de diversas maneiras. Sob esse mesmo ponto de vista, postula o autor que o gênero do discurso é que irá determinar as perspectivas das análises a serem feitas pelo crítico que deseja se debruçar ante seu objeto de pesquisa. Pois bem, as estratégias de construção discursivas apontadas acima, pelo mesmo estudioso, são comumente encontradas em textos jornalísticos, o que não impede de as encontrarmos em outras manifestações linguísticas, como nos gêneros pertencentes à esfera literária, por exemplo, em que é possível identificar alguns desses elementos como “a repetição de pontos negativos nas histórias” e “a expressão de estereótipos na descrição dos grupos étnicos” (VAN DIJK, 2012, p.19).

2.6 Identidade e literatura (negra)

É consenso, entre muitos pesquisadores e estudiosos das literaturas africanas e afro-brasileiras, que a representação da identidade da comunidade negra nos mais diversos gêneros literários tem contribuído, e muito, para apresentar, ao leitor, uma nova perspectiva do negro, bem diferente daquela ambientada em um passado escravagista, de sofrimento e de contornos negativos quase sempre emoldurados pela História oficial, como apontamos logo acima.

Falando especificamente do contexto literário britânico, pontua Thomas Bonnici (2011, p.41-42) que a literatura negra “caracteriza-se pela procura da identidade, pela

insistência da liberdade, pela indagação sobre a degradação causada pelo racismo e pela denúncia da constante objetificação e exclusão”. Nesse mesma esteira, pontua o autor que a literatura escrita por pessoas negras deixa transparecer, sob o tecido ficcional, a voz de “um ‘eu-enunciador’ que revela um processo de tomada de consciência de ser negro entre brancos” (BONNICI, 2011, p.40).

Antes de verificarmos tais particularidades das reivindicações da comunidade negra na literatura, convém-nos questionar: o que é a identidade e o que a constitui? Como se dá o processo do sujeito negro que passa a reconhecer-se como tal e quais suas implicações para a literatura (infantojuvenil) brasileira?

O terreno por onde permeiam as discussões conceituais sobre a identidade é vasto, uma vez que abarca outras vertentes como a identidade de gênero, por exemplo, – para citarmos uma dentre muitos outros desdobramentos. Com intuito de sermos mais objetivos em nossas colocações, conduziremos nossa discussão para o campo das questões étnico-raciais, por isso, problematizaremos, num primeiro momento, algumas noções conceituais acerca do tema para verificarmos, logo em seguida, os meios e os modos pelos quais as pessoas negras se reconhecem em seus processos identitários.

Adentrando, pois, o campo das conceituações, corroboramos a assertiva de que a identidade é, antes de qualquer outra definição, uma entidade não-autossuficiente marcada pela diferença (WOODWARD, 2014). Isso significa, em outras palavras, que *per se* ela não produz significado devido ao fato de ser um ato constitutivo da linguagem, conforme os apontamentos de autores como Kathryn Woodward (2015), Thomaz Tadeu da Silva (2015) e Stuart Hall (2015). Nesse sentido e de acordo com esses estudiosos, não é incorreto afirmar que a identidade e a diferença não são termos opostos – como se poderia imaginar em primeira análise – mas constituem-se como elementos interdependentes, complementares e, por isso e apenas juntas, podem aferir significado no plano da enunciação.

Como ato linguístico, a identidade e a diferença estão sujeitas a certas propriedades que caracterizam a linguagem em geral. Por exemplo, segundo o linguista suíço Ferdinand Saussure, a linguagem é, fundamentalmente, um sistema de diferenças. Nós já havíamos encontrado esta ideia quando falamos da identidade e da diferença como elementos que só tem sentido no interior de uma cadeia de diferenciação linguística (“ser isto” significa “não ser isto” e “não ser aquilo” e “não ser mais aquilo” e assim por diante) (SILVA, 2015, p.77).

Em conformidade com as colocações de Silva (2015), convém-nos atentar para algumas especificidades da identidade: 1) sendo, pois, a identidade criação da linguagem, por consequência, ela não possui natureza própria, tampouco possui valor absoluto; 2) a

identidade só terá sentido quando disposta numa cadeia infinita com outras marcas gráficas, fonéticas e/ou com outros que demarquem a diferença; 3) mesmo sendo essas duas entidades artefatos da linguagem, não podemos afirmar que elas são determinadas pelos sistemas discursivos, porque a estrutura de significação linguística é instável, conforme apontam os estudos do linguista Jacques Derrida.

Citando Derrida, Thomaz Tadeu da Silva (2014, p.79) postula que o signo carrega, em seu bojo, “não apenas o traço daquilo que ele substitui, mas também o traço daquilo que ele não é, ou seja, precisamente a diferença. Isso significa que nenhum signo pode ser simplesmente reduzido a si mesmo, ou seja, à identidade”. Nesse mesmo sentido, complementa o autor que

A presença da “coisa” mesma ou do conceito “mesmo” é indefinidamente adiada: ela só existe como traço de uma presença que nunca se concretiza. Além disso, na impossibilidade da presença, um determinado signo só é o que é porque ele não é um outro, nem aquele outro etc., ou seja, sua existência é marcada unicamente pela diferença que sobrevive em cada signo como traço, como fantasma e assombração, se assim podemos dizer (SILVA, 2014, p.79)

Fazendo uso de um exemplo muito recorrente nessa perspectiva de estudo, temos as seguintes proposições: “ser brasileiro” significa “não ser argentino, italiano, espanhol, holandês etc”. A identidade, nesse caso, é marcada e só existe por aquilo que “não se é”, ou seja, pela diferença, pelo “traço da outridade” (SILVA, 2014, p.79). Assim, as considerações teóricas de Silva (2014), com base em Derrida, abrem margem para que possamos problematizar a questão do negro e a questão do branco em um país multicultural, como é o caso do Brasil. Vejamos.

De acordo com Silva (2014), podemos dizer que o fato de uma pessoa “ser negra” implica uma série de outros traços em que somente o contexto¹² enunciativo é capaz de oferecer subsídios para o reconhecimento daquilo que “ela não é”, ou seja, da própria diferença. De modo geral, quando um sujeito se afirma como negro, está implícito, em sua afirmação, não apenas que ‘ele não é branco’, mas, e, sobretudo, que a sua cor – consideremos aqui também os aspectos fenotípicos – não é/são prestigiada/s e que ela/s constitui/em a linha de demarcação para estabelecer as relações sociais. Logo, nesse contexto, ‘ser negro’ é sinônimo de ser pobre (de habitar em favelas, não possuir trabalho digno ou prestigiado, não

¹²Em determinados contextos, ‘ser negro’ está associado à afirmação de uma religiosidade, mais especificamente àquela de matriz africana como a umbanda, candomblé etc.; a demarcação da diferença, nesse caso, reside no fato de o sujeito ‘não ser católico, protestante, budista’ etc. Em outros termos, afirmar-se como negro é (re)construir um elo com a cultura de origem africana (logo, não europeia ou americana) e suas diversas manifestações na culinária, na música, na dança, nos costumes etc.

possuir acesso aos bens simbólicos e materiais que garantam qualidade de vida); significando, em linha oposta, ‘não ser rico’.

A esse respeito, Woodward (2014, p.14) salienta que “a identidade está vinculada também às condições simbólicas e materiais. Se um grupo é simbolicamente marcado como inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais”, como pudemos observar a situação da população negra brasileira, no tópico anterior. Ademais, complementa a autora que “a diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou marginalização daquelas pessoas que são definidas como ‘outros’ ou ‘forasteiros’” – fato este perfeitamente aplicável ao contexto da população negra, trazida à força para o Brasil e a diversos países das Américas. Podemos afirmar, portanto, que a identidade negra, nessa perspectiva, é, na maioria das vezes, concebida – principalmente por grande parte dos veículos de comunicação que se expressam a partir de um ponto de vista dominante – como uma diferença negativa em relação ao branco, que, por razões de natureza estritamente históricas, mantém, ainda hoje, seu privilégio em diversos estratos e níveis sociais.

Se quisermos, portanto, compreender, interpretar e discutir a identidade negra, não se pode deixar de fazê-la senão a partir do “ponto de vista da própria comunidade negra através do seu movimento social e de suas entidades políticas” (MUNANGA, 2012, p.10). Reiterando nossa proposição exposta no parágrafo anterior, atenta Munanga (2012) para o fato de que é preciso contestar a História oficial e buscar, em nossa abordagem analítica, “reencontrar o fio condutor da verdadeira história do negro que o liga à África sem distorções e falsificações” (MUNANGA, 2012, p.10), já que ela tem sido contatada sob um viés depreciativo.

A consciência histórica, pelo sentimento de coesão que cria, constitui uma relação de segurança mais sólida para cada povo. É a razão pela qual cada povo faz um esforço para conhecer e viver sua verdadeira história e transmiti-la às futuras gerações. Razão pela qual o afastamento e a destruição da consciência histórica é uma das estratégias utilizadas na escravidão e colonização, para destruir a memória coletiva dos povos escravizados e colonizados (MUNANGA, 2012, p.10).

É fato, portanto, que a identidade negra pode/deve ser compreendida sob o ponto de vista do próprio grupo étnico, o qual, por sua vez, recorre à memória e não à História (oficial) para refazer o reconhecimento de seus processos identitários, conforme veremos com maior clareza mais adiante. No entanto, para o melhor desenvolvimento de nossa reflexão crítica, faz-se necessário, neste momento, distinguir as duas disciplinas que, em primeira instância, podem ser lidas como sinônimas:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um elemento sempre atual, um elo vivo no eterno presente; a história uma recuperação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória [...] se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais e flutuantes [...] A história, porque operação laicizante, demanda análise e discurso científico. A memória instala a lembrança do sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerante, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, s/d, *apud* DOUEK, 2003, p.34).

De acordo com Pierre Nora, citado por Douek (2003), observamos que a memória está intrinsecamente ligada à identidade, uma vez que ela estabelece uma ligação direta com um passado vivo carregado pelos grupos étnicos e raciais, os quais procuram reencontrar-se no seio de suas respectivas culturas. Pensando especificamente no caso da população negra brasileira, não só notabilizamos como também constatamos a necessidade de esse grupo reivindicar para si o direito de adentrar “na especificidade de sua memória, a fim de recuperar sua identidade” (DOUEK, 2003, p.13). Direito este, aliás, reivindicado na própria literatura produzida por escritores negros, principalmente quando estes mobilizam estratégias ficcionais que tendem, em diversos níveis, a recuperar a identidade dessa comunidade em seus aspectos positivos, e o mais importante: a partir de seus pontos de vista.

No excerto acima, Pierre Nora pontua que “a memória emerge de um grupo que ela une” (NORA, s/d, *apud* DOUEK, 2003, p.34). Pois bem, se levarmos em consideração a comunidade negra brasileira, a leitura descontextualizada desse fragmento pode nos levar a incorrer no risco de compreender tal identidade (negra) como sendo uma única, o que não é o caso, uma vez que, quando revisitada a história da escravidão no Brasil, podemos observar que as pessoas negras, as quais foram submetidas ao trabalho escravo, saíram forçosamente de muitos e distintos países e tribos do continente africano, carregando consigo aspectos identitários provenientes de suas respectivas culturas, que foram diferentes – ainda que mantivessem alguns traços em comum.

Advém daí a necessidade de atentar o interlocutor deste texto para o cuidado que se deve empreender quando detectar o termo “identidade negra” nos mais diversos tipos de reflexão. Expliquemos: embora tal identidade se processe, num primeiro momento, pela cor da pele, não significa – como já apontado anteriormente – que ela seja um construto único e

de ordem biológica (MUNANGA, 2012). Portanto, segundo os estudos mencionados, somos orientados a não classificar¹³ todos os negros como pertencentes a um mesmo núcleo identitário, utilizando como “critério de classificação” apenas a cor da pele – como fizeram muitos estudiosos racistas dos séculos XVIII, XIX. Ora, nem todas as pessoas negras assumem algumas das múltiplas identidades negra: não é raro encontrarmos, no Brasil, negros que, no campo da religiosidade, assumem uma fé protestante, católica, judaica e não necessariamente aquelas que trazem, em seu bojo, as matrizes africanas, como o candomblé e a umbanda. O mesmo movimento se observa no campo da música, por exemplo, quando um negro pode preferir *rock in roll* a samba ou concerto clássico a maracatu.

A esse respeito, faz-se necessário ressaltar que a(s) identidade(s) (negra), assim como a linguagem, não é(são) entidade(s) fixa(s), mas cambiante(s), podendo ser negociada(s) e/ou assimilada(s) pelos sujeitos em determinados contextos socioculturais (WOODWARD, 2014). Ainda que alguns grupos, movimentos ou os próprios escritores negros façam o exercício de buscar, na memória, um passado comum que os identifiquem, é preciso esclarecer que, embora a fixação seja também uma tendência da identidade, conforme postula Silva (2014), não há como efetivar essa noção de estabilidade, que está relacionada a uma reivindicação essencialista, como sugere Woodward (2014):

[...] 2. Com frequência, a identidade envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário, nas quais a identidade é fixa ou imutável. 3. *Algumas vezes essas reivindicações estão baseadas na natureza; por exemplo, em algumas versões da identidade étnica, na “raça” e nas relações de parentesco.* Mais frequentemente, entretanto, essas reivindicações estão baseadas em alguma versão essencialista da história e do passado, na qual a história é construída ou representada como uma verdade imutável (WOODWARD, 2014, p.13, grifo nosso).

Stuart Hall (1987, p.14), discorrendo sobre o sujeito pós-moderno, postula, em oposição às reivindicações essencialistas, que a identidade “torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. Em outras palavras, isso quer dizer que, assim como o conceito de raça, a identidade só pode ser definida historicamente e não

¹³ É justamente nesse contexto que o conceito de etnicidade deve ser aplicado e, por isso, devemos, aqui, abrir um breve parêntese para, mais uma vez defini-lo em contraposição ao conceito raça. Appiah (2010) postula que a etnicidade está intrinsecamente relacionada às práticas culturais de determinados grupos, os quais possuem características distintas. Nesse sentido, o termo assume uma dimensão social, distanciando-se, assim, do conceito de raça, por exemplo, que está propensa a estabilizar uma noção estritamente biológica do sujeito. Se as dimensões biológicas – como a cor, por exemplo – não nos é suficiente para identificar dada comunidade, é por meio de algumas características culturais (língua, religião, geografia, costumes, tradições etc.) que podemos distinguir um povo do outro.

biologicamente, já que as pessoas podem assumir identidades diferentes em diferentes contextos, conforme assinalamos anteriormente.

Por isso, ao se afirmar que todos os negros brasileiros possuem uma única identidade, patrocina-se uma inverdade propagada em meio ao senso comum, pois “a negritude não se refere somente à cultura dos portadores de pele negra, que, aliás, são todos culturalmente diferentes” (MUNANGA, 2012, p.12), mas por vários aspectos (linguísticos, religiosos, culinários) aos quais estão ligados, e, sobretudo, pelo “fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e terem sido suas culturas não apenas objetos de políticas sistemáticas de destruição, mais do que isso, ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas (MUNANGA, 2012, p.12).

Nesse viés, podemos afirmar que a identidade negra necessita de uma contextualização sociocultural para se estabelecer e compreender com o que e com quem a pessoa, no plano de significação e representação, identifica-se, visto que, em determinado contexto, pode o sujeito possuir a pele negra, ter preferência pelos gêneros musicais de raízes africanas, mas não assumir a religiosidade proveniente dessas culturas; pode o sujeito não possuir pele negra, mas se identificar com muitos aspectos identitários da cultura africana/afro-brasileira (religião, música, saberes etc.). Na perspectiva em que fala Hall (1987, p.13), isso significa que dentro “de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”.

No início de nossa discussão, trouxemos à baila deste texto uma importante consideração de Bonnici (2011), que será muito importante para o desenvolvimento desta reflexão: registra o estudioso que a literatura produzida pela comunidade negra tem buscado reconsiderar e reconstruir sua identidade, pois ela possui a consciência de que sua população foi, também nas palavras de Munanga (2012, p.12) “vítima da interiorização da humanidade plena pelo mundo ocidental”.

2.7 Considerações sobre o segundo capítulo

As discussões sobre as questões étnico-raciais são, quase sempre, permeadas de polêmicas e contradições que levam o crítico, muitas vezes, a cair em armadilhas ideológicas que mais tendem a fragilizar do que respaldar o seu argumento. Tais discussões, não raro têm permeado muitas esferas discursivas, principalmente as redes sociais e até mesmo alguns artigos científicos, e a superficialidade com que os sujeitos lidam com a questão pode ser

observada à distância por aqueles que se esforçam para compreender, proficuamente, as dinâmicas da exclusão operadas pelo racismo no Brasil.

Este trabalho tem tido, desde o início, o cuidado e a preocupação em discorrer, teoricamente, sobre alguns conceitos concernentes à raça e ao racismo. Poder-se-ia pensar, em primeira instância, que estamos direcionando nosso trabalho ou pendendo nossa discussão apenas para a detecção de discursos racistas em nossos objetos de análises, que são narrativas infantojuvenis. Ainda que não seja este o nosso objetivo primeiro, reiteramos, aqui, a necessidade de compreender, substancialmente, os fundamentos primeiros dessas práticas, seus meios de operação e propagação, pois, em caso de detecção dessas manifestações preconceituosas com base no racismo, poderemos interpretar tais ocorrências com maior clareza e entendimento.

Advém daí a justificativa para mobilização de leituras como as de Munanga (2003), Moore (2009), Schwarcz (2015), entre as de outros teóricos e críticos que nos ofereceram subsídios suficientes para entendermos os termos raça e racismo tanto em suas dimensões conceituais quanto em seus desdobramentos nas práticas sociais. De igual modo, buscamos entender melhor algumas noções teóricas referentes à identidade, numa perspectiva geral, para, em seguida, definirmos – com respaldo dos autores referenciados – o que seria, de fato, a(s) identidade(s) negra(s). Esse exercício de conceitualização, realizado na primeira parte deste texto, será de relevância para compreendermos os processos identitários das personagens que compõem o plano diegético das narrativas a serem analisadas a seguir.

Além de apresentar uma reflexão introdutória às questões conceituais acerca da representação (literária), o próximo capítulo se deterá na revisão das pesquisas dos estudiosos acima referenciados, com intuito de, ao fim deste trabalho, traçar um panorama (parcial) da literatura infantojuvenil patrocinada pelo PNBE, apresentando seus possíveis avanços e retrocessos em termos de representação das personagens negras.

3. A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA LITERATURA ADULTA E INFANTOJUVENIL: SILÊNCIOS, ESTEREÓTIPOS E ASPECTOS IDENTITÁRIOS

Em linhas gerais, poderíamos definir a “representação” como sendo “a imagem ou a reprodução de” (FERREIRA, 1995, p.564) pessoas, de espaços, de relações sociais ou até mesmo de toda complexidade da vida humana, principalmente quando esta se perfila em diversos níveis do discurso, sobretudo na esfera literária. Contudo, esse conceito exige do crítico uma atenção particular, dada a abrangência que o termo assume em seus respectivos campos de aplicabilidade. Por isso, trataremos de conceituá-lo na dimensão das Ciências Sociais para que, em seguida, possamos compreender seus desdobramentos no campo dos estudos da literatura.

Partindo, portanto, do primeiro prisma, podemos afirmar, em consonância com o que postula Woodward (2014, p.17), que a representação constitui-se como um espaço abstrato onde as “práticas de significações e os sistemas simbólicos (por meio dos quais os significados são produzidos)” tendem a posicionar os sujeitos. Em outras palavras, isso significa que tanto os discursos quanto os sistemas de representação determinam os espaços a partir dos quais os sujeitos podem se manifestar e também se posicionar. Assim, a representação passa também a ser compreendida enquanto processo cultural, uma vez que ela mobiliza, dentro de seu próprio espaço simbólico, as identidades coletivas e individuais, influenciando-as e manipulando-as em diversos aspectos. Vejamos um exemplo dado pela autora:

[...] a narrativa das telenovelas e a semiótica da publicidade ajudam a construir certas identidades de gênero (GLEDHILL, 1997; NIXON, 1997). Em momentos particulares, as promoções de *marketing* podem construir novas identidades como, por exemplo, o ‘novo homem’ das décadas de 1980 e de 1990, identidades das quais podemos nos apropriar e que podemos reconstruir para nosso uso. *A mídia nos diz como devemos ocupar uma posição-de-sujeito particular – o adolescente ‘esperto’, o trabalhador em ascensão ou a mãe sensível.* Os anúncios só serão eficazes no seu objetivo de nos vender as coisas se tiverem o apelo para os consumidores e se fornecerem imagens com as quais eles possam se identificar. (WOODWARD, 2014, p.18, grifo nosso).

Na perspectiva em que fala Woodward (2014), a mídia, enquanto esfera representacional, exerce uma influência direta no processo de construção de identidade dos indivíduos, os quais, a partir do conteúdo assistido, lido, assimilado, passam a identificar-se com os produtos, serviços, estilos de vida, criando assim novos processos identitários – que, vale reforçar, estão em permanente estado de mutação.

Sendo, pois, a literatura, um espaço discursivo no qual se representa ficcionalmente a complexidade da vida humana, não cometeremos equívocos se afirmarmos, aqui, que ela contribui com a manutenção ou produção de novas identidades. Este fato, é importante ressaltar, já foi atestado por diversos críticos do multiculturalismo, dentre eles Edward Said, que, em sua obra *Orientalismo* – cuja primeira edição data a década de 1970 – apresenta ao leitor as formas pelas quais as mídias (ocidentais) tendem a representar o oriente (e os orientais) a partir da padronização de determinados estereótipos. Nas palavras do autor,

A televisão, os filmes e todos os recursos da mídia têm forçado as informações a se ajustar em moldes cada vez mais padronizados. No que diz respeito ao Oriente, a padronização e os estereótipos culturais intensificaram o domínio da demonologia imaginativa e acadêmica do “misterioso Oriente” do século XIX (SAID, 2007, p.58).

Consoante ao postulado teórico, entendemos que, se o oriental tem recebido, nesse contexto de produção discursiva, uma representação superficial e distante das vivências que experimenta em seu dia a dia, no seio de sua comunidade étnica, por exemplo, podemos afirmar, nesse mesmo viés, que o negro, no contexto brasileiro, é, com muita frequência, apresentado do mesmo modo. O problema é que, em nossa compreensão, as reiteradas reproduções de estereótipos, seja do oriental, seja do negro, tendem a fixar únicas e supostas identidades, aproximando-se, assim, de versão essencialista¹⁴ de identidade – já definida por Woodward (2014).

Em síntese, queremos dizer que, assim como as narrativas “das telenovelas e a semiótica da publicidade ajudam a construir certas [e novas] identidades de gênero” (WOODWARD, 2014, p.18), a literatura brasileira, percorrendo um caminho inverso, tem insistido (erroneamente) na “fixação” de uma suposta identidade negra. Ora, se as personagens africanas e/ou afro-brasileiras assumem contornos estritamente depreciativos (a partir de estereótipos como o da mãe-preta, da mula sensual, do negro libidinoso etc.) ou apenas figurativos em suas representações, certamente os interlocutores de tais textos serão influenciados/induzidos a olhar/entender/compreender a pessoa negra somente a partir desse prisma, tendo o processo de identificação do sujeito-leitor-negro plenamente comprometido.

¹⁴ Em conformidade com o que postula Woodward (2014), entende-se por essencialismo o movimento ou inclinação filosófica que considera como matéria real apenas a essência de um ente. Nessa perspectiva, um sujeito teria, tão somente, uma única identidade, que não se movimenta e não sofre influências do âmbito social. Desse modo, a proposta de identidade pautada nessa corrente de pensamento atua em linha oposta ao conceito defendido por diversos teóricos como Stuart Hall, Zigmunt Bauman, Thomas Bonnici, os quais, em seus respectivos escritos, atestam a maleabilidade da identidade e suas mutações.

O tópico a seguir pretende dar conta de atestar a proposição de que a produção literária brasileira, em seu conjunto, contribuiu para estagnação de uma suposta¹⁵ identidade negra, por meio da representação de personagens afrodescendentes. Tal fixação, vale lembrar, efetiva-se por meio de reiteradas publicações de romances ou outras manifestações em prosa que representaram o negro pelo viés mais depreciativo e/ou figurativo possível – ainda que se tenha como contra-argumento a observância do contexto de produção de cada obra analisada.

Todavia, antes de avançarmos nessa discussão, julgamos pertinente esclarecer alguns pontos. O estudo do qual nos apropriaremos para discorrer sobre a presença do negro na história da literatura brasileira foi realizado pelo professor da Universidade de Columbia (Nova York), Gregory Rabassa (1965), que empreendeu uma pesquisa minuciosa ao analisar tais representações do Quinhentismo ao Modernismo. Trata-se, portanto, de uma pesquisa extensa cujos detalhes – e até mesmo alguns pontos de extrema relevância – não caberão nesta discussão, devido aos limites deste trabalho. Desse modo, traremos para as linhas deste texto apenas alguns dos escritores, que, por razões de ordem diversas, trouxeram o negro para o plano de suas respectivas tramas. A intenção, portanto, é demonstrar como esses autores, em determinados períodos da nossa literatura, reforçaram certos estereótipos ou, percorrendo um caminho inverso, apresentaram outras possibilidades (positivas) de representação do afrodescendente.

3.1 O negro e a tradição literária brasileira

Iniciemos, então, com os primeiros registros escritos nesta terra. Em conformidade com o postulado de Rabassa (1965), já não nos é novidade que os primeiros textos que circularam na Ilha de Vera Cruz no século XVI tiveram por finalidade informar à Metrópole sobre as novas descobertas. Ainda que elaboradas de forma objetiva, as crônicas de viagens trazem, em seu bojo, os interesses mercantilistas de Portugal, as marcas ideológicas da cultura europeia, bem como seus interesses de dominação. Nesse sentido, a *Carta de Caminha*, por exemplo, relata a Dom Manuel o primeiro contato com a terra e os nativos. Anos mais tarde, em o *Tratado da Terra do Brasil* (1576), Pedro de Magalhães Gândavo discorre sobre o sistema brasileiro, enfatizando, sobremaneira, os bens e o clima da colônia com o objetivo de atrair imigrantes. A Gabriel Soares de Souza coube, minuciosamente, enfatizar as vantagens

¹⁵ Suposta porque, em nosso entendimento, a identificação do negro somente pelo prisma da escravidão (dentre outros fatores negativos), não reflete, em nada, suas vivências culturais.

do Brasil, bem como estudar a fundo a fauna e flora “com zelo de naturalista que espantaria um antropólogo” (BOSI, 2006, p.18).

No tocante aos textos jesuíticos, podemos afirmar que eles são de caráter pedagógico e moralizante, com finalidade declaradamente catequética. É, aliás, nesse contexto que, segundo Rabassa (1965), surgiu a primeira aparição do negro escravo, diluída em meios às descrições dos índios, feitas pelo padre José de Anchieta, conforme aponta o breve fragmento que transcrevemos: A estratégia que “se adota nestas missões, é ensinar e explicar a doutrina cristã aos Índios e Africanos reunidos em um lugar, separá-los das concubinas e sujeitá-los às leis do matrimônio: o que nesta província é trabalho quotidiano, necessário e utilíssimo à salvação das almas” (ANCHIETA, 1933, p.399). Nessa mesma direção, um escrito do padre Manuel da Nóbrega, que em 1558 envia, da Bahia, uma carta a Tomé de Sousa, Governador Geral do Brasil, dá conta de relatar as revoltas indígenas. Neste registro, o negro aparece como mero objeto de posse a criar formas de resistências à dominação do branco.

Os de Tapariqua obedecerão, mas os do Paraaçu muytos deles não quizerão paz nem dar os escravos, antes tomarão de Pero Gonçalves, de S. Thomé, com ferramenta que levava, e os negros de Guiné fugirão e esconderão-se pelos matos, e por isso escaparão. Depois sendo requeridos com paz e com restituirem o barquo e os escravos (ANCHIETA, 1933, p.96).

Diante do exposto, observa-se que tanto o índio quanto o negro são, diante do dominador, elementos destituídos de subjetividade – daí a justificativa para tentativa de escravização do primeiro e o êxito que o europeu obtém sobre do segundo, o qual, pela imposição física, torna-se escravo. Nota-se, portanto, que a dicotomia “branco - não-branco” surge no contexto brasileiro, pela primeira vez, a partir desse “encontro” que institui “uma hierarquia em que o oprimido é fixado pela superioridade moral do dominador. É a dialética do Sujeito e do Outro, do dominador e do subalterno” (BONNICI, 1998, p.14).

Essa dialética, tal qual fala Bonnici (1998), perdura, em maior ou menor grau, até os dias atuais, em diversas esferas sociais, inclusive no campo literário. Os estudos contemporâneos sobre a “branquitude x branquidade”¹⁶, mobilizados por estudiosas como a norte-americana Ruth Frankenberg e a brasileira Edith Piza, por exemplo, dão conta de explicar o porquê de, em alguns casos, a identidade branca ser tornar uma norma no estrato

¹⁶ Ainda que se necessite amadurecer em muito esta proposta, sugere-se aqui que a *branquitude* seja pensada como uma identidade branca negativa, ou seja, um movimento de negação da supremacia branca enquanto expressão de humanidade. Em oposição à *branquidade* (termo que está também ligado à *negridade*, no que se refere aos negros), *branquitude* é um movimento de reflexão a partir e para fora de nossa própria experiência enquanto brancos. É o questionamento consciente do preconceito e da discriminação que pode levar a uma ação política antirracista (PIZA, 2002, p.07, grifo da autora).

social brasileiro: olhando o outro (não branco) à distância e atribuindo-lhe características pretensamente depreciativas normatiza-se, assim, a identidade branca, pois, tendo o europeu o poder de representar tem ele também “o poder de definir e determinar a identidade (SILVA, 2000, p.91). Nesse ínterim, os brancos constroem discursos e práticas relacionais que os normatizam e, desse modo, não se percebem como sujeitos pertencentes a uma ou outra raça, logo, o não branco é sempre outro, o racializado. É justamente por isso que tanto Anchieta quanto Nóbrega, nos discursos que proferem à Metrópole, fazem questão de não demarcarem suas identidades brancas.

Ao revisar a prosa romântica brasileira, principalmente a da primeira fase, Rabassa (1965) se depara com uma literatura dedicada aos índios, e que, por este motivo, não encontrou nenhuma obra que tivesse produzido algum personagem negro de real importância. Nesse contexto literário, registra o estudioso que o negro é apresentado apenas como pano de fundo dos romances, com o objetivo de aferir um contraste – mínimo, diga-se de passagem – à sociedade brasileira (elitistamente branca). Tanto é que José de Alencar, respeitado autor indianista, pouco teve a dizer em relação aos negros,

[...] exceto que são escravos por natureza. Dentro dessas correntes da escravidão, entretanto, está disposto a reconhecê-los como figuras essencialmente boas e leais. Mas as qualidades que considera admiráveis nos personagens negros não deixam de ser as que refletem um ajustamento natural e leal a seu estado de servidão. *Há cenas de vários ritos africanos, mas são apresentadas com intenção única de criar um pouco de colorido.* (RABASSA, 1965, p.94-95, grifo nosso).

O Tronco do Ipê é uma dessas obras a colorir o cenário branco que compõe a literatura brasileira oitocentista. Neste romance, é notório o esforço do autor em inserir o negro como componente da vida brasileira, contudo, sua incapacidade de representá-lo é fato visível aos olhos dos que sabem distinguir uma tentativa (de representação) da inserção do personagem em sua realidade concreta, tal qual defende Dalcastagnè (2012). Erige, em meio a essa tentativa, o estereótipo do feiticeiro, que ganha contornos na figura de Pai Benedito, um dos personagens do romance: “[...] numa funda caverna do tronco, havia uma imagem de Nossa Senhora em barro, um registro de São Benedito, figas de pau, feitiços de várias espécies, ramos secos de arruda e mentruz, ossos humanos, cascavéis e dentes de cobra” (ALENCAR, s/d, p.77). Nesta e em outras passagens da narrativa em que se situa Pai Benedito, as associações negativas à religião afro-brasileira são uma constante. Daí talvez a justificativa

para fazer valer a representação da religião branca, o catolicismo – tão bem descrito¹⁷ no arranjo textual.

Na esteira dos romances que se levantam contra a escravidão no Brasil, encontram-se duas obras elencadas por Rabassa (1965): *Os homens de sangue ou os sofrimentos da escravidão*, de Vicente Felix de Castro, e *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães. O primeiro romance, segundo o pesquisador, apresenta alguns estereótipos como o “senhor malvado e o feiticeiro negro” (RABASSA, 1965, p.93), por exemplo. A segunda obra, de B. Guimarães, embora trate de uma protagonista escrava, esta é branca e, por esse motivo, merece uma atenção especial em nosso trabalho, pois a forma como está representada tem por finalidade gerar uma *identificação* com as leitoras desse período, as quais foram, também, todas brancas, conforme salienta a pesquisadora do fragmento abaixo:

Na enumeração obsessiva de suas graças e virtudes, Bernardo Guimarães parece estar aplacando os preconceitos conscientes e inconscientes do leitor (branco, naturalmente) a quem o livro se destina. Para que ele corresponda ao tipo da ideal heroína romântica, Isaura precisa ser endeusada. *Para que o leitor se identifique com o puro amor de Álvaro, que deseja Isaura para esposa, esta precisa ser branca. O mesmo vale com relação possível à leitora, que dificilmente sentir-se-ia identificada com uma negra ou mulata.* Isaura, logo, pode ser escrava. Mas tem de ser uma escrava branca (GOMES, 1988, p.48, grifo nosso).

Recorrendo, pois, à data de publicação da obra em tela, nota-se que ela remete ao segundo quartel do século XIX, isto é, a 1875, período em que, para Candido (2000), o sistema literário brasileiro passa a ganhar contornos concretos. A constituição do referido sistema contempla, em sua configuração, três aspectos cruciais:

A existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem traduzidas em estilos) que liga uns aos outros (CANDIDO, 2000, p.23).

Atendo-nos apenas ao “conjunto de receptores”, que nos interessa neste momento, chamamos a atenção para o perfil dos leitores do referido período. Trata-se, certamente, de um público branco e elitizado – excetuando, é claro, as raríssimas exceções em que o negro aparece, às duras penas, como leitor de qualquer modalidade de escrita. Subjugada e relegada a funções sociais menos privilegiadas, a pessoa negra, portanto, não obteve acesso à leitura/escrita nesse contexto; logo, os romancistas tinham como seus interlocutores as

¹⁷ Os pretos da fazenda, uniformizados de calça e camisa de riscado azul com cinta de lã encarnada, passavam um a um pela frente do presépio, ajoelhando para fazer breve oração, e cantando na sua meia língua um louvor a Nossa Senhora. Nessa ocasião, alguns depunham com devoção os objetos que traziam, para oferecer ao menino Jesus (ALENCAR, s/d, p.41).

pessoas brancas, as quais determinavam (indiretamente) a produção de certas representações.

No ato da criação, Bernardo Guimarães, tendo como narratário o sujeito branco, teve de projetar o fenótipo de Isaura com os atributos de uma pessoa branca, a fim de que o leitor pudesse melhor se identificar com a protagonista, conforme pontua Gomes (1988):

Bernardo Guimarães foi bastante cauteloso ao descrever os horrores da escravidão abatendo-se sobre Isaura, uma escrava em tudo excepcional. *Não agrediu, pois, a sensibilidade do público leitor que deseja atingir – público esse menos preparado para mobilizar-se diante da opressão escravista sobre uma escrava comum do que perante os mesmo horrores castigando uma escrava branca* (GOMES, 1988, p.49, grifo nosso).

As considerações de Gomes (1988) ilustram a proposição de Woodward (2014), que postula que as representações contribuem para mobilização de diversos processos identitários. Quando o romancista em apreço não apresenta Isaura na perspectiva em que representa os demais escravos em sua narrativa, isso significa que ele está preocupado em preservar/manter a identidade do branco em linha avessamente oposta à identidade do negro, que, via de regra, esteve associada apenas às mazelas circunstanciais da escravidão. Nesse sentido, o público a quem se destinava a obra jamais se veria identificado com a personagem, tampouco com as situações contextuais que circundavam a protagonista. Em suma, o contexto de produção que envolve o romance de Bernardo Guimarães é útil para explicar, sem muitos contorcionismos, a rarefação do negro enquanto protagonista ou o seu frágil desenvolvimento enquanto personagem ativo e decisivo em muitas obras do Romantismo brasileiro, conforme registram Gomes (1988) e Rabassa (1965) em suas pesquisas.

Quando buscamos alguma referência entre os autores que escreveram na segunda metade do século XIX, logo se chega ao consenso de que Machado de Assis foi, como acentua Bosi (2006, p.184), “o ponto mais alto e mais equilibrado da prosa realista brasileira”. Autor mestiço, Assis se dedicou – podemos assim dizer, com respaldo de Rabassa (1965) – quase que exclusivamente à representação da burguesia, fazendo-se valer, nesse caso, de personagens brancos que, na disposição fabular, conduzem a sua própria história, seja na condição de protagonistas, seja na condição de narradores. Em sua vasta produção literária, portanto, o Bruxo do Cosme Velho não se prontificou a discutir, efetivamente, a questão do negro, o que não significa, entretanto, que seus romances fossem destituídos de personagens afro-brasileiros. Tais representações (bem poucas, diga-se de passagem) surgem em decorrência da existência maciça de pessoas negras nos estratos da sociedade brasileira e, como bom artista que foi, soube que “qualquer pintura verdadeira da vida no Rio de Janeiro

teria que incluir vários personagens negros” (RABASSA, 1965, p.96), mesmo não lhes atribuindo profunda complexidade.

Mas é Aluísio Azevedo quem nos chama atenção pela presença dos negros em duas de suas obras, a saber: *O Mulato* e *O Cortiço*. Tanto em um quanto em outro caso é possível entrever, novamente, a intenção de se representar o negro por meio de uma postura – vamos assim dizer – imparcial, de não neutralidade como reza a moda naturalista. Tal intenção, é preciso justificar, concretiza-se à medida que o protagonista, Raimundo, é mestiço. Isso não significa, entretanto, que tal representação seja, necessariamente, positiva, nos moldes como temos pensado/defendido neste trabalho, pois, o próprio título, aliás, é pejorativo por estar associado ao cruzamento entre dois animais (um cavalo e uma jumenta) – conforme apontamos anteriormente.

Para além dessas considerações, deparamo-nos com um personagem mestiço que passa a ser idealizado como um herói romântico, dada a tamanha ingenuidade que o acompanha e o amor platônico que nutre por Ana Rosa. Todavia, o ponto mais discutível de sua representação se avista na forma como ele nos é apresentado: Raimundo, embora seja um homem de cor, possui uma condição socioeconômica privilegiada em comparação aos demais personagens de seu contexto social. O fragmento abaixo atesta nossa leitura, que nos permite observar, com maior clareza, os contornos de sua situação social.

Manuel armou os óculos no nariz e leu para si a seguinte carta datada do Rio de Janeiro: “Revmo. amigo e Sr. Cônego Diogo de Melo. Folgamos que esta vá encontrar V. Revma. no gozo da mais perfeita saúde. Temos por fim comunicar a V. Reverendíssima que, no pacote de 15 do corrente, segue para essa capital o Dr. Raimundo José da Silva, de quem nos encarregou V. Revma. e o Sr. Manuel Pedro da Silva quando ainda nos achávamos estabelecidos em Lisboa. Temos também a declarar, se bem que já em tempo competente o houvéssemos feito, que envidamos então os melhores esforços para conseguir do nosso recomendado ficasse empregado em nossa casa comercial e que, visto não o conseguirmos, tomamos logo a resolução de remetê-lo para Coimbra com o fim de formar-se ele em Teologia, o que igualmente não se realizou, porque, feito o curso preparatório, escolheu o nosso recomendado a carreira de Direito, na qual se acha formado com distinções e bonitas notas (AZEVEDO, s/d, p.3-4).

Diante do exposto, é possível observar que Azevedo cai, nesse romance, “na armadilha da inversão, pois o protagonista é idealizado e colocado como um mulato fino, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra”, e, por esse e outros motivos, encobre “a realidade maior dos negros viventes na época” (SILVA e SILVA, 2011, p.5). Distanciando-se dessa perspectiva idealista, os negros de *O Cortiço* ganham contornos mais delineados, pois passam por um processo de zoomorfização, como a personagem Bertoleza, por exemplo, que, além disso, é retrada como suja, feia, submissa em diversas passagens da obra.

Os policiais, vendo que ela se despachava, desembainharam os sabres. Bertoleza então, erguendo-se com ímpeto de anta bravia, recuou de um salto e, antes que alguém conseguisse alcançá-la, já de um só golpe certo e fundo, rasgara o ventre de lado a lado. E depois embarcou para frente, rugindo e esfocinhando moribunda numa lameira de sangue. João Romão, fugira até ao canto mais escuro do armazém, tapando o rosto com as mãos (AZEVEDO, s/d, p.129-130).

Característica ou não da escola naturalista, a zoomorfização, quando aplicada às personagens negras, relega à obra o seu tom racista. Isto porque, em meio a esse processo, ocorre, claramente, a destituição da condição do sujeito, que perde sua dignidade, tornando-se mero objeto. Bertoleza é, nesse caso, duplamente destituída de dignidade. Primeiro porque, embora acredite estar alforriada, está sujeita às ordens de seu “companheiro”, João Romão – personagem que se enriquece às suas custas. Segundo porque, conforme se observa acima, é, por alguns momentos, representada como animal que ruge, que se esfocinha, como porcos em processo de abatimento.

Graça Aranha, literato radicado em São Paulo, “não pode ser considerado exatamente como um escritor interessado no negro como indivíduo” (RABASSA, 1965, p.104), uma vez que compactuava com posições ideológicas que nos permitem pressupor seu alinhamento com ideais racistas. Nas palavras de Rabassa (1965):

Suas observações sempre faziam parte de um grande todo, o futuro do Brasil, com particular ênfase nas misturas raciais e em seus produtos resultantes. É fácil de ver que, apesar de ser um brasileiro muito patriota e de só querer o melhor para seu país extasiava-se diante dos povos nórdicos e gostaria de ver sua imigração germânica para o Brasil em grande escala. Suas ideias a respeito da raça muitas vezes parecem seguir as de Gobineau e outros do século XIX (RABASSA, 1965, p.104).

Seu romance, *Canaã* (1902), atesta a proposição de Rabassa (1965), pois, em contato com a obra, o leitor logo se depara com personagens germânicos, Milkau e Lentz. O primeiro, aliás, é o protagonista e, sentindo-se superior aos demais actantes da narrativa, principalmente aos brasileiros – povo constituído a partir da miscigenação entre brancos, negros e índios – entende que “a missão das raças superiores é se misturar com as inferiores e, assim, melhorar a composição humana” (RABASSA, 1965, p.104-105). Lentz, seguindo essa lógica, compreende que, para o profundo desenvolvimento do país, era necessário um movimento migratório de alemães em massa, que saberão “extrair os benefícios de tal herança natural” (RABASSA, 1965, p.104-105).

Em conformidade com as afirmações de Rabassa (1965), não há dúvidas de que a obra de Graça Aranha reproduz, abertamente, o “mito ibérico da pureza de sangue sustentado pelo Estatuto-Sentencia de Toledo (1449), que diferenciava os limpos e os ‘infectos de sangue’

(SILVA E ROSEMBERG, 2012, p.75). De cunho racista, portanto, a obra *Canaã* não hesitou em apresentar o negro de maneira subalterna, ajustado e acomodado na periferia das relações sociais, já que um dos personagens negros – “um velho ex-escravo” para falarmos nos termos de Rabassa (1965) – não esconde sua preferência pela escravidão ante os tempos de liberdade, conforme se nota abaixo:

Tempo hoje anda triste. Governo acabou com as fazendas, e nos pôs todos no molho do mundo, a caçar de comer, a comprar de vestir, a trabalhar como boi para viver. Ah! Tempo bom de fazenda! A gente trabalhava junto, quem apanhava café apanhava, quem debulhava milho debulhava, tudo de parceria, bandão de gente, mulatas, cafusos... Que importa feitor?... Nunca ninguém morreu de pancada. Comida sempre havia, e, quando era sábado, véspera de domingo, ah! meu sinhô, tambor velho roncava até alto da madrugada (ARANHA, 1921, p.14, *apud* RABASSA, 1965, p.107-108).

Consultando a pesquisa do crítico norte-americano, notamos que, a exemplo de José Lins do Rego e Jorge Amado, Lima Barreto também se valeu de suas experiências cotidianas como matéria para sua literatura. Falamos aqui especificamente de sua condição racial e de seus problemas com o alcoolismo, que o levou à loucura. Tratando apenas do primeiro aspecto, pois é o que mais nos interessa neste trabalho, postula Rabassa (1965, p.370) que, por ser mestiço, Lima quis “ver a ascensão de sua raça na escala social, mas é suficientemente inteligente para mostrar que uma mera imitação ou observação dos modos do branco não é suficiente”.

É nesses termos que, em nossa acepção, Lima Barreto torna-se maior que Aluísio Azevedo – pelo menos no que diz respeito à representação do negro. Ambos os autores levaram à baila em seus romances a questão do preconceito racial, contudo, este último autor, conforme pudemos observar anteriormente, em *O Mulato*, permite-nos entrever o racismo que erige entre um episódio e outro. As representações dos negros, nos romances de Lima Barreto caminham em direção contrária no que concerne ao desenvolvimento desses personagens.

Em *Clara dos Anjos*, por exemplo, salienta Rabassa (1965, p.401) que facilmente podemos observar “uma família negra de baixa classe média que atravessa diversos problemas pela necessidade do negro lutar para preservar sua dignidade humana”. Esta luta, é importante ressaltar, sobrepuja as relações de classe e passa a atingir, transversalmente, as relações amorosas, conforme explicita o fragmento abaixo, em que o envolvimento da protagonista Clara, com o personagem Cassi, é orientado também por uma questão racial:

Todas essas perguntas, ela formulava e não lhes dava resposta. Cassi partira, fugira... Agora é que percebia bem quem era o tal Cassi. O que os outros diziam dele era pura verdade. A inocência dela, a sua simplicidade de vida, a sua boa fé, e o seu ardor juvenil tinham-na completamente cegado. Era mesmo o que diziam... Porque a escolhera? Porque era pobre, e além de pobre mulata. Seu desgraçado padrinho tinha razão. Fora Cassi quem o matara (BARRETO, s/d, p.191 *apud* RABASSA, 1965, p.373).

O mesmo movimento de luta ocasionada por uma questão racial também pode ser notado em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, mas agora tal situação é elevada a enésima potência. Nessa obra, os percalços que o negro enfrenta diante a uma sociedade branca e também racista – como sempre foi e continua sendo pelos diversos motivos já assinalados por nós em ocasião anterior – são apontados pelo autor, ainda que nas entrelinhas do discurso ficcional, como “uma espécie de conselho” ao leitor, “dizendo que se deve estar preparado para lutar contra as forças do preconceito, não para ter como prêmio o sucesso, mas numa mera tentativa de preservar a própria integridade” (RABASSA, 1965, p.401).

A luta de que fala Rabassa (1965) pode ser mais bem observada no extrato que segue. Isaías, o protagonista do romance ora discutido, é um jornalista mestiço. Diferente do bacharel em Direito de Aluísio Azevedo, esse personagem está plenamente consciente de sua cor e compreende muito bem a sua posição social com a qual não se identifica e tampouco se conforma devido às qualidades e os atributos que a sua formação e sua condição humana lhe conferiram.

- Nada, capitão Viveiros.
 - E o caso Genikalé? Já apareceu o tal mulatinho?
 Não tenho pejo em confessar hoje que quando me ouvi tratado assim, as lágrimas me vieram aos olhos. Eu saíra do colégio, viveram sempre num ambiente artificial de consideração, de respeito, de atenções comigo; a minha sensibilidade, portanto, estava cultivada e tinha uma delicadeza extrema que se juntava ao meu orgulho de inteligente e estudioso, para me dar não sei que exaltada representação de mim mesmo, espécie de homem diferente do que era na realidade, ente superior e digno a quem um epíteto daqueles feriria uma bofetada. Hoje, agora, não sei de quantos pontapés destes e outros mais brutais, sou outro, insensível e cínico, mais forte talvez; aos olhos meus, porém, muito diminuído de mim próprio, do meu primitivo ideal, caído dos meus sonhos, sujo, imperfeito, deformado, mutilado e lodoso (BARRETO, s/d, p.95-96 *apud* RABASSA, 1965, p.382-383).

Em termos de representação da pessoa negra, o fragmento acima se apresenta como “modelo” correspondente à realidade do negro, principalmente se levarmos em consideração o contexto de produção da obra. Em outras palavras, isso quer dizer que Lima Barreto soube representar, com maestria e singularidade, as experiências da pessoa negra em uma sociedade cujas heranças da escravidão se perfilavam no estrato social de tal modo que o afrodescendente encontra, em escala inigualável, muito mais dificuldades de ascender socialmente que qualquer pessoa branca. Para alcançar o reconhecimento do outro, conforme

se observa na trama, não basta ser inteligente e estudioso, como é o caso de Isaías Caminha. Para além disso, é preciso não ter a cor preta para que a dignidade passe a operar no seio das relações sociais por meio de um processo de alteridade.

Dessa forma, o personagem de Barreto não está sub-representado porque o mesmo é travestido por sua não-conformidade (devido ao modo como é tratado) e pelo desejo de vencer as barreiras que o racismo coloca em sua frente. É um sujeito ativo e mergulhado na consciência de sua cor e, conseqüentemente, de sua posição na sociedade. É, aliás, através dessa consciência melancólica do actante que o autor troca uma piscadela com o leitor atento às questões étnico-raciais para fazer ratificar a assertiva de que a cor, embora seja a linha de demarcação entre o negro e o branco no espaço social (MOORE, 2009), não reflete, em hipótese alguma, a competência intelectual/cognitiva do referido sujeito.

Os romances de Lima Barreto, aqui expostos por meio das considerações críticas de Gregory Rabassa, apontam, seguramente, para uma perspectiva positiva da representação do negro, principalmente se o compararmos aos demais escritores que trouxemos à baila nesta dissertação. Em síntese, são as representações dos desafios que não a cor, mas o racismo baseado nesse artefato fenotípico que se interpõe ante o sujeito negro e a conseqüente luta deste para superá-los que, em nosso entendimento, fazem de Barreto, um caso particular, reconhecido pela crítica especializada como um dos grandes expoentes da literatura destinada à representação da população afro-brasileira – embora o mesmo não se tenha lançado, talvez, a esse objetivo ou tenha reivindicado, em algum momento, tal *status*.

Podemos considerar, portanto, que Barreto não representa o negro sem antes mobilizar suas experiências enquanto tal, tornando seu discurso legítimo. Autores (negros/mestiços) como ele, inseridos no mesmo contexto de produção, acabam por “resolver” o problema da representatividade, que, nos dizeres de Dalcastagnè (2012, p.12, grifo nosso), “não se resume à honestidade na busca pelo olhar do outro ou ao respeito por suas particularidades. *Está em questão a diversidade de percepções do mundo, que depende do acesso à voz e não é suprida pela boa vontade daqueles que monopolizam os lugares de fala*”. Prossegue Dalcastagnè (2012), com a citação de Philips (1995, p.6):

É concebível que homens possam substituir mulheres quando o que está em questão é a representação de políticas, programas ou ideais com os quais concordam. Mas como um homem pode substituir, legitimamente, uma mulher, quando está em questão a representação das mulheres *per se*? É concebível que pessoas brancas substituam outras, de origem asiática ou africana, quando está em questão representar determinados programas de igualdade racial. Mas uma assembleia formada só por brancos pode, realmente, dizer-se representativa, quando aqueles que ela representa possuem uma diversidade étnica muito maior? Representação adequada é, cada vez mais, interpretada como implicando uma representação mais

correta dos diferentes grupos sociais que compõem o corpo de cidadãos (PILHIPS, 1995, p.6 *apud* DALCASTAGNÈ, 2012, p.8, grifo nosso).

Conforme se observa, a partir das considerações de Dalcastagnè (2012) e de Philips (1995), a questão da representatividade, que envolve em uma relação de interdependência o representante (aquele que fala) e o representado (aquele imitado na ficção), deve ser mais bem problematizada no âmbito da literatura, uma vez que são as pessoas brancas que, em sua grande maioria, possuem acesso ao lugar de fala (DALCASTAGNÈ, 2012) e apresentam notáveis limitações quando perfilam personagens negras no discurso literário. Desse modo, nossa leitura nos permite afirmar que Lima Barreto foi, notavelmente, uma exceção em seu tempo, pois, além de ter acessado o campo literário, mesmo sendo um mestiço em um período pós-abolição, sua produção denuncia e experimenta, com legitimidade, os percalços do negro na sociedade que se reconfigura.

3.2 A literatura brasileira contemporânea em perspectiva: racismo e identidade

Gregory Rabassa nos orientou, até o momento, na revisão da prosa literária brasileira no que concerne à representação das personagens negras. Seu estudo, no entanto, não nos permite avançar nessa discussão, já que a nossa intenção é investigar se essas representações (dos negros) são, ainda, hoje, subalternizadas ou se elas adquiriram algum *status* de relevo na ficção, pois as reflexões desse pesquisador não ultrapassaram o Modernismo brasileiro.

É nesse sentido que a pesquisa realizada por Dalcastagnè (2008, p.01), além de atualizar o estudo sobre a questão ora discutida, permite-nos entrever que a presença do negro - enquanto autor e enquanto personagem - na literatura contemporânea é um paradigma que parece, ao menos à primeira vista, estar longe de ser superado. Após analisar um *corpus* de 258 romances de 15 principais editoras brasileiras, a autora constatou que 93% dos escritores são brancos e, guardadas as devidas proporções, certamente escreveram sobre a população negra. Em contrapartida, os “não brancos”, como afirma a autora, somam os meros 2,4%. 3,6% não tiveram a cor identificada. Dentre todos os escritores levantados na referida pesquisa, nota-se que 78% possuem curso superior. E suas áreas de formação correspondem respectivamente ao jornalismo (36,4%), docência universitária (16,4%), escritor (13,3%), tradutor (9,7%), roteirista (8,5%), outros (25,5%).

Os números que se apresentam revelam, mais uma vez, que o negro está, quantitativamente, à margem do campo literário, pois os 2,4% dos escritores “não brancos” foram catalogados enquanto categoria coletiva, o que significa que estes não são,

necessariamente, afro-brasileiros, tornando a situação ainda mais preocupante. Embora Dalcastagnè (2008) não tenha levantado nenhuma hipótese para explicar tais resultados, sugerimos, com base na discussão já realizada no curso desta dissertação, que essa marginalização está intrinsecamente relacionada com as heranças¹⁸ que o sistema escravocrata deixou no estrato da sociedade brasileira, já que, mesmo após 120 anos desde a abolição da escravidão, a população negra ainda encontra dificuldade para adentrar os sistemas de ensino e, por esse motivo, obtém um alto índice de baixa escolaridade se comparada à população branca, conforme explicitam os resultados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA 2014, p.22).

Comparativamente aos brancos, os jovens negros que não frequentam a escola têm escolaridade inferior em todas as faixas. Assim, a melhoria da situação dos jovens negros requer políticas educacionais focadas no aumento da frequência e da permanência na escola, além de programa de elevação da escolaridade, tendo em vista que 40,8% dos jovens negros de 25 a 29 anos não estudavam e não conseguiram concluir o ensino médio e 22,5% não concluíram nem mesmo o ensino fundamental (os percentuais são 24,9% e 11,6%, respectivamente, para jovens brancos desta faixa etária) (IPEA, 2014, p.22).

Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) nos ajudam a compreender, ainda que em certa medida, um dos motivos pelos quais a população negra não obtém acesso ao campo literário brasileiro ainda hoje. Não se faz necessário mobilizar muitas páginas de estudos para afirmarmos que esse referido espaço discursivo, cujas produções (literárias) são valorizadas por uma gama de críticos que confere legitimidade às obras, contempla apenas certos grupos, mais especificamente os dominantes, ou seja, aqueles que, providos de recursos econômicos, fazem deles os subsídios necessários para acessar os mais privilegiados sistemas de ensino e, como consequência, o campo literário e/ou outras esferas/espacos de prestígio.

O campo literário – entendido no sentido de Bourdieu, isto é, o espaço social, relativamente autônomo, em que os produtores literários (e alguns que deles estão próximos, como críticos e estudiosos) geram critérios de legitimidade e prestígio (Bourdieu, 1992) – reforça essa situação, por meio de suas formas de consagração e de seus aparatos de leitura crítica e interpretação (DALCASTAGNÈ, 2012, p.20).

¹⁸ Conforme registra Florestan Fernandes (1978, p. 15), a “desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre”. Segundo o autor, passaram-se os anos e poucas políticas de ações afirmativas foram elaboradas em prol dessa comunidade, o que fez perpetuar sua situação de vulnerabilidade social até os tempos atuais.

Assim, a recorrente “definição dominante de literatura circunscreve um espaço privilegiado de expressão” (DALCASTAGNÈ, 2008, p.12) em que grande parte da população negra, desprovida de acesso à educação, não obtém vez e voz, já que suas formas de expressão – ainda que sejam pretensamente artísticas, como *Quarto de despejo*, de Carolina de Jesus, por exemplo – não atenderam, durante muito tempo, às exigências estéticas da tradição/crítica literária.

Tal situação é merecedora de uma atenção singular, uma vez que a ausência de escritores negros culmina nos problemas já detectados no tópico anterior, isto é, em representações de personagens que passam a ser estereotipadas ou apresentadas de modos distantes de sua realidade concreta, gerando sérios problemas de identificação com o leitor negro, o qual nem sempre se vê representado de forma positiva. Nesse sentido, a criação de uma personagem, seja branca seja negra, está, diretamente ligada à questão da representatividade ou, em outras palavras, ligada a um sujeito-autor que ocupa, no campo literário, um espaço privilegiado ou não de discurso.

Considerando, pois, o fato de a população negra não obter acesso ao “lugar da fala¹⁹”, também no cenário constituinte da literatura brasileira contemporânea, podemos afirmar, de acordo com o estudo de Dalcastagnè (2012), que há “naturalmente” – com aspas mesmo – um embranquecimento das personagens produzidas pelos autores, as quais são hegemonicamente brancas.

A personagem do romance brasileiro contemporâneo é branca. Os brancos somam quase quatro quintos das personagens, com uma frequência mais de dez vezes maior que a categoria seguinte (negros). Em 56% dos romances, não há nenhuma personagem não-branca importante. Em apenas 1,6%, não há nenhuma personagem branca. E dois livros, sozinhos, respondem por mais de 20% das personagens negras (DALCASTAGNÈ, 2012, p.173).

Os apontamentos de Regina Dalcastagnè (2012) demonstram que, mesmo hoje, a representação do negro apresenta-se, de certo modo, um tanto quanto problemática. Problemática porque, em primeiro lugar, diferentemente da constituição da sociedade brasileira que contempla nada menos que 54% de pessoas negras, a literatura contemporânea traz hegemonicamente, em 56% dos romances analisados, apenas personagens brancos que assumem papéis relevantes dentro da estrutura narrativa dos romances. Para além da ausência dos escritores negros, fato que poderia aumentar substancialmente o número de actantes da

¹⁹ Para Dalcastagnè (2012, p.17), “a literatura contemporânea reflete, nas suas ausências, talvez ainda mais do que naquilo que expressa, algumas das características centrais da sociedade brasileira. É o caso da população negra, que séculos de racismo estrutural afastam dos espaços de produção de discurso”.

mesma cor, aventamos a hipótese de que os autores listados pela pesquisadora possuem pouco interesse em retratar o afro-brasileiro, seja porque talvez esteja distante de seu contexto social, seja porque, em suas concepções, ele (o negro) pouco tem a oferecer enquanto matéria a ser desenvolvida na literatura instituída e considerada de alto rigor estético.

Em segundo lugar, não podemos nos esquecer de que o racismo no Brasil é sistêmico e sua forma de atuação é silenciosa. A exclusão, primeiro dos autores e depois das personagens no campo literário brasileiro contemporâneo, acaba por legitimar o racismo na forma de um *habitus* operante por meio da naturalização de determinadas ausências, que apenas são detectáveis pelos leitores atentos à questão ou por estudos que se debruçam em investigações dessa natureza. Assim, a literatura contemporânea, através de seus significativos 79,8% de personagens brancos revela que ela está longe de contemplar a “diversidade da população do país”, que foi meramente representada pelos seguintes números contabilizados por Dalcastagnè (2012, p.14): negros (7,9%), mestiços (6,1%), oriental (0,6%).

Avançando na leitura do estudo ora referenciado, temos que esses actantes (brancos) ocupam – como se reproduzissem a dinâmica social da sociedade brasileira – posições privilegiadas nas narrativas, tais como protagonistas e narradores. Segundo a autora, 84,5 % dos personagens brancos encontram-se entre os protagonistas, enquanto os negros somam a pequena parcela de 5,8% nessa mesma categoria. O índice de narradores é ainda maior: 86,9% são brancos e apenas 2,7% são negros. Para Dalcastagnè (2012, p.174), [...] “os brancos não apenas compõem a ampla maioria das personagens identificadas no *corpus*; eles quase monopolizam as posições de maior visibilidade e de voz própria”.

Ao se problematizar algumas questões concernentes à representação literária no viés em que estamos estudando, nota-se que o acesso à voz e à visibilidade da personagem, ora na condição de narrador, ora na condição de protagonista, não é, em nossa compreensão, uma questão gratuita à própria obra: é preciso atentar para os movimentos – que nem sempre são intencionais – daqueles que mobilizam suas estratégias discursivas no ato da criação literária, pois, conforme registra Dalcastagnè (2012, p.18, grifo nosso), na “narrativa brasileira contemporânea é marcante a ausência quase absoluta de representantes das classes populares [incluímos aí também os negros]. Estou falando aqui de produtores literários, *mas a falta se estende às personagens*”, que implica, obviamente, na impossibilidade de se representar outras realidades por meio dessas instâncias ficcionais que, falando de um local privilegiado, poderiam muito bem plasmar a vida concreta do negro brasileiro.

A situação exposta nos permite afirmar, em consonância com o que pondera Regina Dalcastagnè (2012, p. 176), que a opressão racial é “tanto material quanto simbólica” a tal

ponto que se possa “percebê-la também na própria literatura”, justamente por esta ser uma “forma socialmente valorizada de discurso que elege quais grupos são dignos de praticá-las ou de se tornar seu objeto”. Pela exclusão, o negro enquanto personagem passa a ser objetificado duas vezes: primeiro por se tornar uma instância ficcional marginalizada pelos escritores contemporâneos, uma vez que não ocupam posições de prestígio na trama; segundo porque sua representação é, quase na totalidade dos casos, destituída de subjetividade e sua aparição, assim como nos muitos romances do século XIX, serve mais para dar um colorido no plano composicional da obra do que, efetivamente, para conduzir seu próprio destino na condição de herói romanesco, pois, eles (os negros) “são apenas 7,9% das personagens, mas apenas 5,8% dos protagonistas e 2,7% dos narradores” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.175).

O quadro é ainda mais agravante quando se mobilizam os dados das personagens femininas. De acordo com a estudiosa, o contingente de mulheres brancas atuando enquanto protagonistas é equivalente a 28,7%, da totalidade de protagonistas caucasianos de ambos os sexos; enquanto que, nessa mesma perspectiva, as mulheres negras correspondem apenas a 15% dos protagonistas negros, também de ambos os sexos; “o total de narradores mulheres não passa de 20% do total de narradores de ambos os sexos” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.175), ao passo que narradoras brancas correspondem a 32,7% dos narradores brancos dos dois sexos.

No curso de nossa reflexão, julgamos pertinente e necessário discutir a posição da mulher no campo literário, quer como autora, quer como personagem. Isso porque se as mulheres brasileiras, logo circunscritas em espaço pós-colonial como é caso do Brasil, foram silenciadas e sofreram uma série de restrições que lhes foram/são impostas, como, por exemplo, a dificuldade de acesso à participação ativa na vida econômica e social no país, o que nos leva a constatar que a opressão patriarcal e as raízes do imperialismo são muito mais profundas e extensas, conforme complementa Bonicci (2006):

A continuação da situação subalterna da mulher nas sociedades pós-coloniais provocou uma reação (1) contra o eurocentrismo, considerado responsável pelo fracasso do nacionalismo e pela permanência do patriarcalismo, e (2) contra o nacionalismo estreito, especialmente diante da realidade de comunidades híbridas e diaspóricas atuais (BONNICI, 2006, p.15).

Nesse mesmo sentido, um fato importante a ser considerado, em nosso trabalho, remete ao acesso das mulheres à educação, que só foi possível no último quartel do século XIX, como pontua Olivia Candeia de Lima Rocha²⁰ (2013) ao associar a referida

²⁰Para Olivia Rocha (2013, p.02), “o acesso feminino à instrução no século XIX e início do século XX relaciona-se a diversos aspectos que perpassam a urbanização, a valorização do papel feminino na família e a exigência de mulheres

acessibilidade a outros aspectos como ao fenômeno da urbanização e às tendências europeias que passaram a ser vigentes nesse período. Focalizando especificamente a situação da mulher negra, nota-se, de longe, que esta foi subalternizada ao menos duas vezes: primeiro por pertencer ao sexo feminino – tão desprestigiado em uma sociedade fundamentada em princípios patriarcais, conforme registra Pierre Bourdieu em *A Dominação Masculina* (2005); segundo porque, na condição de negras, descendentes de pessoas escravizadas, essas mulheres não tiveram, por muito tempo, possibilidades de acessar as formas de ensino. Este fato, aliás, manteve-as, “durante muitos anos, caladas, sem espaços para nenhum tipo de manifestação textual ou verbal” (CUNHA, 2010, p.65). No campo literário contemporâneo, já observamos que, enquanto personagens, elas continuam à margem nas narrativas, não possuindo acesso às posições mais privilegiadas do discurso literário, seja como narradoras, seja como protagonistas²¹.

Nesse sentido, as considerações de Regina Dalcastagnè acusam o que já suspeitávamos: “a pequena presença de negros e negras entre as personagens sugere uma ausência temática na narrativa brasileira contemporânea, que o contato com as obras, dentro e fora do *corpus*, contos e romances, confirma: o racismo” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.175). Na mesma esteira, prossegue a pesquisadora:

Trata-se de um dos traços dominantes da estrutura social brasileira e se atualiza desde a Colônia, mas que passa ao largo da literatura recente. Se é possível encontrar, aqui e ali, a reprodução paródica do discurso racista, com intenção crítica, ficam de fora a opressão cotidiana das populações negras e as barreiras que a discriminação impõe às suas trajetórias de vida (cf., entre outros, Guimarães, 2004 [1998] e Damasceno, 2000). O mito, persistente, da democracia racial elimina tais questões dos discursos públicos – entre eles, como se vê, o romance. (DALCASTAGNÈ, 2012, p.175).

Em conformidade com Dalcastagnè (2012), mesmo aquelas obras que reproduzem parodicamente o discurso racista com objetivo de tecer uma crítica social, racial etc. são passíveis de questionamento porque, segundo a autora, elas tendem a explicitar apenas a violência física sofrida pelas personagens negras, em detrimento de suas lutas a fim de

culturalmente polidas e refinadas para os salões e bailes que seguiam a moda europeia. Nesse sentido, eram os grupos sociais mais abastados que tinham condições de propiciar essa formação às mulheres, em uma sociedade em que investir em educação era, sobretudo, um empreendimento que ficava a cargo das famílias” (ROCHA, 2013, p.02).

²¹ Após a década de 1950, entretanto, é que se observa um movimento de mudança nesse cenário com o surgimento de uma multiplicidade de movimentos culturais de contestação e a ascensão de correntes de estudos feministas que foram introduzidas em diversas instituições de ensino superior das ex-colônias europeias, influenciando (in)diretamente no “acesso educacional maciço por parte das mulheres” (BONNICI, 2006, p.15). Esse fato implica diretamente em nossa discussão, pois é somente quando esses sujeitos pós-coloniais alcançaram o “lugar da fala” é que surgem algumas raras exceções como Carolina de Jesus, que, embora sua literatura tenha conquistado a atenção de alguns críticos, está longe de confirmar a regra que valeria para todas as escritoras negras.

subvertê-las, como fazem muitos personagens de Lima Barreto. Desse modo e na perspectiva em que fala a estudiosa, a literatura contemporânea, excetuando as exceções que veremos mais adiante, tem avançado muito pouco nesses tipos de representações, pois, para além desse problema suscitado, há uma tendência em relegar as ocupações dos afrodescendentes às funções sociais de menos prestígio na trama, como nos informa a tabela abaixo.

Tabela 7: Principais ocupações das personagens negras		
bandido/contraventor	20	20,4%
empregado(a) doméstico(a)	12	12,2%
escravo	9	9,2%
profissional do sexo	8	8,2%
dona de casa	6	6,1%
artista (teatro, cinema, artes plásticas, música)	6	6,1%
estudante	5	5,1%
escritor	4	4,1%
governante	4	4,1%
mendigo	4	4,1%
oficial militar	4	4,1%
professor	4	4,1%
religioso	4	4,1%
não pertinente	4	4,1%

(DALCASTAGNÈ, 2008, p.94).

Embora Rabassa (1965) não nos tenha apresentado uma pesquisa que tenha buscado analisar estritamente as ocupações sociais das personagens nas narrativas por ele estudadas, foi possível depreender, por meio da leitura de seu estudo que, salvo as exceções, os negros quase sempre se ocuparam de atividades depreciativas que são realizadas, na maioria das vezes, em espaços considerados subalternos: a cozinha das fazendas, o terreiro de café, a lavoura de cana de açúcar, entre outros espaços cujos serviços são voltados para os trabalhos braçais. Conforme demonstra o quadro acima, as ocupações trabalhistas das personagens negras na literatura contemporânea, ainda que não sejam executadas em espaços rurais, elas continuam a configurarem-se em funções sem prestígio social. Daí a justificativa para ocupações marginalizadas – em sentido *stricto sensu* – como a de bandido/contraventor, empregada doméstica e profissional do sexo, que se destacam na pesquisa da autora,

contrapondo-se a ocupações de alto prestígio (donas de casa, artistas, escritores, estudantes etc.), conforme se verifica na próxima tabela:

Tabela 6: Principais ocupações das personagens brancas		
dona-de-casa	97	9,8%
artista (teatro, cinema, artes plásticas, música)	84	8,5%
escritor	69	6,9%
estudante	68	6,8%
sem ocupação	63	6,3%
professor	61	6,1%
jornalista, radialista ou fotógrafo	54	5,4%
sem indícios	48	4,8%
comerciante	47	4,7%
bandido/contraventor	32	3,2%

Obs. Eram possíveis respostas múltiplas.

Fonte: pesquisa "Personagens do romance brasileiro contemporâneo"

(DALCASTAGNÈ, 2008, p.95)

Mobilizando os dados levantados pela autora, observamos algumas discrepâncias entre as respectivas ocupações das personagens negras e brancas. Como pondera Dalcastagnè (2012, p.183), os afrodescendentes têm ocupado funções marginalizadas “mais de um quinto dos negros, representados nos romances em foco, são bandidos ou contraventores. (E a eles poderiam ser acrescentados mais três presidiários)”. Comparando as duas variantes “bandido/contraventores” entre as duas raças, observa-se que os negros somam os exorbitantes 20,4% dos casos – o maior índice entre todas as variantes utilizadas para explicar as ocupações das personagens negras. Em contrapartida, as personagens brancas que assumem essa posição constituem apenas 3,2% dos casos – o menor índice entre as variantes elencadas para explicar tais funções sociais na ficção contemporânea.

Ainda nesse viés, julgamos necessária a discussão de mais algumas variantes. Trata-se daquelas que, em função do desprestígio social, encontram-se entre os negros e sequer são detectáveis entre os brancos. De acordo com a estudiosa, a variante “empregado(a) doméstico(a)” pode ser encontrada apenas entre os negros e com números que saltam aos olhos de qualquer crítico: foram detectados 12,2% de afrodescendentes ocupando essa função social, enquanto que, entre os brancos, não houve registro. O mesmo movimento pode ser observado nas variantes “escravo” (9,2%), “profissional do sexo” (8,2%), “mendigo” (4,1%);

entre os brancos, tais modalidades também não foram detectadas, segundo Dalcastagnè (2012).

Não obstante, as ocupações de maior prestígio são, de acordo com Dalcastagnè (2012), uma constante entre as personagens brancas, uma vez que suas variantes “donas de casa” (9,8%), “artista” (8,5%), “escritor” (6,9%), “estudante” (6,8%), “professor” (6,1%) são superiores às utilizadas para identificar as posições sociais de negras, conforme se vê nos números perfilados respectivamente: “donas de casa” (6,1%), “artista” (6,1%), “escritor” (4,1%), “estudante” (5,1%), “professor” (4,1%).

No estudo de Dalcastagnè (2012), nota-se que as funções sociais assumidas pelas personagens negras deixam transparecer que a cor constitui um dos atributos fenotípicos essenciais para se interpretar seus estratos econômicos. Conforme a pesquisadora, 46,9% das personagens brancas pertencem à elite intelectual, que, por sua vez, correspondem respectivamente à elite econômica (36,2%) e à classe média (56,6%). Apenas 17,3% dos negros compõem o quadro da elite intelectual. Destes, apenas 10,2 % pertencem à elite econômica e 16, 3% integram a classe média. De quebra, 73,5% dos negros são pobres e 12,2% miseráveis, ao passo que, entre os brancos, são pobres 15,5% e miseráveis apenas 1,8% (DALCASTAGNÈ, 2012, p.179). Conclui a autora:

É possível perceber, então, um duplo movimento. Em primeiro lugar, a literatura segrega os negros nos segmentos de menor renda, mais do que ocorre na realidade. Sempre de acordo com os dados do PNAD²² de 1999, 42,4% dos pretos e 48,4% dos pardos situam-se na faixa que inclui pobres e indigentes, mas a proporção chega a 83,7% e 56,6% respectivamente, entre as personagens. Mas, ainda assim, sub-representa-os nestes mesmos grupos, já que a proporção de personagens brancos entre aquelas de menor renda é elevada. Dito de outra forma, nos romances estudados, os negros são (quase sempre) pobres, mas os pobres não são necessariamente negros (DALCASTAGNÈ, 2012, p.180).

Diante do exposto, podemos afirmar que a ausência de escritores negros faz emergir o problema que se constata a partir dos dados postados acima: os afro-brasileiros, quando tratados como bandidos (na fase adulta) ou contraventores (na adolescência), são frutos de representações criadas por escritores majoritariamente brancos, ou seja, por aqueles que, por se manterem à distância do contexto social do negro (pois integram a elite econômica, enquanto aqueles estruturam a ralé social do país – nos termos de Jessé Souza (2012)). Portanto, estes autores (brancos), por serem detentores das maiores rendas, desconhecem, na maioria das vezes, a realidade concreta dos negros e, por esse motivo, sub-representa-os e os relega para o segundo plano de seus romances, quer na condição de pobres, quer na condição

²² Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

de miseráveis. Como se não bastasse, a situação da população negra, na ficção contemporânea, pode ser mais bem observada quando se nota que suas ocupações ultrapassam os limites da pobreza, chegando a alcançar, por exemplo a condição de escravo, como foi possível observar em algumas das variantes dispostas pela pesquisadora.

Talvez sejam estes os motivos que levam a população afro-brasileira, quando focalizada no romance contemporâneo, a terem maiores possibilidades de morrerem do que as personagens brancas, uma vez que aquelas estão inseridas em contextos sociais vulneráveis, onde a violência é algo recorrente, “comum”. Para Dalcastagnè (2012, p.182), “as personagens negras e mestiças têm possibilidade um pouco maior de morrer que as personagens brancas – o desfecho ‘morte’ está presente para 28,7% dos brancos, 36,8% dos negros e 38,2% dos mestiços. É ainda mais significativo o tipo de morte”, visto que os negros são predominantemente assassinados (61%), enquanto que os brancos, nessa mesma modalidade de morte, correspondem aos 28,1% dos casos.

Novamente, a religião das personagens torna-se um aspecto importante a ser destacado em nossa reflexão, já que na pesquisa de Dalcastagnè (2012) ela é uma constante entre as representações das personagens negras. “Enquanto 62,5% dos orientais 58,8% dos brancos e 47% dos mestiços não apresentam indícios de filiação religiosa, a proporção cai para 37,8% no caso dos negros e 33,3% no caso dos indígenas” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.181). Segundo a autora, 26,5% dos negros são seguidores de religiões de matriz africana, mais especificamente do candomblé e umbanda.

A leitura que fazemos deste ponto levantado por Regina Dalcastagnè é a seguinte: as religiões de matriz africana são, conforme assinalam muitos estudiosos – dentre eles Júlio Braga (1990) – grandes centros de resistência por motivos distintos que mereceriam, certamente, um capítulo ou, no mínimo, um tópico para não deixar de fora qualquer fator importante a ser considerado. Mas atendo-nos aos pontos que nos interessam – em face das nossas finalidades – levantamos, ao menos, três situações que conferem a essas manifestações religiosas o *status* de resistência: a) a proibição dos cultos africanos pelos senhores de escravos, que culminou na busca por estratégias de veneração aos orixás fazendo-se uso de imagens de santos católicos; b) a perseguição policial e a censura do Estado logo no início do século XX, conforme postula Mandarinó (2007)²³; c) e as crescentes e presentes formas de

²³ De acordo com Mandarinó (2007, p.97-100), o Estado, interveio de forma aguda no combate aos terreiros das religiões de matriz africana, “criando instrumentos reguladores, criando juízos especial e pessoal especializado. Mais do que isso, em alguns casos, fornecerá a própria denúncia. [...] Essa função do Estado permanece até hoje, mas, de 1890 a 1940, com as reformulações introduzidas no Código Penal, o aparato político se institucionalizou e passou a ser usado com mais intensidade como instrumento de repressão. As perseguições eram levadas a cabo,

intolerância religiosa cometida por algumas denominações neopentecostais, como aquela ocorrência focalizada no capítulo anterior, quando tratávamos especificamente de algumas facetas do racismo sob o viés religioso.

Se nos é permitido acrescentar ainda mais uma situação, sugerimos que tais religiões resistem em meio ao campo literário, mas desta vez, na condição de personagens. Se Jorge Amado, em alguns de seus romances, pintou com primor as cenas religiosas dos negros, assim como fizeram muitos escritores do século passado, no *corpus* de análise de Dalcastagnè (2012, p.181) prevalece a “visão estereotipada – e mesmo preconceituosa – das religiões afro-brasileiras”, fazendo com que o grupo religioso tenha “a maior porcentagem de pobres e miseráveis (81,1%) e, inversamente, um dos [grupos] com menor proporção de personagens integrantes da elite intelectual”.

Deslocando as constatações da pesquisadora para o nosso contexto de estudo, compreendemos que as religiões de matriz africana são encontradas como formas de resistência também na literatura infantojuvenil, visto que elas (as religiões) são um dos elementos constituintes dessa cultura e, por esse motivo, tornam-se recorrentes nos textos que versam sobre a questão. Desse modo, quando identificadas tais manifestações religiosas em nosso *corpus* analítico, atentar-nos-emos para o modo como são representadas, com intuito de verificar a presença de determinados discursos intolerantes, os quais, ainda que sejam diluidamente velados no fio do discurso ficcional, poderão alcançar alunos em pleno estágio de formação humana, ideológica enquanto leitores.

De acordo com a análise realizada por Dalcastagnè (2012), em *Literatura brasileira contemporânea*: um território contestado, podemos afirmar que a literatura hodierna atua em consonância com a dinâmica da sociedade brasileira, reproduzindo, ficcionalmente, o mesmo racismo subjacente na estrutura social do país. O referido racismo perpetua-se por meio de representações determinantes para estigmatização do negro, gerando possíveis problemas de identificação com o leitor afro-brasileiro, uma vez que o leitor (negro), mais especificamente aquele em processo de formação, não terá, no ato da leitura, outra perspectiva de identificação com as personagens senão com aquelas subalternizadas e estereotipadas. É como se ele (leitor) e todos pertencentes à sua raça não fossem instituídos de subjetividade, dignidade ou capacidade intelectual que lhes possibilitariam, certamente, o livre trânsito na sociedade,

em sua maioria, através de denúncias da população que muitas vezes sentia-se incomodada pelos batuques que se arrastavam até altas horas em dias de grandes obrigações. [...] As religiões afro-brasileiras eram e continuam sendo vistas como curandeirismo, magia negra, exploração de credulidade pública e exercício ilegal da medicina, estando os seus praticantes incorrendo em crimes previstos no Código Penal. O Código Penal de 1890 incriminava não só o curandeiro, mas, também, o feiticeiro, juntamente com outras categorias, como espíritas e cartomantes”.

como parte significativa da população (branca) possui sem receber, ao menos, um olhar enviesado.

Em 2008, a autora ora referenciada publicou o artigo “Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea”. Trata-se de um estudo que focaliza, além dos dados quantitativos apresentados até o presente momento, algumas situações em que o negro, enquanto personagem, tem vivenciado nas narrativas contemporâneas. Situações estas, na maioria das vezes, marcadas pelo preconceito racial recorrentemente diluído ironicamente no discurso narrativo ou, quando não tão implícito assim, atuando abertamente por meio de representações estritamente estereotipadas, em que a animalização do negro passa a se tornar, por exemplo, um recurso literário, como pondera a pesquisadora:

Mas dizer que os negros são humanos parece ser ainda uma necessidade, quando se percebe que sua animalização se mantém como um recurso literário. Para ficar em apenas um exemplo, o homem negro diante da mulher branca continua sendo representado como o animal sujo cobiçado pela fêmea depravada – como nos contos “O Negro”, de Dalton Trevisan (1986) e “O negro e as cercanias do negro”, de Haroldo Maranhão (2001). (DALCASTAGNÈ, 2008, p.12).

Devido ao fato de o preconceito racial nem sempre ser um fenômeno plenamente identificável – justamente por ser um *habitus*, como já dissemos em outra ocasião – as representações estereotipadas das personagens negras tendem a ser naturalizadas, como se, nos contos em apreço (citado por Dalcastagnè), o negro fosse destituído de toda a sua humanidade, uma vez que passa a obedecer, mecanicamente, aos comandos sexuais daquela que o trata enquanto animal e/ou objeto. Desse modo, as duas narrativas mencionadas por Dalcastagnè (2008) acabam por ilustrar uma das afirmações que corroboramos anteriormente: a de que a literatura brasileira contemporânea não titubeia em reproduzir o racismo vigente nessa sociedade, tanto é que “o tom do deboche do narrador em primeira pessoa [ela está se referindo à narrativa de Dalton Trevisan] não esconde o racismo, e o chauvinismo, que lhe servem para fazer graça com o leitor, com quem troca uma piscadela” (DALCASTAGNÈ, 2008, p.12).

Em nosso entendimento, a troca de piscadela, entre o literato e o seu leitor, desvela o que há de mais perverso nessa situação discursiva: o racismo. Ao assumir uma postura racista, mais especificamente na literatura, os sujeitos envolvidos nessa interação literária, muitas vezes – *muitas vezes*, frise-se bem –, sequer se dão conta de que o conteúdo propagado e consumido está permeado de preconceitos. No entanto, nas vezes que os produtores de literatura conhecem os mecanismos de operação do racismo e assumem abertamente tal posicionamento, o estereótipo, segundo Dalcastagnè (2008, p.12) “é usado na narrativa não

como crítica, mas como recurso fácil de aproximação com o leitor, que ele assume compartilhando dos mesmos preconceitos”, porque ambos (autor e leitor) compartilham de um mesmo contexto social imerso no racismo estrutural.

Além do texto de Dalton Trevisan, o mesmo estereótipo pode ser encontrado no conto de Haroldo Maranhão, pois salienta Dalcastagnè (2008, p.13) que a representação do negro não o torna personagem, mas tão somente um objeto da cena ficcional, visto que, outra vez, “ele é o corpo desprezível que a mulher branca, em sua irracionalidade, deseja. O narrador em terceira pessoa busca se aproximar do que seria a perspectiva de sua personagem e troca o tom de deboche de Trevisan pelo mau gosto grosseiro”. Prossegue a pesquisadora com o excerto da obra:

Se na véspera houvesse alguém idealizado semelhante encenação, repeliria como se repelem disparates, ela! Ali!, a haver-se com um negro!, aqueles bafios! O suor tudo circundava porque a brisa a cessara, o mormaço aumentava o fartum, fartum dos que destilam merda pelos sovacos. O olhar do negro bolinava-lhe os peitos. Ela sentia deslizar gosmas pelas coxas. Em momento algum o negro temeu malogro, porque sua ascendência impusera-se (MARANHÃO, s/d, p.24 *apud* DALCASTAGNÈ, 2008, p.13).

Cometeríamos um equívoco se afirmássemos que o racismo evidenciado no fragmento retirado da obra de Haroldo Maranhão despertasse, em todos os leitores, o sentimento de repulsa. Mas, enquanto sociedade racista, o discurso veiculado na referida matéria literária tende, na verdade, a ratificar/legitimar o preconceito cuja premissa encontra fundamento na raça. Assim, “o preconceito pode continuar sendo veiculado porque a sociedade se mantém preconceituosa, e ela se mantém preconceituosa porque vê seus preconceitos se confirmarem todos os dias, nas diferentes representações sociais.” (DALCASTAGNÈ, 2008, p.13).

Dalcastagnè (2008) aponta para outro personagem sub-representado em seu estudo: trata-se do Mané – protagonista do romance *O paraíso é bem bacana*, de Sant’Anna (2006). Nessa obra, afirma a pesquisadora, o personagem é objetificado dado ao silêncio que lhe é atribuído. Sua mudez representa, em nossa compreensão, o silêncio dos oprimidos, dos marginalizados ou simplesmente dos que não possuem acesso a essa esfera discursiva devido às formas de expressão (que não possuem) e aos padrões de composições literárias estabelecidas pela crítica (que não atingem).

O garoto – que, segundo nos contam, é quase afásico – só chega até nós através dos discursos ruidosos que estão à sua volta, invadindo seu espaço, contaminando sua história. Todos falam do Mané, todos dizem o quanto ele é idiota, todos destilam sua raiva. O narrador, não menos autoritário, recolhe essas falas e despeja-as sobre sua personagem, soterrando-a, e ela permanece inerte, na cama do hospital. Embora seja o protagonista do livro, Mané é explicitamente silenciado – é, ainda, objeto da fala dos outros, dos médicos, treinadores, vizinhos, torcedores e

jornalistas. O foco do romance não é o seu corpo objetificado (ou o desejo que esse corpo inspira em uma mulher animalizada), e sim dos discursos que incidem sobre ele e que parecem tentar desviar nossa atenção do rapaz (DALCASTAGNÈ, 2008, p.14).

Quando discutimos o silêncio das personagens negras na literatura, colocamos a questão para ser problematizada em âmbito teórico, esquivando-nos, assim, de qualquer abordagem superficial que abra margem para contestações. Desse modo, o silêncio aqui é compreendido na mesma perspectiva que compreende a linguista Eni Orlandi, que o define como sendo aquilo que não fala, mas que significa. Nas palavras da autora: “o silêncio não é diretamente observável e, no entanto, ele não é o vazio, mesmo do ponto de vista da percepção: nós o sentimos, ele está lá (no sorriso da Gioconda, no amarelo de Van Gogh, nas grandes extensões, nas pausas)” (ORLANDI 1997, p.46).

Em seu ensaio intitulado *As formas do silêncio no movimento dos sentidos* (1997), Eni Orlandi apresenta algumas categorias de silêncio. Dentre elas, há uma que nos interessa de modo particular por estar diretamente relacionada ao assunto que discutimos nesta dissertação: trata-se da política do silêncio, que pode ser definida tão somente “pelo fato de que ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 1997, p.75). Ademais, complementa a autora que, como parte integrante da política do silêncio, “o silêncio local é a manifestação mais visível desta política: a da interdição do dizer” (ORLANDI, 1997, p.75), a qual, por sua vez, está intrinsecamente ligada à censura.

Trata-se da produção do silêncio sob a forma fraca, isto é, é uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido. [...] Poder-se-ia falar do modo como a censura funciona do lado da opressão. Mas isto não tem nenhum mistério: proíbem-se certas palavras para se proibirem certos sentidos.

No entanto, há um aspecto interessante a observar a esse mecanismo de censura. Como, no discurso, *o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo, ao se proceder desse modo se proíbe ao sujeito ocupar “certos lugares”, ou melhor, proíbem-se certas “posições” do sujeito* (ORLANDI, 1997, p.78, grifo nosso).

Consoante as palavras da estudiosa, a censura é, portanto, “a *interdição manifesta do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado*” (ORLANDI, 1997, 81, grifo nosso). Todavia, é preciso esclarecer que o silêncio de uma personagem negra nem sempre é manifesto/observável nas linhas do discurso literário, pois ele assume uma dimensão simbólica, assim como o próprio racismo, que opera em praticamente todos os estratos da sociedade brasileira.

As formas de atuação do preconceito racial, conforme já assinalamos no capítulo primeiro, são altamente complexas e, por isso, exigem um esforço (reflexivo) a fim de que se possa identificar suas manifestações, mais especificamente aquelas mais imperceptíveis. Para que se compreenda o silêncio da personagem como forma de racismo, é preciso retomar ao menos dois pontos já discutidos: a) o primeiro deles refere-se à questão do acesso das pessoas negras ao campo literário: já constatamos que a ausência de escritores negros é uma herança da escravatura, que, por sua vez, impediu o acesso dos negros às escolas, universidades e outros campos que possibilitariam, a eles, meios para que adquirissem as formas de expressão tão privilegiadas pela academia/crítica; b) Tal ausência foi condição *sine qua non* para que as pessoas brancas ocupassem os meios de produção literária, e, nas pouquíssimas ocasiões em que representam o negro, seus discursos não alcançam a profundidade que a construção de uma personagem como essa requer, gerando, assim, representações como a de Mané e a de tantos outros, cujos silêncios passam, muitas vezes, despercebidos no ato da leitura, devido ao fato de esse silêncio ser “naturalizado”²⁴ – com aspas mesmo – predominante em quase todas as esferas do discurso.

O cerceamento da voz de uma personagem negra é, assim, uma forma de racismo porque ele (o silêncio), nesse caso, é construído de uma política (como sugere Orlandi (1997)) que aqui denominamos de *censura simbólica*. Nossa proposição se justifica devido ao fato de o silêncio carregar, em seu bojo, fundamentos do mesmo racismo simbólico que permeia a sociedade brasileira e também porque, quando elevado às linhas do discurso literário, torna-se invisível, imperceptível, naturalizado e regulado de maneira indireta não só pelos que possuem acesso ao campo literário, mas, e, sobretudo, pelo próprio sistema racista.

Reiterando uma afirmação que fizemos anteriormente acerca da construção/ratificação da(s) identidade(s) por meio do discurso midiático, Orlandi (1997) apresenta uma importante contribuição sobre as implicações que a política do silêncio, a saber, a própria censura, gera em meio aos processos de identificação dos sujeitos quando estes mobilizam determinados discursos:

Assim concebida, a censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas. *Consequentemente, a identidade do sujeito é imediatamente afetada enquanto sujeito-do-discurso pois, sabe-se (Pêcheux, 1975), a identidade resulta de processos de identificação segundo os*

²⁴ Em sua obra *A Dominação Masculina* (2005), Pierre trata das formas pelas quais a sociedade cabila assimila, em suas práticas sociais, os aspectos da opressão patriarcal de maneira simbólica. A reprodução da dominação masculina é concebida de modo natural, ou seja, como se a opressão decorresse da ordem regular das coisas. É nessa mesma perspectiva que o racismo simbólico, em nossa compreensão, perpetua-se: quando o negro passa a ser objetificado, silenciado e estereotipado de maneira recorrente, sem que essas práticas sejam problematizadas/discutidas, obtém-se, de modo indireto, a naturalização do racismo, que, na esfera social passa a obedecer à já referida ordem regular das coisas.

quais o sujeito deve-se inserir em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras tenham sentido. Ao mudar de formação discursiva, as palavras mudam de sentido (ORLANDI, 1997, p.78, grifo nosso).

Em conformidade com a estudiosa, o silêncio, em determinadas situações discursivas, pode inviabilizar a formação/ratificação de certas identidades – especificamente no caso que tratamos aqui, da identidade afro-brasileira – pois corroboramos a assertiva de que a censura simbólica, quando operada no âmbito do discurso literário²⁵, afeta, de modo imediato, os processos identitários das pessoas negras. Isto porque, silenciadas as vozes dos autores negros, e, por consequência, também as das personagens, a população negra se torna, quando não marginalizada, invisível, afetando, assim, (in)diretamente o processo de construção da identidade dos leitores em formação. A este respeito, endossa Dalcastagnè (2008):

Há em primeiro lugar, a quase ausência do negro em nossa literatura- me refiro às personagens, mas a situação é ainda mais grave em relação aos escritores. Quando os negros são representados, costumam aparecer em posição secundária no texto (não são os protagonistas e muito menos os narradores) e em situação subalterna na trama (restringindo-se a algumas posições estereotipadas, como as de bandido, prostituta e doméstica, por exemplo) (DALCASTAGNÈ, 2008, p.20)

Quando Orlandi (1997) afirma: “ao mudar de formação discursiva, as palavras mudam de sentido”, isso significa que se o discurso literário – e também todas as demais manifestações midiáticas – não fossem permeados de construtos racistas, certamente as formações ideológicas dos sujeitos seriam outras, (muito provavelmente não racistas), conforme já reiteraram Van Dijk (2012) e Munanga (2009).

Em suma, constatamos que a literatura contemporânea atua em consonância com a dinâmica da sociedade brasileira, reproduzindo, ficcionalmente, o mesmo racismo subjacente na estrutura social do país por meio de representações determinantes para estigmatização do negro. Geram-se, assim, possíveis problemas de identificação com o leitor afro-brasileiro, uma vez que o leitor (negro), mais especificamente aquele em processo de formação, não terá, no ato da leitura, outra perspectiva de identificação com as personagens senão com aquelas silenciadas/invisibilizadas, subalternizadas e estereotipadas, como se ele (leitor) e todos pertencentes à sua raça não fossem instituídos de subjetividade, dignidade ou capacidade intelectual que lhes possibilitariam a inserção/ascensão no seio da comunidade onde residem.

Se até o momento constatamos que a literatura brasileira (mais precisamente aquela destinada ao público adulto) está permeada de aspectos racistas em diferentes dimensões – que abarcam desde os problemas relacionados à autoria (ausência de escritores negros) às

²⁵ Referimos-nos, neste momento, à literatura brasileira contemporânea.

representações silenciosas e estereotipadas – o que podemos pensar daquela destinada ao público infantojuvenil brasileiro?

Se pensarmos todo o contexto da literatura infantojuvenil brasileira, obviamente não será possível mobilizar, nesta dissertação, um estudo que dê conta de responder integralmente à pergunta proposta, dada a profundidade que o tema exige e a dimensão reduzida que este estudo alcança ou pretende alcançar. No entanto, se considerarmos os recortes dos acervos a serem analisados, teremos a possibilidade de compreender, parcialmente, como as discussões relacionadas à raça/racismo, identidade e representação do negro se perfilam no campo da literatura infantojuvenil brasileira, sobretudo na esfera do PNBE. Para tanto, mobilizamos os estudos de Fúlvia Rosemberg (1985), Nelly Novaes Coelho (2006) e Mirian Zappone (2015), que nos ajudarão a identificar e/ou problematizar os possíveis silêncios, estereótipos e demais aspectos que relacionem o negro em suas distintas representações.

3.3 Pelos (des)caminhos da Literatura Infantojuvenil: a (sub)representação das personagens negras

No Brasil, a produção literária voltada para crianças e adolescentes é, consideravelmente, nova. É consenso entre algumas estudiosas do assunto, dentre elas a professora Nelly Novaes Coelho (2006) que, no Brasil, os primeiros movimentos²⁶ da literatura infantojuvenil surgem (como manifestação oral) no final do século XVIII e passam a melhor se desenvolver no decorrer do século XIX – período este em que a imatura corte intelectual ensaiava suas páginas literárias com vistas à promoção de uma identidade nacional. É o Romantismo que emoldura o quadro histórico e dita as normas estéticas aos homens das letras. Os ventos românticos que sopram de Portugal e da França (nossos principais mentores intelectuais nesse período) trazem consigo ideais que, direta ou indiretamente, contribuíram para mudanças circunstanciais no estrato da sociedade brasileira: falamos aqui do declínio da Monarquia e, mais adiante, da instalação da República, enquanto sistema de governo.

Um fator importante a ser observado no limiar desse contexto histórico remete à busca pelo saber, não somente enquanto projeto para “autorrealização de cada indivíduo”, mas, também, “como um valor que nos caracterizaria como ‘povo brasileiro’”, pontua Nelly Novaes Coelho (2006, p.17). Segundo a estudiosa, foi em meio a esse quadro de mudanças de

²⁶ Em conformidade com o registro de Coelho (2006), a literatura infantojuvenil brasileira tem, efetivamente, seu marco inicial na década de 1920, com Monteiro Lobato. As publicações em livros ou as histórias orais destinadas às crianças/adolescentes anterior a esse período são, no entendimento da autora, manifestações precursoras dessa modalidade literárias.

ordem social, política e econômica que o ensino passou a ser uma das prioridades dos mentores que propunham a aplicação da noção de “nação civilizada”. Assim, o “sistema escolar nacional passa por reformas de real alcance, dando especial ênfase à leitura, pedra-base da ‘sociedade letrada’ que então se formava, a exemplo do modelo europeu” (COELHO, 2006, p.17). Além disso, pondera a referida autora que

As letras, nesse estágio da civilização ocidental, eram ainda valorizadas como o verdadeiro centro das experiências humanas. Havia uma certeza que vinha desde os tempos arcaicos: a de que era através da representação verbal (poética ou literária em geral) que os homens tinham acesso *ao verdadeiro conhecimento da vida e dos padrões ou normas de comportamentos a serem adotados ou repudiados* (COELHO, 2006, p.17, grifo nosso).

Consoante ao postulado de Coelho (2006), é evidente que o conhecimento e as normas de comportamento que os cidadãos em estágio de formação deveriam adotar ou repudiar estivessem, assim, sob a tutela da escola, a qual, por sua vez, utilizou a própria literatura infantil para tal objetivo, conforme ressalta a estudiosa: “essa literatura destinada às crianças e jovens sempre fora entendida como agente mediador de valores, normas ou padrões de comportamentos exemplares, isto é, consagrados pela sociedade para perpetuar, através das novas gerações, o sistema em que ela se organizara” (COELHO, 2006, p.17).

A literatura a que nos referimos remete ao período pré-lobateano, ou seja, aquela que circulou na transição do século XIX para o XX. As produções desse momento, como qualquer literatura em formação, é, obviamente, muito incipiente e, de certa forma, pouco nos interessa neste trabalho, a não ser a explanação de alguns pontos que convergem para os valores ideológicos apregoados pelos títulos infantis da época. Para Coelho, “essas obras pioneiras (sejam adaptações, traduções ou originais) revelam facilmente a natureza cristã-burguesa-liberal da formação da educação recebida pelos brasileiros desde meados do século XIX” (COELHO, 2006, p.19). Nessa esteira, buscou-se, então, por meios das obras, disseminar determinados valores morais, religiosos, nacionalistas; valores de cunho intelectual, patriarcal, adultocentrista (COELHO, 2006).

No *Dicionário Crítico da Literatura Infantil e Juvenil Brasileira* não há, como já esperado, nenhuma alusão da autora em relação às obras que, no período em tela, cotejasse alguma discussão sobre qualquer questão relacionada à raça/racismo mesmo em um momento em que a abolição da escravatura, certamente, levantou a celeuma entre os homens “letrados”. Seria, portanto, muita pretensão de nossa parte reivindicar tal discussão na literatura infantojuvenil (nesse contexto) por uma única razão: a literatura brasileira corroborou, durante

alguns períodos, certos modelos eurocêntricos²⁷, que, em algumas circunstâncias, infantilizou as raças não brancas em suas representações – conforme apontam estudiosos como Ella Shohat e Robert Stam (2006), por exemplo. Nesse sentido, se até mesmo o negro adulto foi sub-representado, o que podemos pensar da representação da criança não branca num período em que o conceito de infância foi praticamente desconsiderado? A resposta é a seguinte: sua representação praticamente não existiu, visto que se a criança, de modo geral, tinha pouca importância enquanto sujeito/cidadão, muito menos importância teria a criança negra enquanto matéria literária.

Adentrando, pois, a década de 1920, nota-se que esta foi um marco para a literatura brasileira, seja por conta da Semana de 22, seja pelo divisor de águas que passa a nortear os caminhos da literatura infantojuvenil, que tem, na figura de Monteiro Lobato, o seu grande mentor. A preocupação e a dedicação desse literato em relação à literatura para crianças e adolescentes contribuíram para a consolidação da literatura infantojuvenil brasileira, conforme salientam estudiosos como Fulvia Rosemberg (1985), Marisa Lajolo (1993), Regina Zilberman (1993), Nelly Noaves Coelho (2006) e Alfredo Bosi (2006). Este, aliás, não mensura palavras para prestar-lhe admiração:

O papel que Lobato exerceu na cultura nacional transcende de muito a sua inclusão entre os contistas regionalistas. Ele foi, antes de tudo, um intelectual participante que empunhou a bandeira do progresso social e mental de nossa gente. E esse pendor para a militância foi-se acentuando no decorrer da sua produção literária, de tal sorte que às primeiras obras narrativas (*Urupês*, *Cidades Mortas*, *Negrinha*) logo se seguiram livros de ficção científica à Orwell e à Huxley, de polêmica econômica e social, que desembocariam, por fim, na originalíssima fusão de fantasia e pedagogia que representa a sua literatura juvenil (BOSI, 2006, p.229).

De acordo com as considerações de Alfredo Bosi (2006 p.229), Monteiro Lobato foi, ao seguir suas próprias convicções intelectuais, um “moralista e doutrinador aguerrido”. Sua literatura infantojuvenil, portanto, não poderia se turvar de reproduzir os fundamentos que sedimentaram uma época marcada por princípios éticos e morais. Nesse mesmo sentido, Marisa Lajolo e Regina Zilberman reiteram que Lobato buscou associar a literatura aos elementos estritamente educativos. É assim que *O sítio do Pica-pau amarelo*, por exemplo, deixa de ser lido, pelos críticos, como uma narrativa ingênua, desprovida de intencionalidade:

O sítio metamorfoseia-se numa escola paralela, reforçando a aversão do escritor pela instituição tradicional de ensino, cujas disposições físicas e psicológica o degradavam. Trata de substituí-las dando-lhe arranjo diferente, ao mesmo tempo antigo e moderno. Antigo e moderno porque o modelo é a escola grega [...]: um sistema de ensino que evoluiu através do diálogo, sem conclusões pré-fabricadas ou

²⁷ Vide os ideais que orientaram o Romantismo brasileiro, por exemplo.

conclusões previstas por antecipação. Além disso, não supõe um espaço predeterminado, fixo de antemão e classificado como sala de aula. O espaço dessa escola lobateana muda segundo as conveniências, podendo ser tanto a sala principal da sede do sítio ou a paisagem (LAJOLO; ZILBERMAN, 1998, p.76).

É nesta obra que se observa, entre uma história e outra, a sub-representação dos personagens negros por meio de alguns estereótipos, como a da “mãe-preta” – notadamente visível na figura de Tia Nastácia – e a do Pai João²⁸, que pode ser associado à figura do Tio Barnabé. Atendo-nos apenas a primeira personagem – que já é suficiente para ilustrarmos a nossa afirmação – podemos observar os contornos de seus estereótipos a partir de sua caracterização: como já é sabido, ela ocupa, nessa trama, a função de empregada doméstica de uma família branca. Daí a justificativa para ser descrita e/ou ilustrada com um avental cobrindo o corpo (gordo), e, não obstante, com um lenço sobre a cabeça. Sua caracterização, portanto, indica, em primeira instância, a sua relação ao trabalho doméstico, o qual, por sua vez, estende-se aos cuidados das crianças. No fragmento abaixo é possível entrever, explicitamente, a sua figuração: o avental aparece como adorno de sua vestimenta e suas marcas fenotípicas são descritas em tom jocoso, que aludem ao racismo – ao menos por parte do narrador:

- Corra, Nastácia! Venha ver este fenômeno...
A negra apareceu na sala, enxugando as mãos no avental.
 - Que é, Sinhá? – perguntou.
 - A boneca de Narizinho está falando!...
A boa negra deu uma risada gostosa, com a beiçaria inteira.
 - Impossível, Sinhá! Isso é coisa que nunca se viu. Narizinho está mangando com mecê.
 - Mangando seu nariz! – gritou Emília furiosa. Falo, sim, e hei de falar. Eu não falava porque era muda, mas o Doutor cara-de-coruja me deu uma bolinha de barriga de sapo e eu enguli e fiquei falando e hei de falar a vida inteira, sabe?
A negra abriu a maior boca do mundo.
 - E fala mesmo Sinhá!...exclamou no auge do assombro. Fala que nem uma gente! Credo! O mundo está perdido...
 E encostou-se à parede para não cair (LOBATO, 1959, p. 35-6, grifo nosso).

Para que possamos avançar em nossa discussão, é preciso ressaltar que, se na literatura voltada ao público adulto “os autores têm de lidar com a dissonância causada entre os gêneros e os estilos ‘brancos’”, devido à falta de “modelos na tradição literária” (DALCASTAGNÈ, 2008, p.21), na literatura infantojuvenil, é possível observar o mesmo movimento quando se procura focalizar a presença de autores e personagens negros, porque, até o momento (década de 1920), esse gênero só teve espaço para transmissão de princípios morais, éticos etc. No

²⁸ Segundo Alkmim e Lopez (2009, p.37), “o personagem Pai João, em muitas histórias, assume o papel de escravo africano sofredor, submisso e resignado, frequentemente ingênuo, cheio de bondade e fiel a seu senhor. Algumas vezes ele encarna o escravo preguiçoso e lerdo, outras, ele é o escravo atrevido, esperto e vingativo”. Estamos diante, portanto, de um personagem cuja imagem é estereotipada, negativa, e que, por este motivo, contribui com a perpetuação do racismo simbólico.

período em apreço, Rosemberg e Silva (2012, p.100) salientam que a criação de personagens negros nessa esfera de circulação discursiva praticamente não existiu, com a exceção daqueles autores que plasmaram seus personagens como pano de fundo de suas tramas, com intuito de apenas dar um colorido a mais à tela da literatura que, à época, pintava-se costumeiramente com a tinta da escravidão.

A década seguinte marca, segundo Coelho (2006), a expansão do sistema educacional e, também, da literatura infantojuvenil. Ainda para a autora, permanece para compor o quadro temático das narrativas a intencionalidade pedagógica, que, agora, passa a contar com uma gama de histórias que se subdivide entre diversos tipos de narrativas, tais como os textos que recorrem à “pura fantasia”, “à realidade histórica”, “à realidade mítica” e ao “realismo maravilhoso” (COELHO, 2006, p.48) para apresentar, ao leitor infantil/juvenil, bons modos e boas maneiras de comportamento e obediência. No que tange à criação de personagens negros, nessa década, constata-se, de acordo com Gouvêa (2004), que os autores seguiram os modelos incipientes da literatura adulta, visto que eles (personagens) foram estereotipados e apresentados com o suposto resgate do folclore, com referências etnocêntricas associadas à “simplicidade, primitivismo, ignorância, meio rural e passado, com características corporais animalizadas (GOUVÊA, 2004, p. 219-62 *apud* SILVA e ROSEMBERG, 2012)”.

Em conformidade com as considerações de Coelho (2006), nota-se que a produção literária da década de 1940 foi intensificada. Entretanto, é preciso salientar que o aumento do número de textos publicados nesse período não esteve, tematicamente, em consonância com as narrativas que, no decênio anterior, patrocinaram, fervorosamente, a imaginação do público infantojuvenil, com obras que fugiram do realismo pragmático. Muito pelo contrário, a estética do fantástico e do maravilhoso, por exemplo, foi relegada a segundo plano, uma vez que a conjuntura educacional daquele momento defendia “o princípio de que os contos de fadas falsificam a realidade e que seriam perigosos para as crianças, pois poderiam provocar em seu espírito uma série de alienações como: perda do sentido concreto, evasão do real, distanciamento da realidade, imaginação doentia etc.” (COELHO, 2006, p.50). Já em relação às personagens negras produzidas nesta época, pouco se tem a dizer, exceto que elas permaneceram em um quadro estável já que as representações da década seguinte pouco evoluíram, conforme aponta a pesquisa de Rosemberg e Silva (2012).

Traçando um panorama da produção literária infantojuvenil de 1950 a 1970, deparamo-nos com a seguinte situação: as reformas no ensino, nas eras Getúlio Vargas /Juscelino Kubitschek, impulsionaram-se. Paralelo a elas, “a crise da leitura se instala abertamente no Brasil, não só no âmbito da criança, mas também no do jovem e do adulto”

(COELHO, 2006, p.50). Todavia, salienta Nelly Novaes Coelho que a fantasia retoma seu fôlego em meio a essa produção literária em crise, mas agora com a fusão com o realismo facilmente detectável em obras de Lúcia Machado de Almeida e de tantas outras autoras que surgiram nesse período, como Isa Silveira Leal, Jannart Moutinho, Maria Heloisa Penteado, por exemplo. Não obstante, não podemos nos esquecer de que a década de 1950 também ficou marcada pelo *boom* das histórias em quadrinhos, como bem lembra a estudiosa ora referenciada.

Expandem-se cada vez mais a produção e o mercado da literatura em quadrinhos. Em 1951, o Brasil, pioneiramente, realizou a 1ª Exposição Internacional de História em Quadrinhos (organizada por Jayme Cortez Martins, Syllas Rosenberg, Miguel Penteado, Reinaldo de Oliveira e Álvaro de Moya), no Centro de Cultura e Progresso de São Paulo. Multiplicam-se as revistinhas ou jornaizinhos em quadrinhos, na maioria importados (COELHO, 2006, p.51).

Coelho (2006, p.51) postula que, “vista em conjunto, a produção literária para as crianças e jovens, nos anos de 1960, no Brasil, apareceu como uma espécie de preparação de terreno para o grande surto criador que se dá nos anos 1970”. Mas não perdendo de vista, ainda, a produção literária da década de 1950 e avançando até os meados da década de 1970, nota-se que as discussões sobre as relações étnico-raciais permearam algumas pesquisas, dentre elas, a de Fúlvia Rosenberg. Em sua tese intitulada *Literatura Infantil e Ideologia* – muito possivelmente o primeiro estudo a eleger a metodologia quali-quantitativa para o processamento de dados - apresenta considerações concretas sobre as personagens negras do período em tela.

A pesquisadora intentou, por meio da análise de 168 livros, verificar “a bipolarização dominador-dominado a partir da observação de categorias relacionadas à idade, ao sexo, à cor e à etnia das personagens dos livros” (ZAPPONE, 2015, p.89). É importante ressaltar que o trabalho da estudiosa não trata de uma pesquisa voltada única e exclusivamente para a discussão de temas relacionados às relações étnico-raciais. Contudo, o recorte da pesquisa, quando mobiliza questões que evidenciam estereótipos, invisibilidade das personagens negras, entre outros importantes aspectos concernentes ao racismo, apresenta-nos alguns dados importantes a serem mencionados nesta dissertação. Começemos, pois, pela dissonância detectada pela autora no que se refere à distribuição da cor/etnia.

O branco é o personagem que mais aparece entre os autores de literatura infantojuvenil no período correspondente de 1955 a 1975, conforme postula Rosenberg (1985). Segundo a pesquisadora, as personagens brancas aparecem em 72% das ocorrências em textos e 69% em ilustrações. Os negros, por outra via, somam, respectivamente, 6% e 5% das aparições. Há

notadamente, uma preferência em representar as personagens brancas, em detrimento das negras. Uma possível hipótese explicativa para o fato não convence a estudiosa: poderiam ser “invocadas, para justificar esta atitude, razões éticas ou estéticas. Porém, estas razões não me parecem neutras, sobretudo quando se encontram personagens cuja cor-etnia não é explicitada no texto, mas cujo caráter (geralmente negativo) induz o ilustrador a recriá-los em negro” (ROSEMBERG, 1985, p.82).

Os estereótipos também foram uma constante entre as personagens, conforme postula a autora em sua pesquisa. Para ela, a mulher negra, enquanto sujeito instituído de identidade, não figura no plano da ficção para as crianças e para os adolescentes, já que quem permeia essas obras são as empregadas domésticas negras, com traços bem delineados ao evidenciar apetrechos como o avental, o lenço na cabeça, os brincos sobressaltados – sem contar, é claro, o aspecto físico que acentua os lábios, o tamanho (peso) e os seios avantajados. Traduzindo isso em números, temos os seguintes resultados para essa representação da personagem feminina negra: 30% delas são domésticas, 57% são gordas e 53% aparecem de avental nas ilustrações (ROSEMBERG, 1985).

Rosemberg (1985) também apresenta considerações importantes acerca do desenvolvimento das personagens não brancas, que, em comparação às brancas, são menos elaboradas, conforme registra sua pesquisa. O problema constatado pela pesquisadora tem início já no nome das personagens: 84,2% dos brancos recebem nome próprio; apenas 62,9% dos negros são referenciados por um substantivo próprio. Assim, “os não brancos, mais frequentemente que os brancos, são denominados, no texto, por sua origem étnico-racial. Mais Joões e Pedros que brancos. Mais índios e negros que Aritanas, Raonis e Pedros” (ROSEMBERG, 1985, p.84). Na mesma esteira, a superficialidade com que as personagens negras são elaboradas em seu aspecto comportamental pode, segundo a pesquisadora, ser verificada, dentre outras possibilidades, a partir das profissões desempenhadas por elas, as quais inferimos ser as menos privilegiadas, em oposição àquelas ocupadas pelos actantes brancos.

O branco, enquanto personagem, recebe uma elaboração maior que o não-branco. Foi assim que estes últimos obtiveram taxa de indeterminação, em vários atributos superior à dos brancos. Sua origem geográfica, sua religião, sua situação familiar e conjugal são muito menos frequentemente descritas, no texto, que para um personagem branco. Em suma, seu acabamento ficcional é menos perfeito, mais incompleto (ROSEMBERG, 1985, p.84).

Em consonância com a pesquisa de Rosemberg (1985), nota-se que as personagens negras, nesse recorte temporal, foram apresentadas, também, zoomorfizadas. Em outras

palavras, isso quer dizer que, em ilustrações em textos analisados pela estudiosa, os negros são, frequentemente, elaborados com características animais, apresentando maior número de ocorrências quando comparados aos brancos: estes representam o baixo índice de 8,2% das ocorrências, enquanto aqueles somam 25,5% dos casos de zoomorfização. Nas palavras de Fúlvia Rosenberg:

A associação entre branco e humanidade é, então, reforçada pela associação entre o não-branco e não humanidade, que ultrapassa em muito o simples dado de frequência de aparecimento. Na ilustração, por exemplo, figuras míticas e folclóricas (saci, curupira), objetos (bonecos de pano) são ilustrados com os mesmos traços de primata. A proximidade entre não-branco e animalidade se faz sentir no texto, através de comparações e associações espaciais. É assim que, não raro, um personagem índio ou negro pode ter traços físicos ou comportamentais de animais (farejou como um cão, por exemplo). Como também não é raro um séquito branco ser acompanhado por índios e cães (ROSEMBERG, 1985, p.86).

Adentrando a década de 1980, Coelho (2006) assinala que a produção de livros infantojuvenis acelera e suas composições agregam outros valores até então não muito difundidos: trata-se do experimentalismo com a linguagem, do aspecto gráfico dos textos que passam a contar com ilustrações mais elaboradas; além da “substituição da literatura confiante/segura por uma literatura inquietante/questionadora, que põem em causa as relações convencionais existentes entre a criança e o mundo em que ela vive, questionando também os valores sobre os quais nossa sociedade está assentada” (COELHO, 2006, p.53).

As personagens negras no período em discussão sofreram, segundo Silva e Rosenberg (2012), uma tênue mudança na maneira de serem representadas, uma vez que, em algumas obras – bem poucas, por sinal – os negros ocuparam, nas tramas, profissões de certo prestígio social. No entanto, essa tênue (mas existente) mudança na forma de se representar o negro tão logo foi substituída pelos estereótipos que contribuíram, novamente, para sua marginalização. Nas palavras dos autores referenciados:

Verificou-se menor proporção de personagens não brancos antromorfizados e um ligeiro aumento de personagens pretos exercendo profissão de tipo superior (BAZILLI, 1999). Mas as tendências gerais de privilégio aos personagens brancos se mantiveram: personagens negros sub-representados, com posição menos destacada nas tramas e literariamente menos complexos (SILVA, ROSEMBERG, 2012, p.101).

Nesse sentido, os estereótipos mais recorrentes nos textos podem ser observados quando as personagens negras são recorrentemente apresentadas na condição de escravo ou, como sugerem Silva e Rosenberg (2012), relacionadas ao passado escravagista. No caso das personagens femininas negras, acrescenta-se a elas, novamente, os estereótipos da empregada

doméstica e, não obstante, da mulata sensual, cujos traços físicos são facilmente perceptíveis em muitas ilustrações.

Outro aspecto que marca a invisibilidade de uma personagem negra – muito recorrente na década de 1990 – é “a naturalização da condição de branco como representante da espécie humana” (SILVA e ROSEMBERG, 2012, p.102), como bem demonstrou a pesquisa de Bazzili (1999). Analisando as ilustrações dos textos infantojuvenis, constatou esta pesquisadora, que, muito raramente, as crianças brancas, quando representadas nessa modalidade literária, têm suas características fenotípicas descritas no arranjo textual da obra. Nas palavras de Silva e Rosenberg (2012, p.102), “via de regra, a ilustração sempre foi privilegiada para fixar a pertença, que não precisa ser nomeada, pois as pessoas são naturalmente brancas (Bazzili, 199:5). No caso de personagens negros (ou não brancos), a classificação de cor/etnia foi praticamente obrigatória nos textos”.

Silva e Rosenberg (2012) apontam uma hipótese explicativa para a naturalização da pessoa como representante da espécie²⁹. Eles justificam que os autores, ilustradores e/ou tradutores de literatura infantojuvenil – majoritariamente brancos, é preciso ressaltar – encontram dificuldades em construir/elaborar narrativas que explorem, positivamente, as múltiplas identidades e experiências correspondentes à da vida do negro.

Ao retomarmos o panorama geral da literatura infantojuvenil brasileira contemporânea, podemos afirmar, em conformidade com o que registra Coelho (1991, p.151), que ela retoma “processos narrativos arcaicos, que estão redescobertos ou recriados”. Ressalta a estudiosa que há, notadamente em tempos atuais, uma tendência, entre seus produtores em retomar temas ou recursos antigos, com intuito de revisita-los a partir de novos prismas, novas linguagens. É assim que *Chapeuzinho Vermelho*, de Charles Perrault/Irmãos Grimm, ganha nova roupagem e se torna *Chapeuzinho Amarelo*, por exemplo. Esse texto, cuja autoria é do cantor e compositor Chico Buarque, assume contornos estritamente contemporâneos, quer pela renovação estilística, quer pelo tom jocoso que permeia a obra por meio de uma fusão de elementos convencionais e inovadores, que dão à obra uma nova classificação, a de conto “maravilhoso satírico” (COELHO, 1991, p.159), conforme sugere a pesquisadora.

Em suma, o que se pode falar da produção literária voltada para o público infantojuvenil na contemporaneidade é que ela é heterogênea (COELHO, 1991). Segundo a

²⁹ Para Rosenberg (1985, p.81), a naturalização do branco como representante universal da espécie humana é uma das muitas formas de se fazer perpetuar o racismo. Nas palavras da estudiosa, “por esta sua condição [de representante], seus atributos são tidos como universais. A branquidade é a condição normal e neutra da humanidade: os não-brancos constituem a exceção. Eis a razão pela qual se explica – mas não se justifica – as reiteradas presenças de personagens brancos em detrimento das personagens negras em ilustrações, por exemplo.

pesquisadora agora referenciada, perde-se de vista o número de estratégias discursivas mobilizadas pelos escritores para compor suas narrativas de teor ficcional. É em meio a essa pluralidade de modelos de composição literária que cotejamos o trabalho da pesquisadora Mirian Zappone que realizou, em 2015, um pesquisa exploratória, de onde subjaz um panorama social da produção literária infantojuvenil brasileira publicada recentemente – discussão esta que vai ao encontro do escopo reflexivo desta dissertação.

O trabalho dessa estudiosa buscou analisar as representações sociais das personagens dispostas em narrativas contempladas pelo PNBE 2013. Em seu artigo intitulado “Narrativa juvenil brasileira no acervo do PNBE 2013: faces urbanas da representação social”, Zappone (2015) analisou 56 textos narrativos. Empregando a mesma metodologia utilizada por Fúlvia Rosemberg (1985), alguns dados levantados pela autora merecem nossa atenção. Atentemos, pois, para aqueles que diretamente interessam ao nosso trabalho.

Começando pelo perfil dos escritores, Zappone (2015) constatou que 42,8% deles são mulheres, enquanto 57,2% são homens. Os resultados, ainda que se mostrem dissonantes quando comparados os números de autores e autoras, apresentam, como bem lembra a pesquisadora, “um crescimento significativo da autoria feminina em quase 50% se compararmos tais dados com os da década de 1980 e mesmo com as pesquisas de Dalcastagnè (2008) sobre o romance brasileiro contemporâneo, nas quais a autoria feminina representa apenas a 27,2%” (ZAPPONE, 2015, p.97). Na pesquisa de Zappone (2015), não se encontram referências sobre a cor dos escritores, cujas obras foram contempladas pelo acervo do Governo Federal. Desse modo, ficará a nosso encargo a tarefa de mobilizar tal levantamento, uma vez que será importante para que possamos melhor entender supostas ausências, silêncios, estereótipos ou, por outra via, aquelas representações que, no fio do discurso literário, apresentam perspectivas positivas da vida do negro, como a afirmação de sua identidade, por exemplo.

Em se tratando dos espaços ocupados pelas personagens, a pesquisadora notou que 57% deles remetem aos espaços urbanos de grande porte, 25% para os centros urbanos de médio porte e 25% para espaços rurais. Cerca de 14% dos espaços ganham contornos de um mundo fantástico, maravilhoso (ZAPPONE, 2015). Tal situação salienta a autora, pode “ser explicada pela inserção geográfica de escritores brasileiros que, em sua grande maioria, [...], concentram-se no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e Minas Gerais, fazendo com que as histórias tendam a retratar essas regiões” (ZAPPONE, 2015, p.98).

Corroborando o postulado da autora, notamos que a localização geográfica dos produtores de literatura infantojuvenil exerce, ainda que de maneira indireta, certa influência

na composição literária das narrativas. Em nossa acepção, as vozes e os modelos sociais apreendidos pelos autores – inseridos em um determinado contexto de produção – extrapolam os limites do realismo pragmático para adentrar os melindres da fantasia, revestidos, agora, de novas roupagens para cumprir, também, um novo papel: tornar-se ficção. Nesse viés, ao se pensar a situação geográfica da população negra, que, conforme vimos anteriormente, está confinada à margem da sociedade brasileira, logo, também, à margem do campo literário, é muito provável que haja poucos escritores negros produzindo literatura infantojuvenil, o que implica, possivelmente, em representações de personagens situadas em espaços subalternos, como bem apresentamos no curso desse tópico.

Retomando a discussão sobre o espaço ficcional, vale frisar que, embora os grandes centros configurem-se como lugares mais frequentados pelas personagens, é no seio das famílias de classe média que a maior parte das tramas tem se desenvolvido, conforme afirma Zappone (2015). Nas palavras da autora, a grande cidade “é o local onde transitam grupos sociais específicos, dentre os quais se destacam, no *corpus* estudado, o universo adolescente da classe média cujo mundo circundante mais próximo é a família e, eventualmente, a escola” (ZAPPONE, 2015, p. 101). Na mesma esteira, prossegue a pesquisadora com uma pergunta de relevo para nossa pesquisa: “Ora, se o mundo retratado é o da cidade, focalizando a família de classe média e, nesta, a vida adolescente, o que se pode dizer sobre a cor e os gêneros representados no *corpus*?” (ZAPPONE, 2015, p.103).

Focalizando especificamente a cor das personagens – tendo em vista o nosso eixo de reflexão – são-nos apresentados os seguintes dados: “80% das personagens são brancas (188 ocorrências), 22% são pardos e amarelos (5), e apenas 7,2% são negras (17 ocorrências), índios são absolutamente ausentes, embora tenham sido os autóctones brasileiros, evidenciando uma grande lacuna racial” (ZAPPONE, 2015, p.104). Ainda segundo a autora, não foi possível evidenciar a cor de 9,8% das personagens analisadas. Os resultados obtidos por Zappone (2015) endossam, ainda mais, a nossa hipótese de que, numa relação de causa e efeito, a presença pouco expressiva de autores negros implicaria na ausência de personagens negras na literatura infantojuvenil. Enquanto a nossa hipótese não é, efetivamente, comprovada por meio de uma análise precisa – que faremos mais adiante – não podemos perder de vista esses dados que já apresentam um movimento semelhante à literatura adulta, conforme expusemos neste capítulo. Tal movimento, é preciso frisar, assemelha-se à literatura adulta no que tange à inexpressiva presença de personagens negras e não, necessariamente, em suas respectivas representações, já que estas passarão por uma análise mais acurada a seguir.

A pesquisa de Zappone (2015) é o ponto de partida para os pesquisadores que ensejam compreender as mais variadas formas de representações sociais plasmadas por meio das personagens da literatura infantojuvenil, mais precisamente aquelas obras contempladas pelo PNBE 2013. O seu estudo alcança questões de gênero, espaços, classes sociais, autoria e raça. Este último, por sua vez, coteja aspectos referentes à cor, que foram mapeados por meio do método quali-quantitativo. O nosso estudo pretende, tão logo, aprofundar a pesquisa acerca da raça negra, procurando compreender as dinâmicas dessas representações em narrativas que, exclusivamente, propõem-se a discutir os temas relacionados às questões étnico-raciais ou aquelas que apresentam personagens negros em evidência.

3.4 Considerações sobre o terceiro capítulo

A literatura brasileira, seja ela destinada ao público adulto ou infantojuvenil, apresenta problemas de representação. O estudo de Rabassa (1965), por exemplo, permitiu-nos compreender que a representação do afrodescendente na literatura brasileira, de modo geral, é constituída por certos descompassos que variam de autor para autor e que estão intrinsecamente relacionados a outros fatores, tais como: a) a ausência de interlocutores negros, que, no ato da criação, constituir-se-iam como narratários do autor; b) o não acesso das pessoas negras aos lugares de fala, ou seja, aos meios de produção literária, que determinaria, conseqüentemente, c) uma representação correspondente à perspectiva real dessa população, o que, via de regra, não ocorre.

No que tange ao primeiro ponto, faz-se necessário atentar para o fato de que o acesso da população negra à leitura e à escrita só foi possível num período muito posterior à abolição da escravidão e, até mesmo hoje, esse fato constitui um problema que desafia as instâncias governamentais brasileiras. Desse modo, muitos escritores, em sua grande parte brancos, dirigiram seus discursos às pessoas brancas, as quais, certamente se identificaram e continuam a se identificar com personagens da mesma cor - vide o exemplo citado em ocasião anterior, sobre *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães.

Em relação ao segundo e terceiro pontos, respectivamente, entendemos que, em toda e qualquer discussão que venha a surgir sobre o acesso dos afro-brasileiros aos lugares de fala, deve-se levar em conta a situação trágica a que essa população foi submetida no curso da História, ou seja, a escravidão e as suas consequências. O fato de o negro não ter tido condições de adentrar, maciçamente, o campo literário implica no deslocamento de sua fala para a voz do outro, isto é, para as pessoas brancas que, em seu livre acesso a esse espaço

discursivo, estão falando em seu nome. Conforme dissemos na introdução desta dissertação, não queremos dizer, tampouco afirmar que as pessoas brancas não podem, em nenhuma circunstância, falar pela pessoa negra. A questão que colocamos, em consonância com o que frisam Dalcastgnè (2012) e Phillips (1995), é a do ponto de vista e a da subjetividade que só o negro, a partir de suas próprias experiências, é capaz de expressar através de sua escrita (como Lima Barreto), tornando seu discurso pretensamente legítimo.

Se analisarmos o que foi exposto neste tópico, vamos observar, que, para além da assimétrica representação entre um autor e outro, pode-se notar, sem muito esforço, uma singela evolução³⁰ em termos de ficcionalização do negro, principalmente se, em uma escala comparativa, observarmos as diferenças entre um José de Alencar e um José Lins do Rego, entre um Graça Aranha e um Jorge Amado, entre um Bernardo Guimarães e um Lima Barreto – conforme se verifica no estudo de Gregory Rabassa (1965).

Isso nos permite atestar que, como personagem, o negro foi logicamente representado como um brasileiro, tendo como característica [...] “*sua situação secundária em relação à sua posição como parte integrante da vida nacional*” (RABASSA, 1965, p.446, grifo nosso) – integrante no sentido de estar presente ocupando um papel social subalterno, na maioria das vezes como escravo, “fixando”, assim, uma suposta identidade negra - subsídio que fundamenta e justifica as representações calcadas apenas nesse viés depreciativo, como se não houvesse outras perspectivas para representá-lo.

O fato de recorrermos aos estudos sobre o negro na literatura adulta para situar o problema da nossa pesquisa reside no seguinte fato: excetuando o trabalho de Fúlvia Rosenberg, publicado em 1985, tivemos muita dificuldade de compreender, substancialmente, a representação do negro na literatura voltada às crianças e aos adolescentes. Aliás, até mesmo a pesquisa de Rosenberg (1985), que apresenta outras discussões além da questão racial, limita-se apenas a um recorte temporal e não nos permite avançar nessa direção. De igual modo é o estudo de Zappone (2015). Nesse mesmo sentido, vale ressaltar que, embora o artigo³¹ de Paulo Vinicius Baptista da Silva e de Fulvia Rosenberg, publicado na obra *Racismo e discurso na América Latina*, apresentem algumas

³⁰ Antes que qualquer colocação possa soar incoerente, julgamos pertinente esclarecer um ponto: quando afirmarmos que há um melhor e progressivo desenvolvimento das personagens negras na ficção brasileira, esse fato em nada remete a todo conjunto da literatura nacional, mas apenas aos romances que mobilizamos neste momento. Enquanto escritor, o negro, no contexto abrangente da literatura brasileira, foi situado não só à margem da historiografia literária, mas também na periferia temática de romances e de outras manifestações em prosa sumariamente apresentadas até aqui.

³¹ Ver “Brasil: lugares de negros e brancos na mídia”: In: Van Dijk, T. *Racismo e discurso na América Latina*, 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

considerações sobre a presença dos negros na literatura infantojuvenil desde a década de 1920 até a contemporaneidade, não foi possível analisar todo o conjunto da pesquisa dada à síntese dos dados apresentados.

Antes de encerrarmos este capítulo, faz-se necessário abrir um último parêntese para justificar o conceito de *mímesis* aqui empregado: quando mobilizamos o termo *representação* (do negro, do afro-brasileiro etc.), não o empregamos na mesma perspectiva de Aristóteles, para quem a *mímesis* é algo referente à “representação de ações humanas pela linguagem [...] e o que lhe interessa é [apenas] o arranjo narrativo dos fatos em história” (COMPAGNON, 2006, p.105 *apud* ZAPPONE, 2015). Em direção contrária a esta definição que, no curso da História, passou por inúmeras modificações (ZAPPONE, 2015), corroboramos os pressupostos de críticos como Roger Chartier (1990), que entende a representação como “instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição de uma imagem capaz de o reconstruir em memória e de o figurar como ele é” (CHARTIER, 1990, p.10 *apud* ZAPPONE, 2015, p.93).

Ao mobilizar as considerações teóricas de Chartier (1990), Mirian Zappone (2015) salienta que as representações literárias são, comumente, construídas em consonância com as ideologias e dogmas vigentes em cada contexto de produção e, justamente por este motivo, elas deixam transparecer, ainda que nas entrelinhas do discurso proferido, suas intenções. Explicam-se, assim, os estereótipos dos negros na literatura brasileira para adultos e para crianças/adolescentes: o contexto de produção brasileiro é, como já reiteremos diversas vezes, marcado por diversas formas de racismo (desde o mais velado até o mais explícito) e orienta as representações no ato da elaboração artística.

Nessa mesma perspectiva, pondera Zappone (2015, p.94, grifo nosso) que, “quando um texto literário ou qualquer outra manifestação simbólica representa um grupo ou indivíduo, por formas reconhecidas socialmente, *as identidades desses grupos e indivíduos passam a ser legitimadas*”, isto é, para a estudiosa, a representação ajuda a construir a própria realidade. A literatura, como se sabe, é uma forma pretensamente reconhecida pela sociedade. As elites simbólicas brancas – retomemos o conceito de Van Dijk (2012) –, inseridas no campo literário, representam-se a si mesmas nessa forma de expressão. Legitimam-se, assim, as identidades da população branca em detrimento da população negra, por meio de representações cujos contornos são marcados por aspectos estritamente depreciativos – salvo as pontuais exceções, é claro.

Em seu conjunto, podemos afirmar que a literatura brasileira (adulta e infantojuvenil), quando representa o negro, assume uma postura identitária essencialista. Isso quer dizer que, a

frequência com que os estereótipos (do escravo, da mulher negra sensual, da ama de leite etc.) aparecem na esfera literária acaba por fixar essa identidade, que está baseada “em alguma versão essencialista da história e do passado, na qual a história é construída ou representada como uma verdade imutável” (WOODWARD, 2014, p.13). Para Woodward (2014), a identidade é, na verdade, algo relativo, cambiante, mutável. Não se pode, assim, olhar para a comunidade afro-brasileira e identificá-la somente por esse viés, sem considerar, portanto, as múltiplas identidades negras (positivas) existentes em cada Estado brasileiro, em cada contexto de produção literária.

Diante do fato exposto, estamos convictos de que a condução desta pesquisa segue mais segura para a próxima etapa de investigação, visto que o levantamento realizado nos permite compreender, de modo substancial, que os problemas ligados à representação do afro-brasileiro na literatura brasileira possuem raízes profundas e merecem, ainda hoje, passar por uma análise mais acurada – principalmente se focalizarmos o público infantojuvenil enquanto interlocutores diretos das obras destinadas às escolas públicas brasileiras.

4. O NEGRO E OS ACERVOS DO PNBE: ECOS DO SILÊNCIO

Enquanto a escola hesita em relação à adoção de outros suportes tecnológicos como ferramentas a serem utilizadas nas práticas didáticas, os livros constituem, ainda hoje, o recurso mais acessado pelas redes de ensino. E em se tratando dos livros de literatura, é preciso pensar e compreender, para além do critério de escolhas das obras a serem enviadas pelo PNBE às escolas brasileiras, a dinâmica do mercado³² editorial brasileiro que, após as publicações dos primeiros editais do programa de leitura em 1998, passou a ensaiar um movimento diferente ao reformular suas estratégias comerciais para atuar em consonância com as exigências do MEC/FNDE. Nesse sentido, é preciso esclarecer que os editais do PNBE *deveriam* preconizar, dentre os muitos critérios de seleção das obras, também aquelas que contemplam temas literários voltados às questões étnico-raciais, cujos objetivos residem na valorização da cultura afro-brasileira, conforme prescreve a Lei 10.639 de 2003.

A referida lei, promulgada à época pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no ensino fundamental e médio, nas redes oficiais de ensino e particulares. A promulgação do dispositivo constitucional é, na verdade, fruto de um esforço coletivo de décadas de mobilização social da comunidade negra, que, desde o período pós-abolição, buscou articular-se em diferentes grupos com objetivo de reivindicar os direitos que lhes foram cessados. Assim, a breve – mas necessária – retomada do percurso de luta da militância negra que faremos agora nos interessa neste tópico justamente por (ela) ter oferecido, no curso de sua história, subsídios intelectuais que garantiram a promulgação da referida Lei e seus gradativos efeitos nos diversos estratos da sociedade brasileira, sobretudo no da educação.

Para o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Amílcar Araújo Pereira (2011, p.27), “a questão da educação das pessoas negras já despontava como um tema de grande importância para as organizações de negros em nosso país” antes mesmo da criação do maior movimento negro no Brasil (a Frente Negra Brasileira), na primeira metade do século XX. De acordo com o estudioso, nesse contexto, merecem destaque o Centro Cívico Palmares – importante organização criada em 1926, que, anos mais tarde, contribuiu incisivamente para criação da FNB; e o jornal *O Clarim d’Alvorada*, “que afirmava ter como função a ‘Congregação da raça para a raça’” (PEREIRA, 2011, p.29).

É este periódico, aliás, o responsável por conclamar o 1º Congresso da Mocidade Negra do Brasil. No evento, que nunca fora realizado, buscava-se discutir assuntos de

³² Referimo-nos, aqui, ao mercado editorial voltado ao público infantojuvenil.

interesse da comunidade negra, sobremaneira aqueles voltados à educação. Em campanha realizada em 1929, o jornal expressou o seguinte:

Em quarenta anos de liberdade, além do grande desamparo que foi dado aos nossos maiores, temos a relevar, com paciência, a negação de certos direitos que nos assistem, como legítimos filhos da grande pátria do cruzeiro. *Se os conspícuos patriotas desta República não cuidaram da educação dos negros, o nosso congresso tratará desse máximo problema que está latente na questão nacional [...]* Para os relegados filhos e netos dos épicos e primitivos plantadores do café, que foi e é a base de toda a riqueza econômica do nosso país, essa é a marcha do porvir (O CLARIM D'ALVORADA, s/d *apud* PEREIRA, 2011, p.30, grifo do autor).

Embora a intenção de se promover o 1º Congresso da Mocidade Negra – que, por meio dele, efetivar-se-iam discussões tangenciais à educação – não tenha alcançado o êxito esperado, podemos afirmar, em conformidade com Pereira (2011), que, com a fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944, a educação do negro passou a ter uma pauta mais concreta, com maior visibilidade. Abdias Nascimento, o maior expoente dessa organização em termos de liderança, articulou, junto aos demais membros do TEN, uma gama de atividades culturais que, em curto espaço de tempo, levaria a realização de atividades de cunho intelectual, como a promoção de congressos e convenções.

Michael Hanchard (2001) afirma que o TEN foi fundado com o objetivo primário de ser uma companhia de produção teatral, mas que assumiu outras funções culturais e políticas logo depois que foi criado, e que, “além de montar peças como *O Imperador Jones*, de Eugene O'Neill (1945), e *Calígula*, de Albert Camus (1949), o TEN foi a força propulsora do jornal *Quilombo* (1948-1950) e de campanhas de alfabetização em pequena escala, além de cursos e ‘iniciação cultural’ entre 1944 e 1946” (HANCHARD, 2001, p.129 *apud* PEREIRA, 2011, p.34).

Movimento semelhante pode ser observado em outra organização social: a União dos Homens de Cor (UHC). Segundo Pereira (2011), ela foi fundada em 1943 por João Cabral Alvez, em Porto Alegre. A entidade tinha por objetivo “elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades” (DOMINGUES, 2007, p.108 *apud* PEREIRA, 2011, p.35). Observa-se, assim, que a luta travada pelos movimentos sociais negros atentavam, já no primeiro e segundo quartel do século XX, para a indissociabilidade entre a educação e a ascensão econômica do afro-brasileiro, sendo aquela condição instrumental para efetivação desta.

Para Pereira (2011, p.36), é “difícil estabelecer uma cronologia fechada, que enquadre a constituição do movimento negro ao longo do século XX em fases muito definidas”, pois cada organização (FNB, TEM, UHC) adotava estratégias de atuação distintas, as quais

estavam em consonância com as particularidades de cada foco de militância. Um fato importante a ser observado nesse sentido remete à educação, que foi uma pauta a atravessar toda a história do ativismo negro, inclusive na contemporaneidade, conforme salienta o estudioso:

Uma característica importante do movimento negro contemporâneo, articulada diretamente à questão da importância da educação para a população negra, vista aqui como uma continuidade ao longo do processo de constituição do movimento ao longo do século XX, é a reivindicação pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, contida na “Carta de princípios” do MNU³³ (PEREIRA, 2011, p.41).

O movimento negro, registra Pereira (2011), passou, na década de 1980³⁴, a atuar dentro das escolas. Foi no Estado do Maranhão que Maria Raimunda Araujo – mais conhecida como Mundinha – iniciou um ciclo de palestras e debates com alunos e professores sobre as histórias do negro no Brasil. Presidenta do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), Mundinha, com apoio de outros militantes, produziu cartilhas e outros materiais didáticos que tinham por objetivo formar e informar não só a comunidade escolar, mas, e, sobretudo, os próprios militantes e sociedade de modo geral. Nas palavras do pesquisador, essas cartilhas chegaram a circular em diferentes Estados, “em função das redes de relações estabelecidas pelos militantes de todo o país, principalmente na década de 1980. E essas publicações tinham o objetivo, primeiro, de apresentar aspectos pouquíssimos conhecidos na história do Brasil, especialmente as histórias dos negros” (PEREIRA, 2011, p.43).

Ao circular em diversos Estados brasileiros, as cartilhas publicadas pelo CCN contribuíram, segundo Pereira (2011), para a consolidação do movimento negro no Brasil. É, portanto, nesse contexto, que se nota a incisiva atuação do movimento negro, que possibilitou a consolidação de projetos educacionais mais efetivos voltados às questões étnico-raciais e para implantação da Lei 10.639/2003, a qual também passou por anos de tramitação na Câmara Federal.

A este respeito, salientam Pereira e Silva (s/d) que, na década de 1990, o deputado federal Paulo Paim apresentou à Câmara um projeto de lei que viria a ser, mais tarde, o embrião da lei 10.639. A proposta encaminhada ao Senado foi arquivada em 1995, “certamente por questões políticas e burocráticas, consideradas – na ocasião – mais

³³ Movimento Negro Unificado.

³⁴ A década de 1980, conforme pontuam Pereira e Silva (s/d), foi atravessada por diversos problemas relacionados ao preconceito de cor dentro do sistema escolar: “a discriminação racial, presente no cotidiano escolar, era a responsável direta pela crescente desigualdade de percurso entre os alunos negros e brancos” (PEREIRA; SILVA, s/d, p.04). Por outra via, entretanto, foi possível observar, segundo os autores, grandes avanços na luta contra a discriminação racial.

importantes que o contexto das relações étnico-raciais” (PEREIRA; SILVA, s/d, p.06). A este respeito, prosseguem os pesquisadores:

Somente com o esforço de alguns políticos, mas respondendo também às pressões do movimento negro, a referida lei recebe seu primeiro grande impulso, com a aprovação, em março de 1999, do Projeto de Lei nº25, formulado então pelos deputados Bem-Hur Ferreira e Esther Grossi: estabelecendo a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da temática História e Cultura Afro-brasileira. O projeto, no artigo primeiro, justifica a intenção de reconhecer a luta dos negros no Brasil na formação da sociedade nacional, resgatando sua contribuição (XAVIER& DORNELLES, 2009 *apud* PEREIRA; SILVA, s/d, p.06).

Como já é sabido, a Lei 10.639 foi aprovada em 1999 e teve sua sanção quatro anos mais tarde, em 2003, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que cumpriu uma promessa de campanha eleitoral (PEREIRA;SILVA, s/d). No limiar dessa conjuntura jurídica, emerge a necessidade de nos atentarmos para as modificações que ela (a Lei) promove na Constituição Federal Brasileira: trata-se da alteração de outra Lei, a de número 9.396 de 1996 – mais conhecida como Lei de Diretrizes de Bases (LDB), a qual passou a vigorar com nova redação nos artigos 26-A, 79-A e 79-B, como se vê abaixo:

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Art. 1º - A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, *em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira*.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2003, s/p, grifo nosso).

Com a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira no currículo escolar – ministrado especificamente na disciplina³⁵ de Língua Portuguesa – as perspectivas para o ensino-aprendizagem são, sem dúvidas, muito positivas. Mas não podemos nos esquecer de que a Lei foi sancionada em 2003 e os seus efeitos não podem ser constatados de

³⁵ Referimo-nos, aqui, especificamente às aulas de Língua Portuguesa, que passaram a incorporar em sua grade, conteúdos da literatura brasileira, de acordo com os documentos oficiais de ensino (Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Estaduais de Ensino etc.).

maneira imediata, pois o mercado editorial e as próprias instituições de ensino certamente não tiveram tempo (pelo menos nos primeiros anos após a promulgação da Lei) para se ajustar quanto às revisões dos conteúdos a serem ofertados aos alunos.

Passado ao menos oito³⁶ anos da sanção da Lei 10.639, aventamos a *hipótese* de que os programas de leitura, as instituições escolares, bem como o mercado editorial – já melhores alinhados com a dispositivo constitucional – tenham estimulado a produção, a recepção e a circulação de obras cujas temáticas estejam voltadas aos aspectos da cultura do negro em seu viés mais positivo. Nessa mesma esteira, emerge também a *hipótese* de que os avaliadores do PNBE tenham contemplado um número significativo de narrativas que tematizem o afro-brasileiro com vistas a possibilitar, às crianças/adolescentes, novas perspectivas de vida, diferentes daquelas insistentemente representadas no curso da história da literatura brasileira.

4.1 As questões étnico-raciais no PNBE 2011, 2013 e PNBE Temático 2013

Boa parte dos trabalhos acadêmicos que problematizam o PNBE enquanto política pública de leitura parte de um ponto comum para conduzir sua reflexão: trata-se da dificuldade de acesso à leitura no Brasil. Nesse sentido, afirma Fernandes (2007, p.77) que “dentro das características de um país como o nosso, em que parte da população depende de programas assistenciais para as condições básicas de sobrevivência, torna-se complicado o acesso aos livros por parte dos excluídos”. É justamente nesse contexto que surgem as políticas públicas – mais especificamente as de leitura – que visam possibilitar, à população menos favorecida, programas de acesso aos bens culturais. O referido programa de leitura, aliás, é, na concepção das pesquisadoras Célia Regina Fernandes e Marisa Barbosa Cordeiro (2012, p.319), “um exemplo de iniciativa governamental que visa diminuir a barreira entre o aluno e livro”.

O PNBE foi instituído em 1997 pelo Governo Federal e seu aporte financeiro é, segundo as autoras, originário do Orçamento Geral da União. No entanto, o programa foi efetivado somente no ano seguinte, em 1998, quando distribuiu “obras de literatura, de pesquisa, de referência e materiais de apoio à atualização do professor” (FERNANDES; CORDEIRO, 2012, p.320). Nesse sentido, faz-se necessário destacar que, desde a sua criação, o PNBE passou por algumas reformulações em seu formato, alternando seus objetivos. Em outras palavras, isso quer dizer que nem sempre o PNBE buscou atender,

³⁶ Os oitos anos a que nos referimos remetem ao período de publicação do edital 2011 do PNBE, que foi destinado aos alunos do segundo ciclo do ensino fundamental.

exclusivamente, as bibliotecas escolares da rede pública com acervos literários, pois, em algumas de suas edições, suas ações alternavam-se entre a distribuição de material didático e de apoio aos professores e, em outras ocasiões, distribuiu livros de literatura diretamente aos alunos (FERNANDES; CORDEIRO, 2012).

Sendo, pois, nosso objeto de análise, os acervos do PNBE de 2011 merecem uma atenção particular. Daí a justificativa para a observância de alguns pontos do edital que visam, dentre outros importantes aspectos, o estabelecimento dos critérios de seleção das obras. É a partir desses critérios, aliás, que se é possível observar o alinhamento (ou não) do programa de leitura com a Lei 10.639, atualizada pela lei 11.645³⁷ de 2008.

Recorrendo ao edital do PNBE 2011, notamos que o mesmo direciona-se aos alunos dos anos finais do ensino fundamental, isto é, do 6º ao 9º ano e também aos discentes do ensino médio. Os acervos de ambos os níveis de ensino contemplam títulos de diversos gêneros, tais como: contos, romances, crônicas, poemas e histórias em quadrinhos etc. De acordo com o edital, as instituições de ensino que possuíam, à época, de 1 a 250 alunos receberam um acervo, as que possuíam de 251 a 500 alunos foram contempladas com dois acervos e as com mais de 500 alunos receberam três acervos, o que contabiliza um investimento de R\$31 milhões de reais em livros.

Para atender as bibliotecas das escolas públicas brasileiras, foram organizados três acervos com 50 obras a serem destinados aos alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental. Os textos foram selecionados por meio de um edital publicado em 30 de novembro de 2009. Sendo um concurso público, a seleção dos títulos passou por, ao menos, duas etapas: a pré-análise e a avaliação propriamente dita.

Podemos afirmar, com base na leitura do edital do PNBE de 2011, que, nos itens elencados acima, não há nenhuma menção às Leis 10.639 e/ou 11.645. Por conseguinte, nota-se que o programa de leitura não possui uma efetiva preocupação em adquirir gêneros literários que contemplem, em respectivos conteúdos temáticos, a valorização da história e da cultura dos africanos e/ou dos afro-brasileiros.

O Anexo II do edital em discussão apresenta, efetivamente, os critérios utilizados para selecionar as obras que passaram pela primeira etapa do processo. Em conformidade com o documento, o PNBE visa, por meio dos acervos, “proporcionar aos leitores um panorama da literatura brasileira e estrangeira” (BRASIL, 2009, p.14). Isso porque esse programa de leitura considera a literatura como um veículo de comunicação pretensamente artístico, com

³⁷ A Lei 11.645 foi sancionada em 2008. Ela atualiza a Lei 10.639 e altera a Lei 9.394/1996 para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da inserção da temática “História e Cultura afro-brasileira e indígena”.

potencial de levar o leitor “a novas experiências e a novas expectativas diante da arte, ampliando não apenas os referenciais estéticos, mas, e principalmente, sua capacidade de reflexão diante do mundo que o cerca” (BRASIL, 2009, p.14). Prossegue o documento:

A literatura revela-se como um dos caminhos privilegiados para que os alunos, sejam crianças, adolescentes, jovens, adultos, se realizem como leitores autônomos, apreciadores das várias possibilidades de leitura que um texto literário pode oferecer. Para além da fruição estética, o acesso a obras literárias de qualidade contribui para que os alunos possam apropriar-se de práticas de leitura e de escrita que contribuirão para que esse leitor interaja com a cultura letrada, levando-o ao pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2009, p.14).

Em linhas gerais, entendemos que a pretensão do PNBE é válida e pertinente, uma vez que sua finalidade é clara e bem delineada: busca-se estimular os alunos a refletirem sobre sua realidade e também a exercerem sua cidadania por meio da interação com a cultura letrada, que se processa por meio das práticas de leitura e escrita. No entanto, ao adentrarmos o âmbito da discussão sobre as questões étnico-raciais, vamos perceber que, sendo uma política pública de leitura de grande abrangência, com investimentos que ultrapassam a casa dos R\$30 milhões, constatamos que ela é, ainda, tímida no trato com as relações étnico-raciais, já que não se nota nenhuma menção aos dispositivos constitucionais que prescrevem a valorização da cultura afro-brasileira no ensino de literatura.

Não podemos negar, por outro lado, que o item 1.2 do Anexo II faz menção à diversidade cultural do país, pois em menos de quatro linhas o documento prescreve que “serão selecionadas obras temáticas diversificadas, de diferentes contextos sociais, culturais e históricos” [...] e “não serão selecionadas obras que apresentem didatismos, moralismos, preconceitos, estereótipos ou discriminação de qualquer ordem” (BRASIL, 2009, p.14). O exposto no documento nos chama atenção em dois pontos: o primeiro se refere à suposta diversidade cultural do Brasil, que, conforme observamos no terceiro capítulo desta dissertação, está longe de ser representada na literatura para crianças/adolescentes ou para adultos. O que se viu foi uma hegemonia branca ocupando o campo literário e, conseqüentemente, os espaços ficcionais enquanto personagens. Desse modo, lançamos novamente a pergunta: o PNBE de 2011 cumpre efetivamente com as prescrições de seu edital?

O segundo ponto – muito importante – trata da exclusão daquelas obras que apresentam conteúdos preconceituosos, materializados em formas de estereótipos. Constituindo-se como uma política de leitura, já era de esperar que o PNBE (2011) utilizaria tal critério de avaliação como procedimento de praxe. Todavia, entendemos que, mais do que

evitar a inclusão de obras discriminatórias no acervo, é necessária a inclusão daquelas que, sobretudo, valorizam a cultura negra brasileira ou africana. Ademais, não podemos fugir do seguinte questionamento: se o racismo à moda brasileira é simbólico e silencioso, conseguirá o PNBE (2011) esquivar-se de tal prática?

Tais perguntas serão respondidas mais adiante, por meio de números a serem levantados sobre o contexto de produção das obras e a análise das personagens. Antes, porém, é importante destacar que essas questões também são aplicáveis ao edital de 2013, uma vez que, em análise do referido documento, constatamos que o mesmo – além de apresentar a mesma estrutura de redação – dispõe dos mesmos critérios de pré-seleção e avaliação. Há, notadamente, a inclusão de um ou outro item que evidencia o aprimoramento do programa ao longo dos anos, no entanto, tais alterações são pontuais e, por este motivo, não nos convém discuti-las. Nesse mesmo viés, não podemos deixar de ressaltar que as leis 10.639 e 11.645 também passaram incólume nesse edital de seleção de obras literárias.

Se o edital de seleção de livros desconsiderou a menção aos dispositivos constitucionais referentes à valorização da cultura afro-brasileira no ensino de literatura, o governo federal criou, ainda em 2013, o PNBE Temático, que visou à aquisição “de *obras de referências*, com base no reconhecimento e na valorização da diversidade humana, considerando diversas temáticas e as especificidades de populações que compõem a sociedade brasileira” (BRASIL, 2012, p.01, grifo nosso).

É preciso esclarecer, logo de antemão, que o PNBE Temático (2013) não teve por finalidade adquirir, especificamente, obras literárias, mas textos de natureza teórica ou crítica que discutissem os seguintes temas: indígena, quilombola, étnico-raciais, comunidade de campo, direitos humanos, sustentabilidade socioambiental, relações de gênero e diversidade sexual, juventude e educação especial na perspectiva inclusiva e a educação de jovens e adultos. Sendo, pois, esta dissertação voltada para a representação do negro na literatura infanfojuvenil, elencamos duas áreas temáticas do PNBE Temático para uma pontual reflexão, uma vez que elas estão em consonância com a nossa discussão.

Das nove áreas contempladas pelo edital, duas remetem à população negra (povo quilombola e relações étnico-raciais). Cada área contemplou cinco obras. No que se refere aos quilombolas, foram selecionados os seguintes títulos: *De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social* (2011), *Quilombos: identidade e história* (2012), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil* (1996), *Origens africanas do Brasil contemporâneo* (2009) e *O fio d'água do quilombo: uma narrativa do Zambeze no Amazonas* (2012). Este último, por ser uma narrativa literária cuja autora é Heloisa Pires Lima, agregará

o nosso *corpus* de análise. Os demais livros, embora discutam a situação do negro em diversas instâncias, fazem-no em perspectiva crítica, teórica ou de estudos de cunho biográfico.

Os textos selecionados para os temas concernentes às questões étnico-raciais foram: *Relações étnico-raciais e educação no Brasil* (s/d), *O negro no Brasil: trajetórias em dez aulas de história* (2012), *História e Cultura Afro-brasileira* (2012), *Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações* (2009), *África e o Brasil africano* (2006). Em uma pesquisa mais refinada sobre esses títulos, constatamos que todos eles são, na verdade, estudos sobre a população negra sob o viés da História. Dentre eles, não há nenhuma obra literária que possa integrar o nosso *corpus*.

Em linhas gerais, podemos dizer que o PNBE Temático 2013 constitui-se como um modelo ideal para distribuição de obras referenciais, haja vista o fato de o programa estabelecer critérios estritamente rigorosos para a seleção dos títulos, como prescreve o documento: “A qualidade do texto, os aspectos gráficos e a adequação temática aos princípios pedagógicos e legais referentes à diversidade e à inclusão [...] serão critérios para a seleção das obras” (BRASIL, 2011, p.25). No que tange à qualidade textual, determina o edital que:

Os textos além de contribuírem para ampliar o repertório linguístico dos leitores e propiciarem a fruição estética, serão selecionados de modo a estimular a leitura autônoma pelos estudantes e sua apropriação pela mediação do professor no contexto escolar. Para tanto serão avaliadas as qualidades textuais básicas, o trabalho estético com a linguagem e a sua adequação ao público a que se destina. Será observada, ainda, a coerência e consistências das referências conceituais e a adequação dos textos aos princípios éticos, não se admitindo manifestações que expressem preconceito, discriminação, moralismo e estereótipos. No caso das adaptações e quadrinhos também será considerada como critério a relação entre texto e imagem e as possibilidades de sua interpretação (BRASIL, 2012, p.25).

De todos os critérios de avaliação mencionados pelo edital, consideramos que a legitimação da cultura afro-brasileira enquanto tema a ser contemplado pelo programa se efetiva por meio da prescrição de algumas leis e diretrizes dispostas no item 4.1.1 do anexo III do edital do PNBE Temático 2013. Todos esses dispositivos regulamentares deveriam ser considerados pelas editoras:

Lei nº9394/1996 que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
Lei nº12.288/2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial;
Lei 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana;
Decreto nº4.887/2004 trata das Comunidades Remanescentes de Quilombos;
Decreto nº 6.861/2009 dispõe sobre a implantação dos Territórios Etnoeducacionais;

Resolução CNE/CEB nº 1/2004 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana (BRASIL, 2012, p.27).

Conforme posto anteriormente, os editais para seleção de obras literárias do PNBE dos anos de 2011 e 2013 como não fazem menção alguma à lei que referencia a abordagem da cultura afro-brasileira e africana, invalida, assim, uma das hipóteses aventada no tópico anterior, quando, na ocasião, pensamos na possibilidade de o programa de leitura ter se alinhado aos regimes da Lei 10.639. Por outra via, o PNBE Temático 2013, que não seleciona *exclusivamente* – frisemos bem – obras literárias para composição de acervos, é eficaz em sua proposta no trato com as questões étnico-raciais, visto que as leis mencionadas pelo edital legitimam a existência de duas áreas temáticas voltadas ao povo negro (étnico-raciais e quilombolas), além da aquisição de obras de referência que tratam, especificamente, dessas duas temáticas.

Antes de avançarmos para o próximo ponto de discussão, precisamos esclarecer o seguinte: apresentamos, no curso deste tópico, três editais do PNBE. Um referente ao ano de 2011, outro ao de 2013 e um edital específico, que é o PNBE Temático 2013. O primeiro e o segundo, como dito acima, não estabelecem nenhuma relação com a Lei 10.639/2003, o que nos permite concluir que a não orientação para seleção de obras que abordem temas afro-brasileiros e/ou africanos abre margem para que os editores e avaliadores estejam mais propícios a selecionarem determinados tipos de livros que não só tornam o negro invisível como autor, mas, e, sobretudo, colocam-no numa situação subalterna ou com estereótipos delineados enquanto personagens. Esta nossa posição se justifica, mais uma vez, no fato de que o racismo é simbólico, invisível, silencioso. Ora, se os editores e os avaliadores não estiveram antenados às discussões de temas como raça, racismo e identidade, por exemplo, certamente estão propícios a deixar se levarem por aquela forma de racismo que tende a naturalizar as ausências (do negro) nos diversos estratos da sociedade brasileira, inclusive na literatura. Assim, a probabilidade de contarmos com um número pequeno de obras (nos acervos do PNBE) que fazem referência à cultura afro-brasileira se torna maior.

4.2 Mapeando ausências por meio do método quali-quantitativo

A fim de situar o leitor aos procedimentos metodológicos adotados neste trabalho, esclarecemos, logo de antemão, que a análise a seguir se divide em duas etapas: na primeira, encontram-se dados quantitativos sobre questões autorais e temáticas das obras mobilizados

por meio da mesma metodologia utilizada pela professora Regina Dalcastagnè, em pesquisa intitulada *A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004*. Esta etapa está subdividida em dois momentos a serem demonstrados a seguir. A segunda etapa, por sua vez, consiste no desdobramento de uma análise puramente qualitativa³⁸, em que se é possível observar, com maior clareza, os modos como os negros são representados no *corpus* elegido para análise.

Bem, o método quali-quantitativo não é utilizado com frequência nos estudos das ciências humanas – incluindo-se aí os estudos literários – que, em suas ocorrências, costumam não lidar com números para construções de suas reflexões analíticas. Nesse sentido, registra Dalcastagnè (2012, p.153) que “os estudos literários são, em geral, avessos aos métodos quantitativos, que parecem inconciliáveis com o caráter único de cada obra. Tal singularidade, porém, não é privilégio da literatura: é algo comum aos diversos fenômenos sociais”. No entanto, prossegue a pesquisadora afirmando que, quando mobilizado, o tratamento estatístico oferece, ao pesquisador, condições de eliminar determinadas irregularidades, além de proporcionar dados mais precisos, “evitando o impressionismo que, facilmente contestável por um impressionismo em direção contrária, impede que se estabeleçam bases sólidas para discussão” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.154).

Servindo aos estudos literários, a metodologia requer a elaboração de um questionário de perguntas (sobre o objeto analítico) a ser respondido, e, num segundo momento, o cruzamento desses dados via software *Sphanix Léxica 5.0*. Para Dalcastagnè (2012), é importante ressaltar que os números obtidos por meio do referido programa de computador não devem ser tomados como resultado final da pesquisa, pois eles são apenas “a base a partir da qual a investigação se inicia; [...] são, uma vez mais, indícios a partir dos quais a reflexão crítica procurar entender a realidade” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.156).

Para que possamos compreender, efetivamente, a realidade³⁹ do Programa Nacional Biblioteca da Escola, foi utilizado o método quali-quantitativo para apurar dados referentes ao contexto de produção das obras selecionadas por essa política de leitura. E por contexto de produção se entende, aqui, todas as informações que estão, de alguma forma, relacionadas ao processo de construção dos textos, como os dados referentes à autoria (cor, sexo e nacionalidade) e, por conseguinte, referentes às temáticas (escolhidas pelos escritores para engendrar as tramas). Esta investigação se justifica à medida que, no curso de nossa reflexão,

³⁸ De acordo com Maria Cecília Minayo (2001), a pesquisa qualitativa está voltada para os aspectos da realidade, os quais não podem passar por um processo de quantificação. Ela centra-se, portanto, na compreensão e, por consequência, na explicação das relações sociais investigadas pelo pesquisador.

³⁹ Estamos nos referindo, aqui, sobre a seleção das obras do PNBE.

sustentamos o argumento de que a ausência de escritores negros no campo literário exerce uma influência, na maioria das vezes direta, na representação das personagens negras.

Antes de avançarmos com os esclarecimentos sobre o procedimento metodológico, é importante frisar que serão analisadas (na segunda etapa) somente as narrativas infantojuvenis brasileiras, cujas temáticas giram em torno das experiências cotidianas do negro. Justificamos a seleção do *corpus* pelos seguintes motivos: a) pelo fato de que a probabilidade de encontrarmos personagens negros nessas produções temáticas é, consideravelmente, muito maior; b) e pela necessidade de verificar, com olhar mais acurado, as obras que trazem o negro para o centro de suas tramas, mas que, a princípio, mostram-se desvinculadas de qualquer engajamento voltado para as questões étnico-raciais.

Todavia, ainda na primeira etapa, fizemos questão de verificar, a cor, o sexo de *todos* os escritores⁴⁰ de narrativas infantojuvenis, pois entendemos que, para uma reflexão substancial e coerente dos acervos do PNBE, não poderíamos ignorar a presença dos escritores de outras nacionalidades, os quais, de certa forma, podem ter sido “preferidos” pelo referido programa de leitura, em detrimento de outros autores (brasileiros), os quais têm a possibilidade expressar suas visões sobre as questões étnico-raciais com um olhar “de dentro”.

O segundo momento, da primeira etapa de análise, foi dedicada à identificação daquelas obras⁴¹ que trazem o negro e/ou a sua cultura como tema ficcional (ou não). Assim como o professor Paulo Vinicius Baptista⁴² (2012), realizamos um levantamento bibliográfico em sítios de editoras e outros mecanismos de busca na internet para efetivar a seleção dos textos (do PNBE) que comporão o nosso *corpus* de análise, “utilizando como critério a observação das capas, dos títulos, das sinopses” (BAPTISTA, 2012, p.204), além de resenhas e artigos que se debruçaram sobre os conteúdos desses textos.

Por fim, na segunda e última etapa de investigação, utilizamos o método qualitativo para analisar as personagens negras em 10 narrativas. Elas são analisadas com base nas perguntas lançadas ainda na introdução desta dissertação, as quais achamos por bem mencioná-las aqui, com intuito de melhor orientar a leitura de nossos interlocutores. São, portanto, quatro questões a serem respondidas: a) a que classe social pertencem os personagens negros? b) quantas delas ocupam, na fábula, a posição de narrador ou de

⁴⁰ É importante ressaltar que, embora consideremos os ilustradores elementos tão importantes quanto os autores do texto escrito na construção de uma obra, nós faremos a referida investigação apenas destes últimos, uma vez que a análise de todo esse conjunto (autores e ilustradores) excederia os limites deste trabalho.

⁴¹ Serão analisados apenas textos narrativos, sejam eles contos, romances, lendas e/ou outras manifestações em prosa. Tal recorte se justifica na medida em que os referidos gêneros apresentam um melhor desenvolvimento das personagens, possibilitando-nos uma análise mais substancial dos mesmos.

⁴² Ver “Diversidade étnico racial e a produção literária infantil: análise de resultados” (2015).

protagonistas? c) quais são os espaços sociais que os personagens negros ocupam nas narrativas? d) as narrativas, de modo geral, promovem o resgate da(s) identidade(s) negra(s)?

4.3 Por onde andam os negros? Sobre o quê escrevem os brancos?

Antes de responder às perguntas do subtítulo acima, faz-se necessário apontar para os caminhos percorridos para se chegar aos números que balizamos no curso desta reflexão. Esses índices, conforme posto no tópico anterior, são referentes à autoria. Nós recorremos aos editais do PNBE para identificar todos os autores que escreveram narrativas. Identificados, buscamos analisar suas cores por meio de imagens pesquisadas na internet a partir de seus nomes lançados nos sítios de busca (Google/Yahoo) – ferramentas que nos possibilitaram verificar, na maioria dos casos, os traços fenotípicos dos escritores. Em relação aos sexos dos autores, procedemos com a observação dos nomes sociais dos sujeitos, os quais se fazem presentes em ambos os editais. As informações sobre as respectivas nacionalidades dos escritores também foram pesquisadas na internet e nos livros que trazem a biografia dos mesmos. Depois de levantadas todas essas informações, cadastramo-las no *software Sphnix Léxica 5.0* para apurar/cruzar os números que nos interessam. Adentremos, então, às especificidades dos índices.

Parafraseando Regina Dalcastganè (2012), podemos afirmar que as narrativas do PNBE (2011 e 2013) são brancas e predominantemente masculinas. Tais constatações são provenientes do levantamento de dados biográficos de 249 autores e autoras selecionados para compor os acervos do referido programa de leitura. Conforme posto anteriormente, buscamos compreender as dimensões reais do contexto de produção dos textos narrativos do acervo, o que nos exigiu uma investigação mais acurada sobre os perfis dos mesmos. No PNBE de 2011, registramos a presença de 108 escritores (de múltiplas nacionalidades) que se dedicaram à produção de narrativas infantojuvenis. No de 2013, foram 141 – proporção relativamente maior ao ano anterior devido ao maior número de obras contemplado por este edital⁴³.

Começando, pois, sobre o sexo dos autores, constatamos que, em 2011, o PNBE contemplou 69 textos narrativos de escritores homens e apenas 36 de mulheres – números que correspondem a 63,9% e 33,3% dos índices. Nesse mesmo ano, não foi possível identificar o

⁴³ Em 2011, o Programa Nacional Biblioteca da Escola selecionou 150 obras, distribuídas em três acervos compostos por 50 exemplares cada. Já em 2013, foram selecionadas 180 obras, distribuídos igualmente em três acervos.

sexo de 2,8% dos autores. Já em 2013, os homens foram os mais contemplados pelo PNBE, já que eles constituem 66% dos autores enquanto as mulheres somam 32,6%. 1,4% dos autores não tiveram seus sexos identificados.

Tabela 1: Sexo dos autores PNBE 2011		
	Freq.	%
Masculino	69	63,9%
Feminino	36	33,3%
Outro	0	0,0%
Não identificado	3	2,8%
Total obs.	108	100%

Tabela 2: Sexo dos autores PNBE 2013		
	Freq.	%
Masculino	93	66,0%
Feminino	46	32,6%
Outro	0	0,0%
Não identificado	2	1,4%
Total obs.	141	100%

Fonte: Pesquisa Autoria e representação de personagens negras em narrativas infantojuvenis: acervos PNBE 2011 e 2013

Ao analisar os dados, observamos que, em ambos os editais do PNBE, os homens ocupam mais de dois terços dos “espaços” dessa esfera literária. Isso indica que eles continuam a dominar o campo literário, pois, em outras pesquisas como a de Dalcastagnè (2012), que, analisando 258 romances contemporâneos, constatou que os índices da presença masculina correspondem a nada menos que 72,7% das ocorrências, ou seja, de 165 escritores identificados, 120 são homens. Esses números podem ser explicados com base na assertiva de que a restrição do acesso das mulheres ao campo literário é apenas uma de muitas outras formas de violência simbólica, que, no curso da História, tendeu a dividir socialmente o trabalho⁴⁴ a partir da demarcação biológica do sexo, conforme registra o sociólogo Pierre Bourdieu em sua obra *A Dominação Masculina* (2005).

Os escritores componentes do PNBE são, também, majoritariamente brancos, conforme aponta a tabela 3. Pelo edital de 2011, por exemplo, negros e mestiços somam apenas – *apenas* – 3,7% das ocorrências (negros: 2,8% e mestiços 0,9%), enquanto que os brancos são 86,1% dos autores. Os orientais correspondem somente a 1,9% e os indígenas não possuem representantes autorais nestes acervos. Não foi possível identificar as cores de 8,3%

⁴⁴ Ora, não nos é necessário mobilizar muitos esforços para lembrar que, historicamente, as mulheres se ocuparam de determinadas funções sociais – hoje socialmente desprestigiadas, como as atividades domésticas, por exemplo – sendo-lhes cessados, ainda, os direitos ao acesso à educação, que inclui nessa esfera as práticas da leitura e da escrita.

dos produtores de literatura infantojuvenil, uma vez que as informações apuradas junto aos mecanismos de buscas na internet não eram confiáveis para verificação do fenótipo.

Tabela 3: Cor dos autores PNBE 2011		
	Freq.	%
Negro	3	2,8%
Branco	93	86,1%
Mestiço	1	0,9%
Indígena	0	0,0%
Oriental	2	1,9%
não identificado	9	8,3%
Total obs.	108	100%

Tabela 4: Cor dos autores PNBE 2013		
	Freq.	%
Negro	4	2,8%
Branco	118	83,7%
Mestiço	2	1,4%
Indígena	0	0,0%
Oriental	1	0,7%
não identificado	16	11,4%
Total obs.	141	100%

Fonte: Pesquisa Autoria e representação de personagens negras em narrativas infantojuvenis: acervos PNBE 2011 e 2013

Se observarmos a Tabela 4, vamos notar que os números nela apresentados pouco diferem da Tabela 3, correspondente ao PNBE 2011. É preciso lembrar que, em 2013, o PNBE selecionou 180 livros, sendo 141 narrativas, enquanto que no edital anterior foram 150 obras adquiridas, das quais se pode subtrair 108 para categorizá-las como textos narrativos. Feita essa ressalva, observemos como os números, quando não idênticos, são muito semelhantes: a porcentagem de negro em ambos os acervos são os mesmos: 2,8% em cada um. Os brancos, como já esperados, somam 83,7% dos escritores. A diferença (entre as tabelas) – quase insignificante, por sinal – remete ao número de mestiços, que somam 1,4% (o dobro em relação ao PNBE 2011) entre as demais categorias. Autores indígenas, conforme se nota, continuam a não compor o acervo e o número de orientais foi reduzido a 0,7%. 11,4% dos autores não puderam ser identificados pelo mesmo motivo apontado no parágrafo anterior.

Outro fator importante a ser observado em relação à cor dos autores é o cruzamento dos dados com outra variante: o sexo. As proposições de Bourdieu (2005) sobre a dominação masculina nas sociedades ocidentais autorizam-nos a afirmar que as mulheres negras são, em sua essência, duplamente discriminadas. Primeiro porque, assumindo sua feminilidade, estão sujeitas a sofrerem, na e pela constituição biológica dos próprios corpos, as marcas da violência simbólica, as quais podem ser constatadas de diversas formas, dentre elas, pelo cerceamento à educação e, por consequência, sua restrição ao campo literário. Em segundo

lugar, nós já sabemos que a pele preta bem como qualquer fenótipo negro são elementos cruciais para se imputar obstáculos e restringir acessos aos mais variados tipos de bens simbólicos às pessoas com tais características. A simples equação “mulher + negra = dupla discriminação” pode ser atestada por meio das Tabelas 5 e 6.

Tabela 5: Cor e Sexo dos autores PNBE 2011					
Cor	Masculino	Feminino	Outro	Não identificado	TOTAL
Negro	1,9%	0,9%	0,0%	0,0%	2,8%
Branco	55,6%	29,6%	0,0%	0,9%	86,1%
Mestiço	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%
Indígena	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Oriental	0,9%	0,9%	0,0%	0,0%	1,9%
Não identificado	4,6%	1,9%	0,0%	1,9%	8,3%
TOTAL	63,9%	33,3%	0,0%	2,8%	

Tabela 6: Cor e Sexo dos autores PNBE 2013					
Cor	Masculino	Feminino	Outro	Não identificado	TOTAL
Negro	2,1%	0,7%	0,0%	0,0%	2,8%
Branco	56,7%	26,2%	0,0%	0,7%	83,7%
Mestiço	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%
Indígena	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Oriental	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%
não identificado	5,0%	5,7%	0,0%	0,7%	11,4%

Total	66,0%	32,6%	0,0%	1,4%	
-------	-------	-------	------	------	--

Fonte: Pesquisa Autoria e representação de personagens negras em narrativas infantojuvenis: acervos PNBE 2011 e 2013

Quando afirmamos que as tabelas acima atestam a hipótese de que a mulher negra é duplamente marginalizada/discriminada, queremos dizer, em outras palavras, que os acervos do PNBE aqui analisados refletem, embora em um recorte de pesquisa significativamente reduzido, a situação das mulheres em geral no campo literário, sobretudo no campo literário brasileiro. Ora, em 2011 foi registrada a presença de 55,6% de escritores (brancos) homens. As mulheres (brancas), por sua vez, somam 29,6% de representatividade – números que, à primeira vista, já esboçam um movimento diferente, uma dissonância quando comparado a homens brancos. As mulheres negras, nesse caso, estão ainda mais distantes: elas são apenas 0,9% de todos os autores. Esta porcentagem, 0,9%, é preciso lembrar, corresponde a apenas uma escritora negra.

Salvo a maior proporcionalidade de obras reservada ao edital de 2013, constata-se que os números são relativamente os mesmos: os homens brancos correspondem a 56,7% dos escritores, enquanto as mulheres da mesma cor são 26,6% dos casos identificados. Apenas 0,7% das autoras são negras. Reiterando o já exposto, a situação da escritora negra é de marginalização, uma vez que, em contexto mais amplo, pode-se deduzir que “o seletivo universo da literatura ainda continua excluindo[-as] a partir de premissas temporal e subjetiva” (JOB, 2011, p.56).

Nesse sentido, faz-se necessário mencionar o estudo realizado pela pesquisadora Sandra Maria Job, atualmente professora da Universidade Federal do Pará. Em sua tese publicada em 2011, a estudiosa apresenta-nos uma reflexão contundente acerca da mulher negra na literatura. Reflexão esta, aliás, cuja referência tem seu fundamento nas proposições teóricas/críticas de Virgínia Woolf, para quem a escrita ficcional feminina necessita de uma liberdade intelectual. A este respeito, prossegue Job (2011, p.41-42):

Nas palavras da própria autora, em resumo, “a liberdade intelectual depende de coisas materiais”. [...] Porém, se trouxermos esse discurso para o cenário brasileiro daquele mesmo século visando a atingir, através dele, as mulheres negras, as propostas contidas no mesmo se tornariam não só impraticáveis, como soariam ridículas, diante da situação social delas naquele período. Mesmo para o contexto contemporâneo, pois se as propostas de Woolf ainda são atuais, no que tange à mulher negra ele ainda não se aplica à realidade da grande maioria delas (na verdade nem da grande maioria das mulheres brancas). Em outras palavras, as reivindicações básicas proferidas no discurso de Virginia Woolf não são as necessidades básicas da mulher negra, embora seja um direito e necessidade desta, mas nem por isso são as

mais prementes, pois em termos de liberdade para trabalhar, por exemplo, *a mulher negra é a mesma de outrora, isto é, ela é dona de si mesma, visto que trabalhava e continua trabalhando, embora não ganhe “quinhentas libras” anualmente*. São mulheres (a negra e a branca) que se (re)conhecem biologicamente, mas cuja vida “de mulher” tem sido construída em realidades sociais distintas, com buscas, às vezes, específicas a cada uma delas. E para as buscas em comum, essas buscas não acontecem no mesmo plano temporal. *Enquanto estas, em séculos passados, por exemplo, proferiam discursos, escreviam ou saíam às ruas reivindicando seus direitos, pois eram pessoas letradas, mesmo que não fossem no mesmo nível dos homens naquele momento, a mulher negra ainda estava, e de certa forma ainda está, vivendo a canga da escravidão imposta a todos os escravos e, posteriormente, aos ex-escravos que foram, segundo Florestan Fernandes, deixados à própria sorte e com a missão de se (re)erguerem sozinhos na sociedade, nos moldes e padrões dos brancos. Em outras palavras, eram analfabetas, escravas e hoje algumas ainda não possuem nenhum nível de instrução e outras, na sua grande maioria, semialfabetizadas, trabalhando nas “senzalas modernas”, salvo as raríssimas exceções* (JOB, 2011, p.42-43, grifo nosso).

As considerações de Job (2011), mais do que endossam, acabam por atestar a nossa hipótese. A mulher negra, diferente da branca, carrega, no tom escuro de sua pele e no seu fenótipo, as marcas de uma escravidão que custa a ser abolida efetivamente. Quando a pesquisadora ora referenciada afirma: “hoje algumas [mulheres negras] ainda não possuem nenhum nível de instrução e outras, na sua grande maioria, [são] semialfabetizadas, trabalhando nas ‘senzalas modernas’” (JOB, 2011, p.42-43), significa que as suas possibilidades de acessarem o campo literário enquanto escritoras de si (e dos seus) são praticamente remotas, conforme demonstraram os índices acima.

A situação que nos é apresentada responde, em parte, à pergunta apresentada no subtítulo deste capítulo. Uma parte significativa das mulheres negras encontra-se nas “senzalas modernas”, ou seja, nos mesmos espaços que, desde os idos da escravidão, convencionalmente foram seus: as casas das famílias brancas, onde continuam a trabalhar como empregadas domésticas. Os homens negros, excetuando as exceções que não são muitas, constituem 60% da população carcerária brasileira, conforme os dados do IBGE 2015. Quando não presos, ocupam, no estrato social, as funções remuneradas de menos prestígio, seja trabalhando na lavoura, seja executando outras modalidades de serviço braçal.

Se na revisão que fizemos da literatura brasileira destinada ao público adulto e infantojuvenil foi possível constatar que a presença de autores e autoras negros é remota, os dados do Programa Nacional Biblioteca da Escola se mostram, se não mais, um tanto quanto preocupantes, devido ao fato de que, mesmo havendo atualmente dispositivos constitucionais assegurando a valorização da cultura africana e afro-brasileira no ensino de literatura e uma ampla divulgação do tema no âmbito acadêmico, nota-se, entre os que produzem para tal

público, uma significativa ausência daqueles que representariam, em suas ficções, os 54% da população brasileira.

A ausência do negro enquanto escritor de narrativas infantojuvenis selecionadas pelo PNBE é, portanto, uma realidade. E sendo uma realidade registrada por meio de números, também não nos causa espanto o fato de serem os brancos os mais escolhidos para compor os acervos de ambos os editais, pois essa política pública de leitura é parte integrante do campo literário dado a sua envergadura para o estímulo à produção e à circulação de obras. Sendo assim, não podemos nos esquecer de que esse mesmo campo literário é parte componente de uma sociedade racista, cujas relações sociais são marcadas pelas mais diversas formas de racismos, seja ele simbólico (quando silencioso); seja ele explícito (quando manifestados por meio de discursos injuriosos).

Podemos interpretar a ausência de autores negros nos acervos a partir de duas situações: a) com base no argumento de que eles estão fora do circuito de produção, devido a uma questão histórica, a qual confluiu para a determinação de consequências que refletem, até hoje, na educação dos homens e das mulheres negras, inviabilizando, assim, suas respectivas formações enquanto escritores, professores, intelectuais etc.; b) após a promulgação da Lei 10.639/2003, houve uma crescente produção de obras cujos temas se voltam para as culturas africana e afro-brasileira, já que “o mercado editorial buscou adequar às temáticas exigidas pela Lei” (SOUZA *et al*, 2014, p.04). Assim, é muito provável que os escritores negros, quando submetidos à seleção do PNBE por meio das editoras, deixaram de ser selecionados pelos mesmos critérios (subjetivos) que excluem “a partir de premissas temporal e subjetiva”, como já disse Sandra Job (2011, p.56).

Assim como em qualquer esfera de atividade humana brasileira, não há, obviamente, nenhuma política (explícita, institucional) de exclusão do negro do Programa Nacional Biblioteca da Escola. Todavia, o racismo, nesse caso, é elevado à enésima potência e só pode ser atestado através do buraco da fechadura, pelas fissuras do silêncio, que naturalizam as ausências como se elas obedecessem à ordem natural das coisas. Expliquemos: a população negra, durante muito tempo, não obteve acesso à educação. E sem escolarização, a entrada no campo literário se torna praticamente impensável, tendo em vista o fato de a escrita ser o requisito primeiro para o exercício desse ofício. Sem escritores negros, tem-se menos literatura voltada para as relações étnico-raciais e, conseqüentemente, tem-se menos representatividade negra em obras publicadas pelas editoras, atingindo, assim, programas de leitura como o PNBE.

Mais do que identificar tais ausências⁴⁵, faz-se necessário observar seus efeitos em relação à composição temática dos dois acervos. No PNBE de 2011 e 2013, por exemplo, constatamos que a discussão de temas voltados para questões étnico-raciais, quer para denunciar formas de racismos, quer para afirmar identidade(s) interessa muito pouco aos escritores brancos. Esse fato é, conforme acentua Phillips (2004), uma recorrência em outras literaturas, como a inglesa, por exemplo:

[Os escritores], os recipientes principais da cultura, acima do nível popular, são prodigiosamente autoisolados da experiência do dia a dia. Numa frase popular, “não querem nem saber”. Aglomera-se em seu redor um grande fluxo de novos agrupamentos sociais esquisitos através dos quais eles continuam caminhando, quais turistas atravessando a cidadela, sem enxergarem e sem desconfiarem [...] (PHILLIPS, 2004, *apud* BONNICI, 2011, p.49).

Por meio da leitura de sinopses, resenhas e artigos de todas as narrativas dos acervos de 2011, foi possível identificar a presença de apenas 13,9% de obras que trazem o negro de forma evidente⁴⁶ para as tramas. Em contrapartida, 84,3% narrativas não apresentam personagens negros. Não foi possível mapear a presença ou não de negros em 1,9% dos textos. Nos acervos de 2013, apenas 11,4% das narrativas trazem a personagem negra para o centro da ficção. Os brancos, novamente, são a maioria: 84,4%. Em 4,3% dos registros não foi possível identificar a presença ou ausência de brancos ou negros.

Diante do exposto, podemos afirmar, sem receio, que os números apurados nos dois acervos do PNBE reproduzem “um dos traços dominantes da estrutura social brasileira, que se perpetua e se atualiza desde a Colônia, mas que passa ao largo da literatura recente” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.175). O programa de leitura dos referidos anos, dentro de seus limites de atuação, reproduz na e pela ausência de escritores e personagens negros, o racismo em sua dimensão simbólica, mesmo não sendo – nem de longe – o objetivo dessa política pública.

A situação contextual na qual está inserido o PNBE pode ser (em medida a ser verificada posteriormente) um estímulo para constituição de sérios problemas de identificação entre o leitor negro e as personagens produzidas por alguns escritores brancos – principalmente aqueles que adotam estereótipos no processo de criação artística ou subalternizam a raça negra. Nessas condições, o ato da leitura de textos de autores brancos,

⁴⁵ O negro está presente nos acervos do PNBE (2011 e 2013). No entanto, sua presença é, quando analisada em conjunto, insignificante. Em ambos os anos, os negros e mestiços não somam mais que 3,7% dos casos em 2011 e 4,1% em 2013.

⁴⁶ Isso não significa, porém, que os personagens negros identificados assumem funções como a de narrador ou a de protagonista, pois, para tal identificação, buscamos mapear apenas a presença daqueles actantes que, de alguma forma, são importantes para o desenvolvimento da trama.

com personagens brancos e com interlocutores negros, é, sem dúvida, um terreno propício para se observar o fenômeno da alteridade e do reconhecimento de identidades.

Em contato com as narrativas com as configurações mencionadas acima, o leitor negro vê o outro (personagem branco) e, não se reconhecendo na representação oferecida, faz emergir catarticamente o processo de alteridade por meio da diferença. Resultante desse processo, as múltiplas identidades do negro tornam-se fragmentadas na medida em que os estereótipos se sobrepõem a elas – como vimos nos exemplos já apresentados.

O oferecimento (somente) do branco enquanto personagem-modelo, ainda que numa representação literária, impõe limites para o reconhecimento da(s) identidade(s) do leitor negro. Em outras palavras, o afrodescendente, ao deparar-se com representações subalternas e estereotipadas, fixa nas fissuras do seu inconsciente apenas essa perspectiva da vida que lhe é proposta, afastando-se, assim, da sua cultura, da sua tradição. A título de ilustração, isso funcionaria mais ou menos assim: um conjunto de narrativas, infantojuvenis que *apenas* – frisemos bem – apresenta as mulheres negras como prostitutas e os homens como bandidos ou ocupantes de funções sociais similarmente desprestigiadas, tende, assim como o racismo é propagado por meio do discurso midiático (VAN DIJK, 2012), a disseminar tais posições sociais de forma natural, como se ao negro fosse possível ocupar apenas esses papéis sociais. Por outra via, enquanto o personagem branco reproduz literariamente a estrutura social brasileira, ocupando-se das funções mais privilegiadas (médico, advogado, engenheiro, juiz etc.), a criança negra se veria distante de tal possibilidade porque o seu contexto social é, em alguns casos, avessamente distinto.

4.4 O PNBE e seus temas: pluralidade de livros, diversidade silenciada

Analisando a conjuntura temática dos acervos de 2011 e 2013, chegamos à conclusão de que, de maneira indireta e silenciosa – é claro –, o PNBE convida o leitor negro a ler, nas narrativas que oferece, “uma conversa entre brancos, atrás da porta, do lado de fora” (BONNICI

CI, 2011, p.55). Como se não bastasse, esse mesmo interlocutor é orientado a “abstrair-se da sua concretude e admitir, em si, o branco, enquanto autor [...] e destinatário do discurso” (SILVA, 2009 *apud* BONNICI, 2011, p.55). Nossa afirmação assenta seu fundamento nos números obtidos sobre os temas mais comuns nas obras selecionadas.

As tabelas abaixo, que apresentam alguns dados sobre as temáticas das obras escolhidas para compor os acervos do PNBE, são frutos de um levantamento⁴⁷ que realizamos com intuito de, mais à frente, delimitarmos nosso *corpus* de análise. Pois bem, os acervos do PNBE 2011 e 2013 possuem, respectivamente, 150 e 180 obras. Destas, 108 (no acervo 2011) 141 (no acervo 2013) são narrativas. Com intuito de averiguar os temas desses textos, procedemos com a leitura de resumos disponíveis em sítios da internet, que nos permitiu identificar os seguintes dados:

Tabela 7: Tema das narrativas PNBE 2011		
	Freq.	%
Amizade	9	8,3%
Aventura	25	23,2%
Biografia	3	2,8%
Cultura africana	6	5,6%
Cultura afro-brasileira	4	3,7%
Cultura indígena	2	1,9%
Identidade	10	9,3%
Lendas	9	8,3%
Memória	2	1,9%
Narrativa histórica	4	3,7%
Outros	27	25%
Preconceito racial	2	1,9%
Preconceito social	3	2,8%
Relação amorosa	9	8,3%
Relação familiar	9	8,3%
Violência	6	5,6%
Total obs.	108	

Tabela 8: Tema das narrativas PNBE 2013		
	Freq.	%
Amizade	5	3,6%
Aventura	41	29,1%
Biografia	6	4,3%
Cultura africana	3	2,1%
Cultura afro-brasileira	2	1,4%
Cultura indígena	2	1,4%
Identidade	10	7,1%
Lendas	9	6,4%
Memória	4	2,8%
Narrativa histórica	3	2,1%
Outros	46	32,6%
Preconceito racial	7	5,0%
Preconceito social	6	4,3%
Relação amorosa	12	8,5%
Relação familiar	13	9,2%
Violência	5	3,6%
Total obs.	141	

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas (3 no máximo).

Fonte: Pesquisa Autoria e representação de personagens negras em narrativas infantojuvenis: acervos PNBE 2011 e 2013

⁴⁷ É importante ressaltar que, neste primeiro momento, foram levantados dados referentes aos temas de todas as obras, escritas por escritores brasileiros e também estrangeiros.

As narrativas dos acervos do PNBE (2011 e 2013) tratam de temas variados. Tanto é que em ambos os anos a categoria “outros” foi a que mais registrou tal diversidade: em 2011, contabilizamos 25% de textos que expressam essa amplitude temática e em 2013, 32,6%. Entram, nessa categoria, temas como: medo, superação, investigações, mistérios, morte, descobertas, dentre muitas outras. Nota-se, diante do exposto, que o programa não privilegiou um eixo temático específico, muito embora os números referentes às narrativas de temas aventurecos nos chamem a atenção: foram registradas 25 ocorrências (23,2%) no PNBE 2011 e 41 (29,1%) no PNBE 2013.

As relações amorosas aparecem em evidência em ambos os anos: em 2011, constata-se a presença de nove narrativas (8,3%) e, em 2013, 12 textos, que equivalem a 8,5%. As relações familiares também são temas preferidos dos autores selecionados: nove (8,3%) narrativas compuseram os acervos de 2011 e 13 (9,2%) compuseram os acervos de 2013. Outros índices que merecem ser considerados são aqueles textos cujos temas versam sobre identidade: são narrativas que ora discutem a identidade numa perspectiva coletiva (*Mzungu*⁴⁸, de Meja Mwanji) ora com a formação de uma identidade pessoal, subjetiva das personagens, como em *Metamorfose do Lívio*⁴⁹, de Liana Leão, por exemplo.

Com intuito de melhor apreciar os números sobre os temas concernentes às questões étnico-raciais, julgamos pertinente a divisão dessas narrativas em três categorias temáticas: a) cultura africana, b) cultura afro-brasileira e c) preconceito racial. Se somarmos as categorias do PNBE 2011, vamos perceber que tais obras representam apenas 11,2% do acervo, ou seja, 12 narrativas se propõem a discutir a questão do negro em alguma perspectiva, seja para denunciar o preconceito racial, seja para apresentar um viés mais positivo da cultura africana ou afro-brasileira. No PNBE de 2013, os índices são mais alarmantes: apenas 8,5% dos textos dedicam-se a essa temática, o que representa a quantidade de 12 narrativas.

Uma análise superficial poderia sugerir que nos acervos de ambos os anos, a proporcionalidade de obras é a mesma. No entanto, é preciso lembrar que o PNBE de 2013 possui uma quantidade significativa de obras a mais do que os acervos de 2011. Além disso, é importante frisar que somamos três categorias (cultura africana, cultura afro-brasileira e preconceito racial), para chegarmos a números – vamos assim dizer – “razoáveis” que pudessem melhor expressar a presença de narrativas voltadas para as relações étnico-raciais.

Sobre as variantes que remetem às questões étnico-raciais, é importante frisar que, embora todas elas indiquem a presença do negro nas obras identificadas (escritos por

⁴⁸ PNBE 2011.

⁴⁹ PNBE 2011.

estrangeiros, inclusive africanos), nós nos ateremos apenas às narrativas brasileiras que abordem a cultura africana, afro-brasileira e/ou apresentem, no plano da ficção, personagens negros em evidência. Esse recorte se justifica na medida em que o contexto de produção de literatura do Brasil possui suas particularidades, pois as formas pelas quais o racismo opera neste país são muito específicas e atingem, silenciosamente, o campo literário, excluindo maciçamente os escritores negros. Isso significa que o contexto de produção das literaturas de maior parte dos países da África, cujas populações são hegemonicamente negras, é outro. Este fato é, pois, condição *sine qua non* para que autores negros escrevam para interlocutores negros, em meio a um processo de troca de experiência que, para ambos, são comuns. Expliquemos.

Se nos atentarmos, por exemplo, para a literatura de Moçambique, vamos perceber que seus autores (Mia Couto, Luiz Bernardo Hounwana, Nelson Saúte, Paulina Chiziane, entre tantos outros) se empenham no resgate da identidade cultural de seu povo ao submeterem suas obras a “uma estética a partir do excluído” (BONNICI, 2005, p.10), resistindo às imposições deixadas pelo colonizador branco. Tal empenho – até mesmo de escritores brancos como Mia Couto – pode ser compreendido e justificado pela necessidade de se discutir, na literatura, temas voltados para as questões pós-coloniais. No Brasil, como vimos, poucos foram os autores que se dedicaram à problematização dessa questão.

Antes de avançar com a nossa reflexão, vale a pena lembrar que os números apresentados até o momento se referem a todas as obras de autores de diversas nacionalidades. Tal reflexão foi de fundamental importância para que, a partir de agora, percebêssemos o quanto a produção infantojuvenil brasileira – mais especificamente aquela selecionada pelo programa de leitura – também se mostra frágil no trato com as relações étnico-raciais, que está relacionado com a ausência de escritores brasileiros negros. Analisemos, então, os seguintes dados.

Tabela 9: Nacionalidade dos Autores do PNBE 2011		
	Freq.	%
Alemão	3	2,8%
Americano	9	8,3%
Anglo-irlandês	1	0,9%
Argentino	2	1,9%
Australiano	1	0,9%
Brasileiro	72	66,7%
Britânico	4	3,7%
Canadense	1	0,9%
Dinamarquês	1	0,9%
Espanhol	1	0,9%
Francês	3	2,8%
Italiano	3	2,8%
Não identificado	5	4,6%
Português	1	0,9%
Queniano	1	0,9%
Total obs.	108	100%

Tabela 10: Nacionalidade dos Autores do PNBE 2013		
	Freq.	%
Americano	6	4,3%
Alemão	4	2,8%
Australiano	1	0,7%
Brasileiro	87	61,7%
Britânico	12	8,5%
Cabo-verdiano	1	0,7%
Canadense	1	0,7%
Chinês	1	0,7%
Dinamarquês	1	0,7%
Espanhol	1	0,7%
Francês	6	4,3%
Israelense	2	1,4%
Italiano	3	2,1%
Mexicano	3	2,1%
Não identificado	9	6,4%
Português	1	0,7%
Russo	2	1,4%
Total obs.	141	100%

Fonte: Pesquisa Autoria e representação de personagens negras em narrativas infantojuvenis: acervos PNBE 2011 e 2013

Os dados das tabelas 9 e 10 demonstram-nos claramente que, entre os escritores selecionados, os brasileiros são maioria. No PNBE de 2011, eles são 66,7% dos autores e, no de 2013, são 61,7%. Por meio de uma observação atenta, é possível constatar que os europeus são os que mais aparecem em ambos os anos (depois dos brasileiros): 15,7% em 2011 e 21,2% em 2013. Juntos, os americanos e canadenses somam 9,2% (2011) e 5,0% (2013). O continente africano possui apenas dois representantes: um queniano no PNBE de 2011 e um cabo-verdiano no PNBE 2013.

Dos números apresentados acima, interessa-nos, à primeira vista, os que se referem aos escritores brasileiros, uma vez que estes são os que melhor representam, em certa medida, a produção literária infantojuvenil deste país. Convém-nos ressaltar, portanto, que todos os dados plasmados nas tabelas a seguir (cor, sexo e tema) se referem apenas a esses autores nascidos no Brasil. De igual modo, as metodologias utilizadas para levantar tais informações são as mesmas mobilizadas anteriormente.

As tabelas 11 e 12, dispostas logo abaixo, referem-se à cor dos escritores brasileiros. Bem, se compararmos-nas aos dados referentes a todos os autores de narrativas selecionados pelo PNBE (tabelas 3 e 4), vamos observar que os índices sobre essa variante variam minimamente:

Tabela 11 Cor dos Autores Brasileiros PNBE 2011	%
Negro	2,8%
Branco	88,9%
Mestiço	1,4%
Indígena	0,0%
Oriental	0,0%
Não Identificado	6,9%
Total obs.	100%

Tabela 12 Cor dos Autores Brasileiros PNBE 2013	%
Negro	4,6%
Branco	85%
Mestiço	1,2%
Indígena	0,0%
Oriental	0,0%
Não Identificado	9,2%
Total obs.	100%

Fonte: Pesquisa Autoria e representação de personagens negras em narrativas infantojuvenis: acervos PNBE 2011 e 2013

Em conformidade com as tabelas⁵⁰ 11 e 12, nota-se, mais uma vez entre os brasileiros, uma hegemonia branca. No PNBE de 2011, são brancos 88,9% dos autores. Já no PNBE de 2013, o número é minimamente reduzido para 85,1%. Os negros, conforme já esperado, estão novamente à margem, uma vez que eles representam, respectivamente, apenas 4,2% (2011) e 5,8% (2013), mesmo somando as categorias “negro” e “mestiço”. Num país onde os afro-brasileiros correspondem a mais da metade da população, os índices apenas ratificam o que vimos expondo desde o segundo capítulo desta dissertação, quando tivemos a oportunidade de observar a marginalização do negro, sobretudo enquanto escritor. Desse modo, para os alunos (negros) das bibliotecas públicas que receberam os acervos do PNBE, isso significa um enviesamento de suas leituras, reduzidas a uma perspectiva de mundo: o do mundo branco.

No que tange ao sexo dos escritores brasileiros, podemos dizer que dominação masculina continua sendo uma realidade, uma vez que, nos acervos dos dois anos, os homens constituem a maioria. No PNBE de 2011, são homens 63,9% e as mulheres 34,7%. Não foi possível identificar o sexo de 1,4% dos autores. Já nos acervos de 2013, nota-se uma mudança no quadro: os homens somam 59,8% dos registros e as mulheres 40,2%. Embora singelos, os dados sobre a presença feminina na composição do PNBE 2013 demonstram-nos um avanço

⁵⁰ Em ambos os gráficos, não foi possível identificar a cor de 6,9% dos escritores brasileiros no PNBE de 2011 e 9,2% dos autores do PNBE de 2013.

em relação ao programa de leitura de 2011: são mais 5,5% de mulheres falando de suas vivências ou, em outras circunstâncias, apresentando, aos leitores, suas perspectivas de mundo – muitas vezes tão distantes daquelas propagadas por literaturas produzidas por homens.

Tabela 13: Sexo dos Escritores Brasileiros - PNBE 2011		
	Freq.	%
Masculino	46	63,9%
Feminino	25	34,7%
Outro	0	0,0%
Não identificado	1	1,4%
Total Obs.	72	100%

Tabela 14: Sexo dos Escritores Brasileiros – PNBE 2013		
	Freq.	%
Masculino	52	59,8%
Feminino	35	40,2%
Outro	0	0,0%
Não identificado	0	0,0%
Total Obs.	87	100%

Fonte: Pesquisa Autoria e representação de personagens negras em narrativas infantojuvenis: acervos PNBE 2011 e 2013

Conforme se observa, as mulheres constituem, respectivamente, 34,7% e 40,2% dos acervos. É necessário ressaltar que esses índices referem-se às mulheres de todas as raças, ou seja, brancas, mestiças, negras e indígenas. As duas últimas, por sua vez, são praticamente invisíveis segundo o nosso levantamento: não temos, no PNBE de 2011 e 2013, representantes indígenas mulheres e constatamos apenas uma mulher negra para cada ano do programa de leitura, sendo elas: Kiusam Regina de Oliveira, autora de *Omo-Oba: histórias de princesas* (PNBE 2011) e Carolina de Jesus, de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (PNBE 2013). Observa-se, assim e mais uma vez, a dupla marginalização da mulher negra, que, devido ao racismo estrutural radicado na sociedade brasileira, dificilmente tem acesso à educação que seria, vamos assim dizer, a porta de entrada para o campo literário.

Há, contudo, quem subverta a ordem da homogeneidade branca dessa esfera discursiva: e quem a faz é Carolina de Jesus – mineira radicada em São Paulo até 1977, ano de seu falecimento. A escritora, filha de pessoas analfabetas, estudou apenas dois anos do curso primário, o que foi o suficiente para aprender a ler, escrever e a adentrar (sem pedir licença às elites simbólicas) o campo literário para expressar uma voz que lhe é legítima por ter sido mulher, negra e favelada. Como se percebe, Carolina de Jesus é uma exceção que, diga-se de passagem, esteve e está muito longe de ser uma constante para as demais mulheres em situação semelhante.

É possível encontrar, entre os escritores brasileiros (homens e mulheres), menos obras externando as vivências e as perspectivas de mundo dos negros. Considerando os sexos

masculino e feminino, identificamos apenas sete obras de autoria negra e mestiça nos acervos do PNBE de 2011 e 2013. São elas: *Fala comigo, pai*, de Júlio Emílio Braz; *O livreiro do Alemão*, de Otávio Junior; *Quarto de Despejo*, de Maria Carolina de Jesus; *Dom Casmurro*, de Machado de Assis; *O barbeiro e o judeu da prestação contra o sargento da motocicleta*, de Joel Rufino dos Santos; *Oma-Oba: histórias de princesas*, de Kiusam Regina de Oliveira e *Com o pé na estrada*, de Maurício Veneza.

Esse recorte pequeno de autores negros atesta, mais uma vez, a proposição de que a ausência ou a pequena presença de escritores negros influencia na composição temática dos acervos, pois os temas escolhidos pelos escritores brasileiros selecionados pelo PNBE (2011 e 2013) são, também, amplos e muito diversos, como também é possível observar em acervos de anos anteriores, conforme registra Célia Fernandes (2017). De acordo com a pesquisadora, não seria desmedido afirmar que os editais desse programa de leitura objetiva “compor acervos de forma a assegurar ao leitor um panorama representativo não apenas da literatura brasileira, mas também da literatura estrangeira” (FERNANDES, 2017, p.229).

Pois bem, já vimos que o PNBE de 2011 e 2013 contempla obras estrangeiras e também brasileiras, sendo estas a compor a maior parte dos acervos. Para além dessa pluralidade ligada à nacionalidade dos escritores, precisamos nos debruçar sobre aquela diversidade temática que deixa a desejar no quesito relações étnico-raciais. A este respeito, postula Fernandes (2017) que o PNBE adota alguns critérios para balizar os temas a serem escolhidos. Ei-los: ““diversidade temática”, “diversidade de representação”, “diversidade de formas e gêneros” e “a diversidade de níveis de complexidade de elaboração das obras”” (FERNANDES, 2017, p.229). Rildo Cosson e Aparecida Paiva (2014, p.494 *apud* FERNANDES, 2017, p.230) acentuam que esses critérios resultam num “acervo constituído por uma ampla variedade de obras” e, por esse motivo, justificam que “o conceito de literatura do PNBE é de inclusão”.

Que o PNBE é composto por acervos variados, nós concordamos, pois, os números referentes aos temas escolhidos por autores brasileiros selecionados pelo programa estão em consonância com os índices apresentados anteriormente, quando catalogamos as temáticas do acervo geral – ocasião em que foi considerada a presença de autores de outros países. Para se ter uma ideia mais ou menos panorâmica de tal diversidade, compartilhamos o fato de que, até mesmo entre os escritores brasileiros, os temas são tão diversos que a categoria “outros” (que contém outras categorias além das descritas nos quadros) é a que mais apresenta registros no PNBE de 2011 e 2013, conforme apontam as tabelas abaixo:

Tabela 15: Tema das Narrativas dos Escritores Brasileiros – PNBE 2011

	Freq.	%
Amizade	6	8,3%%
Aventura	13	18,1%
Biografia	3	4,2%
Cultura africana	3	4,2%
Cultura afro-brasileira	4	5,6%
Cultura indígena	2	2,8%
Identidade	6	8,3%
Lendas	7	9,7%
Memória	1	1,4%
Narrativa histórica	2	2,8%
Outros	18	25,0%
Preconceito racial	0	0,0%
Preconceito social	3	4,2%
Relação amorosa	7	9,7%
Relação familiar	8	11,1%
Violência	4	5,6%
Total Obs.	72	

Tabela 16: Tema das Narrativas dos Escritores Brasileiros – PNBE 2013

	Freq.	%
Amizade	3	3,5%
Aventura	20	23%
Biografia	4	4,6%
Cultura africana	2	2,3%
Cultura afro-brasileira	2	2,3%
Cultura indígena	2	2,3%
Identidade	6	6,9%
Lendas	6	6,9%
Memória	4	4,6%
Narrativa histórica	2	2,3%
Outros	26	29,9%
Preconceito racial	6	6,9%
Preconceito social	5	5,8%
Relação amorosa	10	11,5%
Relação familiar	8	9,2%
Violência	3	3,5%
Total Obs.	87	

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas (3 no máximo).

Fonte: Pesquisa Autoria e representação de personagens negras em narrativas infantojuvenis: acervos PNBE 2011 e 2013

Conforme se pôde observar, as obras dos escritores brasileiros versam sobre temas diversos. Os temas aventurecos são os mais recorrentes depois da categoria “outros” (18,1% em 2011 e 23% em 2013), seguidos de “relações amorosas” e “relações familiares”. Os temas voltados para as questões étnico-raciais, no entanto, permanecem estáticos se comparados aos índices gerais – fato que nos leva a questionar a assertiva proposta por Cosson e Paiva (2014), os quais afirmam que o conceito de literatura adotado por essa política é, de fato, de inclusão.

Traduzindo a situação acima em números, isso significa, em 2011, apenas 9,8% de narrativas voltadas para a cultura do negro – sem problematizar, contudo, questões

tangenciais ao preconceito racial, tendo em vista o fato de não identificarmos nenhuma obra com esse propósito, conforme se nota na Tabela 17. O mesmo movimento pode ser constatado nos acervos de 2013: embora os números se demonstrem um pouco melhores em relação às narrativas selecionadas em 2011, pouco se pode comemorar, visto que a quantidade de obras a compor os acervos desse ano é maior. Estamos nos referindo, aqui, a 11,5% de narrativas que tratam, juntas, de temas como “cultura afro-brasileira” (2,3%), “cultura africana” (2,3%) e “preconceito racial” (6,9%).

Uma análise inicial poderia indicar que os números referentes aos temas das obras do PNBE (2011 e 2013) corroboram a pluralidade temática prezada por seus respectivos editais e até mesmo por alguns estudiosos. De fato, os acervos do programa de leitura são plurais no sentido de abarcarem uma numerosa quantidade de textos que tratam de temas variados (relações familiares e amorosas, amizade, aventura, memórias, medo, morte, separação, dentre outros). Entretanto, quando mobilizados os números concernentes às temáticas voltadas à diversidade – mais especificamente à diversidade racial – constata-se, embora se note a presença de um ou outro escritor negro, uma ou outra obra dedicada a esta finalidade – um grande silêncio, que nos permite concluir que, decerto, “os acervos observam temáticas variadas e são compostos de maneira plural sob alguns aspectos, no entanto, conceituar a diversidade e explicitá-la como critério de seleção ainda é um desafio para o edital do PNBE” (FERNANDES, 2017, p.231).

Desafio este, aliás, de tamanha complexidade dada às conjunturas que contornam o referido programa. Em linhas gerais, são vários os obstáculos interpostos a essa política pública de leitura, mas vamos destacar aqui apenas três: a) tem-se, antes de tudo, um campo literário brasileiro atravessado por estrutura simbolicamente racista; b) não obstante, as poucas obras de autoria negra (certamente) indicadas ao processo de seleção dos editais passaram antes pelos crivos das editoras, que estão mais preocupadas, obviamente, com o seu capital do que, necessariamente, com uma causa de ordem social (PHILLIPS, 2004). É bem verdade que a Lei 10.639, como bem disse Paulo Vinicius Baptista da Silva (2015), impulsionou a produção e a circulação dessas obras, mas a dedicação das editoras com o tema é fruto de um interesse mercadológico, que pouco atinge o PNBE de 2011 e de 2013 nesse quesito, uma vez que essa norma constitucional não se fez presente em seus respectivos editais; c) há de se considerar, nesse mesmo viés, a situação dos avaliadores: eles são, conforme pontua Zappone (2015), professores universitários. Por isso, deveriam estar atentos não só à referida Lei que rege o ensino da História e da Cultura Afro-brasileira na literatura, mas também às discussões sobre esse tema que, inclusive, pululam em seus locais de trabalho

– as universidades. Um avaliador distante dessa discussão e avesso às políticas de ações afirmativas, certamente constituir-se-á como um obstáculo para luta contra o racismo.

Em linhas gerais, o nosso estudo chama a atenção para as lacunas que programa apresenta em relação ao trato com temas voltados para as questões étnico-raciais. A não inserção da Lei 10.639 nos editais de 2011 e 2013 (exceto o PNBE Temático 2013), por exemplo, é um de muitos aspectos relevantes a ser considerada mediante as ausências de escritoras e escritores negros. Mesmo diante de todos os problemas apontados nesta pesquisa, não podemos desconsiderar uma política como o Programa Nacional Biblioteca da Escola, que poderá, nos próximos anos, aprimorar suas ações (como vêm fazendo desde 1998), ao buscar, quem sabe, novas estratégias para a seleção das obras e promover a inserção e a efetivação da Lei em seus editais.

5. NARRATIVAS DO PNBE 2011, 2013 E PNBE TEMÁTICO 2013: LITERATURA E RESISTÊNCIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Diante da situação exposta, resta-nos agora investigar de que modo as personagens negras são representadas nas narrativas que se propõem a ficcionalizar o negro e o seu contexto social/cultural. Antes, porém, julgamos pertinente apresentar e justificar a formação do nosso *corpus* de análise. Os acervos do PNBE 2011 são constituídos por 108 narrativas, de autores estrangeiros e brasileiros. Dentre estas narrativas, identificamos 15 textos que apresentavam personagens negros, quer como protagonistas, quer como personagens secundários: *BR.COM.SACI*, de Toni Brandão; *Histórias de Tia Nastácia*, de Monteiro Lobato; *As aventuras de Huckleberry Finn*, de Mark Twain; *Ouvindo Pedras*, de Luís Dill; *Lendas Brasileiras para jovens*, de Luís Câmara Cascudo; *Nyangara Chena: a cobra curandeira*, de Rogério de Andrade Barbosa; *Omo-oba: histórias de princesas*, de Kiusam Regina de Oliveira; *Contos africanos de países de língua portuguesa* (Coletânea de autores africanos); *Contos tradicionais do Brasil para jovens*, de Luiz Câmara Cascudo; *Enrilé, o caçador e outros contos africanos*, de Adilson Martins; *Histórias do avô: Histórias de deuses e heróis de várias culturas*, de Burleigh Muten; *Mestre Lisboa, o Aleijadinho*; *O príncipe medroso e outros contos africanos*, de Ana Soler; e *Mzungu*, de Meja Wangi.

Os acervos do PNBE 2013 são compostos por 141 narrativas. Mas são apenas 16 obras que trazem o negro como sujeito da narrativa. São elas: *A Chave do Tamanho* e *a Reforma da Natureza*, de Monteiro Lobato; *Aqaltune e histórias da África*, de Ana Cristina Massa; *Comandante Hussi*, de Jorge Araújo; *O Livreiro do Alemão*, de Otávio Júnior; *O ônibus de Rosa*, de Fabrício Zilei; *Sortes de Villamor*, de Nilma Lacerda; *Tem um morcego no meu pombal*, de Jaulino Carvalho; *A tatuagem: reconto do povo Luo*, de Rogério de Andrade Barbosa; *O príncipe Teiú e outros contos brasileiros*, de Marco Haurélio; *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus; *Três anjos mulatos do Brasil*, de Rui de Oliveira; *Um sonho no caroço de abacate*, de Mocyr Sclyar; *Kamazú*, de Carla Caruso; *O Golem do Bom Retiro*, de Mário Teixeira; e *Você é livre*, de Dominique Torres.

Observa-se, portanto, que os acervos de ambos os anos apresentam escritores brasileiros e de outras nacionalidades. Devido ao fato de termos discutido a situação racial/social do Brasil, entendemos que o nosso *corpus* de análise devia contemplar apenas os textos dos escritores nascidos no Brasil, conforme já expusemos anteriormente. Para melhor observação desse *corpus*, elaboramos a tabela a seguir não só para indicar as narrativas brasileiras, mas, e, sobretudo, para apresentar os textos eleitos para análise. Após a leitura

dessas obras, julgamos pertinente agrupá-las em três categorias, a saber: a) narrativas urbanas/suburbanas; b) narrativas tribais/rurais; c) narrativas memorialísticas (africanas e afro-brasileiras). Tal classificação, é importante ressaltar, foi feita com base na observação dos espaços ficcionais – sejam eles os espaços físicos, sejam eles os espaços urbanos – os quais, em nossa concepção, são elementos importantes para o êxito da análise pretendida.

Tabela 17: Narrativas brasileiras do PNBE 2011, 2013 e PNBE Temático 2013	
Narrativas urbanas (suburbanas)	BR.COM.SACI, O livreiro do Alemão, O ônibus de Rosa, Quarto de despejo, Um sonho no caroço de abacate, O Golem do Bom Retiro, Comandante Hussi, Tem um morcego no meu pombal.
Narrativas tribais/rurais	Histórias de Tia Nastácia, Chave do Tamanho, A Reforma da Natureza, Nyangara Chena: a cobra curandeira, Lendas Brasileiras para jovens, Contos tradicionais do Brasil para jovens, Enrilé, o caçador e outros contos africanos, A tatuagem: reconto do povo Luo, O príncipe Teiú e outros contos brasileiros.
Narrativas memorialísticas (africanas e afro-brasileiras)	Ouvindo Pedras, Omo-oba: histórias de princesas, Contos africanos de países de língua portuguesa, Mestre Lisboa, o Aleijadinho, Aqualtune e histórias da África, Sortes de Villamor, Três anjos mulatos do Brasil, Fio d'água no quilombo: uma narrativa do Zambeze na Amazônia?

Uma leitura atenta da Tabela 17 permite ao leitor observar que, ao todo, o *corpus* se compõe de 26 narrativas brasileiras discutindo a questão racial ou, em alguns casos, trazendo o personagem negro de modo evidente. Destas 26 obras, selecionamos 10 (que estão grifadas) para compor o nosso *corpus*. O critério de escolha dessas narrativas foi o delineamento do espaço: selecionamos os textos que possuem os espaços das ações mais bem delineados e que, justamente por esta razão, permitiriam avaliar, com maior profundidade, questões como raça e racismo, memória e identidade, que possuem intrínsecas relações com os respectivos espaços das comunidades negras, como se verá a partir de agora.

5.1 Carolina e Otávio: dois personagens, um espaço e a literatura como possibilidade

Carolina e Otávio são, respectivamente, autores-personagens de *Quarto de Despejo* e *O Livreiro do Alemão*. Já tratando de esclarecer o mal-estar que o termo “autores-personagens” possa aludir quando referenciado no âmbito dos estudos literários, é preciso esclarecer que ambas as narrativas assumem um tom autobiográfico. O primeiro texto, embora seja classificado como romance brasileiro na ficha catalográfica da obra, é considerado, pelos estudiosos que se debruçam sobre a produção literária de Carolina de Jesus, uma autobiografia.

A justificativa para tal assertiva se fundamenta nas considerações teóricas de Phillipe Lejeune, que, em seu ensaio intitulado “O pacto autobiográfico” (1973), afirma serem as autobiografias um contrato estabelecido pelo autor e o leitor, tendo aquele o compromisso de identificar-se como autor, narrador e personagem. Nas palavras do crítico, “para que haja autobiografia (e, numa perspectiva mais geral, literatura íntima) é preciso que haja relação de identidade entre o autor, o narrador e o personagem (LEJEUNE, 2008,p.15). Em *Quarto de Despejo* esse pacto pode ser observado já na capa da livro – espaço em que Carolina de Jesus reserva para “assinar” o seu nome enquanto autora. Ademais, é possível identificar outros elementos desse contrato: a) a autora é a própria narradora: “Comecei a catar papel. Subi a rua Tiradentes, cumprimentei as senhoras que conheço”(JESUS, 2017, p.22); b) a autora e seus filhos se identificam com as demais personagens da narrativa: “Quando eu seguia na Avenida Cruzeiro do Sul ia uma senhora com um sapato azul e uma bolsa azul. A Vera disse-me: - Olha mamãe, que mulher bonita! Ela vai no meu carro!”(JESUS, 2017, p.36)”; c) o título da obra contém um subtítulo: “diário de uma favelada”, expressão que reforça o tom intimista do texto, a partir da narrativa do “eu”.

Em outra ocasião, postula Lejeune (2008, p.14) que uma autobiografia pode ser classificada como sendo uma “narrativa em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p.14). A obra de Carolina de Jesus enquadra-se na classificação de Lejeune (2008), uma vez que a personalidade da autora-personagem pode ser entrevista em diversas ocasiões, principalmente naqueles momentos em que os problemas de ordem social ferem a sua dignidade e, por meio de sua própria narração, levam o leitor a vivenciar/entender o “jeito” Carolina de ser.

Tratando agora de *O Livreiro do Alemão*, não podemos afirmar que esta obra seja, em sua plenitude, uma autobiografia. Ainda que se note a presença de alguns elementos que aludem ao pacto autobiográfico de Lejeune (2008) – como, por exemplo, a identificação entre autor e personagem – a narrativa é curta e remete apenas a um recorte muito reduzido da vida

de Otávio Júnior, que narra as suas experiências enquanto arte-educador no complexo do Alemão, no Rio de Janeiro: “Eu nem era nascido quando o tráfico de drogas começou a ganhar força no Rio de Janeiro. O que eu sei é que uma das primeiras favelas a ser dominada pelo tráfico foi justamente a do Morro do Alemão, junto com a Mangueira e a do Jacaré, na década de 1970” (JUNIOR, 2011, p.12).

Independente de ser, ou não, uma autobiografia (que possui elementos estruturais mais complexos, conforme Lejeune (2008)), o que interessa observar na narrativa de Otávio Júnior é a dicção do “eu”, ou seja, a voz do autor-personagem-narrador que é negro e narra em primeira pessoa suas experiências com a leitura em um espaço onde as oportunidades para o trabalho com arte, sobretudo com a literatura, apresenta grandes desafios. De igual modo, podemos pensar a autobiografia de Carolina, que, em nosso trabalho, passa a ser lida como uma obra de resistência em meio ao campo literário brasileiro. Parafraseando o discurso bíblico, Carolina de Jesus é a voz que clama no deserto da miséria, da fome, da insignificância humana que atravessa a favela do Canindé, em São Paulo. É voz em primeira pessoa, dicção autêntica de quem pode falar de si enquanto mulher, negra e favelada.

5.2 As intersecções do espaço da ficção e do espaço da realidade

Com o objetivo de logo responder a uma das perguntas de nossa pesquisa, mais especificamente aquela que se interessa pelos espaços ocupados pelas personagens negras nas narrativas do PNBE dos acervos selecionados, começamos pela observação dos locais por onde transitam Carolina de Jesus e Otávio Júnior. Tal investigação se justifica na medida em que a população negra foi recorrentemente representada, em diversas obras da literatura brasileira, em espaços depreciativos, subalternos (como as senzalas, as favelas etc.), numa perspectiva acrítica, conforme apontamos anteriormente por meio dos estudos de Luiz Silva (CUTI, 2010) e Rabassa (1965).

Falando especificamente do romance, o teórico alemão Wolfgang Kayser (1985, p.149) postula sobre a importância de três estratos fundamentais para esse gênero: “Evento, personagens e espaço são os três estratos substanciais para toda a épica; se um deles toma forma e se torna portador, resulta um gênero”. Corroborando o postulado teórico de Kayser, Dimas (1987) afirma que

O espaço pode alcançar um estatuto tão importante quanto outros componentes da narrativa, tais como foco narrativo, personagem, tempo, estrutura etc. [...] em certas narrações esse componente pode estar severamente diluído e, por esse motivo, sua importância torna-se secundária. Em outras, ao contrário, ele poderá ser prioritário e fundamental no desenvolvimento da ação, quando não determinante. [...] Em

resumo: cabe ao leitor descobrir onde se passa uma ação narrativa, quais os ingredientes desse espaço e qual sua eventual função no desenvolvimento do enredo (DIMAS, 1987, p.5-6).

É bem verdade que as duas narrativas em apreço não são, necessariamente, um romance. Mas, sem muitos contorcionismos, podemos enquadrar a noção conceitual de espaço ficcional proposto pelos estudiosos às narrativas analisadas, visto que os acontecimentos ocorrem em um ambiente muito bem delineado, a favela. É nesse sentido que este elemento (o espaço) se torna fundamental para que os eventos possam se suceder em *Quarto de Despejo* e n’*O Livreiro do Alemão*. Sem a favela, o leitor não pode observar a luta de uma mulher que, no jargão popular, necessita, diariamente, vender “o almoço para comprar a janta”; não se pode entender o real motivo pelo qual um jovem se propõe, por meio da literatura, transformar a vida das crianças e dos adolescentes de sua comunidade. Em suma, essas duas narrativas só existem porque, antes delas, existem duas favelas, que são frutos de um processo de segregação urbana.

Na obra *Território e segregação urbana: o “lugar” da população negra na cidade* Silva e Panta (2014) afirmam que, no período pós-abolição, o governo brasileiro não se preocupou com a integração da comunidade negra na sociedade de classes, fazendo-se, assim, com que o “contingente negro, em sua maioria, tem [tenha] ocupado historicamente, as periferias mais distantes e pobres das cidades brasileiras (SILVA; PANTA, 2014, p.11). Inseridos, portanto, nesse contexto, Carolina e Otávio, pessoas negras, são vítimas de um racismo simbólico, pois, além de serem-lhes cessado o acesso aos bens simbólicos (MOORE, 2009), como moradia digna, por exemplo: “voltei para o meu barraco imundo. Olhava o meu barraco envelhecido. As tábuas negras e podres. Pensei: está igual a minha vida” (JESUS, 2017, p.175), eles são desassistidos pelo Estado: “O Estado sempre demorou a agir. De vez em quando a favela é invadida pela polícia” (JUNIOR, 2011, p.13).

Nessa mesma direção, é-nos oportuno recorrer às considerações críticas de Henry Lefebvre – sociólogo que mobiliza reflexões concernentes à segregação urbana – para compreendermos, substancialmente, alguns aspectos relevantes das obras em análise. Em *O direito à cidade*, Lefebvre (2008) salienta que, para o homem obter seu acesso ao espaço urbano em plenitude, suas necessidades (sociais) devem satisfeitas:

As necessidades sociais têm fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a *necessidade de segurança* e a de abertura, a *da organização do trabalho* e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de troca e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo. O ser humano tem necessidade de acumular energias e a

necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. *Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num mundo [...]. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismos, de imaginário, de atividades lúdicas.* Através dessas necessidades específicas vive e sobrevive um desejo fundamental do qual o jogo, a sexualidade, os atos corporais tais como o esporte, atividade criadora, a arte e o conhecimento são manifestações particulares e, que superam mais ou menos a divisão parcelar dos trabalhos. Enfim, a necessidade da cidade e da vida urbana só se exprime livremente nas perspectivas que tentam aqui se isolar e abrir horizontes (LEFEBVRE, 2008, p.105, grifo nosso).

Em conformidade com o estudo da socióloga Maria Nilza Silva (2014, p.23), “podemos afirmar que grande parte da população, em especial os negros, em situação de pobreza, de discriminação, racismo e fragmentação, carece de meios para satisfazer suas necessidades básicas”. Este fato pode ser mais observado se recorrermos aos textos de Carolina de Jesus e Otávio Júnior. No que diz respeito à segurança, nota-se, *N’O Quarto de Despejo*, que a carência de segurança pública é uma constante: durante a narrativa é possível identificar relatos de furtos e/ou roubos que se sucedem ora no barraco da protagonista ora no barraco de suas vizinhas, como aponta o seguinte fragmento:

O senhor Irineu disse-me que esta noite houve roubo na favela. Que roubaram as roupas de D. Florela e mil cruzeiros de D. Paulina. O meu barracão estão sendo visado. Duas noites que não saio para catar papel. Para evitar aborrecimentos, eu levei o rádio para a casa de D. Florela. E eu que estou querendo comprar uma maquina de costura... (JESUS, 2017, p.27).

De acordo com o excerto acima, é certo que nem mesmo os moradores do Canindé, que são pobres – quando não miseráveis – não estão imunes às investidas dos ladrões, os quais, por certo, habitam o mesmo espaço. Tal situação nos autoriza afirmar que o Estado faz-se distante dessa comunidade, não lhes garantindo o direito de satisfazer uma de suas necessidades básicas, como a segurança, conforme afirma Lefebvre (2008). De igual modo, é o Complexo do Alemão – comunidade em que reside Otávio Júnior, o *Livreiro do Alemão*. O personagem é obrigado a se habituar à presença de homens armados circulando de um ponto a outro dentro da favela, possivelmente obedecendo às ordens do tráfico de drogas: “Vejo homens armados por todos os lados, já tive amigos aliciados por criminosos, e uma bala perdida invadiu a minha casa, deixando uma marca na parede em cima da minha cama” (JUNIOR, 2011, p.10).

Paralelo à insegurança social que contorna tais espaços, é preciso ressaltar que, em sua grande maioria, os residentes das periferias brasileiras passaram por um processo de imigração interna, que também pode ser entendido como o deslocamento em massa das

“populações concentradas em regiões que não oferecem oportunidades econômicas [...], como ocorreu principalmente no Nordeste brasileiro e no Estado de Minas Gerais, na década de 1950” (PANTA, 2014, p.42). Aliás, Carolina de Jesus, que é natural de Sacramento, Minas Gerais, entra na estatística dos que viram em São Paulo a possibilidade de um futuro melhor – senão melhor, pelo menos digno – dado às esperanças que uma cidade em intenso processo de industrialização oferecia à época. Se nos termos de Lefebvre (2008) o trabalho é uma necessidade social a ser suprida pelo sujeito no espaço urbano, a fim de que ele viva com dignidade, Carolina constrói a sua (dignidade) pela coragem de se sujeitar à coleta de papéis, de ferros ou de qualquer objeto que lhe possa render alguns cruzeiros para o meio quilo de carne a ser comprado no açougue.

Saí e fui catar papel. Ouvi as mulheres lamentando com lágrimas nos olhos que não aguenta mais o custo de vida [...] Fui no senhor Manoel vender uns ferros. Ganhei 55 cruzeiros. [...] Passei no açougue para comprar meio quilo de carne de bife. Os preços era 24 e 28. Fiquei nervosa com a diferença dos preços (JESUS, 2017, p.70, 90).

Em uma sociedade estruturada pelo sistema capitalista, a coleta de papel – embora seja primordial para a manutenção e preservação do meio ambiente – acaba por se constituir como uma função de menos prestígio, relegada, quase sempre, às pessoas menos favorecidas, que veem nessa atividade o único meio para sobrevivência. Esse é o universo de Carolina de Jesus, que, em certas ocasiões, tendo que lidar com a ausência de papéis já coletados pelos garis da prefeitura (“Percorri várias ruas e não havia papel” (JESUS, 2017, p.67)), encontra nas latas de lixo os ingredientes para elaborar o cardápio da janta e do café da manhã:

Achei um cará no lixo, uma batata-doce e uma batata solsa. Cheguei na favela os meus meninos estavam roendo um pedaço de pão duro. Pensei: para comer estes pães era preciso que eles tivessem dentes elétricos. Não tinha gordura. Puis a carne no fogo com uns tomates que eu catei lá na Fábrica de Peixe. Puis o cará no fogo e a batata. E água. Assim que ferveu eu pui o macarrão que os meninos cataram no lixo. Os favelados aos poucos estão convencendo-se que para viver precisam imitar os corvos. Eu não vejo eficiência no Serviço Social em relação ao favelado. Amanhã não vou ter pão. Vou cozinhar a batata-doce (JESUS, 2017, p.41).

Conforme tem postulado Lefebvre (2008), o sujeito, quando inserido no espaço urbano, tem também a necessidade (social) de degustar. Na concepção desse pesquisador, a degustação pode ser entendida no mesmo sentido em que a empregam os dicionários, ou seja, como o ato de experimentar com atenção e deleite os sabores dos alimentos. No

fragmento acima, é possível constatar que Carolina está distante de ter tal necessidade suprida, uma vez que a fome, agora entendida como uma carência fisiológica, torna-se uma necessidade primeira, a qual não se submete aos prazeres da degustação: com intuito de manter suas funções vitais, a protagonista é obrigada a digerir o cará, os tomates e as batatas encontradas no lixo.

Em *O Livreiro do Alemão* as cenas de fome narradas com vigor pela protagonista de *Quarto de Despejo* dão lugar aos episódios de violência e/ou às vivências artísticas do garoto; por isso, pouco ou quase nada se tem a falar sobre esse aspecto na obra de Otávio Júnior. No entanto, uma das necessidades sociais sobre a qual pondera Lefebvre (2008) merece destaque: trata-se da necessidade do trabalho. Enquanto Carolina peregrina pelas ruas de São Paulo, dividindo seu esforço entre um papel e outro, Otávio deixou a escola muito cedo para ingressar no mercado de trabalho: “Comecei a achar as aulas chatas. Minha mãe quis me esganar, afinal eu estava na oitava série. Por insistência dela, tentei voltar, mas não consegui” (JUNIOR, 2011, p.37). Embora tenha deixado a sala de aula, o protagonista percorre um caminho muito diferente dos demais garotos de sua comunidade, que encontraram na criminalidade outras possibilidades para ganhar dinheiro.

Geralmente são menores que vendem a droga no varejo. É assim que eles ganham dinheiro para ajudar a mãe (é incrível o número de mulheres abandonadas pelos parceiros), para comprar roupas de grifes e sair com as “tchutchucas” (como são chamadas as garotas que usam roupas bem sensuais e dançam de forma provocante nos bailes funks), para ganhar respeito e para sustentar o próprio vício. No começo, ganham a droga porque trabalham de madrugada e precisam ficar ligados (JUNIOR, 2011, p.39).

O leitor da obra em apreço certamente se surpreenderá com as atitudes de Otávio. Enquanto os jornais e as demais mídias tendem a noticiar, com certa frequência, os problemas das comunidades periféricas, sobretudo o envolvimento dos jovens com tráfico de drogas, a narrativa apresenta outra possibilidade de representar o adolescente negro. Ainda que o narrador faça menção à situação das pessoas envolvidas com a criminalidade, prevalece na obra sua consciência em relação ao processo de formação escolar e, sobretudo, às alternativas que busca para fazer valer seus sonhos, como demonstra o excerto abaixo:

Preferia fazer curso de teatro, continuar frequentando as bibliotecas. A educação informal tem um papel muito importante nas comunidades. Os alunos mais contestadores, mais criativos, acabam largando a escola, que ainda tem baixa qualidade de ensino.

Além dos livros, eu costumava ler os jornais da biblioteca e ali comecei a ver vários cursos interessantes. Procurava o endereço das escolas de arte na Rio Listas e mandava cartas pedindo uma bolsa de estudos. Até fiquei amigo do funcionário dos correios. Toda tarde, por volta das quatro horas, eu ficava esperando o carteiro, ansioso por receber uma resposta. E não é que consegui as bolsas? Fiz curso de

teatro, história em quadrinhos, literatura. Só na Casa da Gávea fiz quatro cursos: oficina de criação literária, redação de texto teatral, roteiro de cinema, interpretação textual (JUNIOR, 2011, p.41).

No Brasil, documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente e leis como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação entendem que as crianças e os adolescentes são sujeitos em processo de formação humana/ideológica e, por isso, prescrevem que estes passem por um processo de escolarização, para, em seguida, ingressarem no mercado de trabalho. Nessa acepção, a proposição de Lefebvre (2008) acerca do trabalho não poderia ser aplicada às crianças/adolescentes, uma vez que eles deveriam estar ocupando-se dos estudos. Contudo, em muitos contextos periféricos, mais especificamente no Complexo do Alemão onde a população se encontra em estado de vulnerabilidade social, eles (crianças e adolescentes) são obrigados a buscar alternativas imediatas para sanar suas necessidades básicas, como assinala Otávio Junior: “Geralmente são menores que vendem a droga no varejo. É assim que eles ganham dinheiro para ajudar a mãe [...]”(JUNIOR, 2011, p.39).

Se o seu contexto social lhes impõem a necessidade do trabalho, mesmo sendo ainda um adolescente, e o crime surge como possibilidade imediata de fazer dinheiro, o personagem revela o seu caráter e a sua dignidade ao fazer a escolha pela arte. Nesse sentido, enquanto uns “escolhem” a criminalidade e estampam as matérias jornalísticas, Otávio trilha outros caminhos: fazendo uso de sua formação informal, encontra no teatro a possibilidade de complementar a renda de sua família produzindo espetáculos nas escolas do Rio de Janeiro:

Escrevia textos e passei a apresentar em escolas do bairro. O meu primeiro espetáculo foi o Contador de mentiras. Cada ingresso custava um real. Uma diretora indicava para a outra e a minha agenda foi ficando lotada. Visitava três, quatro escolas por semana. Nunca saía de casa sem a minha pasta de divulgação. Quando via uma escola, entrava e conversava com as diretoras ou com as coordenadoras. Cheguei a ganhar 200, 250 reais por mês. Dava uma parte para a minha mãe. Com o que sobrava, comecei a ir ao teatro e ao cinema (JUNIOR, 2011, p.37).

Nas duas narrativas analisadas, nota-se que o trabalho digno – aqui entendido como atividade que oferece plenas condições para o seu exercício, como postula Lefebvre (2008) –, o acesso à moradia, à educação e outras necessidades estão longe de estar ao alcance de Carolina de Jesus e de alguns jovens da comunidade d’O *Livreiro do Alemão*. Se considerarmos, pois, o fato de que parte significativa da população negra brasileira reside nas favelas, e que estas apresentam os inúmeros problemas já apontados aqui, uma leitura atual desses espaços nos permite afirmar que estamos diante de “senzalas modernas” – termo sugerido por Sandra Job (2011).

Pois bem, diferente do “ex-escravo velho” (é assim mesmo que Graça Aranha se refere a um de seus personagens de *Canaã*) – que se mostra ajustado à senzala e demonstra preferência por ela em detrimento da liberdade – os protagonistas das obras analisadas em nenhum momento se acomodam às circunstâncias adversas que enfrentam diariamente. Muito pelo contrário, Otávio, por exemplo, demonstra o seu desajustamento em relação ao espaço e o desejo de superá-lo: “Quem mora ali no morro sabe que há medo, há angústia, há desespero. Mas também há um desejo enorme de superação. Superar a violência, superar o preconceito de morar num dos locais mais violentos do Rio de Janeiro, superar a falta de perspectivas” (JUNIOR, 2011, p.11).

Carolina, mãe de três filhos e com uma larga experiência de vida, é mais emotiva e incisiva em suas colocações quando analisa sua situação social: “Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil? Eu estava discontente que cheguei a brigar com o meu filho José Carlos sem motivo” (JESUS, 2017, p.33). Entre tristezas e alegrias, que se alternam no curso da narrativa, Carolina não se esquivava da crítica ao capitalismo. São vários os momentos em que ela extravasa o seu descontentamento para com o sistema que marginaliza pobres e negros:

[...] Pensei na desventura da vaca, a escrava do homem. Que passa a existência no mato, se alimenta de vegetais, gosta de sal mas o homem não dá porque custa caro. Depois de morta é dividida. Tabela e selecionada. E morre quando o homem quer. Em vida dá dinheiro ao homem. E morta enriquece o homem. Enfim, o mundo é como o branco quer. Eu não sou branca, não tenho nada com estas desorganizações (JESUS, 2017, p.70).

Quem se depara com a obra de Carolina Jesus percebe que sua cor e, por conseguinte, sua condição socioeconômica não a deixa alheia à situação social e política do país. Em linha avessamente oposta às representações que tendem a silenciar as vozes das personagens negras, o leitor encontra uma narradora atenta aos problemas políticos do Brasil: “A democracia está perdendo seus adeptos. No nosso país tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco morre um dia” (JESUS, 2017, p.39). Tamanha é a crítica envolta na obra marcada por juízos de valores emitidos por uma narradora que transcende a superficialidade do discurso casual e despretensioso. Carolina sabe do que fala por vivenciar, na pele e na fome, a desassistência do Estado, por isso sugere que “o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora” (JESUS, 2017, p.29).

São essas posturas críticas de Carolina e também de Otávio que podem surpreender, positivamente, o leitor quando em contato com a representação dos personagens negros, que, nos casos apresentados, subvertem os modelos encontrados na tradição literária brasileira, os quais são quase sempre marcados por estereótipos como o do bandido/contraventor, no caso do homem/adolescente; e da “mulata” sensual/prostituta, no caso da mulher; conforme assinala Dalcastagnè (2012), em pesquisa realizada sobre o romance contemporâneo: “Mais de um quinto dos negros, representados nos romances em foco, são bandidos ou contraventores. É notável também que duas categorias “femininas” – o emprego doméstico e a prostituição ou seus arredores – apareçam com mais frequência que “dona de casa”” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.183). Portanto, as personagens aqui analisadas se encontram em pleno processo de desconstrução de estigmas e estereótipos, dada sua resistência ao espaço suburbano, que se apresenta como obstáculo à sobrevivência dos mesmos.

Para além da importância que o espaço (ficcional) constitui para a estrutura das narrativas, nossa abordagem tem priorizado a exploração desse universo social – quase sempre sub-representado⁵¹ na literatura numa perspectiva acrítica, reforçando inúmeros preconceitos – porque erige dele a possibilidade de, “sob uma perspectiva menos autocentrada, vislumbrar [...] estratégias de resistência” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.49) mobilizadas por seus autores para adentrar outro espaço, que é simbólico, e se chama campo literário. Em outras palavras, queremos dizer que por serem negros, pobres e favelados, Otávio Junior e, principalmente, Carolina de Jesus fazem da própria favela e de suas respectivas vivências o mote para a produção literária, mesmo sabendo que, por isso, já começam a escrever “seus textos em desvantagem, conscientes de que precisam se legitimar como escritores para construir uma representação” de si mesmos e daqueles que os cercam (DALCASTAGNÈ, 2011, p.40).

Para Santos e Borges (2013, p.04), a expressão literária de Carolina é um “relato do cotidiano direto e cruel no qual se constrói uma representação forte e única da dinâmica social urbana, vista por aqueles que foram lançados à margem”. Uma leitura realizada somente por esse prisma, mesmo que este seja direto e cruel – como dizem as autoras – se torna um tanto quanto inocente, uma vez que sua escrita não deixa de passar pelo crivo da fabulação, pois a autora “insere personagens, cria situações inusitadas, dá conta da movimentação na favela, com intrigas e a falta de solidariedade” (DALCASTAGNÈ, 2013, p.40), por exemplo.

⁵¹ Na literatura, como nas telenovelas, na publicidade, no jornalismo, em suma, nas representações de nossa realidade (ainda que não necessariamente nela própria), a divisão de classes, raças e gênero é muito bem marcada: pobres e negros nas favelas e nos presídios, homens brancos de classe média e intelectuais nos espaços públicos, mulheres dentro de casa, negras na cozinha (DALCASTAGNÈ, 2012, p.49).

Interessa-nos, no limiar dessa discussão em que se colocam em cheque os limites entre a ficção e a realidade, a posição da autora-personagem, que fala “de dentro” (DALCASTAGNÈ, 2013, p.41) e, por isso, apresenta-nos as múltiplas perspectivas que a periferia oferece enquanto espaço (literário).

A perspectiva feminina de Carolina Maria de Jesus abre espaço para abrigar uma pluralidade de existências: de mãe solteira que precisa sustentar os filhos em meio à miséria ao cigano bonito, com asas nos pés, que atravessa sua história. Mas há ainda a menina pobre que usa seu charme para conquistar as pessoas, o garotinho acusado de tentar violentar um bebê, o advogado pulha, os políticos corruptos que só são gentis durante as eleições, o homem triste e abandonado pela esposa, os “nortistas” festeiros e tocadores de viola (DALCASTAGNÈ, 2013, p.41).

Em meio a essas muitas possibilidades de se olhar a dinâmica das personagens e seus respectivos comportamentos no interior da favela e também no seu entorno, é importante ressaltar, conforme registra Dalcastagnè (2012), que o fato de a narradora ser alguém pertencente a esse espaço não a deixa imune aos preconceitos que possa vir a destilar no ato do discurso proferido. Nas palavras da pesquisadora, esse modo de “ver [de dentro] pode ser preconceituoso, apreensivo, respeitoso, dependendo da disposição da protagonista e narradora no momento em que fala (ou escreve)” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.41).

Os favelados todos os anos fazem fogueiras. Mas em vez de arranjar lenha rouba uns aos outros. Entram nos quintaes e carregam as madeiras de outros favelados. Eu tinha um caibro, eles levaram para queimar. *Não sei porque é que os favelados são tão nocivos. Além deles não ter qualidades ainda surgem os maus elementos que mesclam-se com eles [...]* O que eu observo é que os que vivem aqui na favela não podem esperar boa coisa deste ambiente [...] (JESUS, 2017, p.71-89, grifo nosso).

O fragmento acima, como se pode observar, remete à visão preconceituosa que a narradora possui em relação aos moradores da favela. Antes de qualquer julgamento que o leitor possa emitir contra o seu posicionamento preconceituoso – o qual, diga-se de passagem, necessita ser contestado como todos os outros que ferem a dignidade humana – faz-se necessário atentar-se para o fato de que não é tão somente esse o discurso predominante na obra: em outras passagens, por exemplo, essa manifestação do preconceito dá lugar à solidariedade e à compaixão que a mesma personagem possui pelos favelados.

Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens dos rios são os lugares do lixo e dos marginais. Não mais se vê corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. Quando eu fui catar papel encontrei um preto. Estava todo rasgado e sujo que dava pena. Nos seus trajes rotos ele podia representar-se como diretor do sindicato dos miseráveis. O seu olhar era um olhar angustiado como se olhasse o mundo com despreso. Indigno para um ser humano. Estava comendo uns doces que a fabrica

havia jogado na lama. Ele limpava o barro, comia os doces. Não estava embriagado, mas vacilava no andar. Cambaleava. Estava tonto de fome!
 ... Encontrei com ele outra vez, perto do depósito e disse-lhe:
 - O senhor espera que eu vou vender este papel e dou-te cinco cruzeiros para o senhor tomar uma média. É bom beber um cafezinho de manhã (JESUS, 2017, p.54).

Até mesmo o leitor desatento é capaz de perceber, no início do excerto acima, que Carolina também se considera uma favelada. A metáfora utilizada pela narradora eleva o tom da crítica à marginalização do homem, demonstrando ser ela um sujeito que, embora tenha refutado o comportamento dos moradores da periferia, manifesta a sua solidariedade ao oferecer uma média ao “preto” que estava tonto de fome. Cenas como esta são a prova de que os discursos preconceituosos presentes em uma ou outra ocasião do texto aferem mais legitimidade à obra por apresentar as incoerências humanas do que, necessariamente, tendem a sub-representar uma classe menos favorecida.

A nossa leitura nos permite afirmar que a força da obra emerge das críticas sociais e também raciais quem envolvem a vida das personagens, sobretudo de Carolina. Mas é justamente por apresentar, mesmo criticamente, esse recorte da subsistência humana – e ser associada a ela – que a autora encontra dificuldades para acessar o campo literário: “- Pois é, Toninho, os editores do Brasil não imprime o que escrevo porque sou pobre e não tenho dinheiro para pagar. Por isso eu vou enviar meus livros para os Estados Unidos. Ele me deu vários endereços que eu devia procurar (JESUS, 2017, p.133).

No curso do nosso trabalho, expomos enfaticamente as dificuldades que negros encontram para acessar o campo literário. E a protagonista negra, pobre e favelada de *Quarto de Despejo* é o exemplo mais cabido para ilustrar a nossa proposição⁵²: “Se a autora Carolina Maria de Jesus não possui os instrumentos mais eficientes, e legítimos, para se afirmar no campo literário, a Carolina que nasce das páginas de seu livro é bastante eficaz” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.42) em denunciar a miséria humana diante dos políticos sem que sua voz ressoe no mesmo tom das reivindicações de uma militância panfletária ou que relegue a obra a mero objeto de estudo sociológico ou antropológico – ainda que este tenha o seu devido valor.

Mas eu já observei os nossos políticos. Para observá-los fui na assembleia. A sucursal do Purgatório, porque a matriz é a sede do Serviço Social, no Palácio do Governo. Foi lá que eu ouvi ranger de dentes. Vi os pobres sair chorando. E as lágrimas dos pobres comove os poetas. Não comove os poetas de salão. Mas os

⁵² Além de Carolina de Jesus, Otávio Junior também ilustra a dificuldade que encontra para acessar o campo literário. “Desencantei das editoras e passei a procurar as gráficas. Tinha em casa exemplares dos três últimos anos da Rio Listas e comecei a pesquisar os endereços [...] Passava a noite esquematizando o meu roteiro para a manhã seguinte” (JUNIOR, 2011, p.45).

poetas do lixo, os idealistas das favelas, uma expectador que assiste e observa as tragédias que os políticos representam em relação ao povo (JESUS, 2017, p.53).

Além do fragmento citado, em outra página de *Quarto de Despejo*, a autora se autodeclara a poetisa dos pobres: “os políticos sabem que eu sou poetiza. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido” (JESUS, 2017, p.39). Tal colocação nos autoriza dizer que, na obra em tela, o silêncio dos marginalizados – por vezes cobertos por outras vozes que se sobrepõem a eles, “é quebrado pela produção literária de seus próprios membros” (DALCASTGNÈ, 2012, p.17), mais especificamente, nesse caso, pela própria Carolina de Jesus, que faz de seu diário não só um instrumento de denúncia, mas, e, sobretudo, uma literatura de resistência às circunstâncias adversas encontradas em seu espaço e, principalmente, ao campo literário, o qual restringe seu acesso a tais sujeitos.

Diante de exposto, é importante frisar que a autora, embora lute com as palavras em defesa do “seu povo”, também luta por si mesma ao enxergar na literatura uma possibilidade de ascensão social, crendo ela, muito possivelmente, ser reconhecida como escritora e, com isso, adquirir uma moradia digna fora da favela. Otávio Junior, por sua vez, não anseia extrair-se do Complexo do Alemão - pelo menos não é isso que o texto deixa transparecer – mas busca subterfúgios para driblar as adversidades impostas pela violência e pela falta de trabalho. Longe, portanto, de ser um sujeito acomodado às configurações sociais desse espaço, o personagem procura, por meio da leitura literária, oferecer aos jovens de sua comunidade novas perspectivas de vida: “Trabalho para que as crianças não se envolvam com a criminalidade. Com a leitura eu dou uma opção de novas possibilidades e perspectivas para o futuro delas” (JUNIOR, 2011, p.54).

As obras analisadas, até o presente momento, expressam a vida de personagens que encontram, na literatura, possibilidade(s) para fazer valer a sua dignidade humana, tão refratada pelas mazelas que assolam o homem em sua dimensão social. As representações dos personagens negros, nesses casos, devem ser lidas e vistas em seu aspecto positivo, ainda que o espaço (a favela) por onde circulam Carolina e Otávio possam aludir a uma sub-representação. É justamente neste ponto que uma leitura crítica – mediada, é claro, por um professor que se propõe a trabalhar a obra em sala de aula – pode colaborar com o processo de interpretação do texto pelos alunos do ensino fundamental, os quais, possivelmente, sem uma leitura mediada, poderão fazer inferências negativas de determinados episódios da trama (como as cenas que aludem ao preconceito), sobretudo na narrativa de Carolina de Jesus.

Em suma, Carolina e Otávio são dois personagens diferentes ocupando o “mesmo” espaço, que é a favela. São dois personagens que, veementemente, denunciam o preconceito social/racial e apresentam ao leitor suas vivências a partir de seus respectivos pontos de vista, elegendo, para tanto, a literatura como instrumento para expressão de suas vivências. As duas obras são, em síntese, narrativas de resistência: resistência à fome, no primeiro caso, à violência, no segundo; e ao campo literário, em ambos os casos, como veremos mais à diante.

5.3 Representação e racismo: Carolina, Pepeu e Nico

Os personagens anunciados no subtítulo acima pertencem, respectivamente, às obras *Quarto de Despejo*, de Carolina de Jesus; *BR.COM.SACI*, de Toni Brandão; e *O Golem do Bom Retiro*, de Mario Teixeira. Os três textos foram selecionados para a discussão de algumas questões tangenciais ao racismo por se tratarem de narrativas urbanas e suburbanas. O espaço ficcional é, novamente, o ponto de partida para se entender as dinâmicas e operação do racismo simbólico e das injúrias raciais manifestos (in)diretamente nestas narrativas.

“O preto é perseguido porque sua pele é da cor da noite”. A frase é de Carolina de Jesus e foi grafada no dia 14 de setembro de 1956. Breve, mas intensa, Carolina sintetiza a vida do negro no Brasil. Não tendo, muito possivelmente, acesso à obra de Frantz Fanon – o qual postula ser a cor a linha de demarcação entre o branco e o negro e, *a posteriori*, a determinar as relações sociais entre esses sujeitos – a autora negra legitima sua afirmação a partir de sua vivência, marcada por circunstâncias em que o racismo e a injúria racial feriram sua dignidade.

Dos três personagens, Carolina é a que mais nos permite entrever a sua consciência em relação à cor. Em alguns momentos da narrativa, a protagonista problematiza a questão racial, como no excerto que segue: “A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. *A minha até aqui tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro*” (JESUS, 2017, p.167, grifo nosso).

Nossas considerações sobre o racismo mobilizadas no primeiro capítulo nos levaram a conclusão de que, assim como a violência simbólica (quando aplicadas às mulheres (BOURDIEU, 2005)), o racismo possui também *modus operandi* altamente complexos, capazes de fazer com o que o próprio sujeito negro negue sua identidade ou assuma, contra si mesmo, determinados discursos que tendem, em maior ou menor grau, a inferiorizá-lo (vide o exemplo de Fanon (2008)). Se analisarmos a citação de Carolina, vamos observar que a

narradora, ao recorrer novamente ao recurso da metáfora, faz uma analogia entre sua vida e a cor preta, que, no imaginário coletivo, faz perdurar uma ideia negativa. “Ser” preto, nesse caso, significa não ter valor, ser ruim. É assim que, em determinado momento, Carolina enxerga a sua pele, que lhe dá essa dimensão negativa da vida e a relega para os espaços mais indignos para sobrevivência humana.

Uma leitura da obra desvencilhada dessa compreensão estrutural do racismo pode, certamente, levar o leitor ao falso entendimento de que a própria personagem seja racista ao assumir tal discurso. Em linha avessamente oposta ao que se possa imaginar num primeiro momento, Carolina é, antes de tudo, vítima de um racismo simbólico enraizado nos estratos mais profundos da sociedade brasileira. Se este argumento ainda não for válido ou suficiente, podemos recorrer a outras passagens de sua narrativa para endossar a assertiva de que, além de não ser racista, ela discute a questão racial como quem pretende superá-la.

Fui no empório, levei 44 cruzeiros. Comprei um quilo de açúcar, um de feijão e dois de ovos. Sobrou dois cruzeiros. Uma senhora que fez compra gastou 43 cruzeiros. E o senhor Eduardo disse.

- Nos gastos quase que vocês empataram.

Eu disse:

- Ela é branca. Tem direito de gastar mais.

- Ela disse-me:

- A cor não influi.

Então começamos a falar sobre o preconceito. Ela disse-me que nos Estados Unidos eles não querem negros na escola.

Fico pensando: os norte-americanos são considerados os mais civilizados do mundo e ainda não convenceram que preterir o negro é o mesmo que preterir o sol. O homem não pode lutar com os produtos da Natureza. Deus criou todas as raças na mesma época (JESUS, 2017, p.123).

No trecho acima, mais precisamente no momento em que a narradora menciona que a “senhora”, cujo nome é omitido na narração, possui maior poder de compra por ser branca, fica subtendido, pela expressão natural de Carolina, que a negritude é um fator intrínseco à sua situação socioeconômica. Ainda que a senhora apresente uma réplica ao seu posicionamento, afirmando que a cor em nada “influi” no poder aquisitivo, este breve contra-argumento é superficial e evasivo, visto que não é possível visualizar maiores problematizações desse assunto pela personagem. Além disso, o que nos importa observar, neste caso, é a importância que ela, Carolina, atribui ao negro, sendo este, um produto da “Natureza” tão importante quanto o branco. Ambos os sujeitos, em sua percepção, deveriam ser vistos de igual maneira, distante daquelas percepções presentes no imaginário coletivo, as quais estabelecem graus hierárquicos entre as raças.

Em relação à Pepeu e Nico, que podem ser enquadrados como adolescentes em suas respectivas narrativas, Carolina é a personagem que mais nos oferece exemplos concretos de violência racial, pois, além de ser mais madura e, por isso, ter acumulado mais experiências ao longo da vida, o local onde reside é constituído, sobretudo, por pessoas negras, e, também, por nordestinos, portugueses e outros sujeitos que, no limiar das convivências, contribuem para elevar o clímax na narrativa em alguns momentos. No entanto, é preciso afirmar que os personagens de *BR.COM.SACI* (Pepeu) e *O golem do bom Retiro* (Nico) também são vítimas de atos racistas, mas tais experiências negativas estão condicionadas às circunstâncias que se formam em seus respectivos espaços, seja com a presença de *skinheads* no bairro do Bom Retiro, seja com o bloqueio ao acesso dos recursos simbólicos à família de Pepeu, por exemplo.

Um dado interessante a ser observado nessas narrativas é o fato de ser a grande cidade de São Paulo o espaço da ficção. Há, obviamente, em cada obra, uma delimitação desse mesmo espaço por onde transitam as personagens: Carolina de Jesus, como já dito antes, reside na favela do Canindé e, em algumas ocasiões, percorre as ruas do centro da cidade; Pepeu e seus amigos circulam pelas adjacências do Parque do Ibirapuera; Nico, por sua vez, “fixa” sua moradia em construções abandonadas no Bom Retiro. A respeito do espaço urbano paulista, é importante mencionar que “estudos sobre o crescimento da cidade de São Paulo mostram como a população ficava mais escura na medida em que se afastava em direção à periferia” (CARRIL, 2006, p.17).

Pois bem, numa escala comparativa, o Canindé é, dentre as narrativas estudadas, o bairro em que se nota um maior fluxo de personagens negros transitando pelas vielas, justamente por estar mais distante do centro de São Paulo. Tal fenômeno pode ser mais bem explicado se compreendermos que, para os negros, as favelas são, ainda que indiretamente, heranças da escravidão, já que no período pós-abolição, “os barracos construídos nas periferias da cidade passam então a ser alternativas encontradas pelo escravo para construir um espaço de vida para si, independente do controle do senhor” (GOMES, 1990, p.10).

É bem verdade que a favela do Canindé, conforme apontam jornais e documentos históricos, surgiu na década de 1940, ou seja, 52 anos após a abolição da escravatura. No entanto, é preciso lembrar que tal grupamento é, também, resultado de migrações internas de pessoas que transitaram de um Estado a outro à procura de melhores condições de vida – lembremo-nos de que Carolina de Jesus é natural de Minas Gerais. É possível justificar, assim, a presença de muitos negros no plano da ficção. Por se tratar de um diário, obviamente

o foco narrativo centra-se na figura do “eu”, ou seja, de Carolina e, por isso, a presença de tais personagens é, com frequência, vista à distância, entre um episódio e outro.

Todavia, nos momentos em que a protagonista se encontra com os negros no curso de sua peregrinação urbana, é possível observar, com melhor nitidez, a representação desses personagens, os quais, assim como os brancos, não recebem nome, dado o desconhecimento da própria narradora que os encontra esporadicamente. Tais sujeitos, vale frisar, são, na maioria das vezes, associados à pobreza e à miséria, como se nota nos excertos que seguem: “Aquele preto que cata verdura no Mercado veio vender-me umas batatas murchas e brotadas. Olhando-as, vi que ninguém ia comprar. Pensei: este pobre deve ter vagado inutilmente sem conseguir dinheiro para a refeição” (JESUS, 2017, p.176). Ou então, em:

[...] Chegou a Radio Patrulha que veio trazer dois *negrinhos* que estavam vagando na Estação da Luz. 4 e 6 anos. É fácil perceber que eles são da favela. *São os mais maltrapilhos da cidade. O que vão encontrando pelas ruas vão comendo. Cascas de banana, casca de melancia e até casca de abacaxi, que é tão rustica, eles trituram* (...) Estavam com os bolsos cheios de moedas de alumunio, o novo dinheiro em circulação (JESUS, 2017, p.45, grifo nosso).

Transitando por outras narrativas, é possível observar que Pepeu (personagem de Toni Brandão) e Nico (personagem de Mário Teixeira) são, também, representados enquanto pobres, mesmo que os espaços por onde circulem estejam distantes das favelas. Atendo-nos ao primeiro personagem, Pepeu, constata-se que ele é “negro, tem cabelos encaracolados e olhos cor de mel”, e compõe o trio de amigos na companhia de Nico⁵³, que tem a pele “morena, cabelos lisos e olhos escuros” e Alex, que “tem pele e olhos claros e cabelos claros encaracolados” (BRANDÃO, 2006, p.08). Diferente dos companheiros que possuem maior poder aquisitivo, é nítido na trama a sua situação socioeconômica: “– Acho melhor eu ir para casa, eu não posso matar aula. Além disso, a minha mãe não gosta que eu durma na casa dos meus amigos. Ainda mais amigos que tenham mais grana do que a minha família” (BRANDÃO, 2006, p.60).

Em *O Golem do Bom Retiro*, a situação de Nico é, talvez, distante da realidade de Pepeu, mas muito próxima das situações vivenciadas por Carolina em seu *Quarto de Despejo*. O menino, que também é negro, é morador de rua e, por isso, suas necessidades sociais básicas (LEFEBVRE, 2008) estão longe de serem supridas dignamente, uma vez que as refeições e a moradia, por exemplo, são elementos incertos no dia a dia do personagem, conforme indicam os seguintes trechos: “Dona Zilmara não tinha coragem de dizer, mas temia

⁵³ É necessário ressaltar que nas narrativas *BR.COM.SACI* e *O Golem do Bom Retiro* há dois personagens chamado Nico. O da primeira narrativa é branco, o da segunda, é negro.

que Nico roubasse alguma coisa. Era um menino de rua! O pior de tudo é que era obrigada a lidar sozinha com aquilo” (TEIXEIRA, 2006, p.23).

- De novo, Riri? Mais uma vez?
- Riri fez uma cara de careta. Por que a mãe tinha que ser tão repetitiva?
- O Nico almoçou aqui na segunda, na terça e na quinta, Riri. Só faltou quarta-feira.
- Quarta é dia de feijoada. Ele almoça com o pessoal da cozinha.
- É a milésima vez que ele vem almoçar aqui em casa. E já dormiu duas vezes a semana passada (TEIXEIRA, 2008, p.23).

Não há, obviamente, em nenhum dos fragmentos citados, alusões explícitas de injúria racial ou representações marcadas por estereótipos. Contudo, uma leitura atenta, coadunada às considerações críticas realizadas no segundo capítulo, permite-nos enxergar, com maior clareza, a forma pela qual o racismo opera no cerne das relações sociais presentes nas narrativas em apreço. Atendo-nos apenas aos exemplos expostos, é possível observar a situação socioeconômica das personagens: Carolina (e os pretos com quem conversa), Pepeu e Nico são todos pobres. Em outras palavras, isso quer dizer que a pobreza dos personagens negros está condicionada à raça negra, pois os resquícios do cerceamento dos recursos vitais à população negra no período pós-abolição ainda se fazem presentes no bojo das sociedades contemporâneas (MOORE, 2009).

Estamos diante, portanto, de personagens vítimas de um “racismo simbólico”, que é reproduzido historicamente devido à ausência de políticas públicas à população negra. As narrativas aqui analisadas reproduzem ficcionalmente as estruturas sociais, representando seus personagens em espaços subalternos correspondentes à realidade. O que nos interessa observar, nesse caso, é o modo como seus respectivos autores manejam tais representações, ou seja, se elas se sedimentam numa perspectiva crítica ou acrítica diante dessa realidade.

Bem, em relação à obra de Carolina de Jesus muito já foi dito sobre a expressão de denúncia que sobressalta as páginas de *Quarto de Despejo*. O desajustamento da protagonista diante do espaço é suficiente para reafirmarmos a postura crítica que a autora assume em relação às mazelas sociais. Numa comparação injusta (mas não tanta), os personagens negros de Carolina de Jesus são, por assim dizer, mais bem desenvolvidos do que os de Toni Brandão e Mário Teixeira. Justifiquemos.

Em *BR.COM.SACI*, Pepeu não é o narrador, tampouco o protagonista – posições que, em uma narrativa literária, permitem-nos conhecer, com mais profundidade, as peculiaridades do ser representado. Desse personagem só nos é possível saber que os membros de sua família são pessoas pobres e que ele integra um grupo de amigos (ricos) cuja missão é desvendar o misterioso desaparecimento da *Carta de Caminha*. Se há aqui ou ali algum comentário sobre

a vida social do menino negro, a distância de um narrador em terceira pessoa não nos permite adentrar na especificidade de sua história, de sua identidade ou, quem sabe, explorar, substancialmente, sua vida social, pois,

Evidentemente, o narrador na perspectiva da terceira pessoa não conta com a mesma ilusão de testemunho a que o texto pode levar o leitor quando o narrador é personagem contando sua própria história. E quando se fala em ilusão de testemunho, estamos falando de algo importante para a literatura: a verossimilhança. [...] A verossimilhança, portanto, precisa de alguém que a refere. E este alguém só pode fazê-lo com base em seus referenciais, suas experiências de vida. Os sentimentos mais profundos vividos pelos indivíduos negros são o aporte para a verossimilhança da literatura negro-brasileira (CUTI, 2010, p.87).

A superficialidade com que é representado o personagem de Toni Brandão pode, então, ser justificada: o referido autor não é negro. E não pertencendo à raça negra, faltam-lhe, certamente, os referenciais e/ou as experiências que somente os negros acumula(ra)m no decorrer de suas vidas. Daí a justificativa para, num primeiro momento, a escolha de um tema que não é, necessariamente, voltado às discussões étnico-raciais – e, sendo assim, num segundo momento, a escolha de um narrador em terceira pessoa, que se coloque distante do personagem negro representado. É nesse sentido que Pepeu se distancia - em termos de desenvolvimento - de Carolina de Jesus ou de Otávio Júnior, que são e estão no centro de sua história sobrevivendo diariamente às intempéries da fome e da violência.

Mario Teixeira, autor de *O Golem do Bom Retiro*, também não é negro. Sua estratégia de construção ficcional, a saber, a escolha do ponto de vista narrativo é semelhante ao de Toni Brandão. Narrado em terceira pessoa, a obra tem seu foco na cultura judaica radicada na cidade de São Paulo, mais especificamente no bairro do Bom Retiro. No entanto, a diferença entre seu personagem Nico e Pepeu, de Brandão, pode ser medida pelo tom da denúncia ao racismo que Teixeira se propõe a desenvolver: enquanto em *BR.COM.SACI*, o personagem negro é plasmado na subalternidade de sua situação socioeconômica, Nico faz uso de sua perspicácia para driblar a fome e fugir da violência dos *skinheads*: “- Os carecas vêm aqui? – perguntou Ariel apontando para o terreno baldio. – Não. Só picham do lado de fora. *Ninguém entra. Só o Nico. Ele tirou o mato e fez uma clareira. Lá dorme seguro. Ninguém entra. O terreno é particular, tem dono*” (TEIXEIRA, 2011, p.221, grifo nosso).

Até o presente momento, temos tratado das representações das personagens negras com vistas à manifestação do racismo simbólico, que opera silenciosamente em meio às suas relações sociais, relegando-os à pobreza. Em obras como *Quarto de Despejo* e *O Golem do Bom Retiro* é notória a frequência com que as injúrias raciais e outras práticas preconceituosas são deferidas contra Carolina e Nico para menosprezá-los. Antes de apresentarmos, porém,

tais episódios, faz-se necessário apresentar, a título de ilustração, a definição do novo termo que se apresenta: a injúria racial, a qual é aqui entendida como um “crime contra a honra que consiste em ofender um sujeito, proferindo contra vítima palavras que atentam contra a sua dignidade” (CARVALHO; APRILE, s/d, p.60).

Negra, mulher e favelada, Carolina é triplamente discriminada. Mas é a partir do fenótipo negro que é possível observar a injúria contra ela proferida: “Sentei ao sol para escrever. A filha da Silvia, uma menina de seis anos, passava e dizia: - Está escrevendo, negra fidida! A mãe ouvia e não repreendia. São as mães que instigam” (JESUS, 2017, p.26). Interessa-nos observar, nesse caso, o fato de uma criança de apenas seis anos desferir, contra uma pessoa de pele escura, a sua injúria, a qual é intensificada pelo adjetivo “fedida”. Tal situação é prova concreta de que o racismo brasileiro é estrutural e, por isso, não isenta sequer as crianças dessa prática que, em dadas circunstâncias, conta com a anuência adulta para sua perpetuação. É um adulto, aliás, que, em ocasião posterior, atenta contra a dignidade da referida personagem (que hesita em revidar):

Enquanto eu estava na rua o Alexandre maltratou a mãe do soldado Edison. Quando eu cheguei ele começou a insultar-me:

- *Negra suja. Ordinaria. Vagabunda. Lixeira.*

Eu não tenho paciência, lhe chinguei, joguei-lhe um vidro no rosto. Ele fechou a janela. Abriu outra vez eu lhe joguei um escova de lavar casa. Ele fechou a janela. Depois abriu e começou a decompor o funcionario Edison. O soldado Edison foi falar com ele. (JESUS, 2017, p.98)

Nico, personagem de Mario Teixeira em *O Golem do Bom Retiro*, também se torna vítima de injúria racial, sobretudo dos *skinheads*. Circulando pelas ruas de seu bairro, o garoto é logo surpreendido pelos membros da tribo urbana, os quais, além de desferirem palavras que atentam contra sua honra, apelam para violência:

Nico estava a caminho. Quando viu os carecas, era tarde demais. Tentou correr, mas um deles alcançou.

– Preto nojento!

- Eu não fiz nada! O careca mostrou o curativo na testa.

- Olha aqui!

Ergueu a gaze manchada de sangue. Nico pôde ver os pontos brilhando no escuro. Depois, alguma coisa o acertou e ele não enxergou mais nada (TEIXEIRA, 2011, p.99).

Estamos, pois, diante de duas situações em que a injúria racial encobre a representação dos personagens negros. Uma leitura atenta dos episódios apresentados dá conta de evidenciar, que, em ambos os casos, as palavras “negras” e “preto” assumem conotações pejorativas nas vozes de Alexandre (de *Quarto de Despejo*) e de Garrafa (de *O Golem do Bom*

Retiro). No entanto, a origem de tais injúrias é tratada de modo diferente nas duas narrativas. No texto de Carolina de Jesus, por exemplo, as cenas que ilustram tais práticas são provenientes do imaginário coletivo dos personagens que compõem a trama. Já no texto de Mario Teixeira, a injúria provém de um racismo institucionalizado no seio do grupo. Expliquemos.

No primeiro capítulo, trouxemos à baila desta dissertação uma revisão dos estudos sobre raça. Nesta abordagem, foi possível observar que, a partir do século XIX, muitas pesquisas foram iniciadas por cientistas que traziam consigo o compromisso de validar, cientificamente, uma hierarquia racial entre as pessoas, sobretudo a superioridade dos brancos em relação aos negros. Ocorre que, mesmo diante da impertinência da tese que propunha tal relação hierárquica, os discursos propagados por tais estudos não foram desconstruídos no imaginário popular, que ainda sustenta a ideia de que os traços fenotípicos são critérios para se estabelecer qualquer grau de hierarquia. É assim que se justifica, por exemplo, o fato de uma menina de seis anos desferir palavras de ódio contra Carolina, tomando como referência a cor de sua pele, que, socialmente, é depreciada. É acessando a memória coletiva (e encontrando nela teses invalidadas cientificamente) que Alexandre fundamenta seu ódio pela protagonista.

As injúrias sofridas por Carolina são, portanto, provenientes do imaginário coletivo, e são desferidas de forma natural/ automática pelos demais personagens. O ódio que resvala sobre Nico, por sua vez, é legitimado por meio de uma convenção de uma tribo urbana, a dos *skinheads*. Segundo Rodrigues (2017), essa tribo é constituída pelos ideais de uma corrente política de extrema-direita e, em decorrência disso, é associada a movimentos neonazistas.

Os ideais de extrema-direita também estão ligados ao ultranacionalismo e ao fascismo, outra ideologia extremista que entende que a dominação autoritária de um Estado e a disciplina militar aplicada à sociedade são as únicas formas legítimas de governo de uma nação. Alguns grupos que podem ser usados como exemplos desse tipo de ideologia são o “Movimento Britânico” e o “Frente Nacional”, que, nessa época, ganharam força em números e nas agressões voltadas aos imigrantes paquistaneses e mesmo aos jamaicanos, que haviam sido parte fundamental na fundação dos primeiros *skinheads* (RODRIGUES, 2017, s/p).

Em consonância com o que apregoa Rodrigues (2017), os *skinheads*, no contexto europeu, ganharam os holofotes da imprensa mundial devido aos atos de vandalismo e, sobretudo, de violência física praticados contra judeus, homossexuais, negros e imigrantes latinos, os quais, muitos deles, diaspóricamente adentram os países desse continente. No bojo desse grupo reside, portanto, a institucionalização do racismo, que, nessa perspectiva ideológica, deve ser praticado contra os não-brancos, ou melhor, contra os que não pertencem

à raça ariana. Na narrativa de Mário Teixeira, os *skinheads* são os responsáveis por elevar a tensão entre os personagens devido às perseguições mobilizadas contra os judeus do bairro Bom Retiro e, sobremaneira, contra Nico, o menino negro. A cena, a seguir, demonstra, claramente, os ideais racistas difundidos em meio ao grupo.

- Garrafa tirou a camisa suja. Já tinha cuidado daquele mendigo. Mas esse era um segredo que precisava guardar consigo.
- Deve ter se mandado – desconversou. – Ficou com medo e sumiu do mapa.
 - A coisa tá ficando perigosa, Garrafa. A polícia sabe quem pichou a escola e atacou o moleque também. E os judeus aqui do bairro. E os pretos, os nordestinos...
 - Seres inferiores.
- Ângelo já estava cansado. O irmão não parava de repetir aquelas coisas. Seres inferiores, escória judaica...
- Por que os judeus são escória?
 - Porque sim.
 - Por quê?
 - Você não ouviu o Laércio falar? Eles são o povo da moeda. Todos os bancos são controlados por judeus.
 - E daí?
 - Os judeus mataram Jesus Cristo.
 - Mas Jesus Cristo não era judeu também?
 - Claro que não, imbecil! Tá louco!
- Ângelo não estava entendendo mais nada. O irmão sempre falava na tal de “raça ariana”...
- Raça ariana!
 - Raça ariana. O que é isso afinal de contas?
 - Mas você é burro mesmo, hein? Raça ariana é gente branca que nem *nóis*!
 - Não esquece que a gente tem preto na família.
 - Só se for você.
 - O tio Manoel. É preto que nem o Nico.
 - O cacete!
 - Negão!
 - Então eu sou adotado.
 - Na escola, a professora de estudos sociais disse que o Brasil é um país mestiço.
 - Só se for na casa dela (TEIXEIRA, 2011, p.144-145).

A representação de Nico em *O Golem do Bom Retiro* deve, também, ser vista a partir de uma perspectiva crítica de denúncia ao preconceito racial. Ainda que o foco narrativo não esteja, necessariamente, no personagem negro, mas na comunidade judaica, erige do narrador a intenção, ainda que implícita, de apresentar ao leitor os prejuízos que o racismo relega ao indivíduo e à sociedade. Se tal denúncia constitui a tônica da narrativa, a representação das religiões (judaica, católica, umbandista/candomblecista⁵⁴), endossa o discurso de que as diferenças devem ser o ponto de partida para todas as identidades étnicas e religiosas que convivem no mesmo espaço. É assim que as cenas de injúrias raciais e outras formas de

⁵⁴ No texto de Mário Teixeira, os episódios que aludem à religião de matriz africana não apresentam indícios concretos que os personagens negros possuem uma religião específica, como o candomblé ou a umbanda, por exemplo. Por isso, referiremo-nos às religiões dos personagens como sendo apenas de “matriz africana” – ainda que este termo seja, de certo, muito genérico.

racismo abrem margem para que o leitor, em pleno processo de formação ideológica, possa visualizar, nas linhas e nas entrelinhas do texto, o respeito que congrega os adeptos dos credos mencionados.

A trama de Mario Teixeira apresenta três personagens com crenças distintas: Nico é – senão adepto – pelo menos iniciante nas práticas religiosas de matriz africana; Riri é católica, e Ariel, judeu. São várias as passagens em que o leitor pode visualizar, na ação desses personagens, fatos que aludem à tolerância religiosa, ao respeito. O fragmento a seguir ilustra muito bem nossa leitura da obra. Antes, contudo, é preciso contextualizar: o episódio se refere ao momento em que os garotos fazem uma prece às suas divindades para celebrar a memória de Nereu – personagem que morre em decorrência da violência dos *skinheads*.

Ariel começou a falar baixinho.
 - O que ele está fazendo?
 - Não sei – disse Riri – parece que está rezando.
 Ariel abriu os olhos azuis.
 - Fiz uma prece por ele. O *kádish*, a oração dos mortos.
 - Deus o abençoe.
 Riri fez o sinal da cruz. Nico beijou sua guia.
 - Vamos embora, golem – falou Ariel.

A representação de Nico é, portanto, também precedida pela abordagem de sua cultura. Sua identidade religiosa se evidencia sempre na fronteira (HALL, 2015) com outras identidades, sobretudo quando colocado diante de outras manifestações religiosas. Um ponto interessante, ou melhor, importante a ser observado sobre esse aspecto, é a criação do golem – elemento mítico criado pelo homem (judeu) a partir do barro, segundo reza a cultura judaica. No texto em tela, a entidade é trazida à vida para, a princípio, proteger os judeus dos *skinheads*: “-Receita? Um golem não é um *gefilte fish*! O golem foi criado à imagem e semelhança do homem para proteger o povo judeu – disse Moisés. – É isso mesmo que eu quero! Que ele nos proteja (TEIXEIRA, 2011, p.73).

Observemos que, enquanto Moisés crê que o golem deve proteger apenas o povo judeu, Ariel advoga que tal apoio deva se estender a todos, inclusive aos negros que também são vítimas da violência racial praticada pela tribo urbana. É este, aliás, um dos pontos mais positivos da obra em termos de representação - melhor dizendo - das múltiplas representações que compõem todos os planos dessa narrativa. Se o foco narrativo não está, efetivamente, na cultura negra, pelo menos esta aparece integrada às outras (culturas) mobilizadas pelo autor, que, em nenhum momento, afere relações de superioridade entre uma ou outra. As relações entre tais personagens são muito além de amistosas, pois se situam no mesmo plano, como

demonstra o excerto abaixo, em que o golem atenta para a dignidade humana do menino em detrimento de sua raça para protegê-lo das investidas dos *skinheads*:

O encosto me encontrou e me trouxe para cá!
 - Encosto?
 - Ele chama o golem de encosto – disse Ariel.
 - O encosto me pegou e fez a minha ferida sarar! Olha só!
 Nico tirou um prego enferrujado de dentro do bolso.
 - Vou fazer um patuá! Pra dar sorte e proteção! (TEIXEIRA, 2011, p.163).

A relação do menino negro com a entidade judaica endossa a proposição de que a representação da religião de matriz africana, quase sempre marcada por estereótipos e outras formas de racismo, é posta de maneira positiva. O fragmento acima, assim como as demais passagens do texto, permite-nos atestar que os aspectos concernentes ao candomblé e/ou umbanda são mais bem elaborados quando representados ao lado de outras religiões, como o próprio judaísmo e o catolicismo.

Para ilustrar nossa colocação, recorremos ao personagem Nico, que não compreende a entidade judaica como um ser advindo do barro, tal qual foi criado pelas mãos de Moisés – outro actante da narrativa. Em seu entendimento, o golem é um encosto, ou seja, um ser estritamente espiritual presente em todas as dimensões da vida humana. Antes que o termo “encosto” possa soar mal aos olhos do leitor – já que em certas circunstâncias a palavra assume uma conotação pejorativa ou até mesmo depreciativa – é importante ressaltar que o modo como Nico emprega o termo deve ser lido mais como um garoto em processo de assimilação de sua própria cultura do que, necessariamente, como alguém que profere tal discurso em tom pretensiosamente negativo.

A avó de Nico, dona Totinha, que também é negra, assume na narrativa o papel de yalorixá, ou, em outras palavras, o papel de mãe de santo. Por meio dela, podemos observar as referências à religião de matriz africana, que se desenham a partir de cenas em que a identificam como tal: “Na delegacia, Jae quase não reconheceu dona Totinha. Quando a vira pela primeira vez, no terreiro onde a mãe de santo atendia em Embu-Guaçu, ela estava com um vestido branco rodado e uma touca na cabeça” (TEIXEIRA, 2011, p.227). Outros símbolos de sua religião podem ser observados na narrativa, como a guia de pescoço que dá a seu neto para protegê-lo, por exemplo. Mas são suas ações que demonstram seus domínios sobre os mistérios das entidades, as quais, diga-se de passagem, são muito bem conhecidas por dona Totinha. O golem, entretanto, por ser uma entidade judaica, é vista com espanto pela referida personagem, já que suas características diferem-se dos orixás com os quais está habituada a cultuar.

- Eu vi uma entidade, minha filha.
 - Uma entidade?
 - Uma entidade que eu não conhecia. E olha que eu conheço todas. Pelo menos achava que conhecia.
 - A senhora pode me descrever?
 - Descrever o quê?
 - Essa entidade.
 - Cada um vê de um jeito.
 - Era um homem alto, pele escura, cor de terra batida? Careca?
 - Como é que você sabe?
 - Muita gente viu.
 - Muita gente?
 - Tenho inúmeras descrições. Todas coincidem.
- Dona Totinha soltou um gemido.
- Então a entidade está se revelando pra qualquer um. Isso é ruim. Se uma entidade incorpora e sai andando pelo nosso mundo, é porque a coisa fugiu do controle.
 - A senhora está querendo dizer que essa “entidade” é uma... alma penada?
 - Não. Alma penada é alma que já passou pela Terra, menina. Essa coisa veio do outro lado.
 - Como assim?
 - Tenho que explicar tudo tintim por tintim? No meu tempo a polícia era mais inteligente.
 - Não estou acostumada a prender fantasmas.
 - Aliás, no meu tempo, a polícia era homem.
 - As coisas mudaram. A senhora vai me responder ou não?
 - Isso que está andando por aí feito gente de carne e osso nunca foi uma alma encarnada. Das duas uma: ou é entidade ou é... Deus me livre!
 - O quê?
 - Coisa boa não desce assim, não, minha filha (TEIXEIRA, 2011, p.267-269).

Tanto Nico quanto dona Totinha ressignificam a cultura judaica a partir dos preceitos de sua crença. Por detrás dessa ressignificação ou releitura religiosa do golem, que seja, reside – senão o esforço – pelo menos a tentativa do autor em se distanciar dos estereótipos que tanto marcaram as representações do candomblé e/ou das religiões de matriz africana no curso da literatura brasileira. Nesse mesmo sentido, torna-se importante frisar que, ao representar um ser mítico tão caro aos judeus e permitir que o negro o veja a partir dos símbolos adjacentes ao seu universo religioso, o autor propicia, nas entrelinhas do discurso, uma representação positiva das culturas em contato, as quais transitam no plano ficcional sem sobreposições hierárquicas que poderiam aludir a qualquer forma de racismo.

Na trama, se ao golem é dada a vida, é para proteger aqueles que são vítimas da violência racial que atravessa uma comunidade multicultural, constituída por coreanos, judeus, negros, brancos além da composição de outras tribos urbanas que constituem o pano de fundo da narrativa. Portanto, a mensagem que erige do texto, a partir dessa perspectiva, contempla o reconhecimento das identidades a partir das diferenças, como bem pontuam teóricos como Stuart Hall (2015), Kathryn Woodward (2015), Thomas Bonnici (2011). E a diferença, nesse caso, está longe de ser um problema para todos os personagens (exceto aos

skinheads, é claro), pois é por meio deles que são reafirmadas todas as outras identidades, sobretudo alguns aspectos da identidade negra, como a religião.

As narrativas analisadas neste tópico apresentam em comum o racismo que atravessa as relações (sociais) das personagens que convivem em espaços urbanos, mais especificamente, nos bairros e na periferia da cidade de São Paulo. Salutares, entre uma obra e outra, são as diferentes formas de manejar as representações dos negros no plano narrativo. As estratégias de construção ficcional escolhidas pelos autores exercem, até certo ponto, influência sobre tais representações.

Nessa perspectiva, a obra de Carolina de Jesus, narrada em primeira pessoa, apresenta em profundidade as experiências da mulher negra, que transmite, a seu interlocutor, não apenas o seu sofrimento diante das circunstâncias sociais, mas, e, sobretudo, a violência racial que experimenta simbolicamente ou explicitamente. É uma personagem que não encerra, sobre si mesma, as denúncias que julga importante fazê-las: Carolina denuncia a perseguição do policial⁵⁵ branco contra o negro e não deixa implícita a exploração sexual⁵⁶ da mulher negra pelo português, que insiste em assediá-la em troca de um pedaço de fígado. Sua voz advém de dentro, da favela e da sua cor, conferindo legitimidade ao discurso quando não deixa impune o negro que erra; ou quando, a partir de suas ações, desnuda o seu próprio preconceito contra os marginalizados.

As narrativas em terceira pessoa, como *BR.COM.SACI* e o *Golem do Bom Retiro*, apresentam, cada uma a seu modo, os personagens negros com certo distanciamento. Distância que fica mais evidente na obra de Toni Brandão do que na de Mario Texeira. Olhando os negros pelo lado de fora, o esforço de Brandão não alcança o êxito ou a profundidade de Carolina de Jesus, ainda que se observe a tentativa de integrar as raças dos personagens Alex (branco), Nico (índio) e Pepeu (negro). O próprio título, aliás, é uma dessas tentativas, já que congrega na figura do Saci Pererê essa possibilidade.

- Estou lembrando que, em um dos momentos críticos da versão da Carta que eu li, o autor diz que o povo brasileiro foi formado pelas misturas dos sangues europeu, indígena e africano... e que o saci é o símbolo mais forte dessa mistura.
- O saci?

⁵⁵ Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (JESUS, 2017, p.108).

⁵⁶ Quando cheguei na favela tinha um português vendendo miúdo de vaca. Comprei meio quilo de bucho. Mas eu não gosto de negociar com portugueses. Eles não tem educação. São obscenos, pornográficos e estúpidos. Quando procura uma preta é pensando explorá-la. Eles pensam que são mais inteligentes do que os outros. O português disse para Fernanda que lhe dava um pedaço de fígado se ela lhe aceitasse. Ela não quis. Tem preta que não gosta de branco. Ela saiu sem comprar. Ele deixou de vender por ser atrevido (JESUS, 2017, p. 93).

- É uma teoria do autor: ele diz que antes de chegarem os colonizadores, os índios contavam aos seus filhos a história de um índio que vivia pulando em uma perna só pela floresta e fumando cachimbo. Detalhe: o cachimbo é um elemento forte da cultura dos índios. Bom, aí chegaram os portugueses... o que foi que nós vimos ontem que eles deram para os índios, antes do espelho?
 - O barrete... barrete o que mesmo?
 - Barrete frígio... ou o gorro vermelho...aí, na história que contavam aos seus filhos, os índios acrescentaram que o índio que pulava em uma perna só usava o gorro vermelho.... Resumindo: quando chegaram os negros e com as misturas que começaram a existir entre negros, índios e europeus, o tal índio da história deixou de ser índio, virou um garoto negro, mas continuou usando o gorro vermelho e fumando cachimbo.
 - Interessante!
 - Muito interessante... podemos chamar esta aventura que estamos vivendo de Operação Saci.
 - Obrigado, Nico, por você ter chamado de aventura e.. Não de terror.
 - Operação... tá muito batido, cara.
 - Você tem alguma ideia melhor, Pepeu?
 - Tenho uma ideia, só não sei se é melhor: *saci.com.br*
- Alex, que se sente mais dono da história do que Nico e Pepeu, tem uma dúvida:
- Sendo a nossa história tão caótica – tanto a história de nós três como a história do Brasil –, acho que deveria ser o contrário: BR.COM.SACI.

A tentativa de apresentar ao leitor a harmonia racial presente na relação dos três personagens não pode ser desconsiderada, já que, além desse esforço, não é possível identificar estereótipos ou caricaturas do negro no âmbito do discurso. No entanto, insistimos no fato de que a representação do negro é, nessa obra, relegada a segundo plano, uma vez que o foco narrativo centra-se na figura do protagonista Alex, o qual, por sua vez, toma todas as decisões do grupo no caso em que estão envolvidos.

Os personagens negros de Mario Teixeira também são vistos com certa distância pelo narrador em terceira pessoa. Mas a extensão das 320 páginas de narração e o tema escolhido pelo autor não permitem que o negro seja um mero figurante da trama. Aqui, Nico desempenha papel importante em todo o enredo, pois é a partir dele que o golem – um dos principais personagens – é criado para salvá-lo e salvar os judeus da violência racial. É por meio de dele que o leitor (re)conhece alguns aspectos de sua religião representada por símbolos como as guias, patuás e entidades (Iansã). Embora esteja situada em segundo plano na obra, dona Totinha é também a responsável por mais bem desenvolver as cenas que versam sobre a religião de matriz africana, endossando, assim a sua crença e a do neto, num pleno processo de afirmação positiva de suas identidades. Nico e Totinha são, portanto, tentativas de representações bem sucedidas. Não alcançam, obviamente, a mesma magnitude de Carolina de Jesus, que representa a si própria na narrativa de sua história. Mas surgem como novas possibilidades de apresentação do negro, na representação construída por uma pessoa branca

sensível à discussão de raça/racismo – tema que pouco interessou aos principais homens da nossa literatura.

5.4 Desconstrução de estereótipos em *Sortes de Villamor*: as representações de Caim de Node, Branca de Villamor e Ismê Catureba

Constituída por meio de uma linguagem acessível, sobretudo aos alunos do ensino fundamental para os quais é destinada, *Sortes de Villamor* é uma narrativa histórica dividida em seis capítulos, um epílogo e alguns apêndices, que servem de referências para o leitor se situar no tempo e no espaço onde a trama se passa, isto é, no início do século XIX, na cidade de Salvador, Bahia. A obra, analisada neste primeiro momento com exclusividade, devido à galeria de personagens negros que apresenta para desenvolver a temática proposta, versa sobre a história de Caim de Node e de uma jovem francesa, Blanche de Villamaur – ou simplesmente Branca – que, após o naufrágio de seu navio, foi recebida por Ismê Catureba em sua casa de “acolhida, de cura e predileção” (LACERDA, 2013, p.178).

Autora branca, Nilma Lacerda não constrói, à primeira vista, os personagens negros de maneira estereotipada ou associados a alguma ideia de negatividade, como temos constatado em diversos autores em discussão anterior. Caim, por exemplo, é um personagem liberto da escravidão que conduz o texto como narrador, não hesitando em incluir, na história em que narra, a sua própria história enquanto sujeito heroico que possui o desejo pungente de libertar o seu povo das correntes da escravidão e retomar os caminhos da África:

Montava a história de minha vida como um auto para ser representado no adro do Bonfim, ou no terreiro de uma fazenda distante. Por aí me perdia, noite adentro, dia afora. Na minha história, eu via, na beira do mar, os grandes barcos carregados de negros libertos que tomavam o rumo d’África. De costas para a praia, sequer davam adeus a esta Bahia de sofrimentos (LACERDA, 2013, p.32).

No contato com a obra, o leitor percebe, logo de antemão, que o protagonista de Nilma Lacerda não é um sujeito acomodado às condições escravocratas, mas um herói coletivo, um guerreiro disposto a enfrentar difíceis batalhas junto ao seu povo no Quilombo, em prol da liberdade (“Como guerreiro, estaria lutando por todos” (LACERDA, 2013, p.31)). Esse personagem, portanto, não é silenciado, estereotipado, tampouco assume uma posição subalterna, já que tem como ofício ser escrivão de Irmandade das Almas. Nesse mesmo sentido, é importante ressaltar, que, conforme posto anteriormente, é Caim o encarregado de

conduzir a história. Mas, para realizar essas tarefas, precisou aprender a ler e a escrever com mestre Ambrósio:

Acabados os anos iniciais, em que aprendi a ler e a escrever e a contar com desembaraço e independência, mestre Ambrósio sugeriu à Ismê Catureba me deixar estudando com um mestre de latim e de grego, para me dar mais domínio na redação das coisas sagradas, com o que ela concordou. Recebi, assim, uma educação que mesmo para os brancos é considerada privilegiada (LACERDA, 2013, p.30).

Em primeira instância, poderíamos pensar que Lacerda, no processo de criação do personagem, tenha caído na mesma armadilha em que caiu Aluísio Azevedo em *O Mulato*, ao permitir que um negro tenha acesso à educação num período em que, historicamente, foi um privilégio apenas dos brancos e, sobretudo, dos ricos. Essa hipótese, entretanto, não pode ser confirmada, pois, diferente de Azevedo que encobriu a realidade concreta dos negros com um personagem mulato constituído de superficialidades representativas (RABASSA, 1965), a autora da obra em tela foge do modelo “pobre escravo da senzala”, resgatando a história dos escravos e ex-escravos, envolvendo-os “em sua realidade social” (DALCASTAGNÈ, 2008, p.101). Realidade esta, aliás, que perpassa a consciência do narrador, o qual compreende que o acesso à educação se restringia, nesse período, até mesmo aos brancos: “Recebi assim uma educação que mesmo para os brancos é considerada privilegiada” (LACERDA, 2013, p.30).

Nota-se, assim, que Caim é muito lúcido em relação ao contexto social e racial no qual está inserido. É, portanto, um personagem ciente de que seus antepassados foram escravizados devido à melanina que concentravam em suas peles. Em decorrência disso, seu discurso deixa transparecer, nitidamente, sua crítica à escravidão e aos modos como os negros são tratados pelos brancos, os quais, segundo o personagem, desconsideram a sua identidade:

Os brancos não consideram que nós, os de pele negra, tenhamos nossas histórias d'além mar. Na ideia deles viemos para cá sem raízes, que plantas não somos. Mas o corpo está plantado na terra, de todo o sujeito, e é lá que procura o sustento da alma, a música para acompanhar o trabalho, a dança que a natureza desenha. [...] *Somos almas arrancadas do corpo. Deixamos para trás o corpo da mãe, a África que nos deu a negrura da pele, esse nariz tão largo, o colchão de ar nos cabelos* e fomos depositados em terras que não careciam de filhos como nós (LACERDA, 2013, p.27, grifo nosso).

Outro aspecto a ser observado no excerto acima é a descrição fenotípica do negro negra feita pelo próprio personagem. Por pertencer a esta raça, Caim foge dos estereótipos e/ou de outras imagens caricaturais que tendem a menosprezar os traços fenotípicos do negro ao exagerá-los substancialmente em suas descrições. Aqui, embora o nariz “seja tão largo” e seus cabelos sejam representados como se tivessem colchões de ar, o tom do discurso não nos

permite que façamos inferências negativas sobre essa representação. Seja pela crítica que tece à diáspora negra, seja pela descrição positiva do fenótipo, Lacerda avança, e muito, em termos de representação desse personagem, uma vez que, diferente de muitos outros escritores que optaram pela subalternidade do negro na ficção, ela foge do suposto “pretensso realismo” da obra e também daquela “ilusão de que o escritor toma seus modelos diretamente da realidade, e não que lida com outras representações” (DALCASTAGNÈ, 2008, p.106).

Nossa proposição pode ser atestada por meio das múltiplas representações que permeiam o plano narrativo: em *Sortes de Villamor*, os negros figuram, quando não como protagonista, pelo menos como personagens coadjuvantes, como é o caso de Ismê Catureba. Suas atitudes tomadas em relação aos cuidados da casa e, sobremaneira, em relação aos filhos, são narradas com grande vigor pelo narrador. No fragmento abaixo, por exemplo, Ismê enfrenta um casal (branco), supostos “senhores” de Tião Grande e Beja – crianças por ela criadas desde os dois anos de idade, que estiveram por algum tempo desaparecidas.

Quando a notícia chegou à nossa casa, ela correu decidida e furiosa à casa dos pretensos donos e armou um escarcéu na porta de cada um, dizendo que disputou com a morte aquelas crianças, largadas como cão sem dono para morrer à míngua. Não foram perdidos, foram abandonados, e não tinham saído daquelas casas – gritou a bom som. (LACERDA, 2013, p.40).

Conforme se pode observar, mediante a passagem acima, Ismê, na condição de negra e escrava alforriada, não se intimida diante das pessoas brancas para reivindicar o que lhe é direito. Tal atitude a coloca no mesmo patamar das outras pessoas (brancas), sem que se façam distinções entre os personagens.

Em muitas narrativas da literatura brasileira, principalmente as dos séculos XVIII e XIX, não é raro encontrarmos personagens negras dedicando-se aos cuidados dos filhos de pessoas brancas. Na narrativa em apreço, Ismê foge do estereótipo da “mãe preta” - mulher subserviente que sofre e que se conforma com sua condição de escrava - pois não ocupa, na trama, a cozinha de nenhuma família branca, tampouco se prostra em obediência a qualquer senhor ou senhora de pele alva. Assim, a personagem negra dedica-se aos cuidados de seus próprios filhos, por quem nutre muito zelo, ainda que estes sejam adotivos.

Mulher sem marido, a liberdade permitiu a ela conseguir a casa em que vive, onde acolhe, governa, reparte, premia, e castiga quem vive aqui com ela, debaixo do mesmo teto. Faz as vezes de mãe de pai, e não admite que suas crianças roubem, não quer encrencas com a polícia, bastam a que temos que ser negros e pobres, diz sempre. Não deixa de dar ofício a cada um, ensina a ser gente, e é severa, bota para fora quem não obedece as regras que dita (LACERDA, 2013, p.53, grifo nosso).

Diversos aspectos positivos podem ser observados na representação de Ismê. Um deles remete aos cuidados que dedica não só às crianças negras, mas também à criança branca, como é o caso de Branca de Villamor. A menina estrangeira recebeu atenção especial da matriarca negra quando, por muitas noites, teve terríveis pesadelos: “Sentava na cama, ficava ali respirando com dificuldade, olhando para tudo como se fosse a primeira vez: a moringa d’água sobre a mesinha junto a cortina de cipó, a tramela grossa da janela [...] Do lado dela, *Ismê de Catureba era a mãe amorosa: Que pesadelo é esse minha filha?*” (LACERDA, 2013, p.14-15, grifo nosso). A este respeito, é digna de nota uma comparação com uma personagem de Monteiro Lobato: trata-se de Dona Inácia, que figura o primeiro plano do conto “Negrinha”, publicado em 1920. A referida personagem, que é branca, trata com desprezo, distanciamento e com violência a menina Negrinha – criança órfã de pai e mãe. Entre cascudos e beliscões que desfere contra a pequena, Inácia é denunciada pelo narrador, que, vez ou outra, não hesita em utilizar o recurso da ironia para demonstrar tamanha agressão:

Veio o ovo. Dona Inácia mesmo pô-lo na água a ferver; e de mãos à cinta, gozando-se na prelibação da tortura, ficou de pé uns minutos, à espera. Seus olhos contentes envolviam a mísera criança que, encolhidinha a um canto, aguardava trêmula alguma coisa de nunca visto. Quando o ovo chegou a ponto, a boa senhora chamou: — Venha cá!
Negrinha aproximou-se.
— Abra a boca!
Negrinha abriu a boca, como o cuco, e fechou os olhos. A patroa, então, com uma colher, tirou da água “pulando” o ovo e zás! na boca da pequena. E antes que o urro de dor saísse, suas mãos amordaçaram-na até que o ovo arrefecesse. Negrinha urrou surdamente, pelo nariz. Esperneou. Mas só. Nem os vizinhos chegaram a perceber aquilo. Depois:
— Diga nomes feios aos mais velhos outra vez, ouviu, peste? (LOBATO, 2008, p. 22).

Já vimos que Ismê Catureba desconstrói os estereótipos da mulher negra, a qual, em algumas obras, é recorrentemente associada à feiura, ao medo, à sujeira, e, sobremaneira, ao “trabalho” sexual. Pois bem, além dessa desconstrução, a personagem negra é a prova de que a dignidade do ser humano deve ser respeitada antes mesmo de sua cor, ou de qualquer outro traço que associe o sujeito à determinada raça. É nesse sentido que a personagem negra – aqui representada em seu aspecto mais positivo – se distancia da (branca) senhora Inácia, para quem o ódio contra o negro deve ser destilado a qualquer custo: “a excelente dona Inácia era mestra na arte de judiar de crianças. Vinha da escravidão, fora senhora de escravos — e daquelas ferozes, amigas de ouvir cantar o bolo e estalar o bacalhau. Nunca se afizera ao regime [...]” (LOBATO, 2008, p. 22).

No que tange aos demais personagens da obra, o pardo Mestre Ambrósio, embora esteja inserido de maneira secundária no plano da narrativa, merece nossa devida atenção por

desempenhar a “privilegiada” tarefa de professor e por ficar “indignado com a atitude dos brancos que achavam que os pretos só serviam para o eito, para as tarefas baixas, para ser sombra de sinhô, sem direito a um enterro decente nem à assistência dos negócios da alma” (LACERDA, 2013, p.29), denunciando, abertamente, a assimétrica relação social entre as raças representadas.

Ademais, mesmo que uma galeria de personagens como Terê, Malvina, Beja, Tião Grande, Geraldo Magro, Geraldo Gordo, Tião Pequeno, Sebastiana, Ifígênia, Lurdi, José, Antonio, Manuel, Candinho, Arminda, Aurora, Zilda e Ceição esteja disposta na narrativa apenas a título de preenchimento e de figuração, é preciso ressaltar que estes são todos escravos e não recebem da autora uma representação estereotipada, caricatural, e, muito menos associada às características que possam ferir a dignidade humana que lhes é assegurada, portanto.

Bonnici (2011, 57) postula que não se pode “abordar a história dos negros a partir da escravidão ou apresentar o continente africano estereotipado e exótico (animais selvagens, misérias, doenças, principalmente a Aids)”. Nesse sentido, a autora da obra analisada – que também é professora universitária – cumpre com o seu papel enquanto escritora atenta às discussões sobre as questões étnico-raciais, sobremaneira as que refletem sobre a Lei 10.639, pois *Sortes de Villamor* é uma narrativa multicultural. Multicultural porque, antes de tudo, desconstrói estereótipos, (re)afirma identidades e busca valorizar a diversidade por meio da voz de um narrador negro, que vê a beleza em sua cidade ao observar, alegremente, o movimento dos transeuntes que são todos “de cores variadas na pele e no jeito dos cabelos” (LACERDA, 2013, p.36)

5.5 Pelo fio da memória: identidade(s) em trânsito

A representação de personagens estereotipados, seja na literatura adulta ou infanto-juvenil, é, em nossa compreensão, fruto de um longo período escravagista que marcou a história brasileira. E se pensarmos nesta História (que subsidiou a criação de muitas obras literárias, sobretudo a dos romances históricos), grafada com inicial maiúscula, tal qual compreende Halbwaches (1990) e Douek (2003), podemos afirmar que ela se encontra desvinculada da vida concreta de determinadas comunidades, pois

As divisões temporais estabelecidas pela história nada tem a ver com a vida dos grupos, nem com o tempo das gerações: *a história coloca-se fora dos grupos e acima deles*. Querendo ser objetiva e imparcial, a história interessa-se apenas pelos

fatos independentes do modo pelo qual esses fatos afetaram os grupos vivos e reais (DOUEK, 2003, p.28, grifo nosso).

Ora, se a história está dissociada das experiências concretas de certas comunidades, e se posiciona acima delas, é justificável que as representações desses personagens, respaldadas nessa instância historiográfica, tendem a distanciar-se de sua identidade e, assim, a sua presença na esfera ficcional, sobremaneira na literatura, estaria marcada pela subalternidade notadamente observável nas relações sociais entre os demais personagens que compõem o plano narrativo. Nas palavras de Tibério (2009), “a história oficial é contada pela ótica dos vencedores, assim como o cânone literário elege e imortaliza alguns autores de acordo com os preceitos da elite dominante” (TIBÉRIO, 2009, p.61). Nesse contexto, afirma o autor que “ficam à margem os sujeitos que não se encaixam nos padrões estabelecidos: o pobre, a mulher, o negro e outras minorias” (TIBÉRIO, 2009, p.61).

Por outra via, é consenso, entre alguns estudiosos das Ciências Humanas e Sociais – dentre eles Stuart Hall (2015) e Maurice Halbwachs (1990) – a assertiva de que a preservação da identidade de um grupo se processa por meio da manutenção de sua tradição. Nessa esteira, as lendas, os costumes e os saberes (medicinais, religiosos etc), transmitidos principalmente por meio da oralidade, constituem alguns dos muitos mecanismos de perpetuação de uma determinada cultura, que, sob a égide do tempo, tende a inscrever, nas mentes de seus indivíduos, uma memória comum. Consoante às palavras de Douek (2003):

A memória diz respeito à tradição, do latim *traditio*, isto é, à ação de dar, de entregar, de ensinar, de transmitir, transmissão que ocorre, em geral, oralmente, de pai para filho, de geração em geração, transmissão de fatos, de lendas, costumes, hábitos, práticas, valores, doutrinas, modos de agir e pensar, ensinamentos de determinado grupo social, e que assegura a identidade grupal, ou seja, a continuidade dos traços característicos próprios e fundamentais do grupo (DOUEK, 2003, p.29).

É esta memória, compartilhada entre os membros de uma mesma comunidade, que também nos interessa nesta discussão, pois se oralmente ela permite salvaguardar identidade(s), acreditamos que certas narrativas ficcionais contemporâneas, as quais se utilizam da forma escrita como meio de expressão, oferecem-se como novos instrumentos cujos resultados podem ser satisfatórios para tal objetivo. Queremos dizer, em outras palavras, que narrativas como *Sortes de Villamor*, *O fio d'água no quilombo*: uma narrativa do Zambeze no Amazonas? e *Nyangara Chena, a cobra curandeira* surgem como possibilidades materiais de se preservar as identidades que transitam entre o Brasil e o continente africano, por meio das memórias coletivas e individuais dos personagens que nos são apresentados.

A memória, nesses casos, é mobilizada enquanto estratégia de construção ficcional, uma vez que tende a trabalhar a(s) identidade(s) negra(s) de modo que as vivências culturais de congoleses e xonas, por exemplo, sejam valorizadas – como veremos mais à frente. Desse modo, propomos, aqui, que a utilização da memória como possibilidade de criação artística ratifica “uma identificação direta com passado, passado vivo, carregado pelos grupos vivos, unindo-os e assegurando sua identidade” (DOUEK, 2003, p.34). Identidade esta que, em trânsito e, portanto, em contato com outras culturas, tende a sofrer tensões, assimilações ou, quem sabe, até mesmo modificações. É sobre isso que iremos nos ater neste momento, começando pela narrativa de Nilma Lacerda.

É bem verdade que o passado escravista também constitui o pano de fundo dessa ficção. Todavia, a autora da obra foge do modelo “pobre escravo da senzala”, resgatando a história dos escravos e ex-escravos a partir de uma perspectiva positiva, envolvendo-os “em sua realidade social” (DALCASTAGNÈ, 2008, p.101). Nesse sentido, Lacerda (2013) resgata, por meio de Caim, a memória de Zumbi dos Palmares, um dos maiores líderes quilombola:

Minha mente ia para as batalhas, voltava no tempo, libertava Palmares, salvava Zumbi. *Avançava no tempo* para ser o guerreiro mais ousado, mais experiente, *capaz de conduzir o meu povo à liberdade, de fazê-lo regressar ao corpo de nossa mãe, à fala de nossas nações* (LACERDA, 2013, p.31-32, grifo nosso).

Temporalmente, Caim está distante de Zumbi, uma vez que, segundo dados históricos, aquele se situa no século XIX, enquanto este no século XVII – conforme aponta a trama. Obviamente, o personagem da escritora contemporânea não esteve em contato com herói negro, pois os dois pertenceram a “espaços-tempos” diferentes. O que ocorre aqui é, na compreensão de Michael Pollak (1992, p.02), um acontecimento vivido por “tabela”, um “fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada”.

O protagonista identifica-se, portanto, de maneira assídua com a sua comunidade, o que justifica o seu desejo pungente de voltar no tempo e lutar por Palmares. Levando em conta, ainda, as considerações de Pollak (1992), podemos afirmar que a memória herdada por Caim, que remete aos tempos das grandes batalhas ocorridas nas adjacências dos quilombos, afere a ele a possibilidade de não só se deslocar no tempo, mas de vivenciar, por meio de sua imaginação, o fato ocorrido, a tal ponto de confundir o leitor sobre essa possibilidade, pois os acontecimentos vividos por tabela “são acontecimentos dos quais nem sempre a pessoa

participou, mas que no imaginário, tomaram relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLAK, 1992, p.2).

Embora o texto em análise não seja, necessariamente, uma narrativa memorialística, não se pode negar, por outro lado, que por detrás da voz do narrador-protagonista, há uma autora preocupada em resgatar a identidade por meio da memória, com intuito de subtrair as melhores experiências dos povos africanos em diversas frentes. O modo como Caim de Node é representado no excerto abaixo, por exemplo, permite ao leitor entrever a pró-atividade do personagem que se opõem veementemente ao sistema escravocrata, evidenciando que a resistência constitui um valor a ser prezado entre os membros dessa comunidade. Esse fato, é importante destacar, adquire maior relevo quando se nota a mobilização da memória de Caim pela autora, a fim de reestabelecer as lembranças relacionadas às lutas dos negros provenientes do reino do Congo, muitos deles mortos em batalha no quilombo dos Kalunga.

Não saí sem destino. Me embrenhei pelo sertão, caminhei em direção ao quilombo dos Kalunga, um povo que sempre foi elogiado pela consciência da liberdade e reverência dos ancestrais. *Vindos quase todos do Congo ou da Angola, consideravam que se render à escravidão era trair a memória dos que os antecederam e procuravam preservar os costumes e ritos da terra deixada para trás* (LACERDA, 2013, p.116, grifo nosso).

O extrato acima ainda abre margem para discussão de outro aspecto importante: a questão do pertencimento. Não é novidade que as pessoas negras (de diferentes etnias), oriundas de diversos países da África, foram submetidas, no início do século XVI, à escravidão no Brasil. Longe, portanto, de suas terras natais, tais sujeitos, sobrepostos a uma mesma situação (a de servidão), buscavam, na memória herdada de seus entes passados, o elo que os liga a seus países e/ou continente de origem, de onde subjazem os elementos componentes de seus respectivos sistemas culturais. Isto implica no fato de que um indivíduo, ainda que esteja fisicamente distante de sua terra-mãe, tenha a possibilidade de revisitar suas origens sem ao menos ter que se deslocar até ela.

Pensando isso em termos ficcionais, podemos notar que o texto em tela não nos apresenta indícios da naturalidade do protagonista, contudo, há uma passagem em que é possível observar o sentimento de pertencimento à sua terra origem, sem ao menos conhecê-la fisicamente: “Com as apresentações feitas, tivemos uma roda de tambores de nossa Angola, de nosso Congo⁵⁷. Tomamos cachaça e aluá, para dormir felizes, a cabeça posta em nossa

⁵⁷ Neste fragmento, o personagem Caim de Node faz, concomitantemente, referência a Angola e ao Congo como se fossem, respectivamente, duas nações diferentes. No entanto, é preciso esclarecer que, no século XVIII –

terra, que a gente visitava voando por cima do mar, no tempo escuro da noite” (LACERDA, 2013, p.117). Esse fenômeno pode ser explicado se considerarmos a proposição de Pollak (1992, p.03), o qual postula que os locais longínquos – nesse caso Angola/Congo – “fora do espaço da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e, por conseguinte, da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo”.

Uma abordagem literária sobre a cultura negra, que se preze, não pode se esquivar de suas especificidades, como a culinária, a dança, o canto, os saberes transmitidos oralmente, a integração do homem à natureza etc., pois, em nossa compreensão, tais particularidades, quando abordadas em conjunto, permitem ao leitor (re)conhecer substancialmente uma cultura que se manifesta por diversos meios. E Nilma Lacerda, enquanto autora compromissada com a preservação de uma identidade cultural, utiliza tais elementos para traçar os caminhos de sua narrativa, sobremaneira quando dá vida à Ismê Catureba – personagem negra que mantém viva, em suas práticas cotidianas, as tradições herdadas de seus antepassados africanos, quer pelo cultivo das ervas, quer pela manutenção do Calundu⁵⁸.

Ismê conhecia a erva para cada mal ou para cada bem. Colhia folha ou raiz na hora certa, sabia dos preparos adequados, da forma de macerar, secar ou ferver. Não cobrava pelos serviços, as pessoas pagavam o valor do bem recebido. Mas Ismê ouvia também os ventos. Ouvia os ventos e ditava destinos da gente (LACERDA, 2013, p.43).

A referida personagem foi, conforme registra o texto, “enfiada, ainda mocinha, no navio negreiro” (LACERDA, 2013, p.44). Embora tenha atravessado o Atlântico e, conseqüentemente, se distanciado do seu continente de origem, Ismê é envolta por um elo que a liga com seus ancestrais africanos. São as memórias, sobretudo as que possuem de sua avó, as responsáveis pela formação de sua identidade (religiosa), que se constrói a partir da compreensão e dos saberes ligados aos mistérios da natureza.

Cria de Angola, Ismê aprendeu com a avó a conhecer a força e o saber dos ventos. Diziam tudo que se perguntasse a eles, era só saber ouvir. Os ventos vinham, entravam pelos ouvidos, deixavam lá dentro a voz do destino. Quem recebia a voz do vento devia entendê-la bem, passar a sentença a quem cobrava o pedido. Era um presente das entidades, só se recebia o que fosse justo para manter a vida. [...] Os ventos eram diferentes no Brasil, mas Ismê conservou seu dom, apesar da dor rasgando a alma. Logo sente as vozes familiares aos ouvidos, entrega-se à força inebriante da consciência que chega a ela por força da natureza. E encontra também outro presente, vindo dessa mesma natureza (LACERDA, 2013, p.44).

período em que se situa o personagem – o Reino do Congo foi um território que, atualmente, corresponde ao noroeste da Angola, de Cabinda e à parte centro-sul do Gabão.

⁵⁸ Religião de matriz africana que deu origem ao candomblé, mais especificamente ao candomblé Angola.

As religiões de matriz africana, conforme tivemos a oportunidade de discorrer anteriormente, são, de modo geral, desprestigiadas socialmente – vide o exemplo citado da menina Kaylane, apedrejada por estar com as vestimentas de sua religião após sair de culto. Na ficção literária brasileira, as poucas representações que temos dessas manifestações de fé, quando não estão associadas à negatividade, são pintadas à distância por quem visualiza a cerimônia pela fresta da janela, como José de Alencar, por exemplo. No fragmento a seguir, entretanto, podemos notar a descrição da cerimônia religiosa praticada por Ismê. A representação desse episódio ocorre de maneira substancial, sem nenhuma associação demoníaca convencionalmente feita por muitos narradores e/ou autores que, em seus processos de ficcionalização, sub-representam tais manifestações culturais negativamente.

O atabaque soava forte, e assim que mãe entrou na roda a dança foi acontecendo, no ritmo que os ventos davam, a areia cegando, batendo nas caras e nos corpos. Mãe entrou na roda, sacudida de tremuras. De repente, ela levantou o corpo, pôs os braços para o alto, a cabeça ficou mole como folha de palmeira, e entrou a girar forte, um pião da roda de gente. Caiu logo em transe, os olhos esbugalhados, a voz um ouriço-do-mar, espetando a palma do pé (LACERDA, 2013, p.62).

Antes de avançarmos em nossa discussão, faz-se necessário abrir um breve parêntese para revisitarmos o conceito de identidade, mas agora retomando sob prisma do pesquisador Thomas Bonnici (2011, p.35). O estudioso postula que a identidade deve ser entendida como “uma positividade (aquilo que a pessoa é), cuja referência é ela mesma. Se a identidade é autossuficiente ou autônoma, a diferença, por ser uma oposição à identidade, é também uma entidade autossuficiente”. A questão mais importante, nesse processo, pontua o autor, é a compreensão do modo como se dá a construção dessas duas entidades (da identidade e da diferença), as quais pertencem à cultura. É em meio a esse jogo, de construção dessas identidades, que se eleva o clímax na narrativa de Nilma Lacerda. Vejamos.

Ismê Captureba, como vimos, é uma assídua mantenedora de suas práticas religiosas e culturais, o que ratifica sua identidade. Branca de Villamor é uma francesa que, em trânsito pela cidade de São Salvador, traz consigo seus costumes e sua visão eurocêntrica sobre a religião dos negros, os quais, em sua terra natal, muitos eram queimados na fogueira da inquisição devido à sua prática: “Branca me explicou que tinha medo, *la peur, la peur*. Não queria ser como Ismê, na terra dela muita gente era queimada na fogueira por causa dessas coisas” (LACERDA, 2013, p.49).

Obediente às vozes de suas entidades espirituais, Ismê deveria transmitir os seus conhecimentos de suas ervas e ensiná-la a ouvir as vozes do vento: “Quando o sopro do vento veio e disse, “Branca herda a casa”, a alma de Ismê pareceu perder a âncora do corpo”

(LACERDA, 2013, p.48). De acordo com Halbwachs (1991, p.71), “toda religião implica uma mobilização específica da memória coletiva [...]”, e, “na base de toda crença religiosa existe efetivamente crença na continuidade da descendência da fé”. Consoante ao postulado do teórico francês, podemos justificar a necessidade manifesta da Ialorixá em dar continuidade à sua tradição religiosa por meio de Branca de Villamor, uma vez que

Ismê não tinha filhos de sangue, e cada vez que olhava para Branca de forma amorosa, que cuidava de Branca com um cuidado maior que o dado às outras meninas, sentia estar traindo os ancestrais. Traía e traía de novo, porque não fazia esforço para deixar de gostar dela, para expulsar do peito aquele afeto tão sem razão. (LACERDA, 2013, p.47-48).

Se há uma relação íntima entre memória e identidade, tal qual afirma Michael Pollak (1995), podemos compreender melhor o fato de Branca recusar os preceitos africanos e todas as suas heranças culturais, pois, embora se note um vínculo afetivo entre ela e Ismê, a jovem de Villamor nasceu na França – país recipiente e propagador dos ideais iluministas pelo mundo ocidental –, o que justifica seu ceticismo perante as crenças religiosas, sobretudo as de matriz africana: “Relâmpago, raio, trovão. A tempestade vem, temos que rezar, invocar os santos ou as entidades. Digo isso à Branca. Ela sacode a cabeça, não e não. Diz: Meu pai me fez esquecer isso de rezar, me fez saber trocar as tempestades dentro da gente por outras coisas” (LACERDA, 2013, p.56). Nota-se, portanto que, enquanto a identidade da personagem negra se constrói por meio das memórias religiosas herdadas de seus ancestrais, a identidade de Branca se constitui pela razão, que não reserva espaços para credíes.

Aliás, na trama, a francesinha dedica-se à escrita de frases/pensamentos cuja finalidade reside em “dizer às pessoas alguma coisa que ajudasse a tornar a vida delas melhor” (LACERDA, 2013, p.65). É o exercício da razão – e não da intuição advinda das entidades – predominante nas ações de Branca, que, para além do desejo de ajudar as pessoas para quem vende as sortes, deseja, com o dinheiro arrecadado, retornar a seu país de origem para se sentir (re)integrada à cultura com que se identifica. Ismê Catubera, com a missão que têm de transmitir sua cultura, não é nada conveniente às posturas da menina. Daí a justificativa para os embates entre as duas personagens e a sua consequente elevação do clímax na narrativa.

A intenção de Branca encontrava resistência de Ismê, que insistia no aprendizado das ervas, que ela fizesse um esforço para se integrar aos saberes do calundu. Volta e meia, as duas discutiam.

Naquela Sexta-feira da Paixão, dia que deveria ser recolhimento, tínhamos em casa uma discussão forte. Transtornada, falando só em francês, Branca gritava [...]

A cara de Ismê era de puro assombro. Fora o jemanvê, não entendia o que Branca falava, mas percebia a raiva dela e ouviu “barbaria”. Do que Branca estava falando?

Ela não era bárbara, ela não era bárbara. Se referia à voz dos ventos, às ervas, ao calundu? Eram dons das divindades da natureza, costumes do povo dela. Branca se acalmou, pediu desculpas. Estava *folle vraiment folle*, louca, louca de verdade, com essa história de ter que fazer coisas que não gosta e que não entende. Queria escolher seu caminho, não queria ir para o caminho alheio. Ismê se irritou de novo, *que caminho alheio, que nada. Caminho é de mãe e filha*. Ou ela não foi criada como filha naquela casa? Era assim que pagava o bem que recebeu? (LACERDA, 2013, p.59)

Conforme propõe a passagem acima, estamos diante de duas personagens provenientes de contextos culturais distintos, as quais não compartilharam dos mesmos costumes, tampouco da mesma memória (coletiva), que exerce um papel essencial na ratificação das identidades, pois, se “podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (POLLAK, 1992, p.05).

É evidente que Ismê Captureba tenta, por todas as vias, transmitir sua cultura à Branca de Villamor. Essa transmissão cultural – um tanto quanto forçada, diga-se de passagem – assenta sua justificativa no fato de que Ismê, tão imersa em sua tradição, não reconhece as diferenças da outra, cujas memórias situam-se em polo oposto às suas. Não é tão somente o receio de perder sua identidade que faz a jovem Branca esquivar-se das práticas religiosas, mas, e, sobretudo, o medo de ser condenada à fogueira da inquisição, como indica o excerto a seguir:

Branca me explicou que tinha medo, *la peur, la peur*. Não queria ser como Ismê, na terra dela muita gente era queimada na fogueira porque mexia com essas coisas. Não acreditava em bruxas, *les sorcières* era apenas as mulheres que sabiam dos segredos da natureza e os usavam para curar uns males, para causar outros, talvez. Mas a maior parte das pessoas via um perigo nessas mulheres e por isso muitas eram presas, condenadas à morte. Não queria isso, de jeito nenhum (LACERDA, 2013, p.49).

O contraste entre as diferentes identidades, embora elevem a tensão entre as personagens, evidencia, em outras partes do texto, que a tolerância constitui a máxima da obra, uma vez que Branca, nos momentos em que fora representada no plano diegético, postou-se de maneira respeitosa em relação à senhora Captureba: “Branca falou com carinho: Mas eu não *ser* filha de vosmecê. Não *ser* ingrata. Eu *ter* o direito de ter *meu* vontade. E quero vender sortes de papel” (LACERDA, 2013, p.59, grifo da autora). Ismê, por sua vez, trata seus filhos com muito carinho e apreço, independe de sua cor, de sua origem: “De um lado, mãe Ismê, cheia de cuidados para com os filhos de sua casa” (LACERDA, 2013, p.60)

Sortes de Villamor é, em síntese, uma narrativa leve. Leve porque foi elaborada ao sabor de um tempo-passado reconstruído por meio das memórias coletivas e individuais de seus personagens. Diante dessa reconstrução, encontra-se uma autora preocupada com as questões identitárias e, por conseguinte, apresenta ao leitor uma possibilidade positiva de representar os/as negro/as no plano da ficção, permitindo que ele (leitor), tenha a oportunidade de (re)visitar o passado dos negros sob outro viés, que não aquele recorrentemente apresentado pelo discurso da história oficial. É por isso que, nesta dissertação, advogamos em favor da memória, em especial, aquela comum aos negros do Brasil e da África, presentes nas narrativas sobre as quais iremos nos ater neste momento.

5.6 Um oceano, dois rios e as memórias

“Entre a memória e a história, eu prefiro ficar com a memória” (DOUEK, 2003, p.12). Esta frase, de Ailton Krenak⁵⁹, é o mote para a construção das reflexões críticas de Sybil Douek – professora de filosofia da Universidade de São Paulo. A citação é importante no contexto de nossa análise porque, quando mobilizada enquanto estratégia de construção ficcional, a memória se torna uma possibilidade plausível para, a partir dela, se representar o negro.

Douek (2003, p.13) postula que, de modo geral, “as comunidades locais e particulares reivindicam para si o direito de mergulhar no seu próprio passado, na sua história particular, na especificidade de sua memória, a fim de recuperar sua identidade”. É dessa forma que mulçumanos, índios, judeus e negros procuram marcar um encontro com seus ancestrais, com intuito de “ouvir as vozes do passado” (DOUEK, 2003, p.13). As narrativas infantojuvenis, sobremaneira aquelas que fazem alusão ao povo negro, tendem a promover esses encontros, os quais, por sua vez, agregam outros convidados: os leitores infantojuvenis.

Para que possamos avançar em nossa discussão, faz-se necessário recorrer ao conceito de memória coletiva proposto por Maurice Halbwachs (1990). Em conformidade com o teórico francês, a memória coletiva diz respeito às recordações que erigem no cerne de um determinado grupo social. Ainda segundo o autor, essas memórias geram, nos membros do referido grupo, uma identificação direta com um passado comum. Nesse sentido, acrescenta Douek (2003, p.28) que, “se a memória coletiva existe nos e pelos grupos, existem tantas memórias quantos grupos: não se pode falar em uma única memória coletiva, mas em muitas

⁵⁹ Foi fundador e presidente do Núcleo de Cultura Indígena e do Núcleo de Direito Indígenas do Brasil.

e múltiplas”. Em outras palavras, isso quer dizer que a memória coletiva não é fixa, dada a voluptuosidade da fala – meio pelo qual se perpetuam as tradições de uma cultura. Desse modo, um acontecimento ou, em nosso caso, uma narrativa pode assumir uma multiplicidade de versões, mantendo como base uma estrutura comum.

As histórias analisadas neste momento são registros de histórias orais, que transitam pelo imaginário coletivo dos quilombolas de Santarém, na Amazônia; e do povo xona⁶⁰, na África. As duas narrativas que compõem a obra *O fio d’água do quilombo*: uma narrativa do Zambeze no Amazonas? apresentam algumas intersecções das memórias que se encontram em pontos, ou melhor dizendo, em águas bem diferentes. Esses textos, por serem registros da literatura oral, são, por assim dizer, narrativas brevíssimas, cujos espaços e as personagens são pouco desenvolvidos – fato que não interfere na imersão dessas culturas pelo leitor. No que tange ao primeiro elemento (o espaço), vamos observar que, em ambos os registros, é a natureza o meio onde se processam as ações, mais especificamente, às margens do Rio Amazonas, no Brasil; e do Rio Zambeze, na África. Desse modo, não há – aqui ou ali – descrições precisas do ambiente, ou, quem sabe, uma exploração em larga escala do mesmo. Já em relação às personagens, o que se sabe é que elas são, quando não entidades míticas, seres humanos que passam por processos sobrenaturais para aquisição de sabedoria, com intuito de propagar a cura em suas comunidades. São, portanto, seres integrados à natureza a tal ponto que, por vezes, é difícil dizer se são elementos dissociáveis.

Para além desses elementos estruturais das narrativas apontados, interessa-nos observar a estrutura das memórias que se encontram em perspectivas comuns, mas em espaços diferentes. Para esta compreensão, precisamos subverter a lógica da natureza. Em *O fio d’água do quilombo*, não são as águas dos rios que deságuam no oceano. O processo, aqui, é inverso: são as memórias do povo xona que atravessam o Atlântico e deságuam no Rio Amazonas para fazer emergir, no seio das comunidades quilombolas ali assentadas, histórias que constituem o vasto repertório cultural africano. Grafado pela professora Águida Maria Araújo de Vasconcelos, a narrativa que integra a obra em tela recebe o título de “A menina que desapareceu e reapareceu curandeira”. A história, de tão breve, merece ser lida em sua integridade:

Maria era uma menina que morava na comunidade de Urucurituba, próximo a uma ponta de mato chamada de Ponta do Urubu. Aos doze anos, ela foi buscar água na beira do Rio Amazonas. Eram quase seis horas da tarde. A mãe de Maria ficou

⁶⁰ O povo xona é uma etnia africana residente nas proximidades do sul da África. Porque “falavam línguas semelhantes e havia entendimento entre si, esses grupos parecidos acabaram reunidos sob a língua xona, parte da divisão linguística banto. Atualmente, o coletivo xona pode ser encontrado no Zimbábue, Moçambique, Zâmbia e Botsuana” (LIMA, 2013, p.39).

esperando a menina. Já estava anoitecendo e nada de ela chegar. A mãe deu o alarme. Os vizinhos todos saíram para procurar a menina. Passaram a noite procurando e nada de encontrar. Quando amanheceu, continuaram a procurar e nada. A mãe da menina não se conformava com o sumiço da filha. Decidiu, então, viajar para outra comunidade chama Santa Rita, onde morava uma curandeira. Levou com ela um vestido de Maria. A curandeira rezou, rezou, benzeu e disse para a mãe que a menina iria voltar.

Passados cinco dias, às três horas da tarde, um senhor da comunidade achou a menina deitada na beira do rio com o corpo coberto de mururu. Ela foi levada para a casa da mãe. Aí contou que tinha sido levada para o fundo do rio e que tinham dado a ela o nome de “Tapuia”. A partir desse dia, ela começou a benzer e fazer remédios para as pessoas. Tornou-se uma grande curandeira na comunidade. Com o passar dos tempos, veio para a cidade e continuou a trabalhar em sua casa como curandeira. Assim, tornou-se uma mulher muito conhecida na região. As pessoas que vinham doentes da comunidade procuravam dona Tapuia para fazer tratamento (VASCONCELOS, 2013, p.31).

“Um fio d’água no Zambeze” é o título da história proveniente da África. Ela foi registrada pela antropóloga Heloisa Pires Lima, quando esteve em pesquisa nas comunidades residentes às margens desse rio. A versão da antropóloga possui alguns elementos até então não vistos na de Águida Vasconcelos. Se na narrativa desta autora o mistério do desaparecimento de Maria atravessa toda trama, na de Lima (2013) ele é quebrado pela aparição de Njuzu, uma entidade mítica. Enquanto a menina Maria simplesmente desaparece e, quando retorna, conta “que tinha sido levada para o fundo do rio” (VASCONCELOS, 2013, p.31), não se sabe até então quem a levou até as profundezas das águas. As histórias se complementam e agregam mais sentido ao leitor à medida que, na versão de Lima (2013), têm-se informações adicionais sobre Njuzu.

Contam que ela é um ser metade peixe, metade moça muito linda. Principalmente porque ela tem a clássica voz encantadora a seduzir os que andam à toa na ribeira. A aparição é rara, pois ela mora bem no fundo do leito. E, quando surge, dizem que o lugar é seco, embora esteja no meio da água. E a pessoa atraída por seu chamado irresistível é dragada para baixo, desaparecendo junto com ela (LIMA, 2013, p.39).

Maria, provavelmente, tenha sido levada por Njuzu, que lhe ensinou os segredos da cura. Esta leitura é plausível porque, em ambas as histórias, encontramos uma estrutura narrativa comum. Vejamos: os personagens que são levados ao fundo dos rios retornam de modo semelhante. A menina brasileira é encontrada deitada na beira do rio com o corpo coberto de mururu, ou seja, uma planta aquática nativa da região amazônica. Na versão africana, “o devolvido será visto flutuando num entrelaçado de fibras na superfície” da água. Entre uma narrativa e outra, mudam apenas as espécies das plantas e prevalece a estrutura semântica do texto. Outro ponto comum são os destinos dados às personagens: Maria, que após passar pela experiência sobrenatural do rio, recebe o nome de Tapuia e passa, a partir

daí, a exercer o ofício de curandeira. De igual modo são as experiências daquele que é imerso no rio Zambeze: o sujeito levará “consigo o presente que lhes foi entregue por Njuzu: o *mushonga*, uma cesta cheia de folhagens medicinais e mágicas. Graças ao poder dessas substâncias” (LIMA, 2013, p.41) aquele que conheceu Njuzu se tornará, também, “o mais extraordinário dos médicos, um grande curador” (LIMA, 2013, p.41).

Lima (2013, p.28), ao abordar a memória coletiva registra que a “transmissão da tradição só possível se a memória coletiva permanece viva”. Como um rio, uma das narrativas em apreço tem sua nascente na África, mais especificamente às margens do Rio Zambeze. Comparação previsível, mas não injusta, as memórias africanas são como fios d’água escuros a cortar o Atlântico para desaguiarem no Rio Amazonas e fertilizar, culturalmente, os quilombos ali adjacentes. É assim que se efetiva a transmissão da cultura xona e se faz permanecer viva a memória coletiva dessa etnia além-mar. Nota-se, também, a consciência de um grupo quilombola que “busca manter sua identidade, ou seja, seus traços fundamentais através do tempo” (DOUEK, 2003, p.28).

O tempo passa, a língua evolui e as narrativas estudadas permanecem, com pequenas variações, quase imutáveis em espaços diferentes. A memória dita, assim, a continuidade da tradição oral, dos valores, dos saberes e das possíveis explicações para os fenômenos sobrenaturais ocorridos em meio às comunidades tradicionais brasileiras e africanas.

É justamente por isso que os textos analisados não abrem margem para estereótipos, e, muito menos para o exotismo que a África e, particularmente, a Amazônia podem aludir aos olhos do explorador branco. Nessa mesma perspectiva, as classes sociais não fazem sentido para um contexto cuja organização social se esquia do sistema capitalista. Assim, o discurso contra o preconceito racial, aqui, é diluído pela afirmação de identidades, as quais se complementam a partir de memórias comuns. Podemos afirmar, portanto, que, nessas duas breves narrativas, o leitor tem a oportunidade mergulhar na(s) cultura(s) do negro e perceber suas similaridades, diferenças e, sobretudo, a sua profundidade. É um ponto de partida para se conhecer as ligações míticas entre o Brasil e o continente africano e os seus respectivos reflexos culturais.

5.7 Entre contos e recontos: a representação de homens e deuses em narrativas sobre a África

Maurice Halbwachs, em *A Memória Coletiva* (1990), afirma que a memória tem por suporte os membros de um grupo social. É por meio dele que a memória se perpetua de pai

para filho, de membro para membro, de geração em geração. Ocorre, entretanto, que, ao dissolver o grupo, dissolvem-se também as memórias construídas no curso do tempo pelos atores e expectadores sociais. Em conformidade com as proposições teóricas que temos advogado nesta dissertação, a memória e a identidade são, por assim dizer, elementos indissociáveis. Nesse caso, a perda da memória implica, automaticamente, a perda da identidade.

De acordo com Douek (2003), com o surgimento da imprensa, e, possivelmente, com a necessidade de aferir mais segurança às memórias – dada a intensidade do trânsito dos grupos que poderiam, em maior ou menor, diluir-se ao longo do tempo e no espaço – tem-se, então, a possibilidade de registrá-las em forma de texto. No entanto, frisa a pesquisadora que, transposta para os suportes que comportam o texto, a memória tende a fixar-se e, fixando-se, deixa de ser transmitida oralmente e passa a ser estudada à distância, com outro *status*: o de história.

A imprensa substituiu a fragilidade e mutabilidade da palavra e, até mesmo do manuscrito, pela estabilidade e segurança da escrita. Instaurando definitivamente a primazia da escrita, a imprensa revolucionou a transmissão da memória, que começa assim a se transmutar em história. Também contribuiu para aumentar a distância entre passado e presente, inaugurando uma nova consciência para a época: a da superioridade do presente em relação a um passado cuja autoridade começava a declinar (DOUEK, 2003, p.31).

O estudo da memória e da história e, conseqüentemente, os seus reflexos na literatura, exige do crítico um esforço para que não cometa o equívoco de tratar como sinônimo dois termos que “assumem suas especificidades e bifurcam-se num desencontro” que levou, após alguns séculos de discussões, “a um verdadeiro divórcio entre as partes” (DOUEK, 2003, p.26). À medida que transcorre o tempo e evoluem os sistemas de comunicação, mais distante vamos ficando da memória e mais acesso temos à história – disciplina que revisita o passado à distância, com métodos próprios e bem delimitados. Assim, no entendimento de Halbwachs, a memória está, hoje, perdida.

A este respeito, é preciso reforçar que a história, em oposição à memória, “está distante de um passado com o qual não se identifica [...] mas que pretende reconstruir, não a partir de uma ressurreição, mas de uma representação, operação intelectual e laicizante que demanda análise dos rastros e dos vestígios, e discurso crítico, discurso universal” (DOUEK, 2003, p.34). Douek (2003) trata, aqui, da institucionalização da história, que passa a ser, então, uma disciplina. Disciplina esta que seleciona os fatos, faz recortes dos acontecimentos sob determinados pontos de vista e os apresenta no âmbito do discurso. A partir disso, ela se

torna, então, a “história oficial e universal dos grandes acontecimentos e dos grandes homens, dos vencedores” (DOUEK, 2003, p.14).

Nós precisávamos retomar, ainda que sinteticamente, esta discussão conceitual sobre história e memória porque as quatro obras a serem analisadas a seguir são, por assim dizer, tentativas de se salvaguardar as memórias de algumas etnias africanas por meio do registro escrito. Ao considerarmos as proposições de Douek (2003), devemos observar, com mais atenção, o modo como se processa a transposição dessas memórias para o texto escrito, pois, em meio a esse processo, pode-se provocar um distanciamento entre o grupo social e sua identidade, tornando, assim, o discurso pretensamente histórico. Aliás, já declaramos, ao lado de alguns estudiosos como Tibério (2009), que a utilização da história oficial como estratégia de construção não poderia ser, em primeira instância, instrumento ideal para se representar o negro, o qual, desde a sua chegada ao Brasil, recebe, dos meios de comunicação, uma representação refratada dada ao distanciamento interposto entre o sujeito do discurso e a cultura representada.

Bem, as narrativas a serem analisadas são textos curtos e, muito provavelmente, registros de algumas tradições orais africanas. Os autores dessas narrativas são todos brasileiros e, justamente por isso, precisamos entender como constroem seus textos sobre a África, uma vez que, embora estejam parcialmente integrados à cultura negra devido à miscigenação do país, falar sobre o outro, que, para além de suas similitudes, tem suas particularidades é, a nosso ver, um desafio constante se considerarmos, por exemplo, as formas pelas quais o racismo opera na literatura brasileira.

Adentram o continente africano para “explorar” as memórias africanas Rogério de Andrade Barbosa, com as narrativas *Nyangara Chena, a cobra curandeira* e *A tatuagem, reconto do povo Luo*; Kiusam de Oliveira, com a obra *Omo-Oba: histórias de princesas*; e Adilson Martins, com *Enrilé, o caçador e outros contos africanos*. Uma diferença salutar entre essas narrativas e a que foi analisada no tópico anterior reside no trato com a memória. Em *O fio d'água do quilombo*, obra do PNBE Temático 2013, as memórias colhidas às margens dos Rios Amazonas e Zambeze foram apenas – e isso não diminui seu valor – grafadas no papel, em forma de texto. As obras dos autores mencionados passam, contudo, por um processo de estilização. Em outras palavras, isso quer dizer que as memórias coletivas das etnias representadas nesses textos são mais bem desenvolvidas estruturalmente, com melhor delineamento dos espaços e de seus respectivos personagens, passando a ter contornos mais concretos – respeitando, é claro, as peculiaridades da literatura oral.

Diante do exposto, faz-se necessário ressaltar que as obras analisadas não são criações próprias dos autores. Assim como os Irmãos Grimm e Charles Perrault, que compilaram as narrativas orais de suas respectivas comunidades e, posteriormente, adequaram-nas à linguagem infantil nos limites estruturais dos contos de fadas, os escritores em tela submeteram-se a processos semelhantes. Interessa-nos saber, nesse caso, a relação desses escritores com as temáticas africanas, sobretudo com as memórias que mobilizam para elaboração de seus respectivos textos. Vejamos.

Rogério de Andrade Barbosa, por exemplo, é um professor pós-graduado em literatura afro-brasileira que esteve, entre outras comunidades africanas, em Luanda (Angola), vivenciando e colhendo informações sobre as narrativas orais, segundo Rosa Maria Cuba Riche (2013). Kiusam de Oliveira, por sua vez, é professora negra, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo e também arte-educadora, conforme aponta sua breve biografia abaixo.

Como contadora de histórias nata que é, recheia a vida das crianças que têm contato com histórias fantásticas, calcadas num discurso engajado na política do emponderamento das identidades negras, procurando, por meio das histórias que cria ou reconta, provocar as suturas psíquicas necessárias para que as crianças, de todos os tempos, sejam capazes de encontrar o caminho pleno da vida, apesar de todas as diferenças (OLIVEIRA, 2009, s/p.).

Adilson Martins já escreveu três livros infantis: *Lendas de Exu, O papagaio que não gostava de mentiras e outras fábulas africanas* e *Enrilé, o caçador e outros contos africanos*. Diz ele, em sua biografia, que as narrativas foram elaboradas para sua neta, Camila. Finaliza dizendo que espera que o leitor “goste tanto de ler minhas histórias quanto eu gostei de contá-las para minha netinha” (MARTINS, 2008, p.37).

Diferente de Rogério Barbosa, que teve a oportunidade de coletar *in loco* as histórias orais para, a partir daí, revisitá-las em suas obras, os demais escritores, pelo que constatamos, não atravessaram o Atlântico – pelo menos não fisicamente e com este fim. No entanto, tanto Kiusam de Oliveira quanto Adilson Martins são sujeitos que transitam pelos meios onde a cultura afro-brasileira é difundida: a arte educadora, por exemplo, por ser negra, assume sua identidade promovendo, inclusive, outras atividades que visam, entre outros importantes aspectos, contribuir “para os reflexos sobre uma possível desconstrução da imagem negativa do corpo” (OLIVEIRA, 2009, S/P) e da cultura do negro. Já Adilson Martins é, ao que tudo nos indica, um babalaô – chefe espiritual de uma casa de candomblé. Nos terreiros de candomblé (e também umbanda), os saberes, o manuseio com as ervas, as histórias/lendas – são como vimos em Sortes de Villamor, transmitidas oralmente. O fato de estar liderando uma

casa religiosa permite ao escritor explorar as fontes de seu próprio terreiro e encontrar nele os substratos necessários não só para fazer perpetuar as memórias de seus antepassados entre os membros de sua comunidade, mas, e, sobretudo, entre os seus leitores, os quais passam a conhecer um recorte desse universo mítico.

Imersos, portanto, na ancestralidade africana, seja indireta ou diretamente – se quisermos falar nos termos de Michael Pollak (1992) – os escritores em apreço não mobilizam essas memórias na mesma perspectiva em que manejam os historiadores. Isso significa que, ao grafar essas histórias em papel, reside o desejo (precedido pela necessidade) de apresentar ao leitor as etnias e os aspectos das religiões africanas sob o viés que prima pela afirmação dessas identidades. Não há, portanto, um distanciamento entre o sujeito do discurso (o autor) e o “objeto” representado, uma vez que ambos se situam no mesmo plano, são elementos indissociáveis da mesma cultura. Aqui, mais uma vez, é possível se deparar com discursos pretensamente legítimos, cuja dicção dos referidos escritores alcançam os mais profundos substratos da memória – via pela qual se acessa(m) a(s) identidade(s).

Sabendo, pois, que as memórias dos povos africanos são o ponto de partida para esses escritores, é preciso ressaltar que as suas transposições para o texto não são, como talvez possa se imaginar, uma tarefa fácil para quem o faz. Respeitar as marcas da oralidade, já que essas narrativas são provenientes da literatura oral, constitui o grande desafio para os que desejam revisita-las em suas obras. Em uma de suas visitas a Angola, registra Rogério de Andrade Barbosa que nenhuma das histórias com as quais teve contato

[...] está pronta para ser registrada em livro, principalmente para crianças. Não é um trabalho científico; transcrever a história e transpô-la para um livro infantil, aí vem o trabalho. Não sou antropólogo que vai lá, escuta e conta como escutou. O contador usa outros recursos, gestos, entonação da voz. Na hora de escrever, tem que transmitir essa oralidade (BARBOSA, 2010, s/p *apud* RICHE, 2013, p.07).

A este respeito, afirma Riche (2013, p.07) que entre o “oral e o reconto escrito, há o fazer literário, o trabalho de reconstrução da narrativa, que ganha cores, nuances, simbologias, de modo a atizar o imaginário do leitor, transpondo-o para o universo narrado”. O fazer literário não é, portanto, entendido como processo autônomo do escritor. Este, por sua vez, retém apenas – frisemos bem – o direito de adaptar a linguagem, trazer elementos do próprio imaginário coletivo africano entre outros aspectos que não se distanciem de sua fonte original. É aí que surge, em vez de conto, a palavra reconto que sinaliza essa aproximação com as memórias elegidas para serem representadas no plano do texto literário.

Rogério de Andrade Barbosa, aliás, é o escritor que mais explicita essa particularidade de escrita, quer quando intitula a obra *A tatuagem: reconto do povo Luo* (BARBOSA, 2011, s/p, grifo nosso) quer quando, na apresentação de *Nyangara Chena, a cobra curandeira*, evidencia a fonte de onde subtrai as memórias para poder recontá-las textualmente: “esta história é originária da atual República do Zimbábue, que, antes de se tornar independente dos ingleses, em 1989, se chamava Rodésia. Ela pertence à tradição cultural do povo xona, a etnia majoritária desse país localizado no sudeste africano” (BARBOSA, 2011, p.23).

Antes de adentrarmos as especificidades das narrativas de Rogério Barbosa, convém-nos ressaltar que, de modo geral, os textos provenientes da tradição oral trazem, em seu bojo, “o homem e a natureza, a vida e o mito, o sagrado e o profano” (SISTO, s/d, p.10) como elementos indissociáveis. Justifica-se, portanto, o fato de, em ambas as narrativas, os seres humanos conviverem em harmonia com os animais, tendo estes a licença poética de comunicar-se, estabelecer vínculos afetivos (ou não) e fornecer soluções medicinais para as enfermidades dos que convivem no interior de algumas regiões africanas. É com esses propósitos que, coincidentemente ou não, as cobras Píton e Nyangara assumem papéis importantes nos textos em pauta.

Ademais, consideramos importante ressaltar que, para Ágnes Agboton (2004, p.12), nos recontos africanos, “o ensinamento que há mantido o relato durante séculos, nas distantes aldeias da África, pode também ser recebido, entendido e interpretado por ouvidos muito distintos daqueles a que estavam destinados no princípio”. Bem, as histórias de Rogério de Andrade certamente devem ter passado por algumas mutações no que concerne à mensagem que se pretendia, a princípio, transmitir. Mas, sejam elas como forem, prevalecem no fio das narrativas provas pelas quais as personagens devem passar, com intuito de subtraírem, para si, as lições que a vida lhes oferece para a evolução pessoal.

Narrativa breve, intercalada por ilustrações que valorizam a representação das personagens negras, *A tatuagem, reconto do povo Luo* versa sobre a história da menina Duany, de 15 anos. Nesta obra, a representação dos negros deve, também, ser analisada pelo prisma da identidade, pois aqui o discurso antirracista – como temos visto em narrativas como *Quarto de despejo* e *O golem do bom retiro*, por exemplo – não faz sentido diante da valorização das tradições africanas, que não enfrentam, pelo menos nessa trama, outras forças dominantes, as quais poderiam manifestar certas formas de preconceitos a serem contraditas.

É justamente por isso que as características negativas atribuídas à protagonista (preguiçosa e indolente) não podem ser lidas senão como traços de sua própria personalidade e não, necessariamente, como atributos de sua cor. “Ainda bem que sua irmã menor não era

tão preguiçosa. A garota já devia ter varrido o chão, buscado água e lavado os vasilhames para o mingau matinal. Tarefas naturais para uma menina” (BARBOSA, 2012, p.07). Se estivéssemos analisando uma narrativa que plasmasse o negro no contexto brasileiro, ao lado de personagens brancos, com essas atribuições negativas, nossa atenção deveria ser redobrada para compreender os desdobramentos desse personagem ao longo da trama. E a justificativa para isto se assenta no fato de que, nesse contexto de produção literária, as aparições do negro foram marcadas, quase sempre, pela subalternidade – como vimos no capítulo três.

Adentrando, pois, as especificidades culturais do povo Luo, o leitor tem acesso aos costumes dessa comunidade. As relações matrimoniais – se é que assim podemos nos referir – têm as suas particularidades. Seguindo os preceitos de sua tribo, Duany, assim como as demais jovens de sua idade, tem por sonho se casar com um guerreiro pertencente à sua aldeia. Para efetivar tal sonho, reza a tradição que ela – e todas as outras meninas – deve possuir tatuagens, de preferência, as mais belas possíveis. “Quanto mais tatuagens tivesse uma garota, maior a admiração que despertava e maior o número de pretendentes” (BARBOSA, 2009, p.08). Ao sair em busca do renomado tatuador que desenharia, então, em seu corpo, a protagonista depara-se com algumas situações adversas em meio à floresta. Constata-se, portanto, a quebra da situação de equilíbrio até então predominante no trama e, a partir disso, desvelam-se as semelhanças estrutural e temática dessa narrativa com o gênero conto de fadas, que, aliás, ajudam-nos a compreender melhor o desenvolvimento da personagem, dada essa proximidade.

O conto de fadas possui, segundo Abramovich (1995), uma estrutura fixa: têm-se, num primeiro momento, o estabelecimento de uma ordem, a qual passa, num segundo momento, a ser rompida, desestabilizada, instaurando, assim, uma série de conflitos a qual a personagem é submetida. Em seguida, a ordem é novamente estabelecida. A narrativa de Barbosa (2009) obedece, sistematicamente, a essa estrutura. É nos momentos de desordem que melhor se observa o desenvolvimento da personagem que precisa lidar com os medos, inseguranças entre outras situações que contribuem para a reflexão de suas próprias ações: “Duany tremia de pavor. Será que o juogi a iria engolir, apertando o seu corpo sem dó nem piedade? Por causa de sua preguiça teria caído na armadilha de uma terrível esmagadora de ossos?” (BARBOSA, 2009, p.16).

Se os contos de fadas se apresentam, na maioria das vezes, como mera atividade de entretenimento, não se pode desconsiderar, contudo, a convicção de sua mensagem, “uma vez que tais histórias falam ao nosso consciente e inconsciente” (BETELHEIM, 2002, p.211), contribuindo, assim, para “construção da personalidade infantil, principalmente das meninas,

orientando sua formação moral” (COELHO, 1987, p.68). Bem, ainda que não seja, necessariamente, um conto de fadas, a narrativa de Rogério de Andrade Barbosa deixa escapar, sob o tecido ficcional, a mensagem, sobretudo às crianças: a mentira é o ato a ser evitado, combatido, com vistas às suas consequências, como bem demonstram as experiências da personagem em tela.

Não podemos, entretanto, esquivar-nos de outra leitura possível que espacia as linhas do texto. Ao eleger os personagens negros e a sua cultura para o plano composicional da trama, constrói-se a mensagem de que eles (os negros), assim como os brancos, são pessoas constituídas de medos, inseguranças, preguiça, memórias, identidade e por tantos outros atributos que engendram complexidade humana. São, portanto, sujeitos também capazes de serem representados literariamente, a partir do contexto social e cultural no qual estão inseridos. Se os contos de fadas, oriundos do continente europeu, trazem à baila das narrativas personagens alvos, de olhos azuis e com as características aqui apresentadas, os recontos africanos em nada perdem para os escritos dos Grimm ou de Perrault.

Nessa perspectiva analítica, ainda é possível outra comparação: o herói (branco) dos contos de fadas, geralmente associado à figura do príncipe (tão recorrente em histórias como “A Cinderela”, “A Bela Adormecida”, “A Branca de Neve” etc), dá lugar à Rumbe – um guerreiro (negro) da aldeia de Duany, “o mais forte de todos” (BARBOSA, 2009, p.19). Este personagem tem seus atributos físicos e psicológicos delineados de maneira positiva e, embora não seja ele o narrador, tampouco o protagonista, assume um papel importante na trama ao lado da jovem menina, sua futura esposa. Rumbe, inclusive, é o responsável por promover o reestabelecimento da ordem inicial da trama. A luta que trava com a cobra para salvar Duany assemelha-se, por exemplo, aos esforços que os príncipes desses contos empenham em prol da defesa de suas respectivas princesas.

Rumbe já tinha separado um boi, três cabras e doze lanças para dar aos pais da moça que escolhesse para casar durante o festival. Teria de ser a que tivesse a mais bela tatuagem, pensou o jovem guerreiro, orgulhoso das cicatrizes desenhadas em alto relevo no peito musculoso, que o distinguiam como o melhor lutador da região (BARBOSA, 2009, p.20).

Em meio a esses acontecimentos (que se alternam entre a ordem-desordem-ordem) emergem os aspectos socioculturais pertencentes à etnia Luo: a tradição matrimonial dita os caminhos a serem seguidos pelos moradores da aldeia; a savana desenha a plasticidade das gramíneas que assentam, em mesmo solo, o gado e seus pastores, as agricultoras e seus cestos de vimes sobre a cabeça; as crianças que, inocentemente, brincam de trava-língua nas

cercanias do povoado. É na conjunção dos mundos maravilhoso e terreno que se obtém o saldo positivo de uma narrativa que favorece a representação da cultura e da raça negra. *A tatuagem* é, tão logo, um texto que se esquia das representações superficiais e caricaturais para dar vazão à concretude e à complexidade humana dos personagens. É, em suma, um reconto construído e constituído por memórias, pela oralidade, pela identidade de uma etnia cujos valores e saberes se asseguram, agora, pelo recorte da literatura, que se oferece como possibilidade de resguardá-las na matéria do texto escrito – este, muito distante do discurso histórico.

Marcada, também, pela brevidade do texto e pelo caleidoscópio de cores que dão vida e dinâmica às ilustrações, *Nyangara Chena, a cobra curandeira* distancia-se da estrutura fixa dos contos de fadas. A situação inicial de tranquilidade, por exemplo, dá lugar ao desconforto do protagonista Tangwena, que se encontra doente e necessita dos poderes sobrenaturais da referida cobra para obter a cura. Permanece, no entanto, o elemento mágico (a serpente que fala e cura), as reservas naturais que emolduram o espaço ficcional e a força de uma representação respaldada na cultura do povo xona.

Três personagens se perfilam no plano narrativo: Tangwena, Nyangara e as crianças cujos nomes não são mencionados. O primeiro recebe uma caracterização positiva. Além de ser o chefe do povo xona, possui atributos positivos que marcam sua personalidade, conforme aponta o excerto a seguir: “Em tempos que já se foram, no interior do Zimbábue, havia um chefe do povo xona que era estimado por sua bondade, sabedoria e, principalmente, pelos saberes que adquirira durante sua existência” (BARBOSA, 2011, p.07). Um dado interessante a se observar na figura do referido personagem é o fato de o mesmo ocupar uma função privilegiada. Muito distante de ser um escravo, como costumeiramente os negros são apresentados, Tangwena demonstra, claramente, que os negros também podem e foram reis em suas respectivos reinados, aldeias etc. Ao leitor, então, é apresentada uma nova possibilidade de se desconstruir determinadas sub-representações tão difundidas pela própria literatura e por outros veículos de comunicação discursiva como indivíduos subalternos.

A cobra que, em *A tatuagem*, exercia a função de antagonista, nesta narrativa assume o papel de protagonista ao lado de Tangwena. Na trama, é ela quem salva o ancião de sua enfermidade: “Nyangara, sem perder tempo, intrometeu-se na dzimbawe [casa de chefe], esticou a língua e começou a lamber a sola dos pés do moribundo estirado na esteira. Lambeu as persas. O peito. A cabeça... E milagrosamente, “o mais velho” recuperou a saúde” (BARBOSA, 2011, p.19). Não é mera coincidência o fato de a serpente se apresentar como personagem nas três narrativas que versam sobre os povos africanos. É bem verdade que, em

O fio d'água do quilombo, Njuzu não é, necessariamente, uma cobra. No entanto, “além de assumir a aparência de seres humanos, disfarçada como mulher encantada, a Njuzu pode ter a forma de uma cobra ou de um crocodilo” (LIMA, 2013, p.44).

A serpente, assim como os demais elementos que são representados como seres mágicos, prova que algumas etnias africanas, mais especificamente os povos luo e xona, nutrem certa crença nas entidades sobrenaturais, as quais estão em constante contato com os seres humanos, quer para ajudá-los, quer para impor-lhes desafios e/ou situações adversas. Nessa obra de Barbosa (2011), não há, portanto, uma distinção entre os planos terreno e mítico e, em meio a esse universo que assim se define, o leitor é convidado a adentrar (com ou sem estranhamento) aos espaços das memórias africanas.

No que tange à representação das crianças, podemos afirmar que o fato de elas não serem nominadas na narrativa e, por consequência, não terem um delineamento mais completo e individual de suas personalidades, não significa que são meros componentes de figuração. Nesse mesma direção, convém ressaltar que, embora não sejam também as narradoras, as crianças exprimem, por outra via, a força coletiva. São elas que, vendo insucesso dos adultos ante o desafio relegado a eles, tomam a iniciativa de ir ao encontro de Nyangara para solicitar a cura de Tangwena.

Assim que os homens se retiraram, abandonando Tangwena à própria sorte, as crianças, vinte ao todo, meninos e meninas, invadiram a moradia e disseram, cerimoniosamente:

- Grande e respeitado chefe, nós não queremos que o senhor morra. Vamos ajudá-lo e estamos dispostos a buscar Nyangara.

Primeiro Tangwena cumprimentou a meninada, numa voz debilitada.

- Mhoro mwanangu, wakadini? Olá, minhas crianças, como estão? – murmurou.

Depois, admirado com a ousadia de seus jovens súditos, questionou:

- Mas vocês são tão pequeninos! Meus guerreiros valentes e fortes não conseguiram cumprir a missão...

- Oh, mais velho, não vamos ter medo. Por favor – rogaram (BARBOSA, 2009, p.11).

Escuras como a cor da noite, as crianças xonas representam a coragem, a bondade e, principalmente, a solidariedade. Por meio delas se avista a altivez dos que pretendem preservar a unidade, a tradição e a sabedoria – aspectos tão manifestos na figura do ancião de sua aldeia. Imersos, portanto, em um contexto sociocultural que lhes é próprio, não há, na trama, espaço para fome, para miséria, para a malandragem e para outros atributos que poderiam relegar as crianças negras à subalternidade ou à estereotipia.

Como se pôde observar até aqui, a caracterização dos personagens negros nas obras que versam sobre a cultura das etnias africanas é positiva. *Omo-Oba: histórias de princesas e Enrilé, o caçador e outros contos africanos* são as duas últimas narrativas a serem analisadas

neste trabalho. Ambos os textos elevam, à máxima, a possibilidade de se representar o negro integrado à sua cultura, a partir de características físicas e psicológicas que valorizam suas personalidades e, por conseguinte, suas ações. A respeito dessas obras, faz-se necessário salientar que seus personagens não são, necessariamente, humanos, mas se apresentam como entidades espirituais que circundam o universo místico das religiões de matriz africana.

Texto de Kiusam de Oliveira, *Omo-Oba* é a história de seis princesas negras, a saber: Oiá, Oxum, Iemanjá, Olocum, Ajê Xalugá e Oduduá. Elas são, na realidade, seis orixás – ou, para os adeptos do candomblé, seis yabas⁶¹ – do panteão iorubano. Seguindo na mesma direção temática, Adilson Martins dedica-se ao reconto de oito histórias que recolhe da memória coletiva iorubá⁶²: intercalam-se, entre uma narrativa e outra, as aventuras de deuses como Enrilé e Xangô e lendas como “A árvore de Iroco” e “A lenda de Oraniã”, que recuperam alguns aspectos dessa tradição. As duas obras se ligam pela memória e convergem-se, ainda, pela tentativa de se desmitificar o preconceito desferido contra as religiões advindas da África e desenvolvida no Brasil por meio de um processo de aculturação (HALL, 2006). Não há, contudo, uma denúncia aberta ou explícita – nos moldes de uma Carolina de Jesus, por exemplo. Prevalece, no âmbito do discurso, a afirmação da(s) identidade(s) dos personagens por meio da descrição de seus atributos físicos, psicológicos e as suas correlações com a natureza.

Sendo, pois, os orixás os personagens dessas narrativas, convém-nos esclarecer que estes são, segundo o sociólogo das religiões, Reginaldo Prandi (2006), ancestrais africanos que passaram por um processo de divinização e correspondem a determinados elementos da natureza (por ex. Iemanjá, a deusa do mar; Oxum, a deusa dos rios; Iansã ou Oiá, a deusa dos ventos; Nanã, a deusa da terra, do barro; Oxóssi, o deus das matas, Ossaim, o deus das folhas etc.). Ainda para o sociólogo, essas divindades são constituídas de personalidades muito próximas dos seres humanos e, justamente por isso, possuem múltiplas facetas, o que significa que não são inteiramente bons ou maus. Oxum, por exemplo, tem atributos como “a beleza, a vaidade, o atrevimento, a genialidade e a maternidade” (OLIVEIRA, 2009, p.17). Olocum, por sua vez, troca a vaidade da deusa dos rios pela “introspecção, a contemplação, a timidez e a quietude” (OLIVEIRA, 2009, p.30). No candomblé, vale frisar, a personalidade dessas e outras entidades passam a ser assimilada pelos “filhos” desses seres espirituais, antes mesmos de passarem pelo rito de iniciação.

⁶¹ No Brasil, este termo é utilizado para definir todos os orixás femininos.

⁶² Os iorubás são um dos maiores grupos étnicos da África Ocidental.

Em conformidade com o pesquisador ora referenciado, é importante ressaltar que cada entidade possui seu sistema simbólico particular, ou seja, cada orixá tem a sua própria comida, suas cores, seus pontos (ou cantigas), suas orações, suas oferendas, suas saudações e, sobretudo, seus espaços onde costumam habitar na natureza. Parte desse sistema simbólico é apresentada em *Omo-Oba*: veem-se, com muita nitidez, entre um reconto e outro, aspectos dos orixás que dizem respeito às cores de cada um e, também, suas respectivas saudações. As cores, por exemplo, são descritas pelo narrador para situar o leitor em relação às características de cada uma das princesas: as cores preferidas de Oiá são [...] “rosa, branco e vermelho” (OLIVEIRA, 2009, p.11), as de Oxum, [...] “amarelo-ouro e dourado” (p. 17); as de Iemanjá, [...] “prata e azul-claro” (p.24); as de Olocum, [...] “prata e verde-musgo” (p.32); as de Ajê Xalugá, [...] “branco radiante e o brilho da luz” (p.35); as de Oduduá, [...] “marrom e vermelho” (p.43). No que tange às saudações, nota-se que autora faz questão de registrá-las ao final de algumas histórias, em sinal de respeito aos ancestrais africanos: [...] “Eparrê, Oiá!” (OLIVEIRA, p.15), “Ora, iê, iê” (p.22), “Odô, Iyá!” (p.29).

Em síntese, registra Rodrigues (2001) que a noção de Orixá, tal qual se conhece na tradição afro-brasileira, deve ser entendida a partir da “sua ligação com a natureza e a relação íntima entre o devoto e o orixá [...] Cada pessoa têm o seu [orixá] numa reciprocidade de personalidades e de cuidados devotados a ambos. Um alimenta o universo simbólico do outro” (RODRIGUES, 2001, p.07). As obras analisadas não nos permitem observar a relação entre as divindades e os seres humanos, como costumeiramente se dá nos terreiros de candomblé – espaços físicos e também simbólicos onde se oferta, reza-se e se assentam as entidades. No entanto, prevalece o esforço de se apresentar o universo místico das divindades, cujas personalidades e atributos físicos sobressaltam o primeiro plano das narrativas de Kiusam de Oliveira e Adilson Martins.

Podemos afirmar, portanto, que a representação dos personagens negros nas obras em questão promove a identidade negra a partir da caracterização, sempre positiva, das entidades africanas. Para que possamos melhor atestar nossa proposição à luz das perguntas de nossa pesquisa (lançadas na introdução deste trabalho), julgamos pertinente delimitar as narrativas a serem analisadas, pois, juntas, as duas obras apresentam 14 histórias, que possuem – salvo uma ou outra nuance – a mesma estrutura composicional e o mesmo conteúdo temático. Com intuito de não nos estendermos ao longo deste último tópico, elegemos para análise duas narrativas de cada obra: “Oxum e seu mistério” e “Ajê Xalugá”, de Oliveira (2009); e “Xangô e os camundongos” e Enrilé, o caçador, de Martins (2011).

As personagens de Kiusam de Oliveira são, por assim dizer, maravilhosas. E o adjetivo aqui possui duplo sentido: o primeiro (sentido) se deve ao fato de que suas respectivas caracterizações são postas de maneira positiva (elas são todas belas) e, segundo, porque são elementos sobrenaturais que se unem, de forma estritamente harmoniosa, à realidade do leitor. Suas belezas podem, sem muitos prejuízos, ser associadas às suas condições de princesas. Daí um fato interessante a ser observado: tanto Oxum quanto Ajê Xalugá, embora sejam altezas, estão distantes do mundo material, dos castelos, das carruagens – elementos tão frequentes nas histórias dos Grimm ou de Perrault ou em outras narrativas europeias adaptadas pelo Walt Disney.

Oxum era muito linda e perfumada e todos os meninos e meninas desejavam ficar perto dela. Desde criança, Oxum tinha como atributos a beleza, a vaidade, o atrevimento, a genialidade, a determinação e a maternidade. Sabia ser guerreira, mas preferia cuidar da sua beleza: de suas unhas, de seus cabelos, de sua pele e das suas joias. Mas a princesa menina Oxum tinha conhecimento que ninguém mais tinha: ela conseguia hipnotizar com sua beleza quem ela mais quisesse (OLIVEIRA, 2009, p.17).

Ajê Xalugá era irmã Caçula de Iemanjá. Ela era muito bonita e vaidosa e todos os peixinhos do oceano eram apaixonados por ela, pois conversava com todos eles porque conhecia a língua dos peixes. Desde criança, Ajê Xalugá tinha como atributos a beleza, a vaidade, a impetuosidade, a curiosidade, o emponderamento, o orgulho, a determinação e a coragem. Nadava como ninguém e dominava as forças de todas as ondas e das marés. Mas a princesa menina Ajê Xalugá possuía outro segredo: o poder de fazer cada onda brilhar a partir de sua espuma (OLIVEIRA, 2009, p.35).

Diferente das narrativas urbanas já analisadas, as personagens em tela não se alinham, especificamente, ao conceito de classe social. Elas são princesas porque são filhas de um único criador – Olorum, o deus supremo na mitologia iorubá. Logo, estão distante de qualquer dimensão material e se aproximam, assim, da dimensão sobrenatural – meio pelo qual adquirem determinados poderes, seja para hipnotizar os sujeitos por meio de sua beleza, no caso de Oxum; seja para exercer os domínios das águas, como bem faz Ajê Xalugá.

A mesma leitura pode ser aplicada a um dos recontos de Adilson Martins, mais especificamente à história de “Xangô e os camundongos”: nesta narrativa, o protagonista é representado como rei. “Xangô, rei dos iorubás, foi capturado por seus inimigos, que prenderam em um casebre sem nenhuma abertura, para que ali morresse de fome e de sede” (MARTINS, 2011, p.20). Enrilé, no que lhe concerne, não é rei, tampouco é príncipe. Mas é “um caçador e guerreiro poderoso que, por sua força e coragem, era considerado mais forte do que qualquer outro homem ou animal” (MARTINS, 2011, p.23). O que nos interessa observar, em ambos os casos, é o fato de que os referidos personagens não estão sub-

representados ou que estejam condicionados a uma situação de vulnerabilidade social, numa perspectiva acrítica.

Se os castelos não fazem parte do universo (espiritual) das princesas de Oliveira (2009), do príncipe e do guerreiro de Martins (2011), a natureza é, senão o espaço privilegiado por tais entidades, parte constituinte dos mesmos. Para os adeptos do candomblé, as divindades africanas são, ao contrário do que o senso comum apregoa a partir de uma visão depreciativa, energias provenientes da natureza. Por isso, as oferendas das entidades são realizadas em espaços onde, habitualmente, residem: as ofertas à Ajê Xalugá devem, preferencialmente, ser feitas no mar; as de Oxum, nos rios; as de Xangô, em meio às montanhas ou pedreiras; as de Enrilé, nas matas. Cada orixá, portanto, é parte intrínseca da natureza e domina os espaços aos quais estão relacionados.

Vamos observar, portanto, que, nem sempre, os personagens circulam por seus espaços de origem – vamos assim dizer. “Em o mistério de Oxum”, por exemplo, a protagonista deixa a água doce para adentrar as matas em busca de seu (perdido) amigo Ogum: “Senhores, eu quero ir à floresta tentar trazer meu amigo Ogum de volta para cidade” (OLIVEIRA, 2009, p.19). O mesmo ocorre com Xangô, que habita as altas montanhas e encontra-se encarcerado por seus inimigos em um “casebre sem nenhuma abertura, para que ali morresse de fome e sede” (MARTINS, 2011, p. 20). Independente de ocuparem (ou não) os espaços onde comumente estão habituados, constatamos que esses ambientes não interferem (negativamente) na representação dos mesmos.

Há, todavia, quem esteja integrado aos lugares de origem. Ajê Xalugá e Enrilé percorrem, respectivamente, as profundezas do oceano e a emaranhada floresta africana. O espaço da princesa é, por assim dizer, mais bem delineado e mais bem delimitado do que o de todos os outros. A ela foi dado o poder de dominar apenas certas partes do mar e confiado alguns segredos: “O que você der aos outros retornará a você; este será seu segredo, mas todo o segredo guarda um perigo, nunca se esqueça disso” – profetizou Olocum (OLIVEIRA, 2011, p.39). Ocorre, entretanto, que Ajê “era responsável por apenas uma parte do oceano e não se contentava com isso: quando percebia que Olocum, a grande princesa de todo o mar, saía para visitar o mundo, ela aproveitava para xeretar outras partes do oceano” (OLIVEIRA, 2009, p.36). Ao extrapolar o espaço que lhe fora concedido, recebe uma severa punição que a deixa cega. Emerge, nesse contexto, a mensagem que a história relega, indiretamente, aos leitores. A moral é proveniente da memória coletiva da etnia iorubá – para quem o respeito à ordem e à hierarquia deve estar no primeiro plano das relações sociais.

Na narrativa de Adilson Martins, Enrilé encontra-se integrado à floresta. Não há, nessa história, uma caracterização precisa do espaço, mas a presença de diversos animais referenciados permite-nos fazer essa inferência. “O dia do combate foi marcado e, sob o olhar assustado de todos os habitantes do local, animais e seres humanos, os dois se confrontaram” (MARTINS, 2011, p.23). Desse modo, é preciso ressaltar que, embora o espaço exerça pouca influência para a sequência das ações da trama, sua caracterização foge à regra da representação exótica (criticada por Bonnici (2011)) a que muitos autores recorreram no curso da literatura brasileira.

Os recontos iorubanos aqui analisados promovem a(s) identidade(s) negra(s). Isso pode ser atestado tão somente pelo fato de que suas origens encontram-se na memória coletiva da referida etnia e também porque seus autores, de algum modo, mantêm relações estreitas com a cultura afro-brasileira, seja como arte-educadora, no caso de Kiusam de Oliveira, seja como babalaô no caso de Adilson Martins. Se este argumento não for suficiente ou válido, podemos recorrer às pistas que ambos os textos nos oferecem: os personagens não são associados à feiura, à negatividade, à malandragem ou a qualquer outra forma de subalternidade. No plano do discurso, os negros são os protagonistas, os donos de suas próprias histórias, e, por isso, têm a missão de apresentar, ao leitor, mensagens repletas de ensinamentos e valores que a cultura africana tem a oferecer. Nessas obras, e, em suma, a(s) identidade(s) iorubá ganha(m) relevo e, de modo indireto, as entidades religiosas passam por um processo de desmistificação, uma vez que, recorrentemente, são associadas a seres espirituais demoníacos, numa clara demonstração de racismo por parte dos que fazem essa falsa correlação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se este estudo pressupôs uma razão para existir, sua existência esteve, a todo o momento, vinculada a um problema chamado racismo. Como vimos, é o racismo a causa fundante da segregação de sujeitos não brancos em diversas esferas da sociedade, inclusive no campo literário – espaço discursivo notadamente marcado pela ausência de escritores negros. A partir daí, verifica-se, em maior ou menor grau, os efeitos que essa ausência gera em termos de representação literária, sobretudo de personagens afro-brasileiros e/ou africanos quando não mobilizados, por seus respectivos autores, a partir de uma perspectiva crítica ou positiva.

O problema alcança, em nosso entendimento, maior profundidade à medida que o silêncio desses escritores negros avança para o campo literário infantojuvenil – principalmente quando se nota que políticas públicas reservam milhões de reais a serem aplicados em programas de fomento à leitura como o PNBE, que, certamente com esses recursos, movimenta o mercado editorial por meio da aquisição de livros paradidáticos. Entre a ausência de uns (autores negros) e a considerável presença de outros (escritores brancos), nessa esfera de circulação de bens culturais, erigiu-se a necessidade de observar, com olhar mais acurado, os textos que se destinam a um público⁶³ ainda em processo de formação ideológica/humana, pois, se o racismo é propagado via discurso, segundo Van Dijk (2012), a tradição literária brasileira nos apresenta motivos suficientes para a investigação proposta nesta pesquisa.

Vinculada, portanto, à área de Estudos Literários, mais especificamente à linha de pesquisa “Campo literário e formação de leitores”, desenvolvida na Universidade Estadual de Maringá, esta dissertação objetivou compreender, de que modo, e, em que medida, o Programa Nacional Biblioteca na Escola tem contribuído para a manutenção ou o combate ao racismo por meio das representações de personagens negras, a partir de suas recorrentes seleções de obras literárias. Conforme se observou no decorrer deste trabalho, a análise dos personagens foi precedida de uma reflexão sobre o contexto de produção desses textos, em que foi possível constatar, por exemplo, o sexo, a cor e a nacionalidade dos autores selecionados pelo referido programa de leitura.

Se tivéssemos que utilizar uma metáfora para classificar o PNBE, diríamos, em síntese, que o programa é uma faca de dois gumes. Tratando já de explicar sua primeira face, recorreremos ao quarto capítulo de nossa reflexão analítica – momento em que tivemos a oportunidade de visualizar, por meio dos dados apurados, que os números apresentados são

⁶³ Referimo-nos aos alunos do segundo ciclo do ensino fundamental, correspondente ao 6º ao 9º ano.

pouco animadores em termos de representatividade de escritores negros. Em outras palavras, isso quer dizer que, nesse sentido, o PNBE acompanha a mesma estrutura do campo literário brasileiro contemporâneo, o qual, segundo Dalcastagnè (2012), é composto, majoritariamente, por homens brancos.

Os números de ambos os acervos do PNBE (2011 e 2013) dão conta de atestar nossas considerações: se analisarmos, por exemplo, os números referentes a *todos* –frise-se bem – os autores escolhidos – incluem-se aqui também os estrangeiros – veremos que os homens são, respectivamente, 63,9% e 66% dos casos; e as mulheres, obedecendo à mesma ordem, constituem 33,3% e 32,6% dos escritores dos acervos. Os dados referentes às cores dos autores merecem também destaque: enquanto nos acervos de 2011 os brancos somam os expressivos 86,1% dos registros, os negros e mestiços, juntos, representam apenas 3,7% dos casos. Nos acervos de 2013, são brancos 83,7% dos autores e negros e mestiços somam a pequena porcentagem de 4,2% das ocorrências. Antes de emitirmos nossas considerações acerca desses números e dizer o que, em nossa análise, eles significam, convém-nos, recuperar, aqui, os dados concernentes ao sexo e à cor dos escritores brasileiros – recorte que mais esteve ligado ao nosso *corpus* de análise.

Em relação ao sexo dos autores nascidos no Brasil, constatamos os seguintes números: nos acervos de 2011, os homens são 63,9% e as mulheres 34,7% dos autores. Já nos acervos de 2013, foi possível observar uma tênue mudança no número de mulheres, uma vez que elas constituem 40,2% (aumento de 5,5% em relação ao PNBE 2011) dos escritores, enquanto a porcentagem de autores do sexo masculino prevalece superior: 59,8%. No que concerne à cor desses escritores, vimos que a presença dos negros em ambos os acervos é muito pequena: somando, novamente, pretos e mestiços no PNBE de 2011, eles contabilizam somente 3,2% dos autores (os brancos são 88,9%). No de 2013, a mesma soma (de pretos e mestiços) equivale a 5,8%, enquanto os brancos continuam a dominar com 85% das ocorrências.

Mais do que reproduzir as ausências do campo literário, os números levantados nesta pesquisa nos permitem afirmar, em consonância com as nossas reflexões sobre as questões raciais, que o racismo simbólico alcança o Programa Nacional Biblioteca da Escola ao excluir, silenciosamente, o autor negro do processo de seleção. E, ao se pensar o racismo em sua dimensão simbólica, não significa, necessariamente, que haja uma política de exclusão das raças não brancas nesse programa de leitura. Muito pelo contrário, essa forma de discriminação atua de modo silencioso em diversas esferas, sobretudo na esfera do discurso – meio pelo qual se costuma naturalizar determinados silêncios.

O nosso estudo, diferente de outras pesquisas já realizadas, procurou descortinar certas dissonâncias (entre homens e mulheres, brancos e negros) no PNBE, as quais, até então, não haviam sido questionadas. Fizemos questão de contestar tais diferenças porque elas não podem ser naturalizadas no âmbito de uma política pública de tamanha envergadura, cujo alcance atinge parte significativa da população brasileira, que, diga-se de passagem, é negra e não se vê representada nas temáticas dos livros que compõem os acervos do PNBE de 2011 e de 2013. Tal fato se comprova por meio de números que foram processados através do método quali-quantitativo, o qual nos permitiu verificar que as temáticas eleitas pelos escritores, em sua grande maioria brancos, pouco se referem a questões étnico-raciais. No PNBE de 2011, como vimos, os escritores brasileiros se dedicaram, respectivamente, aos seguintes temas que envolvem a questão étnico-racial: 5,6% relacionados à cultura afro-brasileira, 4,2% remetentes à cultura africana e 0% concernentes ao preconceito racial. Já no PNBE de 2013, versam sobre a cultura afro-brasileira 2,3% das obras; as narrativas sobre o continente africano também são equivalentes a 2,3% das narrativas. E os temas voltados para o preconceito racial contabilizam 6,9% das ocorrências.

Nossa crítica se dirige ao PNBE em função de ele se situar como uma política pública de alto alcance, já que atinge escolas de todo território nacional. Evidentemente, compreendemos que a seleção realizada pelo programa está, apenas em parte relacionada a tais ausências, pois o grande problema, efetivamente, reside na diminuta presença e reconhecimento de autores e de temas étnico-raciais no campo literário. Um número maior de escritores negros ou de textos que representassem questões étnico-raciais certamente poderia implicar na seleção de mais autores negros.

No entanto, enquanto política pública de estado, tal como o PNBE se delineou nos últimos anos, cremos que seria bastante produtivo se os próximos editais do Programa (se é que eles existirão face a crise política instalada a partir do golpe de 2016) houvesse menção às Leis 10.639 e 11.645, fato que estimularia, por certo, o engajamento dos escritores – principalmente dos negros – na elaboração de temas afro-brasileiros e que mobilizaria as editoras a valorizar a autoria negra. Nessa perspectiva, o PNBE Temático 2013 se apresenta não só como possibilidade, mas como exemplo mais plausível de se promover uma política voltada para as questões étnico-raciais quando, por meio de seus editais de aquisição de obras de referência, contempla itens temáticos que tratam exclusivamente desses assuntos.

A outra face do PNBE (2011 e 2013) está intrinsecamente relacionada à representação dos personagens negros e é, consideravelmente, positiva. Consideravelmente porque nossos resultados se situam dentro de um recorte limitado de obras analisadas, o que não nos

permitiu observar, pelo menos neste momento, as demais representações situadas no contexto geral dos acervos pesquisados. De qualquer modo, não podemos desconsiderar os resultados obtidos em nossa análise qualitativa, os quais indicam avanços significativos em relação à representação de personagens negros – principalmente se os compararmos, aqui, com alguns estudos já realizados no âmbito do PNBE.

A título de comparação, o estudo de Kaercher (2006), por exemplo, analisou a presença do negro em obras do PNBE de 1999 e constatou que tais representações se engendram por meio de “um efeito de fixidez, que parece congelar a identidade masculina branca como a identidade padrão” (KAERCHER, 2006, p.191). De modo similar, Venâncio (2009) concluiu que as obras por ela investigadas sob o prisma da raça, gênero, idade e deficiência, embora tentassem contemplar a noção de diversidade, evidenciaram “a manutenção de relações hierarquizadas”, ou seja, a “[...] representação de sociedade explicitada na amostra analisada, com enfoque significativo do personagem branco, homem, sem deficiências, permite inferir que se busque estabelecer vinculação com o real, naturalizando conceitos e ações concordes” (VENÂNCIO, 2009, p.157) que, segundo a autora, geram e reproduzem processos de estigmatização. Na mesma direção, mas agora analisando o PNBE do ano de 2005, Ferreira (2008, p.2) considerou que os acervos desse programa revelam-se deficitários na medida em que a presença do negro e de determinadas minorias são encobertas pela “representação artística de apenas uma parcela da sociedade”, que é de classe média e branca.

É notável que a representação da comunidade negra no PNBE, durante alguns anos, foi problemática. No entanto, como já dito antes, nossa pesquisa indica mudanças positivas para este cenário se levarmos em consideração a desconstrução de estereótipos e a subversão de algumas ordens/situações que até então pareciam ser elementos fixos da representação literária, tais como a subalternização dos espaços sociais por onde circulam os personagens negros e as suas posições enquanto instâncias narrativas, nas condições de narradores e protagonistas.

Tal subversão pôde ser observada por meio das obras cujos espaços são urbanos e/ou suburbanos, os quais, a partir de sua caracterização, forneceram informações sobre as classes sociais dos negros. Foi assim com *Quarto de Despejo*, *BR.COM.SACI*, *O Golem do Bom Retiro* e *O livreiro do Alemão*. Nesses textos, os personagens negros (Carolina de Jesus, Otávio Júnior, Nico), em sua totalidade, são pobres e estão inseridos em contextos sociais de extrema vulnerabilidade social (favela do Canindé, Complexo do Alemão, becos e vielas do bairro Bom Retiro), o que poderia aludir, em primeira instância, a uma sub-representação dos

mesmos, como a tradição literária brasileira recorrentemente os representou – conforme apontaram pesquisadores como Rabassa (1965), Rosemberg (1985) e Dalcastagnè (2012) em seus estudos.

Como se viu, tais personagens, em nenhum momento, buscaram se acomodar diante das adversidades. Reside, entre uma narrativa e outra, os seguintes desejos: de superar a fome de cada dia, como bem faz Carolina de Jesus por meio da coleta de papel ou pelo sonho que deposita na literatura, tendo nela a possibilidade de ascender socialmente; de vencer a violência presente na favela, utilizando a arte, sobretudo a literatura, como instrumento para transformação de sua realidade – no caso de Otávio Júnior; de buscar estratégias para se desvencilhar da violência racial cometida pelos *skinheads*, com intuito de preservar sua identidade, como demonstram as ações de Nico, de *O Golem do Bom Retiro*.

Um caso particular, nesse caso, é Pepeu – criação de Toni Brandão, que não se enquadra numa situação de miséria, mas que, nem por isso, deixa de ser pobre. Este é o único personagem negro que não nos permite entrever o seu desejo de superar a sua situação socioeconômica. Duas possíveis hipóteses – não tão convincentes assim – se sustentariam sob o argumento de que o foco narrativo não esteja voltado para o referido personagem, e que o autor o representou com base nos modelos encontrados na sociedade, com a (suposta) intenção de aferir um tom mais realista à obra (DALCASTAGNÈ, 2012).

As demais narrativas analisadas pouco têm a dizer sobre a situação socioeconômica de seus respectivos personagens, pois suas histórias se passam em certos contextos/espços cuja configuração cultural não permite a criação de determinadas relações de poder (rico x pobre, por exemplo), notadamente observável em *Nyangara Chena, a cobra curandeira* e em *A tatuagem*, por exemplo. Nesse sentido, vale mencionar, talvez, a obra *Sortes de Villamor*, a qual, dentre as demais narrativas com esse perfil, é a que com melhor nitidez representa os negros longe dos grilhões da escravidão, apontando, assim, para a desconstrução do estereótipo do escravo acomodado.

Desse modo, podemos afirmar que, quando representadas, as classes (sociais) dos personagens, até mesmo aquelas menos favorecidas, são postas de maneira positiva na medida em que os actantes procuram superá-las por meio de suas ações. Vislumbra-se, portanto, o real e importante progresso na caracterização dos personagens africanos e/ou afro-brasileiros feitas por autores negros e brancos, os quais, cada um a seu modo, conseguiram avançar em tais propostas, esquivando-se das armadilhas ideológicas que, facilmente, os temas voltados às questões étnico-raciais podem induzi-los – sobretudo os que se encontram alheios ao universo do negro.

As posições ocupadas pelos personagens nas tramas foram outros dados observados , no decorrer deste estudo. Constatamos que os negros – excetuando Pepeu, é claro – se alternam, frequentemente, entre narradores e protagonistas. As personagens de *Omo-Oba* ilustram muito bem nossa proposição, uma vez que todas elas assumem a condição de protagonistas de suas histórias, numa clara e explícita alusão à inversão do papel da mulher negra, que deixa de ser silenciada para ter sua voz ouvida. Nesse viés, é preciso ressaltar que até mesmo as personagens secundárias, como a dona Totinha, assumem contornos estritamente positivos, quer em suas descrições, quer em suas poucas aparições que nos permitem entrever seus aspectos identitários.

Se as obras analisadas apresentam novas e positivas perspectivas para a representação do negro na literatura infantojuvenil brasileira contemporânea – mais especificamente a do PNBE – não podemos nos esquecer de que tal êxito é fruto das lutas dos movimentos sociais, sobretudo do movimento negro, que, no curso de sua militância, mobilizou diversas reflexões e manifestações que resultaram em conquistas para a comunidade afro-brasileira, como a promulgação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, as quais prescrevem a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas disciplinas de história e de literatura.

De alguma forma, nota-se que os escritores dos acervos do PNBE, cujas obras foram analisadas, estiveram, até então, atentos às discussões sobre raça/racismo motivadas pelo dispositivo constitucional. Todavia, as questões étnico-raciais passam, no momento histórico contemporâneo, a perder força já que o Brasil se encontra, politicamente, orientado por questões ideológicas que em nada contribuem com a promoção e efetivação dos Direitos Humanos – vertente jurídica de onde subjaz o incentivo ao combate ao racismo em diversas frentes. Nesse cenário, infelizmente, a representação literária dos negros se encontra comprometida à medida que as políticas públicas, respaldadas por ideologias que tendem a minimizar os efeitos do racismo na sociedade, tornando-o, assim, cada vez mais invisível, mais natural, mais simbólico.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, F. *Literatura infantil: gostosuras e bobices*. São Paulo: Sipione, 1995.
- AGBOTON, A. *Na mitón: la mujer en los cuentos y leyendas africanos*. Barcelona, RBA Libros, 2004.
- ALKMIN, T; LOPEZ, L, A. “Registros da escravidão: as falas dos pretos velhos e de Pai João. In: *Stockholm Review of latin american studies*, nº4. ISSUE, 2009.
- ANCHIETA, J, de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 399.
- ARAÚJO, D, C. *Relações raciais, discurso e literatura infanto-juvenil* [dissertação de mestrado em Educação]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.
- AZEVEDO, A. *O cortiço*. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997. (Bom Livro).
- BAZILLI, C. *Discriminação contra personagens negros na literatura infanto-juvenil brasileira contemporânea* [dissertação de mestrado em Psicologia Social]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.
- BAPTISTA, P, V, S. Diversidade étnico-racial e a produção literária infantil: análise de dados. In: *Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais*. Maria Aparecida Silva Bento, (ORG). -- São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.
- BARBOSA, R, A. *Nyangara Chena: a cobra curandeira*. São Paulo: Scipione, 2011.
- _____. *A tatuagem: reconto do povo Luo*. São Paulo: Gaivota, 2012.
- BECKER, C, D. História da literatura infantil brasileira. In: SARAIVA, Juracy Assmann (org.). *Literatura e Alfabetização, do plano do choro ao plano da ação*. Porto Alegre, 2001. p.35-41.
- BETTELHEIM, B. *A psicanálise dos contos de fadas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BRANDÃO, T. *Br.com.saci*. São Paulo: Dibra, 2006.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm
- _____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Edital de Convocação para Inscrição de Obras de Literatura no Processo de Avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2011*. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index>. Brasília, 2009. Acesso em: 03 mar. 2017.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Edital de Convocação para Inscrição de Obras de Literatura no Processo de Avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2013*. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/index>. Brasília, 2012. Acesso em: 04 mar. 2017.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad, n. 159, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20005 Acesso em: 12 ago. 2016.

BONNICI, T. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. *Mimesis*, Bauru, v.19, n.1, p.07-23, 1998.

_____, *Multiculturalismo e Diferença: Narrativas do sujeito na literatura negra britânica e em outras literaturas*. Maringá: Eduem, 2011.

_____, *Pós colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. 2.ed. Maringá: Eduem, 2012.

BOSI, A. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 36 ed. Cultrix: São Paulo, 2006.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CARRIL, L. *Quilombo, Favela e Periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=5dTCenaTqUC&oi=fnd&pg=PA13&dq=escravos+e+periferia&ots=zHQxeBjbe p&sig=vWJWa2MQDXO2crXybmHun3TXaDo#v=onepage&q=escravos%20e%20periferia&f=false> . Acesso em: 21 jul. 2017.

CARVALHO, N, C, B; APRILE, E. *Esclarecimentos sobre injúria racial e racismo*. Disponível em: http://baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/pdf/injuria_racial_racismo.pdf Acesso em 10 de junho de 2017.

CHARTIER, R. *A história cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

COELHO, N, N. *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira*. 5. Ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2006.

_____. *Panorama histórico da literatura infantil/juvenil*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *O conto de fadas*. São Paulo: Ática, 1987.

COSSON, R; PAIVA, A. *O PNBE, a literatura e o endereçamento escolar*. Remate de Males, Campinas, v. 34, n. 2, p. 477-499, jul./dez, 2014.

CULLER, J. *Teoria literária: uma introdução*. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda. 1999.

CUNHA, R, F. *A voz feminina: Constituição da literatura pós-colonial moçambicana*. Revista Historiador, Porto Alegre, n.03, p.64-71, dezembro, 2010.

CUTI, L, S. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DALCASTAGNÈ, R. “Entre silêncios e estereótipos: as relações raciais na literatura brasileira contemporânea”. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, nº 31. Brasília, janeiro-junho de 2008.

_____. *Literatura Brasileira Contemporânea: um território contestado*. São Paulo: Horizonte, 2012.

DIMAS, A. Espaço e romance. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

DOUEK, S, S. *Memória e exílio*. São Paulo. Escuta, 2003.

FANON, F. *Peles negras, máscaras brancas*. Trad. Renato Silveira. 1. ed. Salvador: Edufba, 2008.

FERNANDES, C, R, D. *Leitura, literatura infanto-juvenil e educação*. Londrina: EDUEL, 2007.

_____. A seleção de obras literárias para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2006-2014. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, [S.l.], n. 51, p. 221-244, maio 2017. ISSN 2316-4018. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/20155>>. Acesso em: 20 maio 2017.

FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978. Volume 1; Volume 2.

FERNANDES, C, R. D; CORDEIRO, M, B. da S. *Os critérios de avaliação e seleção do PNBE: um estudo diacrônico*. Educação, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 319-328, set./ dez. 2012.

FERREIRA, A. B. F. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. São Paulo: JEMM Editores, 1995, p.564.

FERREIRA, L, C, S. *A personagem do conto infanto-juvenil brasileiro contemporâneo: uma análise a partir de obras do PNBE/2005*. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FRANÇA, L, F. *Personagens negras na literatura infantil brasileira: da manutenção à desconstrução do estereótipo* [dissertação de mestrado em Estudos de Linguagem]. Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, 2006.

GOMES, H, T. *O negro e o romantismo brasileiro*. São Paulo: Atual, 1988.

GOMES, M, A, A. de Filgueiras. *Escravidão e cidade: notas sobre a ocupação da periferia de Salvador no século XIX*. Revista de Urbanismo e Arquitetura, América do Norte, 3, set. 1990. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3102/2220> . Acesso em: 12 jul. 2016.

GOUVÊA, M, C, S. *O mundo da criança: a construção do infantil na literatura brasileira*. Bragança Paulista (SP): Editora Universitária São Francisco, 2004.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. Trad. Laurent León Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu Silva. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu Silva. Rio de Janeiro: Lamparina, 1987.

_____, “Quem precisa da identidade?” In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

JESUS, C, M. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo, Ática, 2017.

JOB, S, M. *Em texto e no contexto social: mulher e literatura afro-brasileira*. Tese (Doutorado em Literatura). UFSC, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95228/294989.pdf?sequence=1> > Acesso em 03 abr. 2017.

JUNIOR, O. *O livreiro do Alemão*. São Paulo: Panda Books, 2011.

KAERCHER, G, E, P, S. *O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional de Biblioteca da Escola [tese de doutorado em Educação]*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

KAYSER, W. *Análise e interpretação da obra literária. (Introdução à ciência da literatura)*. Ed. Coimbra: Arménio Amado, 1985.

LACERDA, N. *Sortes de Villamor*. 1 ed. São Paulo: Scipione, 2013.

LAJOLO, M; ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Trad. Rubens Eduardo Farias. Moraes, São Paulo, 2008.

LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico*. Trad. de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIMA, C, B. “Literatura negra – uma outra história”. In: *Terra roxa e outras terras*, Londrina, v.17-a, p.67-77, 2009.

LIMA, H, P. *Personagens Negros: Um breve Perfil na Literatura Infanto- Juvenil*. In. *Superando o Racismo na escola*. 2º edição revisada. KABENGELE, Munanga (Org.). Alfabetização e diversidade. Brasília: MEC/SEC, 2005.

_____. “O que Njuzu ensina sobre a sociedade xona?” In: *O fio d’água do quilombo: uma narrativa do Zambeze no Amazonas?* São Paulo: Prumo, 2013.

LIMA, H, P.; MELO, W, F; VASCONCELOS. *O fio d’água do quilombo: uma narrativa do Zambeze no Amazonas?* São Paulo: Prumo, 2013.

LOBATO, M. *Negrinha*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. *Negrinha*. 34 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LUFT, C, P. *Minidicionário Luft*. São Paulo: Ática, 2001.

MARTINS, A. *Enrilé, o caçador e outros contos africanos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MANDARINO, A, C, S. *(Não) deu na primeira página: macumba, loucura e criminalidade*. Ed. UFS, São Cristóvão, 2007.

MOORE, C. *Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

MUNANGA, K. *Superando o racismo na escola*. 2 ed. In: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____, *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*, 2003. In: <<http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em 10/04/2016.

_____, *Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?* In: *Revista da ABPN*, Ouro Preto, vol. 4, n.8, p.06-14, 2012.

OLIVEIRA, K. *Omo-oba: histórias de princesas*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

OLIVEIRA, M, A, J. *Negros personagens nas narrativas infanto-juvenis brasileiras: 1979-1989* [dissertação de mestrado em Educação]. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2003.

OLIVEIRA, V, C, S. *Educação das relações étnico-raciais e estratégias ideológicas no acervo do PNBE 2008 para a Educação Infantil* [dissertação de mestrado em Educação]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

ORLANDI, E, P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

PANTA, M. “Segregação geográfica, desigualdades raciais e migrações: Londrina como destino de fluxos migratórios mineiros e nordestinos”. In: SILVA, M, N; PANTA, M. *Território e segregação urbana: O lugar do negro na cidade*. Londrina, Edel, 2014.

PEREIRA, A, A. “A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.12, n. 17, 2º sem. 2011;

PEREIRA, M, M; SILVA, M, S. Percurso da Lei 10.639/03: antecedentes e desdobramentos. In: *Linguagem e Cidadania*, ano 14, n.1, jan-dez, 2012.

PESTANA, Paulo Sérgio. *Exu literário: presença do afro-descendente nos romances infanto-juvenis* Nó na garganta, de Mirna Pinsky , e A cor da ternura, de Geni Guimarães [dissertação de mestrado em Letras]. Curitiba: Centro Universitário Campos de Andrade, 2008.

PHILLIPS, A. *The politics of presence*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

PIZA, E. *O caminho das águas: estereótipos de personagens negras por escritoras brancas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Com Arte, 1998.

_____. “Porta de vidro: entrada para branquitude”. In: CARONE, I; BENTO, M, A. S (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

POLLAK, M. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p. 200-212, 1992.

PRANDI, R. “As religiões afro-brasileiras nas ciências sociais: uma conferência, uma bibliografia”. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, BIB, 2006.

RABASSA, G. *O negro na ficção brasileira*. Trad: Ana Maria Martins. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

RICHE, R, M, C. “Reconto: do oral para o escrito. In: *Revista Garrafa*. Volume 30. Abril-junho, 2013.

ROCHA, O, C, L. Feminismo e escrita de mulheres no Piauí (1875-1925). In: *XVII Simpósio Nacional de História*, Rio Grande do Norte, 2013.

RODRIGUES, L. O. “Skinheads”; *Brasil Escola*. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/skinheads.htm>>. Acesso em 13 de julho de 2017.

RODRIGUES, L, N. A religião afro-brasileira como tema na literatura infanto-juvenil de Reginaldo Prandi. In: *Tabuleiro de Letras*. Volume 02, 2001.

ROSEMBERG, F. *Literatura infantil e ideologia*. São Paulo, Global: 1985.

RUFINO, N, L. *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) 2010: personagens negros como protagonistas e a construção da identidade étnico-racial* [dissertação de mestrado em Educação]. Marília. Universidade Estadual Paulista, 2012.

SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Rosaura Eichengerg – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANT'ANNA, A. *O paraíso é bem bacana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SCHWARCZ, O. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. 13. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

SHOHAT, E.; STAM, R. *Crítica da Imagem Eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVA B, M, A. *Cidadania em preto e branco: discutindo as relações raciais*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2005.

SILVA, M, N; PANTA, M.V. *Território e segregação urbana: o lugar da população negra na cidade*. Londrina: Eduel, 2014.

SILVA, L, C. *Meninas negras na literatura infantojuvenil: escritoras negras contam outra história*. 2012. 147 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA, L, C; SILVA, R, G. O negro na literatura infantojuvenil brasileira. In: *Revista Thema*. V. 8, 2011.

SILVA, P, V, B. *Desigualdades raciais em livros didáticos e literatura infanto-juvenil*. In: *Notas de história e cultura afro-brasileiras*. Orgs. Hilton costa & Paulo Vinícius Baptista da Silva. Ponta Grossa, Editora UEPG/UFPR, 2007.

SILVA, P, V, B; ROSEMBERG, F. “Brasil: Lugares de Negros e de Brancos na Mídia”. In: VAN DIJK, T, A. (ORG) *Racismo e Discurso na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, T, T. “A produção social da identidade” In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

CISTO, C. “O conto popular africano: a oralidade que atravessa o tempo, atravessa o mundo, atravessa o homem”. In: *Tabuleiro de Letras*. Número Especial, s/d.

SOARES, P, R. *Infância negra: uma análise da afirmação da identidade étnica a partir dos livros infantis*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa, 2012.

SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periféricas*. 2 ed. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012.

SOUZA, I, A, L; PEREIRA, S, P; SALDANHA, A, F, L; MARINHO, A, C. A literatura infantojuvenil africana e afro-brasileira: desafios contra estereótipos saturados. In: *Cadernos Imbondeiro*. João Pessoa, v.3, n.2, 2014.

TEIXEIRA, M. O Golem do Bom Reitor. São Paulo: Editora SM, 2008.

TIBÉRIO, F, F. Literatura afro-brasileira, história e memória: algumas considerações sobre a noite dos cristais. In: *Terra Roxa: Revista de Estudos Literários*, Volume.17, 2009.

TIUMAN, P, E, B. *Produção literária infantil e juvenil de Walcyr Carrasco: uma análise da construção narrativa e da representação de grupos sociais (1979-2010)* [dissertação de mestrado]. Universidade Estadual de Maringá – Maringá, PR, 2011.

VAN DIJK, T. Discurso y racismo. In: David Goldberg & John Solomos (org.), *The Blackwell Companion to Racial and Ethnic Studies*. Oxford: Blackwell, 2001.

_____. *Racismo e Discurso na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

VENÂNCIO, A, C, L. *Literatura infanto-juvenil e diversidade* [dissertação de mestrado em Educação]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

VASCONCELOS, A, M, A. “A menina que desapareceu e reapareceu curandeira”. In: *O fio d’água do quilombo: uma narrativa do Zambeze no Amazonas?* São Paulo: Prumo, 2013.

WOODWARD, K. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ZAPPONE, M, H, Y. “Narrativa juvenil brasileira no acervo PNBE 2013: Faces urbanas da representação social” In: *Revista Teias* v.16, n.16, p.89-107, 2015.

ZILBERMAN, R; LAJOLO, M. *Um Brasil para crianças*. São Paulo: Global, 1993.